

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)**

2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Reginaldo Scheuermann Costa**

**A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação.

**Orientador Prof. Dr. Roberto Leher**

**2015**

Scheuermann Costa, Reginaldo  
Sf A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964) / Reginaldo  
Scheuermann Costa. -- Rio de Janeiro, 2015.  
350 f

Orientador: Roberto Leher.  
Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

1. Fundação Leão XIII. 2. Favela. 3. Educação. 4. Hegemonia. Leher,  
Roberto, orient . II. Título

## **A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)**

Reginaldo Scheuermann Costa

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação.

### **Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Roberto Leher (orientador)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Irma Rizzini  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Prof. Dr. Marcelo Badaró de Mattos  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marilda Iamamoto  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sonia Regina de Mendonça  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vania Cardoso da Motta (suplente)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Raquel G. Barreto (suplente)  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

## **Dedicatória**

Ao meu avô Reginaldo Costa, que talhou sua vida em torno de seus princípios de sonhar e transformar o mundo. Mesmo com o pesar dos anos e o desgaste das mazelas da vida nunca abandonou a humildade de ser um revolucionário. Empurrou pro vento seus sonhos, fez nascer meu pai e marcou nossos ossos de ousadia e luta.

## Agradecimentos

Primeiramente à Raquel que sustentou minhas esperanças com sorrisos, debates teóricos e amor. Sem dúvida, esta tese é uma realização nossa! À minha mãe pelo aconchego. Ao meu pai, que me educou nas greves, nos atos e com o seu exemplo. À minha vó Geni que embalou meu sono por muitas noites quando meus pais estavam trabalhando. Ao meu avô comunista Reginaldo, pela incrível inspiração. Ao meu primo-irmão Rodrigo pela parceria de músicas que realizamos. Ao meu tio Luis que partiu tão cedo, mas deixou aquele sorriso marcado na gente pra sempre.

À Anna Cristina de Filippo pelos diálogos que permitiram olhar o deserto do real de outra forma.

Aos meus amigos do Levante!, Mayco, Diogo e Paris, que, entre shows e ensaios, me ajudaram a desaguar meus desesperos.

Aos meus camaradas de militância na LSR, especialmente: Valença, Luciano, Lidia, Tami, Ian, Vanessa, Ursinho, Julinho, Enagio, Max, Natália, Luis Felipe.

Aos meus caros alunos de Nova Iguaçu, Maré e Niterói. Aos vários universitários que tive o prazer de contribuir na formação durante a passagem pelo Pré-Universitário Popular José Reis e Práxis. Aprendemos juntos a cada aula.

Ao orientador e camarada Roberto Leher, que sempre esteve do mesmo lado da barricada que a gente. Contribuiu atentamente e sempre foi um porto seguro diante da frieza da academia.

Aos funcionários do PPGE, em particular à Sol, que muitas vezes operou milagres de forma tão generosa para me ajudar nos trâmites da secretaria. Aos meus colegas de doutorado pelos debates tão marcantes, que, certamente, deixaram marcas fundamentais nas reflexões aqui desenvolvidas. Aos professores do PPGE que em muito ajudaram a delinear as bases teóricas, as possibilidades e limitações da pesquisa.

Por fim, agradeço à banca por aceitar participar deste momento privilegiado de diálogo.

À Irma por ter aberto tantas caminhos teóricos possíveis durante as suas aulas, pelas suas ponderações na qualificação e ter aceitado tão gentilmente compor a banca.

Ao Marcelo Badaró pelas críticas construtivas na qualificação e, acima de tudo, pela contribuição tão marcante na minha formação enquanto historiador e educador durante a graduação de História na UFF. Fosse na sala de aula ou nas lutas em defesa da universidade pública pude aprender muito.

À Marilda Iamamoto e Sonia Regina Mendonça por terem aceitado tão gentilmente compor a banca. Às professoras Vania Cardoso da Motta e Raquel G. Barreto, que aceitaram compor a suplência da banca.

## **Resumo**

A tese investiga o papel político-pedagógico desempenhado pela Fundação Leão XIII (FLXIII), entre os anos 1947 e 1964, no Rio de Janeiro. Nesse período, a problemática da urbanização e do controle social sobre a população mais explorada e expropriada ganhou dimensões econômicas e políticas, considerando o contexto de ampliação dramática das favelas, o crescimento econômico de base industrial, a instauração do sufrágio enquanto parte do jogo político nacional e o acirramento produzido pela Guerra Fria. A pesquisa buscou compreender a particularidade da Fundação na execução de políticas públicas nas favelas nas áreas de urbanização, serviço social, saúde, destacando os seus projetos educacionais desenvolvidos nas suas escolas, cursos de formação profissional, palestras vocacionais e intervenções religiosas. Além da sua função política de organizar a mobilização local de mutirões e associações de moradores, em oposição aos comunistas, políticos clientelistas e lideranças locais autônomas. Observou-se o seu esforço institucional em contribuir pedagogicamente para a formação do cidadão urbano-industrial das favelas. A principal referência teórica da tese é gramsciana, aporte crucial para analisar a FLXIII como parte fundamental da relação entre sociedade civil e o Estado nas favelas, no tortuoso processo de hegemonia. Como base empírica foram utilizadas as seguintes fontes primárias: o relatório SAGMACS, censos sobre favelas, imprensa católica, grande imprensa carioca, registro oral de moradores das favelas, relato da diretora do setor de Serviço Social da FLXIII, Maria Luiza Moniz de Aragão e a imprensa do PCB. Evidencia-se, assim, o desenvolvimento do campo da educação enquanto fonte produtora de consenso e de disciplinamento nas favelas.

**Palavras-Chave: Fundação Leão XIII, favela, educação, hegemonia.**

## **Abstract**

The thesis investigates the political-pedagogical role of the Foundation Leo XIII (FLXIII), between 1947 and 1964 in Rio de Janeiro. During this period, the problems of urbanization and social control over the most exploited and dispossessed population gained economic and political dimensions, considering the dramatic widening of the context of favelas, the economic growth of industrial base, the introduction of suffrage as part of the national political game and the intensification produced by the Cold War. The research sought to understand the particularity of the Foundation in the implementation of public policies in the slums in the areas of urbanization, social service, health, highlighting their educational projects developed in their schools, vocational training courses, vocational lectures and religious interventions. Apart from its political function of organizing the local mobilization of joint efforts and neighborhood associations, as opposed to the Communists, political patronage and autonomous local leaders. Observed its institutional effort in pedagogically contribute to the formation of urban-industrial citizen of the slums. The main theoretical framework of the thesis is Gramsci's crucial contribution to analyze the FLXIII as a fundamental part of the relationship between civil society and the state in the slums, in the tortuous process of hegemony. As empirical basis the following primary sources were used: the SAGMACS report, censuses of slums, Catholic press, large carioca press, oral record of slum dwellers, director of the report of the Social FLXIII service sector, Maria Luiza Moniz de Aragao and press the PCB. It is evident, therefore, the development of the education field as a producer of consensus and source of discipline in the slums.

**Keywords: Foundation Leo XIII, slum, education, hegemony.**



## **Lista de Siglas**

ASP – Agência Social Provisória  
ASPA – Ação Social Padre Anchieta  
BEMDOC – Brasil-Estados Unidos Movimento para o Desenvolvimento e Organização da Comunidade  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BNH – Banco Nacional de Habitação  
CAS – Centro de Ação Social  
CHP- Centro de Habitação Provisória  
COHAB-GB – Companhia de Habitação do Estado da Guanabara  
CPD – Comitê Popular Democrático  
DF – Distrito Federal  
EUA – Estados Unidos da América  
EUBRA – Estados Unidos-Brasil  
FAFEG – Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara  
FLXIII – Fundação Leão XIII  
IAPs – Institutos de Aposentadoria e Pensões  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística  
LEC – Liga Eleitoral Católica  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PDS – Partido Democrático Social  
PSD – Partido Social Democrático  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
SAGMACS – Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais  
SERFHA – Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas  
UDN – União Democrática Nacional  
UPMMR – União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha  
USAID – United States of America Aid for Development – (Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos da América)

## Lista de Organogramas, imagens, gráficos e tabelas

### Organogramas:

Organograma 1 – Organização administrativa da FLXIII. FUNDAÇÃO LEÃO XIII. Morros e favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII – notas e relatório de 1947 a 1954. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1955 \_\_\_\_\_ p. 158

### Imagens:

Imagem 1 – Charge mostrando Oswaldo Cruz aplicando a política higienista no Morro Favela \_\_\_\_\_ p. 68

Imagem 2 – Capa do primeiro número da Revista Serviço Social (1939) \_\_\_\_\_ p. 97

Imagem 3 – Foto de alunas da Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth (1944) \_\_\_\_\_ p. 98

Imagem 4 – Foto publicitária da Fundação Leão XIII executando construções na Barreira do Vasco. FUNDAÇÃO LEÃO XIII. Morros e favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII: notas e relatório de 1949. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1950 \_\_\_\_\_ p. 193

Imagem 5 – Foto publicitária da Fundação Leão XIII apresentando o resultado da urbanização na Barreira do Vasco. FUNDAÇÃO LEÃO XIII. Morros e favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII: notas e relatório de 1949. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1950 \_\_\_\_\_ p. 195

Imagem 6 – Livros didáticos utilizados pela Fundação Leão XIII \_\_\_\_\_ p. 234

Imagem 7 – Foto da Fundação Leão XIII mostrando a sala de aula. FUNDAÇÃO LEÃO XIII. Morros e favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII: notas e relatório de 1949. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1950 \_\_\_\_\_ p. 236

Imagem 8 – Foto da sala e da frente da escola da Fundação Leão XIII. FUNDAÇÃO LEÃO XIII. Morros e favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII: notas e relatório de 1949. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1950. \_\_\_\_\_ p. 238

Imagem 9 – Foto das atividades de esporte da Fundação Leão XIII. FUNDAÇÃO LEÃO XIII. Morros e favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII: notas e relatório de 1949. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1950. \_\_\_\_\_ p. 244

Imagem 10 – Foto da favela Praia do Pinto \_\_\_\_\_ p. 312

**Gráficos:**

Gráfico 1 – Planta da Escola Artesanal Feminina do Centro Social Carmela Dutra da  
Fundação Leão XIII \_\_\_\_\_ p. 225

**Tabelas:**

Tabela 1 – Distribuição das referências bibliográficas por disciplina UrbanData Brasil  
(maio de 2001) \_\_\_\_\_ p. 27

Tabela 2 – População urbana, suburbana e rural do Distrito Federal em números  
absolutos e percentuais (1940-1950) \_\_\_\_\_ p. 65

Tabela 3 – Crescimento industrial (1920-1950) \_\_\_\_\_ p. 77-  
78

Tabela 4 – Taxas anuais de crescimento econômico \_\_\_\_\_ p. 78

Tabela 5 – Evolução do salário mínimo (nominal e real) no Distrito Federal \_\_\_\_\_ p. 78

Tabela 6 – Tabela – Crescimento da população do Distrito Federal, favelada e de  
algumas favelas (1950-1960) \_\_\_\_\_ p. 80

Tabela 7 – Balanço geral da Fundação Leão XIII \_\_\_\_\_ p. 173

Tabela 8 – Equipamento e nível escolares \_\_\_\_\_ p. 219

# A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)

## Sumário

### Apresentação

Definições do objeto de pesquisa	p.13
Metodologia	p.44

### Capítulo I – A Favela: os caminhos da ocidentalização *sui generis*

1.1 A consolidação do capitalismo urbano-industrial e a favela	p. 56
1.2 Educando para além da fábrica	p. 89
1.3 Serviço Social e o catolicismo nas favelas	p.94
1.4 Os Parques Proletários	p. 99
1.5 Os Comitês Populares Democráticos educando os favelados	p. 104
1.6 A União dos Trabalhadores Favelados	p. 120
1.7 A ocidentalização <i>sui generis</i> e as cidadanias	p. 129

### Capítulo II – A Fundação Leão XIII

2.1 Surgimento da Fundação Leão XIII	p. 149
2.2 Uma autarquia <i>sui generis</i> nas favelas	p. 167
2.3 O Serviço Social	p. 177
2.4 Urbanização, remocionismo e controle sobre as construções nas favelas	p. 186
2.5 Mobilização local e resistências	p. 206

### Capítulo III – A Educação da FLXIII: consenso e coerção na construção da cidadania dos favelados

3.1 A escola	p. 216
3.2 Os professores, alunos e a comunidade	p. 249
3.3 A religião católica	p. 262
3.4 A família tradicional	p. 271

### Capítulo IV – A Fundação Leão XIII na Disputa de Hegemonia

4.1 A Fundação Leão XIII e suas mudanças institucionais	p. 308
4.2 A Educando os favelados: a pedagogia da hegemonia	p. 325

Conclusão	p. 331
-----------	--------

Bibliografia e Fontes	p.336
-----------------------	-------

## APRESENTAÇÃO

### Definições do objeto de pesquisa

A favela tornou-se um tema relativamente comum nas pesquisas acadêmicas nos últimos 20 anos. Esta ênfase se reflete em diversas áreas do conhecimento, assim como nas políticas públicas, nas manifestações culturais e na pauta dos grandes meios de comunicação<sup>1</sup>. Sua definição é complexa, dado o amplo uso rotineiro e as diversas apropriações, contudo, Marcelo Baumann Burgos assinala um ponto importante:

(...) ‘favela’ não traduz apenas uma determinada forma de aglomerado habitacional, mais que isso, exprime uma configuração ecológica particular, definida segundo um padrão específico de relacionamento com a cidade. Um aglomerado habitacional transforma-se em “favela” à medida que desenvolve um microssistema sociocultural próprio, organizado a partir de uma identidade territorial, fonte de um complexo de instituições locais que estabelecem interações particularizadas com as instituições da cidade (2005, p. 190).

Acrescentaria a esta definição o seu caráter de classe, em que se identifica enquanto território dos trabalhadores pobres. Sua existência é baseada num conjunto de especificidades territoriais, como bem afirma Marcelo Baumann Burgos, mas ressalto aqui que esta singularidade se desenvolve a partir da contradição de classe, vivida no âmbito territorial, mas em todos os âmbitos da realização da vida.

Numa sociedade onde esta contradição se amplia dramaticamente, a favela é um fenômeno cada vez mais reconhecido socialmente. Tal expressão corresponde a um fenômeno de caráter mundial. Segundo Mike Davis,

Os moradores de favela constituem espantosos 78,2% da população urbana dos países menos desenvolvidos e o total de um terço da população urbana global. Além disso, os pesquisadores do “Observatório Urbano” da ONU alertam que, em 2020, “a pobreza urbana no mundo chegará a 45% a 50% do total de moradores de cidades” (2006; p. 201 e 202).

No momento em que escrevo esta tese o país se mobiliza em torno do Rio de Janeiro na sua cruzada pelas reformulações urbanísticas para atender aos megaeventos (Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016). Remoções dos moradores de favelas, repressão aos movimentos sociais, “criminalização da pobreza” e uma campanha

---

<sup>1</sup> A indústria cultural nas suas mais variadas formas: jornais sensacionalistas de televisão como atração vespertina, o grande investimento cinematográfico, demarcado pelo filme Cidade de Deus, a expansão do funk enquanto ritmo das favelas, o programa de TV Esquenta são exemplos do reconhecimento cultural da favela numa escala monumental. Além disso, a expansão de ONGs e projetos sociais, a formação de um amplo mercado consumidor nas favelas, a ampliação de pesquisas tendo as favelas como objeto mostram o quanto sua relevância se expandiu.

publicitária de massa são ações realizadas pelos grandes veículos de comunicação, que mobilizam toda a sociedade em torno dos supostos benefícios trazidos por estas transformações urbanísticas que adequaram a cidade aos quesitos exigidos pelos organismos internacionais. Este momento histórico reabre mais uma etapa de discussão sobre qual o papel da cidade para aqueles que a habitam, mais que isso, põe em questão a lógica urbana de *cidade-mercadoria*, que subsumi tudo ao capital (VAINER, 2000). Quais seriam as consequências deste processo histórico?

As “Jornadas de Junho” de 2013, de certa forma, expressaram a indignação, ainda que difusa, sobre os rumos deste processo, não apenas no Rio de Janeiro, mas no Brasil como um todo. Os debates sobre os usos da cidade e a lógica de desenvolvimento em andamento no Brasil, portanto, tornam ainda mais urgente entender os caminhos e descaminhos da urbanização, por conseguinte, o seu traço mais endêmico: a expansão das favelas.

Atualmente muitas são as empresas privadas que concebem a favela como um nicho relevante de mercado. Principalmente a partir da década de 1990, vislumbrando a ampliação dos seus negócios, conglomerados empresariais investem alto na pesquisa de perfis de mercado nas favelas, como primeiro passo para a instalação de seus empreendimentos. Na Revista *Época Negócios*, por exemplo, é mostrada com grande entusiasmo a história da antropóloga Hilaine Yaccoub, que se mudou para a favela Barreira do Vasco, a fim de conhecer a cultura do povo da favela. Segundo a revista,

(...) Hilaine e seus colegas dão sentido prático aos estudos antropológicos. Hoje eles pesquisam desde hábitos de consumo dos brasileiros endinheirados à forma que as pessoas vivem nas favelas. Cada um é especialista em um determinado grupo ou tipo de consumo: luxo, popular, adolescente, infantil, feminino. Entre seus clientes estão grandes empresas como a Eudora, marca do grupo Boticário, e o Club Social, marca de biscoito da Mondelez (ex-Kraft Foods) (Revista *Época Negócios*, 21/04/2013) <sup>2</sup>.

Conhecer a realidade sociocultural da favela tornou-se um mecanismo fundamental para a lógica de mercado. O exemplo de Celso Athayde também é bem eloquente neste sentido. Na Revista *Isto é Dinheiro* seus feitos de empreendedor favelado mostram essa tendência:

Atuando nos bastidores, Athayde se tornou amigo de artistas renomados, empresários e políticos daqui e do exterior. Considerado um Ph.D. em matéria de baixa renda e um dos maiores conhecedores das favelas, o empreendedor carioca é

---

<sup>2</sup><http://epocanegocios.globo.com/Inspiracao/Vida/noticia/2013/04/antropologa-que-estuda-favela-para-empresas.html> acessado em 23/01/2014. [http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/122091\\_FAVELA+SA](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/122091_FAVELA+SA) acessado em 13/11/2013.

requisitado pelo Banco Mundial para proferir palestras em toda a América Latina. Agora, ele quer transformar esses atributos em negócios. Para isso, Athayde e seus sócios pretendem investir R\$ 1,5 bilhão, até 2017, em dez empreendimentos que cobrem desde áreas de entretenimento até logística, passando pela fabricação de móveis, venda de passagens aéreas e distribuição de peças de motocicleta. A maior parte dessa dinheirama irá para a construção de shopping centers (Revista Isto é Dinheiro, 21 de junho, 2013) <sup>3</sup>.

No bojo da euforia dos megaeventos estima-se que são gastos mais de 1 bilhão de reais com desapropriações para a implantação dos Bus Rapid Transit (BRT), já contando 1.860 famílias removidas e 5.325 ameaçadas de remoção. Serão cerca de 8.350 famílias removidas ao todo para atender às obras dos megaeventos. (Comitê Popular e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014).

A partir de parcerias público-privadas mediante a atuação de ONGs e empresas, transformações urbanísticas são operadas na cidade do Rio de Janeiro tendo as favelas como principal alvo. As obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), desenvolvendo a urbanização de favelas, são alicerçadas num complexo programa de segurança pública que articula as Forças Armadas, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e a construção de moradias populares pelo programa Minha Casa minha Vida, principalmente na região da Baixada Fluminense (distante da moradia daqueles que são removidos de suas casas). A remodelação urbana que atende às demandas dos megaeventos, entendida como “revitalização”, estabelece assim uma redistribuição geográfica dos trabalhadores pela cidade, de maneira a retirá-los do circuito turístico, tão valorizado pelo mercado imobiliário. Ações de repressão policial, projetos educacionais e culturais, obras de planejamento urbano e de habitação popular formam, portanto, um plano estratégico de reorganização e atualização do modelo de cidade capitalista contemporâneo, executado a partir da ampliação de políticas públicas nas favelas (Comitê Popular e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014).

A denúncia de violação de direitos humanos e de utilização de verba pública (principalmente o BNDES) para atender os interesses financeiros das grandes corporações (empreiteiras, bancos, indústrias) recoloca a contradição existente entre o desenvolvimento capitalista urbano e a conquista de direitos sociais pelos favelados (Comitê Popular e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014, p. 60). Remodelar a cidade e aprofundar o modelo de desenvolvimento capitalista atual passa, portanto, por restabelecer, mais uma vez, a relação entre as favelas-cidade e as fronteiras entre o público e o privado.

---

<sup>3</sup> [http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/122091\\_FAVELA+SA](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/122091_FAVELA+SA) acessado em 23/01/2014.

Este alvoroço todo sobre a favela, contudo, apesar de parecer recente, tem raízes históricas profundas, alimentadas pelas contradições do processo de urbanização do Rio de Janeiro, ainda no século XIX. Portanto, retirar os trabalhadores favelados do circuito de especulação imobiliária da cidade do Rio de Janeiro e manter uma política de controle político e cultural sobre as favelas são pontos antigos da pauta de políticas públicas organizadas pelos setores dominantes, em particular do capital industrial, financeiro e empreiteiras.

Diversas foram as intervenções públicas e privadas que se dedicaram a estudar e implementar ações nas favelas do Rio de Janeiro. Mesmo antes do fenômeno das favelas, o governo imperial brasileiro já se preocupava com a expansão indiscriminada de moradias populares, na região central da capital nacional, os chamados cortiços, já desde a década de 1850 (CHALHOUB, 1996). O fiscal da freguesia de Santa Rita, em 1855, enviou um pedido à Câmara Municipal para que se estabelecesse um toque de recolher nos cortiços e a instalação de portões de ferro (BENCHIMOL, 1990, P. 128). O crescimento das moradias populares também era um fator de preocupação do poder público, pois “a população dos cortiços praticamente dobrou entre 1888 e 1890, chegando a atingir 100.000 pessoas, ou seja, quase 20% da população da cidade” (SOARES, 2013, p. 38). Tal explosão demográfica estava ligada ao contingente de trabalhadores que necessitavam morar próximos à localidade de trabalho, tendo em vista que a rede de transportes pública havia aumentado insuficientemente para descentralizar esta população.

Os cortiços eram, portanto, no século XIX, um território de luta social onde trabalhadores pobres, principalmente escravos e ex-escravos viviam e resistiam aos desmandos de uma sociedade altamente hierarquizada. A rede de solidariedade forjada nesses espaços se relaciona, desta maneira, com a luta por liberdade e melhores condições de vida dos libertos e escravos, assim como a sofisticação das formas de controle social produzidas pelo Estado sobre tais moradias, como afirma Chalhoub (1996, p. 26). O rearranjo urbanístico de remoção da população trabalhadora destes cortiços da região central se alinhava às tensões produzidas pela luta de classes, no objetivo de desmobilizar as iniciativas de organização política dos trabalhadores nesses locais e afastar modos de vida considerados incivilizados.

No século XIX e início do XX, a perspectiva urbanística corrente era que a cidade deveria ser remodelada, embelezada e racionalizada aos moldes franceses, sendo os cortiços e favelas alvo de ações violentas de remoção. Em 1890, um evento marcante foi



a desapropriação e demolição do cortiço Cabeça de Porco. Após sucessivas tentativas, a Inspetoria Geral de Higiene conseguiu pôr abaixo o cortiço, desabrigando mais de duas mil pessoas, sob os olhares atentos do então prefeito Barata Ribeiro e o empresariado do setor imobiliário interessado na exploração do terreno (ENGEL, 2012, p. 118).

A partir do governo de Rodrigues Alves (1902-1906) esta orientação toma proporções gigantescas passando a ser conhecida como a “era das demolições” com 2.240 prédios destruídos e 36.900 desabrigados (VAZ, 1985, p. 226). Ao contrário do que se propagandeava, de que a solução urbanística seriam as remoções sumárias, o efeito teve resultado oposto, a favelização aumentou, principalmente, à custa da ampliação da exploração do capital imobiliário na região central do Rio de Janeiro e desta ampliação das desapropriações.

Na década de 1880 e 1890 ocorre uma articulação política entre o empresariado da construção civil e o Estado, de maneira a forjar um discurso de que os cortiços deveriam ser extirpados devido a três pontos fundamentais: degeneração moral, epidemias e desordem político-social. É neste momento que a política de construção de vilas operárias tornava-se uma possibilidade de política pública em resposta à expansão dos cortiços. O setor empresarial da construção civil pressionava o Estado por incentivos fiscais e facilidades judiciais, de modo que a construção de habitações populares pudessem ser vantajosos meios de especulação e lucro, utilizando como principal argumentação a teoria higienista (PECHMAN, RIBEIRO, 1985, p. 108). Segundo o engenheiro Arthur Sauer da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro que atuava nessa área de habitações populares:

Os cortiços e estalagens da Corte, infeccionados como se chamam se acham por suas péssimas condições sanitárias, são os focos principais donde surgem as epidemias e nascem afecções mórbidas em ameaça constante aos moradores próximos, razão pela qual foram condenados e é reconhecida a imprescindível necessidade de, quanto antes, serem tais habitações substituídas por outras, construídas, segundo as regras higiênicas e de aluguel muito módico para residência de proletários, operários empregados subalternos (Apud PECHMAN; RIBEIRO, 1985, p. 111).

Houve o incentivo do governo para que o empresariado construísse habitações populares, mas nada expressivo foi de fato realizado a ponto de diminuir o déficit habitacional na capital, salvo algumas iniciativas isoladas de empresários e, mais enfaticamente, a ação do engenheiro Arthur Sauer (ENGEL, 2012, p. 119). Mas a recomposição do capital imobiliário deve ser observada com atenção, tendo em vista a construção de uma nova perspectiva para as políticas públicas referente as moradias

populares. A Companhia Evoneas Fluminense, na figura de Antonio Januzzi, por exemplo, teve papel importante em pressionar o Estado em busca de incentivos fiscais para a construção de moradias populares salubres (MATTOS, 2013, p 183). Entre 1875 e 1927 foram mais de 2.000 construções realizadas por Antonio Januzzi.

Este embate ficou expresso nas disputas em torno da legislação, quando a lei 3.449, de 20 de outubro de 1887, garantia o fim das indenizações aos proprietários dos cortiços. A Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédio se opôs, o que resultou na manutenção de boa parte das indenizações referentes às desapropriações solicitadas por Sauer, que acabaram arcadas pela Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro (PECHMAN; RIBEIRO, 1985, p. 111-112). O setor privado ficou resguardado de encargos, tanto do lado das construtoras, quanto dos proprietários de terrenos e prédios. Além disso, o setor imobiliário era beneficiado com isenção do imposto de transmissão de propriedade por 20 anos; permissão para desapropriar terrenos particulares (principalmente os pequenos e médios proprietários); utilizar terrenos do Estado; garantia de aforamento para a construtora (PECHMAN; RIBEIRO, 1985, p. 107).

Como já afirmado, mesmo considerando a larga demanda de trabalhadores a procura de moradias, as vilas operárias não chegaram nem perto de resolver o déficit imobiliário, em fins do século XIX. Pelo contrário, o crescimento de cortiços e favelas crescia vertiginosamente, impulsionado pela chegada de migrantes da zona rural e estrangeiros. No período entre 1872-1890, saltou-se de 274.972 para 518.292 habitantes na capital federal, ou seja, um crescimento de cerca de 90%. Um descompasso em relação ao aumento de moradias que era da ordem de 62% (RIBEIRO, 1997, p. 168-169). Segundo Lia de Aquino Carvalho, entre 1869 e 1888 o crescimento de habitantes de estalagens e cortiços foi de 21.929 para 46.680 (CARVALHO, 1995, p. 139-140). O final do século XIX, nesse sentido, poderia ser dividido nos seguintes períodos de acordo com Lilian Fessler Vaz: 1) anos 1870-1880, em que ocorreu o fechamento de cortiços; 2) 1880-1890, a fase das demolições dos cortiços; 3) 1902-1906, período da reforma urbana e acentuação das remoções e demolições.

Este ascenso de intolerância perante os cortiços estaria relacionado, segundo Chalhoub (1996, p. 22), à noção de que os habitantes destas moradias populares eram as “classes perigosas”, já desde a segunda metade do século XIX. O autor mostra o quanto essa associação tornou-se parte de um discurso dominante que deveria cuidar desses moradores enquanto intrusos da urbe. As vilas operárias, a despeito das promessas de

assepsia urbana e controle político-social sobre os trabalhadores, não se mantiveram como política pública dominante. É certo que até ocorreram iniciativas localizadas de construção de vilas operárias, no final do século XIX e início do XX, contudo não tiveram a capacidade de arrefecer os conflitos sociais como prometiam. No entanto, foram experiências fundamentais para o estabelecimento de políticas públicas para as moradias populares, que deveriam considerar o modo de vida dos trabalhadores e ensejaram práticas de governo mais complexas para lidar com o crescimento das moradias populares no centro urbano e as consequências sociais deste processo.

A construção de vilas operárias foi uma solução dos industriais já no final do século XIX e, principalmente, no início do século XX, nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, para a fixação dos trabalhadores e suas famílias. As maiores vilas operárias podiam ter até mais de 250 casas. Além da moradia, com um aluguel econômico, os operários tinham, no mesmo espaço do trabalho, armazém, farmácia, clube social, igreja, escola, e trabalho também para a mulher e os filhos desde a infância (CIAVATTA, 2011, p. 172).

Como se pode observar, a proposta de vilas operárias traziam em si um ideal de civilização, que se complementava aos ditames das fábricas, de modo que, na própria localidade de moradia, intervenções de controle social e educação eram apresentados aos trabalhadores: controle policial, religião, assistência social, escola, serviços de saúde, grupos de socialização e cultura. Todas estas áreas eram devidamente controladas pela organização altamente centralizada do patronato. São esses pontos que seriam articulados em torno da ideia de “questão social”, que iria balizar as iniciativas nas favelas que abordarei mais à frente. Desta forma, mesmo considerando as limitações das vilas operárias em termos de aplicação à massa de trabalhadores, enquanto política pública, é possível afirmar que alguns traços das intervenções nas favelas foram esboças nestas iniciativas.

O início do século XX reabre a discussão nos marcos de que era necessário aprofundar ações dedicadas às moradias populares, tendo em vista a expansão no Rio de Janeiro. Havia a necessidade do Estado reorganizar a intervenção nas favelas, afinal, o capital privado da construção civil não estava disposto a investir o suficiente, mesmo considerando-se as facilidades fiscais e jurídicas apresentadas pelo poder público.

A postura predominante dos governos do final do XIX até a década de 1930 era o controle violento sobre as moradias populares e todo tipo de pressão para a execução de demolições em massa. O objetivo de extinguir as favelas e cortiços era o principal

elemento tomado por base para a elaboração do planejamento urbano. Essa postura remocionista já era observável ainda em 1866, quando era proibida a construção de cortiços no centro do Rio de Janeiro. A Comissão de Melhoramentos, em 1875, apresentava medidas de reorganização urbana, que viriam a ser concretizadas somente na Reforma Pereira Passos (1902-1906). Logo, os “melhoramentos” eram nada mais que a remoção, a extirpação dos cortiços das áreas mais valorizadas comercialmente. Esta orientação perpassou também o Código de Posturas Municipais do Rio de Janeiro que recebeu, por exemplo, propostas urbanísticas da Comissão de Salubridade da Sociedade da Medicina e Cirurgia, ainda no fim do século XIX, para conter as favelas. Observável também na demolição do Morro do Castelo e na abertura do centro do Rio de Janeiro (1922), que demoliu ainda mais moradias populares. Cabe lembrar que essa perspectiva remocionista permaneceu como uma tendência no Rio de Janeiro até os dias atuais, tendo como hiato apenas o período de governo de Leonel Brizola, que enfatizou a urbanização e legalização fundiária nas favelas como pilar fundamental da sua política habitacional.

A concepção higienista europeia orientava estas reformas urbanas do fim do século XIX até meados do século XX. Uma visão cientificista e positivista que estaria explícita na composição dos quadros dirigentes dos governos e das instâncias do Estado responsáveis pelas habitações populares. Segundo Valladares, “a partir da Proclamação da república em 1889, e durante todo o tempo em que o Rio de Janeiro permaneceu como Distrito Federal, ou seja, até 1959, engenheiros e médicos governaram a capital” (VALLADARES, 2005). Não por acaso as representações do período sobre as favelas e cortiços eram associáveis a doenças e epidemias num tom tecnicista.

Uma camada expressiva de intelectuais se formou tendo o higienismo como princípio de planejamento urbano, e mais que isso, como certificação do progresso civilizatório no centro urbano (CHALHOUB, 1996, p. 35). Everardo Backheuser foi um notório intelectual e político que encampou o debate das moradias populares dentro da perspectiva do higienismo. O engenheiro reformista da Prefeitura do Rio de Janeiro se notabilizou pela defesa de construções de moradias populares que deveriam ser executadas pelo Estado. Esta proposta era pioneira, pois deslocava a responsabilidade da questão habitacional, educacional e de saúde para o poder público, o que poderia ser considerado como os primórdios do estabelecimento de uma alternativa de intervenção nas moradias populares que não se limitavam à remoção, mas a uma perspectiva de melhoria pública.

Na Revista Renascença, que reunia em seu público grandes empresários e as lideranças políticas, Backheuser assinou o artigo “Onde Moram os Pobres” (1905), em que descreve o drama das moradias populares em tom higienista:

Italianos vadios ressonam dias a fio nesses ambientes nauseabundos; negras cheias de óleo na carapinha descantam modinhas, lavando roupas ali mesmo nas alcovas, e estendendo-as em telhados, quantas vezes em cordas nos próprios aposentos que adquirem pela persistência uma atmosfera quente e úmida, impossível de respirar; crianças nuas e sujas esfregam-se no chão imundo, sujando-o mais; e no meio disso, mulheres de baixa extração, pretas em geral, em trajas ignóbeis, baralhando-se na mesma colmeia com moças pobres mas recatadas, que cosem para os arsenais pesadas tarefas, mantendo os seus quatinhos luxuosos quase à custa de asseio, enfeitadas as paredes com retratos queridos – ilhas de limpeza naqueles oceanos de imundície (Backheuser, mar. 1905, p. 90 Apud MATTOS, 2013, p. 187).

Se por um lado a postura de Backheuser se mantinha no tradicional higienismo, por outro, alargava a concepção do que deveria ser encarado como política pública aos pobres. Na sua descrição sobre o morro da Favela esta postura também é presente.

O morro da Favela é íngreme e escarpado; as suas encostas em ribanceiras marchetam-se, porém, de pequenos casebres sem higiene, sem luz, sem nada. Imagine-se, de fato, casas (!) tão altas como um homem, de chão batido, tendo para paredes trançados de ripas, tomadas as malhas com porções de barros a sopapo, latas de querosene abertas e justapondo-se tábuas de caixões; tendo para telhado essa mesa mistura de materiais presos à ossatura da cobertura por blocos de pedras, de modo a que os ventos não a descubram; divisões internas mal acabadas, como que paradas a meio com o propósito único de subdividir o solo para auferir proventos maiores. É isto pálida ideia do que sejam estas furnas onde, ao mais completo desprendimento por comezinhas noções de asseio, se alia uma falta de água, quase absoluta, mesmo para beber e cozinhar (BACKHAUSER, mar. 1905, p.93-94 Apud MATTOS, 2013, p. 189-200).

A descrição detalhada da miséria no morro da Favela segue a mesma perspectiva de tentar sensibilizar a opinião pública, pela caridade, mas também pelo medo de que tais moradias se espalhassem pela cidade. Assim, fez coro para que houvesse ainda mais incentivos fiscais para a construção de vilas operárias, mas também defendia a expansão dos trabalhos da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro. Outro ponto interessante era que defendia que as moradias populares também poderiam ocupar o centro da cidade, algo polêmico para a época, quando se pensava como prioridade absoluta a remoção da população pobre para lugares mais distantes. Tais propostas, inclusive, o levaram a ser acusado de socialista pelos setores mais conservadores (MATTOS, 2013, p. 192-194).

Backheuser, portanto, protagonizou uma posição inovadora entre os círculos conservadores do empresariado. Mesmo acusado de socialista, acabou participando da comissão do Ministério do Interior, que elaborou projeto de lei de favorecimento fiscal ao setor da construção civil em 1905, mas que acabou sendo instituído apenas em 1911. Sua trajetória, portanto, mostra o quanto as moradias populares tornavam-se uma questão social ampla, que perpassava a educação, saúde e até as formas de participação política.

Outra figura representativa deste processo de transição de concepção de poder público sobre as favelas foi Mattos Pimenta. Ainda nos anos 1920, o médico sanitário, engenheiro e jornalista teve papel relevante no estabelecimento de uma orientação dedicada não apenas à remoção, mas também às alternativas de moradia popular possíveis de serem realizadas. Era membro do Rotary Club desde 1925 e fundou o Sindicato dos Corretores de Imóveis, em 1937. Desenvolveu uma aguda campanha pública sobre a questão das favelas nos anos 1926-1927 “combinando o discurso médico-higienista com o reformismo progressista e os princípios de um urbanismo ainda mais ambicioso que o de Pereira Passos” (VALLADARES, 2005, p. 42). Suas propostas de moradia popular resumiam uma posição sobre as favelas que ganharia ainda mais espaço num futuro breve. Assim:

(...) a sua ação não deve ser interpretada apenas como fruto do comprometimento moral e do desejo de modernizar demonstrado pelos reformadores sociais. Serve também como testemunho da mobilização desses novos atores econômicos em favor de uma nova maneira de ver o desenvolvimento da cidade, em que valorizar o seu capital equivaleria a valorizar a cidade em seu conjunto e não apenas construir novos bairros modernos (VALLADARES, 2005, p. 45)

Tanto Backheuser, quanto Mattos Pimenta, sinalizavam uma recomposição das elites em torno do capital imobiliário e de uma orientação que deveria considerar os favelados dentro de um projeto urbanístico que considerasse direitos sociais, mas também formas de controle cultural, político e econômico. Nos anos 1920-1930 o discurso reformador social ganhava espaço, mas sem perder de vista a herança cultural higienista, além disso, mantinha como prioridade o horizonte de extinção das favelas.

O Plano Agache (1930) também produziu uma reflexão mais complexa sobre a urbanização, tecendo análises sobre as favelas e propondo não apenas a derrubada das favelas, mas também a construção de moradias populares e até de mobilidade urbana. De certa forma, retomava as propostas de Backheuser e Mattos Pimenta e aprofundava outras percepções:

Sua maneira de compreender o problema, de perceber o social, marca um avanço em relação aos observadores precedentes, chegando a perceber processos de constituição dos laços sociais nas favelas, inclusive a emergência de atividades econômicas (VALLADARES, 2005, p. 48).

Este acúmulo de perceber a favela enquanto um problema social foi elevado a um novo patamar a partir de 1930. A partir do governo Vargas as favelas passaram a ser reconhecidas pelo poder público enquanto uma *questão social* de fato. Sem perder de vista o viés higienista e remocionista, seu governo instituiu uma abordagem diferenciada sobre as favelas, comparado aos governos anteriores, em particular no Rio de Janeiro:

O regime de Vargas retomou a temática higienista que atribuía à propagação de inúmeras doenças e más condições sanitárias das moradias populares. Getúlio Vargas afirmava que a propriedade de sua moradia e uma alimentação adequada eram legítimas aspirações dos trabalhadores. Para ele, a família a célula política de base e a questão da moradia uma questão maior. (...) Nos anos 1931-1936, Getúlio Vargas nomeou para prefeito da cidade o médico Pedro Ernesto, logo reconhecido como “o médico dos pobres” (VALLADARES, 2005, p. 50).

Neste período, portanto, o trabalhador é reconhecido socialmente e territorialmente, desencadeando uma agenda de políticas públicas voltadas para os favelados nas áreas de habitação, infraestrutura urbana, assistência social, saúde e educação. É este o contexto, aprofundado nos anos 1940, no qual a Fundação Leão XIII seria erguida na década de 1940, de ampliação de direitos sociais, mas sob imbuída do ideário higienista, remocionista, autoritário e personalista (políticos e lideranças católicas).

A produção de estudos sobre as favelas acompanhou esta transformação da favela enquanto questão social, sendo subsídio importante para a efetivação de políticas públicas. Mas mesmo antes deste período já era possível observar a formação de quadros dedicados à questão das favelas. O Clube de Engenharia (1880), por exemplo, teve um importante papel na formação de quadros urbanistas para o funcionalismo público. Assim como o Rotary Club, que, reunindo o empresariado carioca, formulou um projeto de superação das favelas (VALLADARES, 2005). Estudos mais minuciosos foram realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-1938) e a Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS-1947).

A produção de pesquisa especializada em favelas também foi favorecida pela expansão das universidades no Brasil. Os programas de pós-graduação, principalmente nas áreas de urbanismo, antropologia e serviço social, foram importantes na produção destes trabalhos científicos, que inicia nos anos 1940 e a partir dos 1960 se expande ainda mais. Agências de fomento à pesquisa como a Fundação Ford também subsidiaram diversos estudos sobre as favelas. (VALLADARES, 2000).

Mais recentemente, ONGs como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE; 1961), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE; 1981), Institutos de Estudos da Religião (ISER; 1973), Urbandata (1989) e Viva-Rio (1993) também tiveram participação relevante na produção de estudos e intervenções sociais nas favelas.

Houve, inclusive, a internacionalização da questão favela, sendo preocupação de organismos internacionais. Na década de 1960, o desenvolvimento de parcerias com organismos financeiros internacionais para a execução de políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro, tais como USAID<sup>4</sup> e BEMDOC<sup>5</sup>, também fomentaram pesquisas e intervenções sociais sobre as favelas<sup>6</sup>.

Mais à frente apresentarei um histórico mais detalhado sobre as diversas políticas públicas e iniciativas civis que se dedicaram às favelas. O que importa ressaltar neste momento é o quanto a produção de conhecimento e de políticas públicas sobre as favelas foi crescendo e complexificando, na medida em que se tornavam territórios cada vez mais importantes na lógica da cidade urbano-industrial capitalista.

Por isso, tratar dos dilemas das favelas representa mais do que reconhecer os ímpetus hodiernos de alguns governos, interesses econômicos conjunturais ou tendências midiáticas da indústria cultural. Creio que a favela torna-se território fundamental da cidade no estabelecimento da ordem dominante ao longo do século XX. Conhecer o modo como a governabilidade foi concebida na segunda metade do século XX e o modo como as

---

<sup>4</sup> O United States of America Aid for Development – (Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos da América), USAID, surgiu em 1961, no governo de John Kennedy, unificando as políticas assistenciais internacionalmente, assim como ações na área econômica e política dos países assistidos pelos EUA.

<sup>5</sup> Programa Brasil-Estados Unidos-Movimento para o Desenvolvimento e Organização de Comunidade (BEMDOC) (VALLADARES, 1986, p. 95).

<sup>6</sup> É importante lembrar que ações de cooperação internacional entre Brasil e EUA já aconteciam sistematicamente bem antes. A Conferência Pan-americana para a Paz (1936) elaborou um programa econômico, cultural e político interamericano que estabeleceu as bases da política da “boa vizinhança” do presidente estadunidense Franklin Roosevelt, o que seria aprofundado depois, principalmente nos anos 1960 (MENDONÇA, 2010, p. 83).



políticas públicas foram encaminhadas nesses territórios é um desafio teórico-político de grande alcance, pois, inscrito na problemática da *hegemonia*.

A prioridade conferida à favela na pauta do poder público reside, neste sentido, *na compreensão de que esses territórios possuem potencial, real e imaginário, de criar instabilidade à cidade capitalista*. Real porque as condições de sobrevivência subumanas e o crescimento desordenado das favelas estão em permanente tensão, convertendo, muitas vezes, a indignação popular em espasmos de rebelião, como a queima de um ônibus como resposta à violência policial. Mas, dependendo do momento histórico, da correlação de forças, da capacidade organizativa dos seus moradores, a indignação popular da favela pode transformar-se em energia político-cultural antissistêmica, ameaçando os fundamentos organizacionais da cidade, mas também da ordem capitalista.

No entanto, também transforma-se num potencial imaginário, na medida em que a instabilidade social é utilizada ideologicamente pelos setores dominantes como mecanismo de coesão social em torno dos princípios conservadores de “tolerância zero”<sup>7</sup> aos trabalhadores e de conservação de seus interesses de classe. Ou seja, o setor conservador utiliza-se de fragmentos da realidade, como, por exemplo, a violência e a miséria nas favelas para legitimar ações do poder público que ampliam o nível de exploração do trabalho, as formas de controle, truculência policial, a perseguição aos moradores organizados politicamente. A retórica da “guerra contra o crime”, da limpeza social e até de preservação ambiental tornam-se argumentos legitimadores para ações cada vez mais enérgicas contra as favelas.

A remoção e a violência são apresentadas como alternativas para a superação do caos urbano, no entanto, cresce, em graus diferenciados e aos solavancos das lutas sociais, a necessidade de educar os favelados. A favela, portanto, é um dos eixos fundamentais da disputa de hegemonia quando se pensa o modo de vida da classe trabalhadora urbana. Num plano mais geral, a favela é uma extensão fundamental da luta de classes, em que o modo de vida dos trabalhadores se confronta com o restante da cidade no âmbito territorial.

O crescimento exponencial das favelas sintetiza as contradições do sistema capitalista no plano organizacional da cidade. A precariedade da vida nos centros urbanos do sistema capitalista se realiza mediante a negação de direitos primários como

---

<sup>7</sup> O prefeito Rudolph Giuliani empreendeu uma dura política de segurança pública de “tolerância zero” sobre a criminalidade, principalmente o tráfico de drogas, desde os anos 1990. Esta política tornou-se referência para o Brasil, mesmo considerando-se que o crime em Nova York adquiriu novas formas de auto-reprodução, sendo realocado para áreas da cidade menos visadas e tendo casos de truculência contra trabalhadores pobres e negros (WENDEL & CURTIS, 2002).

alimentação, transporte, educação, saúde, infraestrutura urbana e até o direito à vida e à liberdade, principalmente nas favelas. Historicamente, a favela é onde uma parcela importante da classe trabalhadora reside, abrangendo, os setores formais e informais. Um exército industrial de reserva ativo, latente e estagnado, que não pára de crescer, e, acaba, por isso, tendo, cada vez mais, importância na dinâmica social geral. Para se ter uma ideia, o crescimento da população das favelas no Distrito Federal saltava de 169.305, em 1930, para 830.000, em 1960 (SAGMACS, 1960, p. 7).

Quando observada a realidade das favelas do Rio de Janeiro, da primeira metade do século XX, não é possível reduzir os trabalhadores deste território ao prisma eurocêntrico de classe, como um operariado clássico, assalariado e essencialmente fabril. As contradições engendradas pelo desenvolvimento desigual do capitalismo no Brasil forjaram as mais variadas formas de subordinação particulares do trabalho ao capital, de maneira que o arcaico, aparentemente superado pelo progresso capitalista, ainda coexistia com as formas clássicas de assalariamento e formalidade trabalhista (FERNANDES, 1972).

Esta forma *ornitorrínica* do capitalismo brasileiro (OLIVEIRA, 2003) produz uma lógica de apropriação do espaço urbano, que também unifica, contraditoriamente, uma noção de cidadania restrita, baseada num rígido liberalismo conservador que afirma e usurpa direitos. Ao longo da história das favelas, de uma forma mais ou menos explícita, estas áreas urbanas não deixaram de ser o antro das “classes perigosas”, como no início do século XX. Reconhecer isso não é negar a afirmação de conquistas no campo dos direitos políticos, sociais, da liberdade de expressão e de diversos aparatos de infraestrutura urbana para as favelas, mas sim compreender que, mesmo no período da Nova República, a favela ainda é reconhecida pela necessidade de controle. Por outro lado, a ampliação da educação institucional nas favelas revela o movimento complexo de produção consenso, de ampliação do espectro da cidadania para os trabalhadores. Assim, o direito à educação nas favelas se relaciona a um padrão mais complexo de produção de hegemonia (coerção-consenso).

A lógica da favela, erigida sob a informalidade trabalhista, dos arranjos locais de organização urbana efetuados por lideranças locais, da flexibilidade dos matrimônios e registro de nascimentos, enfim, levava a uma condição de vida em que a cidadania ainda não era um princípio. O processo de formalização da vida nas favelas, quando se “regulariza” casamentos, nascimentos, relações trabalhistas, documentação civil, posse da terra, direitos previdenciários, educacionais e de saúde é parte do processo de realização e

formalização da cidadania nas favelas, de acordo com todas as contradições republicano brasileiro. Neste bojo, as obrigações legais da cidade referentes a ordenamento urbano e o partilhamento de uma noção de cultura urbano-industrial convertiam seres entregues à barbárie e imoralidade das favelas à condição de cidadãos. A política pública e, em particular, a educação formal, tornavam esse processo de construção da cidadania nas favelas um movimento permanente de produção de consenso.

Esta relação entre formalidade e informalidade é a tensão sobre a qual se ergue a própria condição territorial específica do favelado, sendo as políticas públicas os meios mais efetivos de inserção sistematizada na lógica da cidade e do capitalismo urbano-industrial. Vale ressaltar que as informalidades do modo de vida dos favelados, invariavelmente, estão subsumidas ao capital. Significa que “a generalização da mercantilização da sociedade, componente essencial da expansão capitalista, reduzia (ou simplesmente eliminava) a possibilidade de sobrevivência individual fora do mercado (FONTES, 2005, p. 24). Este imperativo do mercado criava uma forma de vida singular nas favelas, intimamente ligada ao padrão de sociabilidade hegemônico, em que a informalidade da favela seria o substrato fundamental das formas específicas de realização da moradia, das ações culturais, da mobilização política, das modalidades de trabalho, de realização do comércio e todos os âmbitos da vida.

O período entre 1940-1960 é aquele em que o desenvolvimento das favelas foi mediado crescentemente pela estruturação das formas industrializadas de realização da vida, que, no início do século XX, ainda eram esboçadas. Racionalizadas de acordo com os preceitos de disciplinação da força de trabalho para o capital, o mercado imobiliário, o comércio local, a rede de transportes, os serviços de luz e água, a representação política, a indústria cultural nas favelas, antes circunscritas a formas de organização local, de acordo com mediações artesanais com o conjunto da lógica da cidade, tornar-se-iam inseridas no código da legalidade da cidadania.

Não se trata, portanto, de considerar no período em questão como uma inserção da favela na lógica da cidade capitalista, afinal, o seu surgimento se realiza a partir das condicionantes históricas de um capitalismo dependente, que se erguia sobre a hierarquização territorial urbana. Ou seja, a favela era produto de uma lógica social que se assentava sobre a (super)exploração de trabalhadores, no contexto de formação desta modalidade de capitalismo urbano. Trata-se na realidade de uma mudança qualitativa das relações de poder no âmbito da cidade e na própria realização da vida da classe

trabalhadora, em que a lógica capitalista industrialista seria cada vez mais decisiva na constituição da favela.

A representação das favelas enquanto antro da violência também reflete este processo, se adequando, inclusive, ao discurso da urgência de uma “violência necessária e pacificadora” como solução social. O aspecto “artesanal” do crime, característico dos primórdios das favelas do Rio de Janeiro, por exemplo, foi elevado à condição industrial de articulação internacional, de produção e distribuição, seja no comércio de drogas, armas ou prostituição. Objetivamente, armas circulam em muitas favelas e, com isso, a imagem de “classes perigosas” foi redefinida, principalmente a partir da década de 1980, como alvo de uma “guerra” contra as drogas, a violência, o crime, a impunidade etc. O que era uma dimensão da vida das favelas, o tráfico, tornou-se, sob os olhos do Estado e dos grandes meios de comunicação, por meio de significativa (por sua relevância ideológica) metonímia, o todo da favela. Assim, se antes a ojeriza da favela estava no discurso estético, higienista no início do século XX, aos poucos, vai crescendo-se um discurso de batalha entre polícia e favelados, assim como uma demanda por educar os favelados para a civilidade.

Uma contradição fundamental se estabeleceu desde os primórdios das favelas: e se os favelados, unificados pela identidade de território<sup>8</sup> e de classe se insurgissem contra a cidade formal? Este espectro existe, de certa maneira, desde os quilombos, os cortiços e vilas operárias, quando a contradição de classe é perpassada pela questão territorial. O que inspira, por conseguinte, tamanho interesse sobre as favelas, é o receio (ou a esperança em alguns poucos casos) de que o modo de vida dos favelados e seus interesses de classe desarranjem a lógica geral, não só da cidade, mas do *capitalismo como um todo*.

Como já afirmado, este potencial de desestabilização social causado pela favela, é real e imaginário, sujeito à instrumentalização ideológica das frações burguesas. Seja “criminalizando” os favelados no seu modo de vida mais elementar, seja positivando a vida na favela como uma conquista social, fruto de uma micro ascensão social liberal,

---

<sup>8</sup> Há uma vasta discussão sobre o conceito de território, no entanto, para o desenvolvimento da argumentação da tese acredito ser necessária uma delimitação básica, da qual filio conceitualmente a discussão. A favela é entendida como território, parte de uma territorialidade, nos seguintes termos: “A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (Sack, 1986, 219).

encarnada atualmente na *classe C*<sup>9</sup>. Assim, os favelados tornaram-se um objeto de estudo estratégico no capitalismo contemporâneo.

O impacto deste processo no âmbito acadêmico é notório. O levantamento produzido pela UrbanData Brasil<sup>10</sup> é bem esclarecedor, pois, de acordo com Valladares e Coelho (1995) foram formados, entre 1940 e 1989, cerca de 85 centros de pesquisa em todo o Brasil, abordando a realidade das favelas em temas como movimentos sociais, violência, mercado de trabalho, migrações, pobreza, infância e gênero. De 13 programas de pós-graduação dedicados aos problemas da cidade, em muitos casos tratando das favelas, passou-se para 54, em 1994. E de 1940 a 1989 foram 1001 teses sobre o Brasil urbano (VALLADARES, p. 125, 2001). Até o ano de 2001, são variados os campos de desenvolvimento desses estudos, como se observa no quadro a seguir:

Tabela 1  
**Distribuição das referências bibliográficas por disciplina  
UrbanData-Brasil – maio de 2001**

Disciplinas	%
Antropologia urbana	6,8
Ciência política	4,5
Demografia	4,3
Direito urbano	1,3
Economia urbana	9,2
Geografia urbana	11,5
História urbana	8,5
Medicina social e saúde pública	2,9
Planejamento urbano	22,3
Sociologia urbana	28,7

(Apud, VALLADARES, FREIRE-MEDEIROS, p. 64, 2001).

A relevância da categoria favela já é notória em diversas áreas, principalmente no Planejamento Urbano, Serviço Social, Geografia, Antropologia, Sociologia e, mais recentemente, na História. No entanto, na área da Educação, apesar de haver diversos estudos sobre experiências educacionais desenvolvidas em favelas, ainda foi pouco estudada a relação entre a constituição da favela e o papel civilizatório da educação neste processo. A vasta pesquisa organizada por Victor Vincent Valla, reunida no livro Educação e Favela (1986), teve uma contribuição importante para a Educação, sendo,

---

9 Marcio Pochmann afirma que o governo federal do PT teria inaugurado um crescimento econômico virtuoso, aliado a uma política de ataque à desigualdade social, mediante uma série de programas sociais. Tal tendência teria assinalado uma nova classe-média erguida da pobreza (2012). Esta avaliação é discutível se considerada a dependência do aumento do consumo ao crédito, a restrição de direitos trabalhistas, os cortes orçamentários nas áreas de serviços públicos e o crescimento da inflação. Aliás, o ano de 2015 inicia uma agenda de austeridade fiscal que tem como objetivo manter as altas taxas de lucro do agronegócio, mercado financeiro e empreiteiras, em detrimento do poder de compra dos trabalhadores.

<sup>10</sup> A UrbanData Brasil (Banco de Dados sobre o Brasil Urbano) produz um banco de dados a respeito das pesquisas urbanas no Brasil, contendo vasta bibliografia, pesquisas, instituições e temas pesquisados. Para saber mais: <http://urbandata.iesp.uerj.br/oquee.shtm> (acessado em 23/01/2014).

inclusive, referência para outras áreas de pesquisa. Contudo, a Educação ainda carece de estudos que se debrucem sobre este tema.

Mais do que estudar os impactos de projetos educacionais em comunidades específicas, é necessário compreender qual o papel da educação na construção da favela, na formação de um paradigma de sociabilidade urbano-industrial. Há, portanto, um terreno de pesquisa vasto a ser explorado, considerando a favela enquanto objeto de estudo da área da Educação.

As condicionantes históricas do capitalismo urbano industrial, contudo, não se estabeleceu homogeneamente. Cada região efetivou sua experiência de vida de acordo com determinado acúmulo cultural, algo ligado, por exemplo, aos costumes dos migrantes, as intervenções governamentais e a rede de relações humanas específicas do território. O que acaba se relacionando e impactando a lógica da cidade como um todo. Esta sinuosa mediação é a tarefa metodológica do estudo que se pretende criterioso, que considera as particularidades sem perder de vista as determinações históricas gerais. Tomando as devidas precauções teórico-metodológicas é importante considerar os diferentes processos de formação de moradias populares produzidas no contexto de industrialização capitalista, atentando sempre às singularidades sociais de cada território. Ou seja, este fenômeno não é predicado apenas do Brasil, mas de todos os países em que ocorreram as contradições capitalistas da desigualdade social e urbanização descontrolada.

Friedrich Engels, no livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (2010), observava as transformações culturais e econômico-sociais nas formas de sociabilidade dos trabalhadores pobres na Inglaterra a partir da constituição dos bairros proletários, ainda no século XIX. Engels escreveu um arguto relato, quase etnográfico, sobre os impactos da industrialização sobre a apropriação do espaço pelos trabalhadores, as transformações nos costumes, o aumento de patologias sociais como violência, alcoolismo etc. Uma descrição marcada pela contradição profunda entre o desenvolvimento tecnológico e econômico da Inglaterra capitalista e a ampliação da exploração sobre os trabalhadores destes bairros proletários, juntamente com a precarização da vida, o desenvolvimento de formas de controle social e convencimento cada vez mais refinados.

O processo de proletarização dos camponeses era reconhecido por Engels como elemento revolucionário, que, contraditoriamente, tornava a Inglaterra um expoente capitalista internacionalmente, mas, ao mesmo tempo, desumanizava seus trabalhadores

com regimes de trabalho extenuantes, salários próximos ao limite da miséria e a organização do espaço urbano cada vez mais segmentada de acordo com a divisão de classes que então se consolidava. Engels descreve com riqueza de detalhes as condições dos bairros proletários ingleses:

Estes “bairros de má reputação” são organizados em toda a Inglaterra mais ou menos da mesma maneira, as piores casas ficam na parte mais feia da cidade; a maior parte das vezes são construções de dois andares ou de um só, de tijolos, alinhadas em longas filas, se possível com casas habitadas e quase sempre irregularmente construídas. Estas pequenas casas de três ou quatro divisões e uma cozinha chamam-se cottages e constituem vulgarmente em toda a Inglaterra, exceto nalguns bairros de Londres, as habitações da classe operária. Habitualmente, as próprias ruas não são planas nem pavimentadas; são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e mal cheirosos (ENGELS, p. 70, 2010).

Mais do que uma descrição emocionada sobre as condições de vida urbanas inglesas, Engels apresenta as definições fundamentais dos territórios proletários, o resultado histórico das contradições do capitalismo inglês. A mecanização da produção e a acentuação da divisão social do trabalho nas fábricas eram inovações que produziam um aumento impressionante da produção de mercadorias, da capacidade de exploração de matéria-prima, a complexificação do comércio internacional, o crescimento populacional, contudo, a sociedade que se consolidava cobrava como condição para esta expansão capitalista um modelo espacial de cidades segregador e desumano.

A condição de assalariamento tornava os proletários dependentes da venda de sua força de trabalho. A classe burguesa inglesa passava a ter a sua disposição um exército de mão-de-obra reserva nos centros urbanos, que tinha como consequência direta a tendência permanente de achatamento dos salários dos proletários e a piora nas condições de vida e trabalho. Engels nota que é a luta destes trabalhadores, cada vez mais organizada, o único meio eficaz de frear este processo. Os *trade unions*, eram, portanto, o elemento fundamental de resistência que poderiam subverter a ordem capitalista urbano-industrial. Engels propõe relacionar as transformações da sociedade, especificamente no contexto das cidades, às condições do capitalismo urbano-industrial, tendo como motor histórico a luta de classes.

Apesar das profundas diferenças de contexto histórico entre o capitalismo inglês e o brasileiro, entendo que seja possível considerar algumas proposições de Engels à pesquisa aqui apresentada. A existência das favelas no Brasil remete *também* a um conjunto de condições históricas engendradas pela lógica capitalista urbano-industrial,

que produzem, de acordo com a luta de classes, um modo específico de organizar o espaço urbano, mais que isso, uma maneira específica de (re)produzir a vida humana. Tal condicionante histórica estaria amparada na ampliação da divisão social do trabalho, na segregação espacial de acordo com a posição de classe e a crescente necessidade de controlar estes territórios para assegurar a estabilidade do sistema capitalista.

O campo de pesquisa da Educação pode contribuir para a compreensão deste processo global de urbanização da vida, analisando as práticas culturais e cotidianas sob o prisma das intervenções educacionais. A Educação, portanto, foi parte essencial no estabelecimento das favelas, na medida em que as políticas públicas, as intervenções civis, em particular, a formação das escolas no território das favelas, disputaram uma concepção de modo de vida urbano-industrial.

Quando afirmo a pertinência da categoria *favela* enquanto objeto geral de pesquisa é importante ressaltar as suas múltiplas expressões históricas. Não há um padrão de favelas ou normas de conduta genéricas possíveis de serem atribuídas aos favelados. Cada unidade territorial que é reconhecida como favela possui suas características próprias, suas narrativas, seu repertório de memórias, suas identidades e modos de vida específicos. O perfil demográfico, os métodos de ocupação, os fluxos migratórios de origem dos moradores, as resistências às remoções, as estratégias de sobrevivência, a expressão cultural e suas tradições são elementos singulares porque remetem a processos históricos específicos, que se unificaram, dando corpo à formação destes territórios. Quando a ONG Centro de Ações Solidárias na Maré (CEASM)<sup>11</sup>, por exemplo, construiu uma narrativa afirmando que Dona Orozina seria a primeira “mareense”, quando chegou à região, ainda na década de 1940, estava afirmando não apenas o marco zero histórico da favela da Maré, mas sim, delimitando sua identidade territorial, conectando uma rede de significados e experiências de vida que a distinguiam de outras favelas (COSTA, 2010).

Contudo, algumas sínteses fundamentais foram cruciais para estabelecer os nexos da pesquisa. O primeiro é que as favelas são entendidas por mim *como lócus de um modo de vida dos trabalhadores urbanos precarizados*. A lógica urbana e capitalista estabelece a venda da força de trabalho como condição imperativa da realização da

---

<sup>11</sup> A ONG CEASM foi pioneira em desenvolver a concepção de positivação da identidade da favela a partir de um protagonismo dos próprios moradores. O discurso da entidade forjou o conceito de “mareense”, identificando características culturais locais sob a ótica de um empoderamento cidadão. Ver COSTA, R. O Centro de Ações Solidárias na Maré (CEASM) e a Nova Pedagogia da Hegemonia: tensões entre a militância e o ethos empresarial. Rio de Janeiro, 2010. 305 f. Dissertação (mestrado em Educação), Curso de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.



existência humana, sendo que a disposição territorial destes trabalhadores, como Engels (2008) já havia observado no caso inglês, é influenciada por esta determinação histórica. As favelas, deste modo, não são apenas a reunião de trabalhadores precarizados em dado território, mas sim, a realização dos modos de vida destes trabalhadores no plano urbano. Ou seja, a proletarização, a consolidação de uma experiência de histórica urbana e industrial não pode ser compreendida como expressão da imposição unívoca da fábrica, mas sim enquanto síntese, como ruptura e continuidade entre o moderno e o arcaico; o rural e o urbano; o nacional e o local; a cidadania e a negação de direitos no estabelecimento de uma hegemonia específica característica do capitalismo dependente brasileiro.

Quando se observa o contexto de modernização e consolidação do Brasil enquanto nação republicana, a urbanização deveria ser o elemento civilizador fundamental. A favela, neste sentido, seria a parte explosiva em contradição a este ideal de existência humana arraigado aos valores da lógica industrial. Não por acaso o significado de civilizar é: “1. Tornar ou tornar-se urbano; 2. Tornar ou ficar bem-educado ou cortês; = CIVILIZAR, POLIR≠EMBRUTECER; 3. Transformar ou transformar-se numa zona urbana (ex.: urbanizar terrenos baldios; a zona urbanizou-se) ("urbanizar", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/urbanizar> ; acessado em 26/01/015). Ou seja, urbanizar é civilizar-se, educar-se. O que remete ao contexto em questão da primeira metade do século XX, quando o desejo pela urbanização, a consolidação de ideais de cidadania e a busca por um sistema educacional voltado para os trabalhadores favelados articulavam-se a um projeto de desenvolvimento capitalista modernizador e conservador.

A ascensão de Vargas, em 1930, assinala uma inflexão considerável na relação do Estado com as favelas. Ocorre a ampliação de políticas públicas, tendo como pilar fundamental a educação, associando iniciativas educacionais escolares aos favelados às intervenções de Serviço Social, como apresentarei mais à frente. Diante disto: esta imbricação entre a urbanização e educação; assistência social e educação; cidadania e educação, justamente neste contexto de industrialização do país, seria o eixo para a construção de uma nova hegemonia? Esta educação era diferente daquela oferecida aos moradores das regiões formais da cidade?

No caso do Rio de Janeiro, o Distrito Federal, vitrine do país e centro de poder, este processo foi exemplar. Mesmo reconhecendo que ainda havia profunda

desigualdade social e preconceitos contra os favelados, é notório que a favela não era, a partir de Vargas, tida apenas como um “cancro social”. A relação entre favela e cidade tornava-se mais complexa. Ser favelado ainda era carregado de um caráter pejorativo, mas, a partir daquele momento, havia a promessa e expectativa de uma cidadania aos favelados (VALLADARES, 2005).

Neste sentido, a abertura da sociedade civil para formas de participação políticas cada vez mais francas e complexas interligavam-se à própria ampliação das favelas no Rio de Janeiro. Não era apenas um aumento populacional, mas sim, a ampliação da relevância das favelas na produção de hegemonia. Tornava-se uma questão social, pois as tensões sociais produzidas nas favelas teriam repercussões sobre as definições da democracia brasileira, na medida em que construía as bases da cidadania. As diversas igrejas, as associações de moradores, partidos políticos, intervenções de agências de pesquisa e ações de políticas públicas incrustavam a favela à sociedade civil nesta forma democrática, mesmo que demarcada por traços autoritários.

Após a renúncia de Vargas, em 1945, aquelas formas de participação política popular que resistiam sob a ditadura estadonovista, ganhavam novas proporções. O jogo democrático deveria se liberalizar, em contraposição ao período anterior, gerando a expectativa de ampliação dos meios de representação política. No entanto, a correlação de forças era mais conservadora do que se prometia, afinal, fortes amarras oligárquicas da república brasileira ensejaram limites à democracia no Brasil, tal como a proibição do direito de voto aos analfabetos e a cassação do registro do PCB.

Gramsci, debatendo sobre os dilemas do contexto italiano de ascensão do fascismo, analisou de forma brilhante as redes de poder que estabeleciam a ordem social, o que denominou *hegemonia*.

Segundo o autor, a hegemonia se move e equilibra a partir da relação entre o Estado e as organizações ético-políticas, o que chamava de aparelhos privados de hegemonia. Importante esta noção de movimento, já que, para pensar o conceito de hegemonia, é imperativo apreender a relação social na sua totalidade, enquanto mudança permanente. A hegemonia se concretiza nas pulsões da luta de classes, das ações de resistência dos oprimidos e de consolidação dos interesses de classe dominantes. Esta correlação de forças, que coloca organizações políticas em disputa na sociedade civil e, em síntese, determina a condição histórica de uma sociedade, a sua hegemonia. Desse processo, a classe ou fração de classe dominante consolida sua posição dirigente, universalizando seus valores ético-políticos a partir dos meios de

comunicação, da construção de memória, da cultura como um todo, em particular, através da educação. Nesse sentido, a escola seria a instituição a sintetizar a visão de mundo oficial. Segundo Gramsci,

Com o seu ensino, a escola luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, e de leis civis e estatais, produto de uma atividade humana, que são estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas tendo em vista seu desenvolvimento coletivo; a lei civil e estatal organiza os homens do modo historicamente mais adequado a dominar as leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando transformá-la e socializá-la cada vez mais profundamente e extensamente (GRAMSCI, 2000, p. 42).

Esta escola afirmada por Gramsci se enraíza e desenvolve sob uma lógica de sociedade civil mais ampla aos aparelhos privados de hegemonia, em que a agência humana nos rumos das definições políticas é mais direta na produção do consenso. A sistematização do conhecimento desenvolvido pela educação formal se contrapõe às concepções tradicionais em certa medida, pois coloca a lei como produção humana, ainda que a mesma educação sedimente os princípios ético-políticos da ordem social dominante como naturais (propriedade privada, assalariamento, família, religião etc.). A educação, no seu processo de instituição, enquanto bem público universal, torna-se também um instrumento de disputa de visão de mundo e de consolidação de uma forma de funcionamento da sociedade civil mais aberta a socialização da política.

O pensador italiano adensa a análise sobre a ordem capitalista, pois sua reflexão compreende o Estado (denominado por ele como sociedade política) enquanto relação social, como produto histórico das mediações entre os agentes políticos civis e as suas instâncias. Considerar o desenvolvimento das políticas públicas em educação passa por perceber, portanto, que estas mediações entre sociedade civil e sociedade política tornavam-se mais emaranhadas e complexas para a produção da hegemonia. Isso porque no capitalismo urbano-industrial a educação passa a ser sistematizada enquanto base para a difusão de determinados valores ético-políticos, principalmente a partir de seu sistema de ensino oficial. Os meios de comunicação, o Serviço Social, a produção de memória, todo tipo de produção de campanhas públicas, enfim, toda a produção de saberes e ações públicas fazem parte deste repertório educacional do Estado. Em resumo, é uma ação sistematizada e unificadora de concepções de mundo. A este respeito Sonia Regina de Mendonça afirma:

Através de seus organismos o Estado concentra informações, trata-as e as redistribui, operando, sobretudo, uma *unificação teórica*. Situando-se do ponto de vista da sociedade em seu conjunto, torna-se o responsável por operações de *totalização* - através de recenseamentos, estatísticas ou contabilidade nacional; de objetivação - mediante a cartografia (representação unitária do espaço) ou mesmo a escrita; e de *codificação* - como unificação cognitiva que implica numa centralização e monopolização de saberes que beneficiam, via de regra, aos letrados (MENDONÇA, 1996, p. 97)

A instituição escolar, por reunir este acúmulo de saberes e a memória das práticas políticas econômicas e culturais de determinado bloco histórico, tem singular importância na construção de um padrão naturalizado de cidadania, que solidifica as bases da hegemonia. Não quer dizer que a escola ou as ações de educação formal sejam exclusivas neste processo de naturalização de determinada forma de cidadania, afinal, é na articulação dos diversos âmbitos da vida, em torno dos valores ético-políticos dominantes, que a hegemonia se concretiza. Nem que a escola seja isenta de contradições e possa apresentar posturas críticas e até antissistêmicas localizadamente. Mas, em termos gerais, a educação formal *institucional* corporifica a unidade sistêmica do consenso, relacionando os mais distintos momentos de realização da vida, as experiências históricas, a memória aos ideais dos setores dominantes. Deste modo, é possível afirmar que a condição do aparato educacional, enquanto política pública oficial do Estado, relaciona-se, prioritariamente, às forças sociais dominantes.

Analisando a sociedade capitalista urbano-industrial, Gramsci observa como a educação na sociedade, que então se erigia, tornava-se parte cada vez mais central na produção de hegemonia. O autor avaliou como as concepções americanistas não eram apenas uma forma de produzir ou um conjunto de valores ético-morais específicos a realidade fabril. Percebia que os valores laborais da fábrica estavam em processo de universalização na sociedade e tinham como propagadores essenciais os quadros médios das frentes de trabalho (GRAMSCI, 1996).

Esta reflexão ajuda a pensar como a educação desempenhou um papel “civilizatório” nas favelas, tendo em vista as transformações socioeconômicas e culturais que se operavam no Brasil, quando a sociedade assumia características cada vez mais urbano-industriais. Influenciou intensamente a produção de quadros locais nas favelas, de maneira a disputar os rumos das organizações civis que surgiam nas favelas. A educação escolar oficial chegava às favelas imbuída de um caráter mediador, de efetivação do caráter *ampliado* do Estado, ou seja, um movimento de interação entre

sociedade política (Estado) e sociedade civil, em que buscava-se universalizar os saberes dominantes.

Nesse sentido, aprofundando a reflexão de Gramsci, numa sociedade mais ocidentalizada, ou seja, de expansão dos meios de participação política da sociedade civil, a disputa pela formação destes quadros médios também ocorre no âmbito do território de moradia, assim como nas mais diversas esferas da vida humana. A educação para as favelas tornou-se um meio de forjar quadros para a capilarização de ideais capazes de orientar a ação prática nas disputas políticas da sociedade civil. O que leva à querela sobre qual tipo de educação deveria ser construída para os favelados.

O período de 1947-1964, como mostrarei mais a frente, é aquele em que ocorre o desenvolvimento de políticas públicas, especificamente de intervenções educacionais nas favelas do Rio de Janeiro. Seria possível afirmar que tal processo representaria um novo momento ou adaptação da hegemonia diante destas transformações históricas? Ou de fato uma nova hegemonia? Ou seria apenas mais uma tentativa de controle (por meio de formas mais abertamente coercitivas) sobre os trabalhadores? Como a construção ativa do consenso foi combinada com a coerção? Estas ponderações sobre a hegemonia ou crise de hegemonia reafirmam o quanto a educação é uma categoria importante na articulação entre Estado e sociedade civil.

A ampliação da educação aos favelados tem como consequência, contraditoriamente, a potencialidade de conquista de direitos sociais, civis e políticos pelos trabalhadores, mas também a intencionalidade da classe dominante de civilizar os trabalhadores de acordo com a lógica da cidade capitalista urbano-industrial. Algumas questões se desdobram a partir daí: *como a Educação foi (re)apropriada no processo de construção de um ideal de cidadania específico aos favelados? Seria o nascimento de uma cidadania específica aos favelados? Ou haveria uma cidadania universal em processo de consolidação, que, caminharia para reconhecer os direitos fundamentais daqueles que habitavam as favelas?*

São questões que serão aprofundadas posteriormente, mas, por ora, o que destaco é que a Educação, enquanto política pública, teve destaque no processo de urbanização, na história da favelização do Rio de Janeiro, mas acima de tudo, na construção da hegemonia. Os limites desta incorporação dos favelados às políticas sociais ditas universalizantes, reunidas na ideia de cidadania, serão traços a serem averiguados a seguir. O importante a ser ressaltado, por enquanto, é que a partir da década de 1930, e, principalmente na de 1940, o favelado não era mais tido *unicamente* como o habitante

exótico, bárbaro, externo à cidade. Estaria em andamento uma então nova produção de consenso mediada pela ampliação da educação aos favelados e incorporação destes à lógica da cidade formal, ou seja, ao conjunto de regras tidas como direitos e deveres da cidadania.

Quando defendi dissertação de mestrado, abordei a Organização Não-governamental (ONG) Centro de Estudos e Ações Solidárias na Maré (CEASM) (COSTA, 2010), no período entre 1997-2007. Observei a relevância das favelas enquanto objeto de estudo e a importância da Educação na disputa de hegemonia através das organizações da sociedade civil, em particular de uma Organização Não-Governamental (ONG). Assim, percebi que a história das favelas não poderia ser escrita sem que se debruçasse sobre as ações educacionais dirigidas aos favelados. Assim como não seria possível entender o desenvolvimento da Educação nos centros urbanos sem compreender como os favelados conquistaram seu reconhecimento territorial, seus direitos sociais, e, em particular, o da educação.

Estudando o CEASM, uma ONG relativamente recente, que se apresentava como novidade dentre as instituições dedicadas à educação dos favelados, notei que havia uma genealogia de experiências educacionais forjadas na favela bem antiga e complexa. Pistas que poderiam indicar possíveis compreensões sobre o porquê de educar os favelados, se antes eram tão rechaçados pelo senso comum, considerados indignos de qualquer preocupação que fosse além da remoção de seus barracos.

Ao longo da pesquisa percebi a importância da educação produzida pelas entidades civis da favela no processo de construção de um ideal de cidadania e de engajamento político. O CEASM era parte de um processo amplo de desenvolvimento da sociedade civil no Brasil, que havia se transformado sensivelmente nos anos 1980, no contexto de abertura política, ascensão do novo sindicalismo, da esquerda da Igreja Católica, do movimento camponês, do movimento estudantil, associações de moradores das favelas e da criação de diversos partidos, com destaque para o Partido dos Trabalhadores (PT).

Carlos Nelson Coutinho, seguindo as orientações teóricas de Gramsci, compreendeu que este período histórico de fim da ditadura empresarial-militar resultaria num processo de dinamização da sociedade civil, que reconfiguraria o bloco histórico brasileiro para uma condição de complexificação da hegemonia. Sindicatos, partidos políticos, associações de moradores, jornais, revistas, ONGs, movimentos sociais

camponeses, movimentos sociais populares e patronais teriam maior destaque nas definições ético-políticas nacionais (COUTINHO, p. 44, 1979).

A ampliação da participação política no Brasil, ensejada a partir do florescimento da democracia na Nova República, seria o aprofundamento do fenômeno de *ocidentalização* da sociedade civil. Ou seja, a disputa de hegemonia estaria exposta no jogo da democracia sufragista, no equilíbrio mais complexo da coerção e consenso, de acordo com o protagonismo dos aparelhos privados de hegemonia (COUTINHO, 1995).

Concluí que a base político-pedagógica do CEASM forjava uma *nova pedagogia da hegemonia*, ou seja, uma ação educacional positiva, alinhada aos preceitos ético-políticos da hegemonia social-liberal dos anos 1990-2000 (NEVES, 2005). Um exemplo rico de entidade educacional híbrida de capital social (MOTTA, 2009) e capital humano (FRIGOTTO, 2001) que trazia em si as tradições políticas do PT, do ativismo das associações de moradores, da Igreja Católica e do social-liberalismo. Seu pioneirismo e singularidade institucional ressaltavam o ativismo local, o empreendedorismo, a solidariedade, a valorização da territorialidade local, interligando-se, ainda que de forma sutil, ao legado da Fundação Leão XIII, Cruzada São Sebastião e outras entidades que atuaram nas favelas desde os anos 1940.

Entre tantas iniciativas civis, fui atraído pela história da FLXIII, que me parecia ter centralidade no processo de formação e transformação das favelas. Durante o mestrado, quando pesquisava a história de formação da Maré, observei esta relevância quando tive acesso aos cadastros dos moradores oriundos da Favela do Pinto (Leblon) e Favela do Esqueleto (Maracanã, local atual da Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ), que ocupariam a comunidade Nova Holanda<sup>12</sup>. Com riqueza de detalhes a entidade, através do seu Museu da Maré<sup>13</sup>, mantém um rico arquivo com fichas dos moradores. Nelas a FLXIII traçava o perfil dos moradores e, a partir destas informações, formulava as suas intervenções sociais aos favelados. Logo, pude perceber que a ação da FLXIII na Maré não era residual, mas parte de um amplo projeto educacional, assistencial e urbanístico dedicado resolver o “problema” favela no Rio de Janeiro.

---

<sup>12</sup> Muitos moradores, após residirem na Nova Holanda, foram realocados para conjuntos habitacionais em Vila Aliança, Cordovil, Vila Kennedy (DINIZ, 2012).

<sup>13</sup> “O Museu da Maré é um conjunto de ações voltadas para o registro, preservação e divulgação da História das comunidades da Maré (Complexo da Maré) na cidade do Rio de Janeiro, em seus diversos aspectos, sejam eles culturais, sociais ou econômicos”. <http://museudamare.tumblr.com/institucional> acessado em 04/06/2014 - Acessado em 04/06/2014. O Museu da Maré foi pioneiro na produção de um acervo construído pelos favelados, tendo como objeto de preservação a cultura da favela da Maré. É parte da ONG Centro de Ações Solidárias da Maré e foi fundado em 2006.

Chamou minha atenção a dedicação da entidade em educar os favelados, a amplitude de suas intervenções educacionais, que chegaram a atingir 33 favelas no Rio de Janeiro, recebendo o amplo apoio do governo federal e do Distrito Federal, da grande mídia, do setor industrialista e do alto escalão católico. Além disso, a relação com o Serviço Social, a urbanização e a regulamentação sobre as formas de participação política dos favelados tornavam a educação produzida pela FXIII ainda mais específica perante as iniciativas educacionais promovidas nas partes formais da cidade.

Somado a isso, o fato da entidade surgir, justamente, no ano de 1947 foi eloquente para definição da pesquisa, afinal, era neste momento que a democracia brasileira reafirmava mais uma vez o seu liberalismo às avessas. A recente vitória do marechal Eurico Gaspar Dutra para o posto de presidente não apagara os ímpetos autoritários, assim, mais uma vez, em 1947, o PCB era jogado na clandestinidade, os sindicatos eram perseguidos, assim como os movimentos sociais em geral. E nas favelas a guerra aos comunistas e “políticos clientelistas” ganhava maior notoriedade perante a opinião pública. Ou seja, o recrudescimento autoritário, contraditoriamente, se emaranhava às pressões sufragistas do período. E, a FLXIII parecia estar disposta mediar os conflitos deste processo.

Na presente tese, busquei entender que tipo de educação era proposta aos favelados pela FLXIII e como a entidade havia conquistado essa posição privilegiada de mediadora e educadora dos favelados. Estas definições foram construídas na pesquisa, preliminarmente, averiguando quem eram os setores sociais que compunham a entidade e a apoiavam, mas também aqueles que se opunham a sua intervenção nas favelas. Ou seja, os conflitos de interesse que se expressavam no decorrer do desenvolvimento das suas intervenções nas favelas e as disputas de poder em questão.

Tentei averiguar as suas frentes de atuação, enfatizando o projeto educacional da entidade nas suas escolas e cursos, a partir da premissa de que a correlação de forças na sociedade civil brasileira, nos anos 1940, estaria se transformando, de maneira que, nas favelas, as organizações civis, as políticas públicas, as formas de resistência dos favelados ampliavam-se e tinham um peso cada vez mais decisivo na sociedade como um todo. Deixei de lado as caracterizações sumárias que apontam a FLXIII como uma entidade meramente conservadora e controladora da ordem social da favela para averiguar as contradições das suas ações educacionais na perspectiva da dialética coerção-consenso. Assim, compreender como a FLXIII teria executado esta mediação



entre Estado e a sociedade civil no contexto das favelas, tendo a educação como eixo fundamental.

A presente pesquisa tem como objetivo, portanto, analisar essas ações político-pedagógicas da Fundação Leão XIII, compreendendo a importância da educação no processo de construção de hegemonia nas favelas. A entidade mantém suas atividades até os dias atuais, aliás, com características bem distintas daquelas desempenhadas no seu início<sup>14</sup>. No entanto, optei por considerar o período entre 1947, desde o seu surgimento, até 1964, quando é absorvida pela estrutura estatal durante o governo de Carlos Lacerda. É neste momento que a FLXIII teve o seu auge, quando era a principal referência nas intervenções sociais nas favelas do Rio de Janeiro, realizando estudos sobre o perfil dos favelados e ações nas áreas de urbanismo, assistência social, saúde e educação através dos seus Centros de Ação Social (CAS). Período histórico, inclusive, em que as contradições da democracia brasileira estavam expostas na ampliação da sociedade civil, de acordo com a lógica do sufrágio, mas também ressentidas de formas complexas de coerção e consenso do Estado.

Apreendi, ao longo da pesquisa, não apenas o projeto educacional oficial da FLXIII, mas também as relações de conflito que se estabeleceram nas favelas, afinal, esta condição de mediadora entre Estado e favela não foi aceita passivamente pela população. Sua postura político-pedagógica, portanto, foi compreendida como resultado das disputas que se operavam na sociedade civil no plano das favelas. O surgimento de associações de moradores, a criação da União dos Trabalhadores Favelados (1954), Faferj (1963) a presença do PCB e PTB, as mobilizações pontuais dos moradores contra as diretrizes da entidade, mostraram ao longo da pesquisa o quanto era importante atentar para esta efervescência da sociedade civil para entender a própria FLXIII.

Este recorte cronológico, 1947-1964, me pareceu o mais propício para reconhecer o processo de elaboração de uma proposta educacional para os favelados, pois é neste período que se promove o seu caráter pioneiro, de grande expressão nacional, no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas nas favelas. O amplo apoio de setores dominantes da Igreja Católica, governo federal e do Distrito Federal, da grande mídia também atestavam esta preponderância da FLXIII.

---

<sup>14</sup> Atualmente a entidade atua “vinculada à SEASDH – Secretaria de Estado de Ação Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro – a Fundação Leão XIII atua estrategicamente no enfrentamento da pobreza e risco social, coordenando e executando programas e projetos sociais, em consonância com a Política de Assistência Social”. Para saber mais: [http://www.leao.rj.gov.br/quem\\_somos.asp](http://www.leao.rj.gov.br/quem_somos.asp) (acessado em 15/03/2012).

A conjuntura deste período expressava os solavancos da democracia brasileira, o que gerou interessantes consequências na sua estrutura administrativa e educacional, demonstrando exemplarmente as mudanças na relação entre Estado e sociedade civil no trato das favelas. Assim, se no início a entidade era predominantemente civil e de caráter católico (ainda que surgida sob o aval do Estado, enquanto uma espécie de autarquia), no início dos anos 1960, se tornava cada vez mais uma instância burocrática do Estado.

Observei, portanto, como teria se dado esta transformação institucional, tendo em vista o endurecimento da política de remoção sobre os favelados e o acirramento da luta de classes mediante as ameaças de golpe empresarial-militar. Analisei esta mudança operada no ano de 1962, quando a FLXIII tornava-se parte da Companhia de Habitação do Estado da Guanabara (COAHAB-GB) e as repercussões sobre as suas atribuições institucionais.

Tomei o golpe empresarial-militar, 1964, como marco final da tese por entender que demarcava fechamento de um ciclo no que se refere a forma de operar a produção de hegemonia nas favelas, o que atingiria centralmente as atribuições da FLXIII. Avaliei as possíveis tensões entre o ethos católico e o espírito capitalista na condução das intervenções públicas nas favelas. Pareceu-me que, ainda que houvesse profundo acordo entre os governos e Igreja Católica, em diversos pontos surgiram pontos dissonantes nesta relação de parceria, o que faria a entidade perder o monopólio sobre as intervenções sociais nas favelas do Rio de Janeiro a partir da década de 1960. A abordagem deste período acaba por sintetizar as mudanças na própria relação entre Estado e Igreja Católica, no que se refere à promoção de educação para as favelas. Avaliei se teria se dado um processo de mudança da concepção de gestão pública para as favelas, na proporção em que se avizinhava o golpe empresarial-militar de 1964.

Parto da hipótese que *a FLXIII sistematizou um projeto de educação visando construir um ideal de cidadania urbano-industrial para a favela, no bojo de um contexto de ocidentalização sui generis da sociedade civil*. A educação produzida pela entidade revelou o contraditório refinamento no processo de realização da hegemonia, em que a produção da coerção e do consenso tomava formas mais refinadas.

### **Metodologia**

Durante a construção do objeto de pesquisa percebi que a FLXIII tinha três eixos fundamentais de empiria possíveis de ser analisados: o Estado, a Igreja Católica (em especial a própria FLXIII) e as organizações civis que disputavam influência com a

entidade nas favelas. Isso significou um leque gigantesco de possibilidades, o que me obrigou a uma seleção criteriosa, que teve como preocupação garantir um cruzamento entre o discurso da FLXIII, dos setores que a apoiavam e daqueles que se contrapunham.

Assim o discurso oficial da entidade e dos governos pode ser contraposto à voz dos moradores, fosse em sua defesa ou mesmo enquanto crítica. Esta orientação metodológica buscou equilibrar a análise dos diferentes discursos, isso porque a voz dos movimentos sociais das favelas e mesmo dos moradores, em boa parte do processo de construção de memória das favelas, acabou silenciada por uma visão oficial. Não é raro encontrar análises que reforçam a tese de que os favelados tendiam às práticas ditas populistas, ou seja, reduzidos a massa de manobra nas relações de clientelismo local. No entanto, tal perspectiva é resultado de um equívoco teórico-metodológico de enfatizar a narrativa documental oficial, que buscava em muitos casos deslegitimar as formas de representação dos favelados.

Tendo em vista estes 3 eixos e estas preocupações metodológicas, o material empírico analisado foi organizado em oito frentes: 1) *documentos oficiais de Estado sobre as favelas*; 2) *imprensa católica*; 3) *grande mídia*; 4) *imprensa do PCB*; 5) *registro oral de favelados que tiveram experiências com a FLXIII*; 6) *documentos institucionais da FLXIII*; 7) *Relato da assistente social Maria Luiza Moniz de Aragão apresentado ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1947*; 8) *Relatório da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS)*.

A primeira frente percorre os diversos documentos oficiais de Estado que apresentam as pesquisas referentes às favelas, revelando dados fundamentais como número de moradores e de favelas, faixa etária da população, sexo, condição financeira, escolaridade, origem dos fluxos migratórios, longevidade, doenças, condições das moradias, oferta de moradias, serviços públicos, traços étnicos e condições de infraestrutura. Esta etapa foi importante para estabelecer o perfil dos moradores nas favelas. Os documentos utilizados foram: “As Favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – 1950) e “Censo de Favelas: aspectos gerais” da Secretaria Geral do Interior e Segurança do Distrito Federal (1949).

A segunda frente de fontes se refere ao discurso da Igreja Católica. São elas: a Carta Encíclica *Rerum Novarum*; edições do *Jornal A Cruz*; *Revista Eclesiástica*

Brasileira. A *Rerum Novarum* apresentou as características do movimento de tentativa de reaproximação da Igreja Católica em relação aos trabalhadores na sua globalidade, enquanto tendência mundial, diante da conjuntura de acirramento da luta de classes. Sendo importante para esquadrihar os parâmetros teológicos e políticos que iriam influenciar a FLXIII. O *Jornal A Cruz* e a *Revista Eclesiástica Brasileira* permitiram observar a visão de setores importantes da Igreja Católica no período, revelando as esperanças depositadas sobre a FLXIII na tarefa de resolver o que consideravam o “problema” favela.

Os jornais da grande mídia também foram muito úteis para compreender quais eram os projetos político em disputa para equacionar as contradições sociais das favelas no período em questão e que papel a educação deveria ter neste processo. O que permitiu compreender quais eram os setores sociais que influenciavam a FLXIII e quais eram os principais adversários, principalmente os comunistas e os chamados “políticos clientelistas”. Destaque para a atuação de Carlos Lacerda, que utilizou o jornal *Correio da Manhã* (1948) como tribuna para defender a extinção das favelas mediante a ampliação das políticas públicas e das remoções, o que denominou a “Batalha do Rio de Janeiro”. Utilizei também os periódicos *A Noite*, *A Manhã*, *Diário Carioca*, *Diário da Noite*, *Diário de Notícias*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Revista da Semana*, que expressavam, em grande medida, o anseio da elite sobre a extinção das favelas.

As vozes dissonantes aos remocionismo ou às ações sociais da FLXIII muitas vezes acabaram silenciadas mediante o discurso oficial da entidade ou dos poderes públicos em geral. No entanto, resistências de diversas espécies aconteceram, sendo possível aferir este discurso a partir da fala dos moradores e militantes. Assim sendo, recorri à imprensa do PCB, o jornal *Tribuna Popular*, por entender que ali expressavam o ponto de vista de um setor dentre aqueles que resistiam à lógica de remoções nas favelas cariocas e às práticas da FLXIII. A influência que exerciam sobre associações de moradores através dos chamados “Comitês Democráticos”, acabou sendo um canal de organização e luta dos favelados, inclusive, nas favelas onde a FLXIII atuava.

Seguindo a preocupação metodológica de reunir diversos campos discursivos, utilizei como quinta frente documental algumas compilações de registros de história oral de lideranças locais das favelas ou moradores que acabaram tendo contato com a FLXIII: “Memória e Identidade dos Moradores de Nova Holanda” e “A Favela Fala”. A primeira fonte é o resultado de um trabalho historiográfico da ONG *Redes*, no qual se reuniu depoimento de diversos moradores da região da Nova Holanda, Maré. Já a

segunda reúne registros orais de lideranças locais de diversas favelas do Rio de Janeiro, organizados por Dulce Pandolfi e Mario Grynszpan (2003).

Para compreender a lógica de funcionamento da FLXIII, reuni como sexta frente documental os discursos oficiais da entidade: “Estatuto da Fundação Leão XIII” (1947), além dos seguintes relatórios institucionais: “Como trabalha a Fundação Leão XIII. Notas e relatórios de 1947 e 1954”; “Uma visão sócio-histórica. Documentos base do XIX Seminário de estagiários e supervisores da Fundação Leão XIII” (novembro, 1995)”. “Relatório de atividades – 1975/1978”; “Morros e favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII - notas e relatórios de 1949”. Os anseios da entidade, as diretrizes político-pedagógicas, a forma de organização interna, suas mudanças institucionais e os dados levantados sobre a população dos favelados foram alguns dos pontos analisados.

Os assistentes sociais que atuaram na FLXIII produziram monografias que acabaram tornando-se um interessante registro que reúne o relato cotidiano das suas atividades. Como sétima frente documental utilizei o trabalho de Maria Luiza Moniz de Aragão, assistente social e diretora da FLXIII, que apresentou no I Congresso Brasileiro de Serviço Social (1947) o “Informe sobre as Atividades da Fundação Leão XIII”. O seu relato mostrou o modo como a entidade encarava o Serviço Social e os dilemas cotidianos que estes profissionais enfrentavam no trato com as favelas.

Como oitava frente documental me debrucei sobre o Relatório da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), chamado “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, publicado, em 1960, pelo jornal Estado de S. Paulo e, posteriormente, no mesmo ano, pela Tribuna da Imprensa. Foi um dos estudos mais profundos realizados sobre favelas no Brasil, sendo um interessante manancial de informações, por consequência sobre a FLXIII. Seu balanço estatístico sobre o perfil dos favelados em fins da década de 1950 atualizou os dados dos censos anteriores, tornando possível compreender mais detalhadamente a condição dos favelados desde o início da FLXIII, assim como averiguar os seus resultados atingidos nos trabalhos sociais. Na seção “Parte geral” o documento traz dados sobre demografia e a história de 16 favelas, ressaltando os modos de vida dos favelados. Uma parte sobre a política nas favelas intitulada “Os Processos da Demagogia na Favela” e outra sobre urbanização “A Urbanização do Distrito Federal e Sua Repercussão sobre o Problema da Favela”. Já na “Parte Específica” ocupa-se dos temas: família, educação e delinquência, tendo como corte metodológico a análise qualitativa de duas favelas

Barreira do Vasco e Parque Proletário da Gávea, em que se utilizou a “entrevista e a observação casual e participante” (SAGMACS, 1960, p. 3).

O relatório das SAGMACS apresenta dados minuciosos sobre a população (gênero, etnia, religião, estado de origem, natalidade, mortalidade), infraestrutura das favelas, aparelhos públicos (hospitais, escolas, urbanização etc.), as formas de organização políticas locais e o histórico de ocupação das favelas, mostrando as particularidades de cada favela. Mas o diferencial especial deste documento é o caráter qualitativo de suas análises, que incorporou a etnografia produzida por assistentes sociais, enriquecendo o resultado da pesquisa com análises sobre a subjetividade local, as relações de poder e os modos de vida, algo que nos censos anteriores não eram considerados.

Tal estudo permitiu levantar um material rico sobre a FLXIII, assim como de outras entidades civis atuantes nas favelas, permitindo atentar sobre como era o cotidiano dos moradores das favelas e a relação que estabeleciam com estas entidades civis. A educação destinada aos favelados também é um ponto muito desenvolvido por esta pesquisa, que em muito ajudou a compreender as feições da educação promovida pela FLXIII e as impressões da comunidade.

No primeiro capítulo, “**A Favela: os caminhos da ocidentalização *sui generis***”, apresento o processo de formação das favelas, discutindo brevemente como a favela se constituiu enquanto território dos trabalhadores, relacionando a um processo de ocidentalização das relações da sociedade civil. Esse caminho analítico não se propõe a fazer um minucioso levantamento sobre a origem das favelas no Rio de Janeiro, mas sim compreender quais foram as condições históricas desta modalidade de ocupação urbana, discutindo as motivações dos trabalhadores e os conflitos ocorridos.

A partir destas questões busco contextualizar o período de forte crescimento econômico a partir dos anos 1930, tendo em vista o desenvolvimento industrial, a expansão da urbanização e a ascensão das favelas. Analisei as transformações que se realizavam durante a transição do modelo capitalista brasileiro de tipo agrário-exportador para um urbano-industrial dependente, compreendendo como o Estado brasileiro ampliava as políticas públicas para os trabalhadores das favelas, ainda que não houvesse uma revolução burguesa clássica. Uma perspectiva que se anunciava universalista, mas se produzia com claras limitações nos direitos sociais e no aspecto democrático, tendo em vista o corte autoritário dos governos das décadas de 1940 e 1950.

A educação é analisada como parte importante no processo de conformação de um ideal de cidadania urbano-industrial. Por isso, é apresentado um breve histórico das tentativas de educar os trabalhadores, tendo em vista o processo de continuidade entre a fábrica e os locais de moradia. Discuti brevemente as experiências das vilas operárias, a ascensão do Serviço Social, os Parques Proletários e a Cruzada São Sebastião, entendendo tais entidades como parte dos mesmos ímpetus civilizatórios de educar os trabalhadores nos seus locais de moradia, semelhante aqueles que originaram a Fundação Leão XIII.

Busco estabelecer uma linha condutora entre o processo de desenvolvimento das favelas e o adensamento da luta de classes no meio urbano. É debatido, portanto, como a formação de diversas organizações civis dedicadas a educar os favelados respondiam a uma necessidade de aprimorar a construção do consenso e reestruturar a hegemonia, tendo em vista o acirramento das lutas sociais por direitos civis, políticos e sociais. Defino os parâmetros do que chamo de *ocidentalização sui generis*, ou seja, um movimento histórico de abertura da sociedade civil que não seguia as definições clássicas das democracias europeias, na realidade, a conjuntura brasileira era perpassada por um modelo político-econômico autoritário e dependente.

Problematizando o conceito de Gramsci de *ocidentalização*, proponho compreender as especificidades da *ocidentalização* brasileira, tendo em vista o desenvolvimento contraditório de mecanismo de coerção e consenso nas iniciativas educacionais voltadas para os favelados, no bojo da ampliação de entidades de representação política e a ampliação de políticas públicas.

Se antes do governo Vargas as favelas eram reconhecidas apenas como “cancros sociais” a serem extirpados, após, os favelados tornaram-se cidadãos a serem educados e regenerados. A religião e a educação cívica proposta pelo governo varguista tornaram-se mediadoras da relação entre Estado e favelas, na medida em que as políticas públicas eram ampliadas. Processo este que continuou se ampliando, principalmente, a partir da Fundação.

A *ocidentalização* operada no desenvolvimento da educação elevou a promessa da cidadania ao chão das favelas, mas, ao mesmo tempo, restringiu a perspectiva de direitos sociais, políticos e civis a um âmbito diferenciado daqueles desenvolvidos nos setores formais da cidade. Apresento nesta perspectiva as seguintes questões: Quais seriam os projetos de cidadania projetados aos favelados? Quais eram as esperanças depositadas sobre a educação na resolução dos problemas acarretados pelas favelas?

Proponho avaliar como a educação tornou-se o elemento mediador fundamental entre Estado e sociedade civil, estabelecendo uma agenda pública de construção de cidadania mediante a ampliação de direitos sociais aos favelados. A efetividade e profundidade destas medidas na melhoria da vida dos moradores das favelas são debatidas, por conseguinte, observando como a cidadania era construída enquanto consenso através da educação.

No **Capítulo II – A Fundação Leão XIII** apresento a origem da entidade e a sua forma de operar os trabalhos sociais nas favelas. Primeiramente analiso as forças sociais que apoiaram o nascimento da entidade, lhe garantindo verba, apoio institucional e orientação teológica e política. A partir da fala destes agentes demonstro quais eram as motivações que forjavam esta considerável unidade dos setores dominantes em torno da FLXIII como principal interlocutora governamental em relação aos favelados no Rio de Janeiro. O discurso da Igreja Católica, das instâncias de governo e da grande mídia foi estudado no intuito de esclarecer qual seria a visão de mundo predominante que influenciaria o projeto de educação da FLXIII. Assim, desenvolvi uma discussão sobre quais seriam os métodos de políticas públicas destinado às favelas partilhado pelos setores que apoiavam a entidade e qual seria a cidadania prometida aos favelados que deveria ser erguida pela instituição.

Debato em seguida a configuração jurídica e as implicações de sua definição administrativa, ou seja, como se dava a sua condição de entidade público-privada. Era uma entidade civil católica, mas também ligada burocraticamente ao Estado. Mostro como a entidade organizava suas instâncias de direção, sua relação com o Estado e a Igreja Católica; como acontecia a sua captação de recursos e a forma de mediação que realizava na execução de políticas públicas nas favelas a partir de seus Centros de Ação Social (CAS). Avalio os objetivos e implicações desta condição público-privada, construindo o conceito de *autarquia sui generis*, mostrando as contradições de ser, concomitantemente, entidade civil e aparato do Estado.

Analiso o setor de Serviço Social da FLXIII, compreendendo a sua importância como mediador junto aos moradores das favelas na execução das políticas públicas e até na realização dos trabalhos educacionais. A sua capacidade de interlocução no cotidiano da vida na favela permitiu não apenas a realização de obras urbanísticas, mas também de ações nas áreas de saúde, educação e controle político. Além disso, os assistentes sociais executaram um levantamento de dados minucioso capaz de subsidiar as ações da FLXIII, assim como de outras entidades e centros de pesquisa que ansiavam



por entender o cotidiano das favelas para além de levantamentos estatísticos que não consideravam o aspecto qualitativo durante a pesquisa. Avaliei o quanto o setor de Serviço Social foi fundamental para a viabilidade das políticas públicas como um todo, em particular, para a educação.

Utilizei o relato da assistente social Maria Luiza Moniz de Aragão, diretora do setor de Serviço Social da FLXIII, apresentado no I Congresso Brasileiro de Serviço Social (1947). Nele é mostrado como acontecia o trabalho dos assistentes sociais no seu cotidiano nos Centros de Ação Social (CAS). No relatório das SAGMACS também observei o trabalho das assistentes sociais, assim como a fala dos moradores sobre como encaravam este trabalho social.

Finalizo este capítulo apresentando as diretrizes urbanísticas da FLXIII, seus empreendimentos imobiliários mais relevantes e qual o projeto de cidade que defendia aos favelados. Assim, observei como era sua política de habitação popular; como ela se dava no cotidiano da favela, sem perder de vista a lógica remocionista e repressiva. Compreendendo como a entidade construía, removia e fiscalizava as moradias populares que destinava aos favelados. Procurei explicitar o seu discurso, mas, acima de tudo, confrontá-lo com os seus projetos urbanísticos na prática, principalmente, a partir da fala dos favelados. Avaliei, portanto, as formas de resistência a este projeto e a orientação da entidade de controlar a participação política dos favelados a partir da influência sobre as associações de moradores em resposta aos chamados políticos “clientelistas” e os comunistas.

**A Educação da FLXIII: consenso e coerção na construção da cidadania dos favelados** é o terceiro capítulo. Utilizando o estudo da SAGMACS, fiz um balanço sobre a estrutura física das escolas, o programa escolar, currículo, materiais pedagógicos, os cursos de alfabetização e profissionalizantes da FLXIII, mostrando a condição cotidiana das *escolas, professores, alunos e a comunidade*. A partir da descrição das escolas e dos diversos relatos destes quatro tópicos busquei compreender os eixos pedagógicos fundamentais, os dilemas de cada escola, as dificuldades materiais, a amplitude de seus projetos educacionais nas favelas e a projeção da religião católica e dos valores da família tradicional sobre a sua pedagogia.

Assim, debato as seguintes questões: quais seriam os fundamentos teológicos apresentados na sua educação? Como se deu a sua perspectiva salvacionista sobre os favelados? Qual seria a qualificação profissional que se propunha aos favelados e que visão era projetada sobre o trabalho em suas ações pedagógicas? Avalio em que grau

pode ter ocorrido um choque de tradições entre a lógica urbana e a tradição rural. Além disso, discuto as possíveis relações entre uma tentativa de disciplinarização do trabalho através da educação, ou seja, haveria conflitos entre capital e trabalho que buscavam ser atenuados a partir da educação proposta pela FLXIII?

No **Capítulo IV – A Fundação Leão XIII na Disputa de Hegemonia**, fiz um balanço dos objetivos e hipóteses da tese, enfatizando como a Fundação transformou-se no calor dos movimentos da sociedade civil, num processo de participação crescente dos favelados enquanto parte expressiva da classe trabalhadora em luta por melhores condições de vida. Ou seja, o acirramento da luta de classes, especificamente nas favelas, engendrou novos métodos de interlocução entre Estado e favela, mudando a forma de gestão pública, seu projeto educacional e as atribuições gerais da entidade.

Mostrei como o seu caráter público-privado, de autarquia *sui generis* mudou de feições neste contexto de endurecimento das instituições republicanas e restrição das formas de participação política. Pondero, nesse sentido, o quanto a ocidentalização *sui generis*, que se punha em andamento desde o nascimento da FLXIII (1947), relacionou-se a um projeto de educação voltado para os favelados, enquanto que, no início da década de 1960, esta esperança na educação como salvadora dos favelados vai transformando-se para um fim mais pragmaticamente ligado a necessidade de executar remoções em curto prazo, dando lugar a intervenções públicas mais dedicadas à repressão e ao controle direto sobre as associações de moradores nas favelas.

Debato a partir destas oscilações institucionais da FLXIII, dos seus trabalhos pedagógicos e das orientações gerais de seus trabalhos sociais, o quanto desempenhou uma *pedagogia da hegemonia para as favelas*. Analisei a dialética coerção e consenso no seu projeto pedagógico e o processo civilizador sobre os favelados. Propus compreender como esta intencionalidade de “salvar” os favelados se ligava a uma perspectiva de catequese, ou seja, uma perspectiva de refundação material, mas também moral da favela, sintetizada na ideia de cidadania.

A partir da delimitação do que seria esta *pedagogia da hegemonia* busquei compreender o quanto as políticas públicas, para serem efetivadas nas favelas, necessitavam de uma rede de mobilização civil. A educação, portanto, passava a ter cada vez mais centralidade, não apenas na conformação cultural e política dos trabalhadores nos locais de trabalho, mas também nos locais de moradia e de lazer. A partir da implantação da FLXIII as favelas tornam-se lócus de um repertório mais sistematizado

de ações públicas e civis que buscavam civilizar os modos de vidas para o padrão urbano-industrial.

Apresento a discussão de como a entidade reconheceu a importância de lidar com a subjetividade dos favelados, enquanto mecanismo de sucesso para os seus trabalhos sociais e para a intervenção educacional que promovia. A presença física da entidade no interior das favelas, o trabalho constante dos assistentes sociais, educadores e as pesquisas sobre os favelados foram analisados compreendendo como as mediações pedagógicas, inovadoras para a época, lastreariam as políticas públicas. A matéria-prima da sua pedagogia era a mobilização local dos favelados, as suas redes de solidariedade e as estratégias de sobrevivência local, mas em consonância com uma postura de rígido controle na condução dos seus trabalhos. Neste sentido, debati em que grau tal postura institucional contribui para um novo padrão de construção de consenso nas favelas do Rio de Janeiro e quais teriam sido os impactos sobre a sociedade civil, as políticas públicas e a própria conformação da hegemonia.

Concluo a tese respondendo as seguintes questões: haveria uma cidadania favelada? A FLXIII educaria para um tipo específico de cidadania, restrito aos favelados? Ou a entidade buscou universalizar direitos sociais, políticos e civis nos limites das possibilidades históricas que se apresentavam na época? Que tipo de direitos civis, políticos e sociais os favelados teriam conquistado, na prática, mediante as ações da FLXIII? Qual papel a educação da FLXIII no estabelecimento destes direitos? Os projetos educacionais da FLXIII teriam incorporado os favelados à lógica da cidade urbano-industrial?

Certamente ficaram lacunas a serem debatidas e aprofundadas. Acredito que o esforço de síntese aqui expresso possa contribuir minimamente para uma reflexão sobre as perspectivas abertas pela expansão da educação nas favelas do Rio de Janeiro. O desenvolvimento das políticas públicas, a contradição de ampliação e restrição à cidadania e a conformação de um projeto de civilização para os favelados são traços profundos desta entidade tão peculiar, que mostram o quanto a educação havia se tornado um elemento estratégico da ordem capitalista urbano-industrial.

## **Capítulo I – As Favelas no Rio de Janeiro: os caminhos da ocidentalização *sui generis***

### **1.1 A consolidação do capitalismo urbano-industrial e a favela**

Seguindo a proposta apresentada, nesta seção, abordarei as bases do contexto no qual a FLXIII surgiu, ou seja, o momento em que as favelas passaram a sofrer políticas públicas. Fundamentalmente, territórios a serem educados. Proponho relacionar este processo de incorporação da favela à agenda pública do Estado, à dinamização da sociedade civil brasileira. Isso significa entender: *qual era a situação das favelas no início do século XX? Como os setores dominantes operavam as instâncias públicas no desenvolvimento das intervenções nas favelas? Quais eram as motivações destes setores? Quais foram os conflitos produzidos e quem eram os agentes sociais em questão? Qual a relação entre as mobilizações populares nas favelas e o desenvolvimento das políticas públicas?*

Tais questões são extremamente amplas e poderiam resultar numa tese por si só. Por isso, resguardando as devidas proporções e a metodologia expositiva desta pesquisa, farei um resgate comedido, disposto a trazer à tona apenas os parâmetros mais fundamentais do contexto histórico no que se refere ao desenvolvimento econômico-social, urbanização, industrialização e a condição das favelas do Rio de Janeiro no processo de ampliação da sociedade civil. De modo que seja possível compreender os nexos entre o desenvolvimento urbano-industrial e as condições políticas, culturais e sociais das favelas na sociedade civil.

Durante as quatro primeiras décadas do século XX estruturava-se o republicanismo no Brasil. Tal modelo de governo tinha como referência o liberalismo clássico, porém, como apresentarei, os anos iniciais da república pouco tiveram de liberais.

O Brasil estabelecia um capitalismo dependente, que unia, contraditoriamente, o anseio pela modernidade urbano-industrial, o arcaico poder oligárquico agrário e as condicionantes históricas da dominação imperialista capitalista. Segundo Florestan Fernandes,

(...) o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina reproduz as formas de apropriação e expropriação inerentes ao capitalismo moderno com um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus agentes privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à

custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas (FERNANDES, 1972, p. 45).

A condição histórica do capitalismo brasileiro no período republicano, nesse sentido, é dependente, pois se fundamenta na *(sobre)expropriação* do trabalho realizada pela burguesia local, numa relação conjugada, estabelecida junto à burguesia internacional hegemônica. De tal forma, que a capacidade de extração de riquezas produzidas pelo trabalho e as formas de controle social e político desenvolveram-se num viés conservador, ainda que no bojo de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais tensionadas pelas lutas sociais.

O bloco de poder dominante do período inicial da república brasileira era uma síntese instável desta teia de relações das classes e frações de classe nacionais e um processo de definição de alinhamento a uma burguesia internacional específica. Assim, o funcionamento da lógica socioeconômica nacional funcionava baseada nos interesses de classe das oligarquias estaduais rurais e urbanas (observado as suas frações internas e suas particularidades), no coronelismo e nas inflexões subalternas da política nacional perante as potências europeias e os EUA.

Forja-se uma tensão complementar e contraditória entre o arcaico e o moderno; o rural e o urbano, delineando os traços de uma ordem social, que não se definia em dualidades, mas sim, nas relações de negociação e conflito entre as classes e frações de classe dominantes, mas também perante as pressões reivindicatórias produzidas pelos trabalhadores assalariados (MENDONÇA, 1986; OLIVEIRA, 2003).

Durante os primeiros passos da Primeira República, a partir da Constituição de 1891, o federalismo era oficializado, e, a partir daí, era garantida considerável autonomia aos estados. Se por um lado atendia aos anseios das oligarquias locais de afastar o centralismo excessivo, tão característico do período monárquico, por outro, criava dificuldades à unificação de um projeto de nação que garantisse um acordo claro entre os setores dominantes. Significava que,

O advento da República e, com ela, da Federação consagrou os desejos de largas camadas das elites dominantes do país, que no sistema anterior, não tiveram, até então, qualquer possibilidade de ascensão de poder. Ou, de outra forma, sua participação no poder dependia do grau de submissão e colaboração com a elite dominante do Império, no caso a poderosa classe de senhores de terras – os plantadores de café – associados com os interesses comerciais tanto nacionais quanto do imperialismo (MONTEIRO, 1990, p. 211).

Assim, se parte expressiva da elite defendia a política econômica agroexportadora, havia também aqueles que buscavam o fortalecimento da indústria. Ocorria a ampliação de políticas favoráveis à produção de café e outros gêneros agrários, no entanto, desde Rui Barbosa, Ministro das Finanças, também se sucediam medidas favoráveis ao desenvolvimento industrial durante a república, tal como o aumento das tarifas aduaneiras, a ampliação do crédito para o capital industrialista por meio de bancos regionais (MONTEIRO, 1990).

A eleição do primeiro presidente civil Prudente de Moraes (1894-1898), ligado a elite cafeeira de São Paulo e depois a de Campos Sales (1898-1902), do mesmo setor oligárquico, assinalou a fase mais alinhada à repactuação com as oligarquias locais (LESSA, 1999). Tomaram medidas a fim de estabilizar o quadro político, evitando disputas intestinas pelas sucessões de poder e priorizando a agro-exportação, principalmente do café. Era realizada a “política do café-com-leite” com o apoio de parte expressiva das elites de outros estados, o chamado Grande Clube Oligárquico (MONTEIRO, 1990).

O coronelismo era o combustível desta máquina governamental. Os acordos políticos que definiam a política nacional e regional eram estabelecidos pelo controle das maiorias eleitorais locais através do “voto de cabresto”, organizado em torno dos interesses de classe do grande proprietário de terras, o coronel. A representação política republicana, portanto, era tomada por fraudes e todo tipo de troca de interesses privados nas engrenagens da república oligárquica. É sabido, no entanto, que havia certo grau de instabilidade em torno dos acordos regionais, como afirma Claudia Ribeiro Viscardis (2001), já que havia tensionamentos por disputas de poder, o que viria a ensejar as fissuras deste bloco de poder.

No âmbito nacional o domínio dos cafeicultores reafirmava o caráter agroexportador da economia. Nesse esquema o Brasil entrava numa espiral de dependência econômica ainda maior a partir de empréstimos do *Funding Loan* (1898) e das diretrizes da N. M. Rothschild & Sons, entidade que se tornou responsável pela administração de portos e alfândegas do Brasil. A estabilidade financeira era conseguida à custa da desindustrialização, garantindo dividendos aos grandes produtores agrícolas, principalmente os cafeicultores, agraciados pelo Convênio de Taubaté, que garantia a compra do café com dinheiro público (MENDONÇA, 1990).

As tensões no interior da elite agrária, contudo, não cessaram por completo, desembocando na ascensão de Getúlio Vargas, em 1930. Além disso, apesar das amarras institucionais oligárquicas à participação política autônoma, na década de 1910 os setores médios urbanos e o operariado passavam a desempenhar cada vez mais importância na vida política, tendo implicações nacionais.

Nos anos 1920, as disputas intraburguesas e as lutas populares trariam à tona as fissuras da crise oligárquica. Diante das sucessivas depreciações do preço do café e as políticas de subsídio do governo que favoreciam aos cafeicultores, as elites questionavam medidas de favorecimento tão setorializadas. Já os trabalhadores urbanos desenvolviam seus métodos de organização autônomos, enfrentando as péssimas condições de trabalho, a carestia e as práticas políticas fisiológicas dos oligarcas.

De acordo com Sonia Regina de Mendonça, era a partir dos anos 1920 que se instalava uma crise de hegemonia, que em muito definiria as características da sociedade civil no Brasil. Segundo a autora, dividida em duas etapas:

Tratou-se de uma crise de hegemonia que pode ser desdobrada em dois momentos: o primeiro, abarcando os anos 20, teve como sentido último a contestação à preponderância da burguesia cafeeira, culminando com a conhecida “revolução” de 30; o segundo estendeu-se pelo período de 1930 a 1937, assinalando, como aponta Aureliano, uma crise de hegemonia em sentido estrito, na medida em que nenhuma classe ou fração de classe lograra o controle incontestado do aparelho de Estado (MENDONÇA, 1990, p. 233).

Mesmo garantindo espaço político aos setores oligarcas, os encarniçados conflitos sucessoriais nos governos locais não se encerraram, o que tornava o poder nacional instável. O movimento tenentista surgia, justamente, no ano de 1922, quando São Paulo e Minas Gerais rivalizavam contra o outro bloco de oligarquias, que reunia Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, a denominada Reação Republicana. Em torno de bandeiras como nacionalismo, moralização e centralização da política, os tenentes conseguiram apoiadores do povo, mas também dos oligarcas dissidentes.

Quando a crise de 1929 chegou, atordoando o capitalismo internacionalmente, no Brasil, se aprofundava a condição de dependência econômica e a elevação do custo de vida. Era o resultado da canalização do fundo público ao capital agrário, em particular ao subsídio ao café. O produto enfrentava sérias dificuldades de ser vendido no mercado mundial. Diante deste quadro de enfraquecimento político da burguesia cafeeira paulista, a elite dos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, articularam uma candidatura de oposição. Ainda que derrotados, promoveram um golpe de Estado em outubro de 1930.

A elite cafeeira paulista perdia a liderança no cenário nacional. Segundo Sonia Regina de Mendonça, é neste período, 1930-1937, que ocorre a segunda parte da crise de hegemonia, em que nenhuma classe ou fração de classe assumiu a hegemonia. O setor cafeeiro tinha considerável capacidade de influência política, mas sem dirigir o Estado enquanto fração de classe protagonista (1990).

O ano de 1930 assinalava os primeiros passos da reformulação do *modus operandi* da acumulação capitalista brasileira e da forma de atuação do Estado. Significa dizer que houve uma

(...) centralização e nacionalização dos instrumentos de controle e decisão (sobretudo econômico-financeiros), tentando sobrepor-se aos regionalismos. Por essa via operava-se uma abertura das estruturas do Estado à participação dos diferentes grupos nele integrados, não mais como blocos regionais, mas como participantes de campos específicos de interesse, configurando-se os contornos de frações nacionais de classe (MENDONÇA, 1990, p. 239).

As intervenções federais nos estados através dos tenentes, a “Revolução Constitucionalista” (1932), que opôs a elite paulista ao governo Vargas, a criação de comissões, conselhos e institutos voltados para a administração pública são alguns exemplos desta reformulação das relações de poder durante o varguismo.

Mas era a partir do Estado Novo (1937) que esta tendência se efetivava com ainda mais vigor, graças à acentuação da centralização política mediante o controle mais efetivo sobre as elites locais e as Forças Armadas, além da aproximação em relação aqueles liberais que abriam mão da democracia em troca da expulsão dos comunistas do Brasil, principalmente, após o levante comunista de 1935.

O Estado Novo dinamizou o mercado interno, sem abandonar as características agroexportadoras. Tudo isso, num período em que o Brasil experimentava o auge da crise capitalista internacional agravada desde o ano de 1929. O Estado seria, nesse sentido, o avalista principal do desenvolvimento industrial, incentivando com redução de tarifas e fomento à importação de insumos à produção. Isso significava que

(...) a dinâmica de acumulação capitalista no Brasil baseou-se na recriação de relações de produção não capitalistas (...) o capital privado industrial era beneficiado, como preservava-se intocada a própria estrutura agrária, no que concerne às formas de propriedade e aos regimes de organização do trabalho tradicionalmente vigentes” (MENDONÇA, 1990, P. 246).

Esta simbiose complexa é que tornava a acumulação capitalista brasileira a junção do arcaico e o moderno, numa lógica dependente. O fundo público da União centralizava a política fiscal, enfraquecendo os estados, gerando linhas de crédito e incentivos fiscais para a industrialização, mas sem abrir mão da aliança com os



latifundiários. “Aqui o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir” (OLIVEIRA, p. 40, 2003).

É a partir daí que se forma uma geração de empresas públicas na área de bens de produção, que permitiriam a formação de parques industriais nacionais. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce são exemplos de indústrias públicas que fortaleceram a estrutura produtiva industrial nacional.

Entre 1933 e 1939 o crescimento do ramo industrial era de 11,2% enquanto o agrícola era de 1,7%. O que mostra o quanto havia um crescimento descompassado entre estas áreas da economia. Sendo que, ao mesmo tempo em que houve um crescimento hipertrofiado da indústria e complementar à agro-exportação, houve também conflitos no estabelecimento deste processo. Era a singularidade da acumulação capitalista brasileira, a chamada *industrialização restringida* (MENDONÇA, 1990, p. 248).

Este conceito de industrialização restringida resume bem o caráter complexo do desenvolvimento brasileiro, que ainda era dependente internacionalmente e limitado pela herança econômica, política e cultural da lógica agroexportadora. Era a consolidação da *modernização conservadora* que reunia os anseios industrialistas e modernizantes aos imperativos econômicos do latifúndio oligárquico dependente (MENDONÇA, 1990). Este bloco histórico reunia, contraditoriamente, o ideal liberal universalista republicano europeu à herança política, cultural e econômica particularista da oligarquia agroexportadora, sedimentada a partir do legado da colônia e do império.

Levando isso em conta, proponho, a reflexão sobre a sociedade civil e a formação das favelas de acordo com a seguinte premissa: *a industrialização restringida e a modernização conservadora forjaram a consolidação de uma ordem capitalista urbano-industrial singularmente brasileira.*

A urbanização foi o processo que expressou as contradições deste modelo de desenvolvimento. O rearranjo espacial da cidade seguiu as condicionantes da dependência econômica e da hierarquização regional, o que forjou fluxos migratórios responsáveis pelo crescimento dos centros urbanos e a formação das favelas não apenas no Brasil, mas em escala internacional (DAVIS, 2006).

A região Sudeste era o moderno motor a puxar a arcaica carroça nacional. O crescimento econômico e demográfico nesta região já vinha aumentando em descompasso com os outros estados, desde o final do século XIX.

Os imigrantes, por exemplo, ofertados como larga quantidade de força de trabalho no país, cerca de 80%, entre os anos de 1884 e 1920, foram destinados prioritariamente à região Sudeste. Foram mais de 3 milhões de imigrantes: 1.502.394 portugueses, 1.412.263 italianos, 581.718 espanhóis entre outros povos. Em termos gerais, a população urbana nacional aumentou em 5.837.250 (1940-1950), destes, 3.485.252 eram da região Sudeste, cerca de 60% (MONTEIRO, 1990).

No caso específico do Rio de Janeiro o que teve impacto no processo de urbanização, mais que a chegada dos imigrantes, teria sido a migração interna vinda do campo, do interior do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Sendo que, durante os anos iniciais do século XX, a maioria da migração nacional era do campo para o campo, principalmente entre estados do Sudeste, mas quando analisamos o Rio de Janeiro, observa-se que a migração majoritária era do campo para o centro urbano. A população urbana do Rio de Janeiro passou de 691.565, em 1900, para 1.896.998, em 1939. Mesmo considerando que, em 1940, a população rural era de 68%, havia um crescimento urbano em processo, sendo o Rio de Janeiro um importante pólo urbanizador (MONTEIRO, 1999).

**TABELA A-1**  
**POPULAÇÃO URBANA, SUBURBANA E RURAL DO D. FEDERAL**  
**EM NUMEROS ABSOLUTOS E PORCENTUAIS**  
**1940-1950**

QUADROS	1940		1950	
	N.º absol.	%	N.º absol.	%
População Urbana .....	815.479	46.23	1.779.306	74.84
População Suburbana .....	703.531	39.88	523.757	22.03
População Rural .....	245.131	13.90	74.388	3.13
<b>TOTAL .....</b>	<b>1.764.141</b>	<b>100.00</b>	<b>2.377.451</b>	<b>100.00</b>

Fonte: IBGE — Censos Demográficos do D. Federal — 1950-1940.

No Distrito Federal (DF), como se pode observar no diagrama acima, nos 1940-50 o crescimento urbano é avassalador se comparado ao campo e até ao meio suburbano. Esta tendência mostra o quanto o DF possuía uma dinâmica urbana muito mais avançada que o resto do país. Este crescimento populacional localizado em centros urbanos específicos da região Sudeste, portanto, contrariava a tendência nacional de ruralização, revelando o quadro de industrialização hipertrofiado. A industrialização se localizava nos nichos onde as indústrias internacionais não atingiam, devido ao

desinteresse pela baixa possibilidade de lucros. Assim, parte do capital cafeeiro era reinvestido em indústrias de bens de consumo não duráveis.

Entre 1920-1940. Do total de estabelecimentos industriais do país, na região localizavam-se mais de 53%, mais de 67% da força motriz nacional era ali utilizada, e mais de 64% da classe operária ocupada estava também no Sudeste (MONTEIRO, 1999).

A industrialização aprofundou-se com o reinvestimento do capital proveniente do café e da facilitação das condições internas para o desenvolvimento da atividade industrial. Após a Primeira Guerra Mundial os EUA assumem o predomínio econômico na América Latina. A concorrência com as empresas estadunidenses instaladas no Brasil desestabilizou as indústrias nacionais, graças às condições aduaneiras favoráveis aos EUA e a mão-de-obra barata, já que não havia qualquer regulação trabalhista que o Brasil oferecesse. A dependência econômica brasileira aos EUA formou “ilhas” industriais em que a urbanização seguia as demandas produtivas destes territórios, tanto de matéria-prima, quanto de formação de força de trabalho.

Este processo de consolidação do eixo urbano-industrial como o mais dinâmico da economia nacional, relacionou-se às formas de apropriação do espaço cada vez mais complexas, em que as moradias populares tornaram-se uma questão social para o poder público. As reformas urbanas da capital e as campanhas sanitárias são um dos primeiros momentos de reconhecimento mais enfático das moradias populares enquanto problema de ordem pública. Primeiramente os cortiços, depois as favelas, foram alvo de políticas urbanísticas que redefiniam a lógica da cidade, impondo a redistribuição dos trabalhadores no território e normas de sociabilidade.

Analisar este processo de favelização e o seu conseqüente reconhecimento público, enquanto questão social, coloca a tarefa de esmiuçar as contradições do capitalismo brasileiro e as formas específicas como estes territórios foram constituídos, de acordo com as mediações de cada realidade local. Como já afirmado, o capitalismo brasileiro era dependente, por isso, a urbanização, realizou a apropriação do espaço citadino de acordo com as marcas do liberalismo autoritário típico do Brasil.

Significa dizer que a promessa republicana de universalismo de direitos sociais, civis e políticos era *restringida* pelo particularismo dos privilégios corporativos dos setores dominantes. Os favelados, portanto, não estavam incluídos ao âmbito da cidadania, durante as primeiras décadas da Primeira República, pois, suas moradias e modos de vida eram considerados como marginalidade urbana.

Pensar o contexto de formação das favelas, portanto, seria muito mais que inventariar as ações públicas de remoção, construção de habitações populares ou a legislação. Compreender a condição histórica do favelado não seria somente elencar as transformações econômico-sociais que tornavam o Brasil urbano-industrial como obra de um Estado autoritário abstrato que apenas ilude e reprime. Há de se encarnar de historicidade cada lei, cada ação de remoção, cada política pública para as favelas, desnaturalizando assim o Estado de sua pretensa função magnânima de definir condutas históricas. Nesse sentido, proponho entender as favelas a partir do conflito, da relação que se estabelecia entre Estado e sociedade civil, do resultado concreto da correlação de forças entre as ações de resistência e o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para as favelas.

Seguindo as premissas de Gramsci, o Estado existe enquanto relação “ampliada”, na mediação com organizações da sociedade civil, em que os intelectuais orgânicos dirigem as vontades coletivas na disputa por hegemonia (GRAMSCI, 2007). Desta maneira, compreender o desenvolvimento das favelas e a sua constituição enquanto território fundamental no estabelecimento da hegemonia faz-se necessário averiguar as resistências e disputas em torno deste projeto de desenvolvimento capitalista urbano-industrial, em andamento desde o início do século XX.

As favelas desde o seu surgimento, no final do século XIX e início do XX, eram tidas como a depravação moral, o antro do crime, foco de epidemias e responsáveis pela destruição estética da cidade. A revista *O Malho*, numa edição de 1907, apresentou uma charge que sintetiza bem a ideia que a opinião pública tinha a respeito das favelas no início do século XX.



<http://laeti.photoshelter.com/image/10000iShwzdt6P.8> - Acessado em 07/11/2014).

Como se pôde observar a favela era reconhecida como um problema a ser resolvido, em que a miséria, a doença, o crime, a indolência deveriam ser controlados pelo poder público. Sendo bem demarcada a ideia higienista de que os favelados deveriam ser tratados como portadores de doenças e como responsáveis pelas epidemias urbanas, que parasitaria os morros, como bem é apresentado na figura acima. Assim, a Delegacia de Higiene, no início do século XX, era a instância responsável para lidar com as favelas.

As favelas mantinham, portanto, o mesmo caráter negativo que os cortiços, no século XIX, afinal, seus moradores eram trabalhadores pobres e, na maioria dos casos, negros. Neste período é possível observar propostas do poder público como a construção de vilas operárias e o controle sobre a proliferação de cortiços no Distrito Federal. Citando o intendente Alfredo Barcellos, Marcelo de Souza Magalhães (2000) mostra esta situação de repulsa aos cortiços,

Esta realização [a construção de vilas operárias] é muito urgente e necessária, porque decididamente a cidade do Rio de Janeiro não pode suportar estes infectos cortiços que são um foco permanente donde se irradiam todas as epidemias que assolam esta grande cidade. (RIO DE JANEIRO. Conselho Municipal. 11ª Sessão Extraordinária, 21/02/1893. Anais... Rio de Janeiro: 1893, p. 109).

Dez anos antes da Reforma Pereira Passos já era promulgada a Lei nº 244, em 1896, que limitava a construção de cortiços, principalmente nas áreas do centro da cidade, onde se buscava retirar os pobres e obrigá-los a um deslocamento para as periferias sob a argumentação de que as classes populares eram responsáveis pelas epidemias. Sob o manto do cientificismo as elites colocavam a reforma urbana como alternativa para retirar aqueles trabalhadores das áreas valorizadas comercialmente na cidade, afastando possíveis instabilidades sociais causadas por motins urbanos (CHALHOUB, 1996; VALLADARES, 2005; MAGALHÃES, 2000).

As reformas urbanas da primeira década do século XX atacaram as moradias populares da região central do Rio de Janeiro. O episódio da demolição da favela Dois Irmãos, ainda nos anos 1920, ocorrido sob o pretexto de garantir melhor caminho à chegada do príncipe da Bélgica expressa bem este sentimento de limpeza urbana que se expressava nas políticas urbanísticas. Foram 600 habitações coletivas derrubadas, desabrigando mais de 13 mil moradores, enquanto que pela municipalidade foram mais de mil desabrigados com a destruição de 70 casas (MATTOS, 2008).

As medidas remocionistas não acabaram com as favelas, pelo contrário, o inchaço do centro urbano da Capital Federal só aumentou. Enquanto isso, a preocupação do poder

público aumentava, pois segundo pesquisas não oficiais<sup>15</sup>, em 1927, as favelas chegariam a abrigar cerca de 100 mil pessoas (GONÇALVES, 2013). Em busca de mais informações sobre este fenômeno, o governo convocou, em 1927, o urbanista Donat Alfred Agache para executar um novo plano urbanístico para a capital. O documento produzido ficou conhecido como Plano Agache e manteve a orientação de destruir as favelas que estivessem no caminho do que se considerava progresso urbano. Apesar do documento apontar alguns traços inovadores como a ênfase na construção de moradias urbanas e a mobilidade urbana, no âmbito geral, mantém a remoção como princípio, se mantendo fiel ao legado remocionista.

No final do século XIX surgiam no Rio de Janeiro as associações de trabalhadores e formas de cooperação que tiveram papel importante em unificar trabalhadores em torno de estratégias de ajuda mútua, de lutas por melhores condições de trabalho, manifestações por direitos civis e motins urbanos contra medidas autoritárias governamentais. Eram associações mutualistas ou sociedades de socorro mútuo, que garantiam auxílio financeiro para trabalhadores aposentados ou viúvas, instrução profissional, além disso, em alguns casos, desempenharam importante papel na organização de greves e do abolicionismo (MATTOS, 2008).

Buscando compreender a formação da classe trabalhadora no Brasil, no caso particular do Rio de Janeiro, Marcelo Badaró mostra as diversas modalidades de luta dos escravizados e livres por melhores condições de vida nos centros urbanos, destacando as associações de ajuda mútua, irmandades, partidos, sindicatos e modalidades híbridas. A capacidade organizativa se ampliava, assim como os motins urbanos expressavam os conflitos que se produziram durante a consolidação do modo de vida urbano-industrial, em que se rivalizavam as distintas formas de apropriação da cidade entre as classes e frações de classe. Desde a Revolta do Vintém (1880), a Revolta da Vacina (1904) e diversos ataques contra a situação dos bondes e lampiões. A

---

<sup>15</sup> As favelas não eram incluídas nos censos até 1950, segundo Marcelo Abreu. O engenheiro Alberto Passos Guimarães, em 1953, afirmava: “Nenhuma diferença essencial separava os casebres dos morros, dos demais casebres. Eram todas habitações igualmente rústicas, igualmente pobres e desconfortáveis. A denominação popular de favela, não teria, pois, surgido da diferença entre o tipo arquitetônico das vivendas dos morros, mas do conjunto de condições que a caracterizaram, entre estas, notadamente, o aspecto físico de seu agrupamento desordenado e denso. Por sua contextura, os casebres dos morros e dos subúrbios, da zona urbana ou da zona rural, não apresentam dessemelhanças substanciais.” GUIMARÃES, Alberto Passos. As favelas do Distrito Federal. Revista Brasileira de Estatística, ano 14, n. 55, p. 250-278, jul./set. 1953. p. 253.

crecente organização dos trabalhadores tornava ainda mais ameaçadora às elites urbanas estes costumeiros levantes populares.

Maria Tereza Chaves Mello (2011), também mostra o quanto o povo se insurgia utilizando como instrumento político o Conselho de Intendentes, a imprensa e do Poder Legislativo Municipal, no Rio de Janeiro. A pesquisa de Gladys Ribeiro (2009), seguindo esta mesma perspectiva, aponta o quanto a população reivindicava direitos antigos e recentes nas instâncias do Estado, a despeito das limitações civis imposta aos trabalhadores sobre os usos da cidade.

Alguns puxadores de carrinho de mão – todos licenciados pela Prefeitura Municipal, devidamente matriculados na Repartição competente e possuidores de carteira de identidade – foram à Justiça Federal através do advogado do Centro de Carregadores em Carrinho de Mão, Doutor Victor Mário. Este propôs um interdito proibitório contra o Prefeito do Distrito Federal e o Chefe de Polícia, para garantir o direito de liberdade ao exercício da profissão, que estava sendo ameaçado devido às multas e às constantes apreensões de seus veículos. O advogado argumentava que a necessidade da regulação estava ligada diretamente às greves e aos motins existentes no país em consequência das diferenças partidárias (2009, p. 111-112).

Interessante observar neste levantamento de motins urbanos e lutas institucionais no Rio de Janeiro que, de alguma forma, as condições de trabalho se mesclavam às demandas ligadas à moradia e infraestrutura urbana. A Revolta da Vacina, por exemplo, teve como epicentro o bairro Saúde/Gamboa, habitado por muitos descendentes de escravos. Os Centros das Classes Operárias formaram a Liga Contra a Vacina Obrigatória que realizou a mobilização a partir de diversos comícios. Reuniram mais de dez mil assinaturas de operários contrários à campanha de vacinação compulsória. A repressão do governo foi intensa resultando em “30 mortos, 110 feridos, 945 presos e 461 deportados” (MATTOS, 2008, p. 167).

Havia, portanto, um acirramento das lutas sociais a respeito dos usos da cidade, resultante do modelo de desenvolvimento que segregava espacialmente os trabalhadores de maneira violenta. Forjaram-se diversas formas de resistência nas favelas e cortiços, em que os trabalhadores lutavam pela manutenção de suas moradias e de seus laços territoriais.

Moradores do Morro Santo Antônio, por exemplo, em 1897, utilizavam cartas endereçadas às autoridades municipais como último recurso contra as remoções (GONÇALVES, p. 68, 2013). Já no século XX as resistências continuaram e de forma cada vez mais organizada. Mesmo após as demolições as populações voltavam ao Morro Santo Antonio (ABREU, 1994, p. 51). Na demolição do ano de 1910, os moradores receberam ao menos a permissão para ocuparem o morro do Telégrafo. Mesmo após o incêndio do ano

de 1916, provavelmente intencional, em 1919, lá estava a população ocupando as encostas do morro Santo Antonio. O morro da Providência também surgia desta resistência quando desalojados de uma Cabeça de Porco passaram a ocupar o morro sob autorização da prefeitura (VAZ, 1986, p. 35).

O uso dos meios legais, através da Justiça Sanitária, também ocorreu. Antonio Izidoro Gonçalves, morador do Morro da Favela (conhecido também como Providência), mostrava sua indignação a esta instância diante da demolição do prédio que habitava (QUEIROZ, 2008, 16). No morro de Santo Antonio, no ano de 1911, Evaristo de Moraes, teria sido procurado por moradores contrários à medida de despejo da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP). Algo que teria sido motivo de acusações de golpismo contra o governo (MATTOS, 2008, p. 170-177). Há registros também de moradores do morro da Favela que teriam, inclusive, participado da Revolta da Vacina (1904).

As lutas sociais foram amplificando-se, de modo que a organização dos trabalhadores foi tornando-se mais autônoma e vinculada a um programa de reivindicações, resultando em organizações civis específicas às questões das favelas. O Centro Político de Melhoramento do Morro do Pinto (1925), a Sociedade dos Trabalhadores Humildes do Morro de São Carlos (1937) são alguns exemplos destas formas de organização de trabalhadores, que tinham como fundamento a questão de classe, mas também a sua definição territorial a partir da favela (MATTOS, 2008, p. 166).

No entanto, a promessa republicana de participação popular foi restrita pelas amarras políticas de sua herança oligárquica. A liberdade das organizações civis de trabalhadores favelados neste período inicial era ínfima, além disso, o sufrágio ainda era um recurso democrático restrito, tendo em vista que não contemplava mulheres e analfabetos. Em 1920, dos 30 milhões de eleitores potenciais, menos de cem mil estavam aptos a votar (CARVALHO, 2001).

No primeiro período Getúlio Vargas as resistências dos favelados tomaram ainda mais amplitude, mesmo o governo tendo um forte viés autoritário. Práticas que já aconteciam como as cartas reivindicatórias, abaixo-assinados e todo tipo de solicitação junto às autoridades legais multiplicaram-se. O discurso de aproximação do trabalhador, típico de Vargas, era evocado pelos trabalhadores favelados como arma de resistência aos dilemas das favelas, fosse pelas condições das moradias, pela precariedade dos meios de transporte ou pela ameaça de despejo.



Nesse contexto as organizações civis das favelas deram um salto na sua capacidade organizativa, exercendo, cada vez mais, função de representação dos favelados durante as diversas lutas. A resistência contra a remoção no Morro São Carlos, em 1932, é um exemplo de como uma luta imediata teria erguido as bases de uma organização civil dos favelados, a Sociedade dos Trabalhadores Humildes de São Carlos (SILVA, p. 112, 2005), assim como a formação da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), em 1954, que se ergueu no calor da luta dos moradores do Borel.

Como se pode observar, ainda que se considerem as limitações da democracia brasileira<sup>16</sup>, durante os primeiros anos da república, os embates da sociedade civil definiriam as bases de uma nação urbano-industrialista sob aguda resistência dos trabalhadores. A consolidação do Brasil enquanto nação, portanto, se realizava na medida em que se unificava o método de acumulação capitalista industrialista dependente, mas também as formas de construção do consenso. Era o resultado dos embates da sociedade civil e da forma centralizadora e cada vez mais refinada do Estado se ampliar, ou seja, unificar e universalizar os valores morais e intelectuais dominantes.

Segundo Sonia Regina de Mendonça,

Entre 1930 e 1945 o Estado brasileiro avançou seu processo de constituição enquanto Estado *nacional* e *capitalista*, inscrevendo na materialidade de sua ossatura – pela multiplicação de órgãos e instituições – os diversos interesses sociais em jogo, metamorfoseados em “interesses nacionais (1990, p. 244).

A criação da “Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (1937); o Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1938); a Carteira de Exportação e Importação (CEXIM – 1941)” (1999, p. 245) seriam exemplos da incorporação de classes e frações de classe ao Estado, restabelecendo as mediações entre Estado e sociedade civil, num caráter cada vez mais público e mais autoritário.

Já antes da implantação do Estado Novo, a mediação política entre Estado e trabalhadores era tutelada pelo Ministério do Trabalho, desde 1931. A promoção da legislação trabalhista e o controle sobre os sindicatos talhavam a estrutura burocrática e corporativista do Estado no intuito de amenizar o conflito capital-trabalho. Desde 1933, os sindicatos passaram a ser legalmente incorporados ao Estado, coagindo as entidades

---

<sup>16</sup> Cabe lembrar que a Constituição de 1934 manteve a exclusão dos analfabetos no processo eleitoral, algo, inclusive, que se manteve proibido nas constituições de 1937, 1946 e 1967. O que mostra o quanto a cidadania brasileira ainda estava longe de assimilar princípios básicos do universalismo liberal.

sindicais autônomas e mantendo severo controle sobre àquelas absorvidas pela lógica burocrática e corporativista, congraçada pela representação sindical única verticalizada.

A política centralizadora do Estado aprimorava seus organismos de repressão em resposta ao crescimento de organizações políticas autônomas. A Aliança Nacional Libertadora, por exemplo, foi duramente perseguida, mesmo não tendo apenas comunistas em sua composição. Suas propostas nacionalistas, de defesa das liberdades políticas e civis, que reuniam, inclusive, setores liberais e do patronato, eram consideradas subversivas e uma ameaça à ordem. O fato era que, se por um lado o governo varguista buscava atrair as diversas classes e frações de classe para as instâncias do Estado, por outro, esmagava aqueles que não aceitassem tal submissão em nome da unidade da nação.

O PCB, partido de grande expressão na época, que reunia mais de 100 mil membros nacionalmente, também sofreu o peso desta democracia autoritária quando teve o seu registro partidário cassado, em 1947. Mesmo orientado pela política de “frentes populares”, desde o VII Congresso da Internacional Comunista (1935), em que defendiam a união dos setores progressistas de todas as classes sociais contra o fascismo, os comunistas acabaram duramente reprimidos.

A definição das crises de hegemonias, nos anos 1920 e entre 1930 e 1937, apontadas por Sonia Regina de Mendonça, revelam as contradições de uma modalidade de desenvolvimento que conferia à sociedade civil, um espaço cada vez mais privilegiado das disputas políticas, mesmo se considerando as amarras institucionais dos governos autoritários do período (1990). No entanto, creio que tal caminho explicativo esteja parcialmente correto, pois ainda que mostre com grande detalhamento as contradições da sociedade civil em relação ao Estado, o quanto a ocidentalização em andamento não era aos moldes clássicos, como pensada por Gramsci, seria forçoso pensar que haveria uma crise a ponto de desestruturar os seus fundamentos sistêmicos.

Havia de fato um cenário de crise econômica no início dos anos 1930, em que se expunha o esgotamento do modelo de desenvolvimento dos cafeicultores. Contudo, as sérias dificuldades de estabilizar o governo perante o rearranjo da vanguarda burguesa a dirigir o bloco histórico, não podem ser elevados a uma crise de hegemonia. Afinal, mesmo considerando o fortalecimento das organizações de trabalhadores nas suas pautas reivindicatórias, a hegemonia ainda estava resguardada aos setores dominantes. As forças de oposição não chegaram a apresentar a iminência de uma superação

revolucionária diante do impasse que havia se aberto na década de 1930, nem no plano discursivo, muito menos no prático<sup>17</sup>.

Isso não significa menosprezar o conjunto de lutas sociais que se operavam no período, mas sim reconhecer que o seu caráter pressionava por uma pauta liberal nacionalista radical, que reconhecesse direitos políticos aos trabalhadores e toda uma agenda de reformas sociais profundas que confrontassem os interesses econômicos hegemônicos, mas sem destituí-los de sua condição de poder. Na realidade, a hegemonia estava transformando suas feições para um modelo mais ocidentalizado e urbano, fruto da pressão das lutas sociais, no entanto, sem perder de vista suas bases de poder tradicionais.

As organizações sindicais, o PCB, a luta por direitos civis e sociais desenvolvida nas favelas impunham as exigências dos subalternos contra o projeto de nação urbano-industrialista dependente. Significava uma disputa sobre os rumos desta industrialização, inclusive como resistência ao imperialismo Inglês e dos EUA.

Se a urbanização era parte importante deste projeto de desenvolvimento, a favela seria, ao mesmo tempo, a sua consequência *necessária e perigosa*. Necessária porque a favelização cresceu a partir da urbanização, tendo função econômico-social fundamental para a lógica industrial de vida. Algo que desenvolverei mais a frente. E perigosa porque a favela sendo território de trabalhadores pobres e, na maioria, negros, afrontava, potencialmente, a moralidade tradicional e as formas concretas de (super)exploração capitalista que então se implantava.

1930-1945 é, portanto, o período de ascensão do projeto de nação urbano-industrialista. Tido como o único meio de se atingir a modernização e o progresso. A urbanização deveria ser a nova configuração espacial das cidades a expressar a acumulação capitalista restringida brasileira. restringe o recorte ao Janeiro esta tendência mais evidente como observar a seguir:

TABELA A-3 CRESCIMENTO INDUSTRIAL 1920/1950 NUMERO DE ESTABELECIMENTOS	
1920	1.541
1940	4.169
1950	5.693

NUMERO DE OPERARIOS	
1920	56.229
1940	123.459
1950	171.463

FONTE: IBGE — Anuario Estatístico do Brasil — 1957.

<sup>17</sup> A Insurreição de 1935 apres, além de ter sido um evento c composição com os setores bur

industrial  
Quando se  
Rio de  
fica ainda  
pode se

comunistas, contudo, para um governo de

Apud SAGMACS, 1960, p. 5.

O crescimento industrial havia imposto uma demanda inconciliável dentro dos padrões capitalistas brasileiro: o aumento gigantesco do contingente de trabalhadores no centro urbano e a alocação precária destes trabalhadores à lógica capitalista da cidade. O lastro desse processo ocorreu sob considerável crescimento econômico, considerando-se a situação econômica internacional:

**Taxas anuais de crescimento econômico (%)**

Período	Agricultura	Indústria	Total
1920-1929	4,1	2,8	3,9
1933-1939	1,7	11,2	4,9
1939-1945	1,7	5,4	3,2

(VILLELA e SUZIGAN. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1975, p. 124 apud MENDONÇA, 1990, p. 148)

Sobre o período da década 1950, a taxa de crescimento aumenta ainda mais, com um crescimento real de 7% ao ano e 4% per capita, sendo 3 vezes maior que aquele observado no restante da América Latina (MENDONÇA, 1990, p. 254). Cabe salientar que, nos anos 1940, a agricultura ainda mantinha a preponderância na economia

nacional, contudo, o dinamismo da industrialização reconfigurava a economia e a estrutura social.

No entanto, este fôlego econômico propiciado pela industrialização se deu sob alta exploração da força de trabalho urbana, na forma de depreciação dos salários perante a elevação do custo de vida.

**TABELA A-4**  
**EVOLUÇÃO DO SALÁRIO (NOMINAL E REAL) NO DISTRITO FEDERAL**

A N O S	Salário Mediano Mensal		Índices 1939 = 100	
	Cr\$	Índice	Custo de vida	Salário real
1 9 3 9	300 *	100	100	100
1 9 4 6	801	267	297	90
1 9 4 7	874	291	364	80
1 9 4 8	950	317	376	84
1 9 4 9	1.085	362	391	93
1 9 5 0	1.177	392	417	94
1 9 5 1	1.257	419	462	91
1 9 5 2	1.452	484	524	92
1 9 5 3	1.488	496	589	84
1 9 5 4	2.184	728	713	102
1 9 5 5	2.891	964	873	110
1 9 5 6	3.000 **	1.000	1.000	100
T O T A L	—	—	—	—

\* Salário medlo de contribuição  
\*\* Estimativa preliminar

A N O S	Salário Mínimo Mensal		Índices Janeiro 1952 = 100	
	Cr\$	Índice Janeiro de 1952 = 100	Custo de vida	Salário real
1 9 4 0	240	20	23	87
1 9 4 4	380	32	45	71
1 9 5 2	1.200	100	100	100
1 9 5 4 / 1 9 5 5	2.400	200	148	135
* 1 9 5 5 / 1 9 5 6	2.400	200	211	95
T O T A L	—	—	—	—

\* Dado provisório  
FONTE: FGV — Conjuntura Economica  
Ano X n. 6 — Junho de 1956.

(Apud SAGMACS, 1960, p. 5).

Analisando o quadro acima fica bem explícita a condição do proletariado urbano no período em questão, que mesmo num contexto de reerguimento econômico, não socializava, minimamente, os avanços produtivos. A pressão inflacionária inviabilizou qualquer possibilidade desta massa de trabalhadores conseguir uma moradia própria, ou

mesmo pagar um aluguel de uma casa com qualidades mínimas. Segundo o relatório SAGMACS,

Os inquéritos de salário mínimo têm demonstrado que Cr\$ 200,00 é a cota media normal, representando 20% dos salários que destina a aluguéis. Ora cerca de 50% da população remunerada do Distrito Federal se enquadra em classes de salários inferiores a Cr\$ 1.000,00. Assim, a soma de Cr\$ 20.000,00 corresponderia a taxa usual de 1% sobre o aluguel de um imóvel no valor de Cr\$ 20.000. Essa importância é de todo insuficiente para a aquisição de uma casa de alvenaria com 30m<sup>2</sup>, espaço mínimo para uma família de 5 pessoas (1960, p. 5).

Esta tendência tornou o crescimento das favelas exponencial. A desigualdade espacial que já era sentida desde o século XIX, tomou proporções de calamidade pública a partir dos anos 1930. Para se ter uma ideia de 1870 a 1890, a Capital Federal havia crescido 120,2% (de 235.381 a 518.292 pessoas), o aumento no número de residências, no mesmo período, cresceu apenas 74,3% (de 41.200 a 71.807). Apesar disso, foram mais de 1.800 prédios destruídos em regiões pobres, gerando algo em torno de 20.000 pessoas jogadas nas ruas em nome da modernização urbanística do Rio de Janeiro (CARVALHO, 2011). Já no início dos anos 1940, estimava-se que existiam em torno de 60.000 barracos nas favelas do Rio de Janeiro. Além disso, a população da cidade veio crescendo numa proporção de 170.000 pessoas a cada cinco anos.

**TABELA A 8**  
**CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO**  
**DO DISTRITO FEDERAL, FAVE-**  
**LADA E DE ALGUMAS FAVELAS**  
**1950/60**  
**(estimativa)**  
**POPULAÇÃO DO DISTRITO**  
**FEDERAL**

1950 .....	2.377.451
1960 .....	3.220.000

FONTE: IBGE — Anuario Estatístico do Brasil, 1957.

**POPULAÇÃO FAVELADA**

1950 .....	169.305
1960 .....	355.000
1960 x .....	228.000
1960 xx .....	358.000
1960 xxx .....	830.000

FONTE: CNE — RBE, ano XIV n.º 55 — julho/setembro 1953 — Censo Demográfico .. 1950.

x — Estimativa calculada pela taxa de crescimento do D. F. aplicada à população favelada.

xx — FGV — Conjuntura Económica — maio 1952.

xxx — Serviço Nacional de Febre Amarela.

(Apud SAGMACS, 1960, p. 7)

O quadro acima mostra o quanto a tendência de crescimento das favelas havia tomado proporções preocupantes. Mesmo considerando-se a variação do resultado da pesquisa dos diferentes institutos, o crescimento é, no mínimo de mais de 100%, podendo chegar a quase 600% (seguindo os dados do Serviço Nacional de Febre Amarela), em apenas 10 anos (1950-1960).

Se o quadro nacional era de forte expansão do PIB, com elevados superávits da balança econômica brasileira, principalmente no setor industrial, por que as favelas cresceram tanto? Por que as favelas tornaram-se alvo de repressão, mas ao mesmo tempo alvo de políticas públicas, em especial na área da educação?

Uma inflexão ocorre a partir do primeiro governo Vargas (1930) a respeito da relação com as favelas. É nesse momento que o Estado instituiu políticas públicas que acabaram rearranjando a relação do Estado com as favelas e inscrevendo este território sob então novas condições sociais. Em concomitância estabelece a construção de um ideal de identidade nacional brasileira, que reconhecia os favelados como parte importante, reunindo traços culturais específicos, que ensejariam o projeto de nação em disputa.

No campo da política social para as favelas Vargas privilegiava os favelados que possuíssem vínculo profissional estável com a carteira de trabalho. A política habitacional favorecia apenas aqueles trabalhadores dos setores amparados pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), ou seja, uma minoria dentre os moradores das favelas. A formalização da força de trabalho era a condicionante para o acesso ao benefício da moradia popular.

O prefeito indicado por Vargas, Pedro Ernesto (1931-1936), restabeleceu o modo de ação do governo perante os favelados, não retirando o remocionismo como recurso urbanístico, mas se apresentando ao diálogo, desde que não houvesse organizações autônomas a frente do processo. Propunha o reconhecimento civil e social dos moradores das favelas de forma tutelada. Segundo Licia do Prado Valladares,

Pedro Ernesto manteve inúmeros contatos com os habitantes das favelas entre 1932 e 1934, intervindo como mediador nos conflitos sobre a propriedade do solo, distribuindo as primeiras subvenções públicas às escolas de samba para o Carnaval e, em alguns casos, decidindo sobre a instalação de serviços públicos. Em 1934, por exemplo, organizou uma manifestação oficial na Favela da Mangueira para anunciar a abertura de uma escola pública (2005, P. 52).

Ainda que as ações violentas da polícia sobre as favelas fosse uma realidade, assim como o preconceito e as remoções, durante o governo de Pedro Ernesto, era

reformulado o status da cidadania dos favelados. A partir de então a política pública deveria chegar às favelas, tornando-se alvo das disputas políticas cidadinas, a partir da mobilização da sociedade civil.

O Código de Obras (1937) também demarcava esta nova conjuntura. Como se observa no trecho a seguir: “a Prefeitura providenciará como estabelece o Título IV do capítulo deste decreto para a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo” (Código de Obras, 1962, apud VALLADARES, 2005, p. 53). As orientações ainda traziam um traço expressivamente remocionista, inspiradas em Mattos Pimenta e Agache, entretanto, o documento inovava, enfatizando a importância de construir habitações populares. A destruição das favelas estava associada a uma demanda de problema social público.

Na década de 1940 seguindo esta perspectiva surgiam organizações civis cada vez mais dedicadas a lidar com a situação social da pobreza urbana, em particular com as favelas, tais como LBA - Legião Brasileira de Assistência (1942), SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1946), SESI – Serviço Nacional da Indústria (1947) e, no caso da Igreja Católica, a Fundação Leão XIII (1947) e a Cruzada São Sebastião (1955). Tais entidades respondiam a esta demanda de não reduzir os favelados a sujeitos a serem removidos de suas moradias, mas sim de levar ações sociais para amenizar as sequelas da pobreza e os desvios morais. É neste contexto que a educação aos favelados passa a ter centralidade entre os diversos âmbitos das políticas públicas.

Tal interesse sobre a educação para as favelas se coadunava com a formação de um projeto nacional de educação, incentivado por entidades patronais e católicas, algo expresso na elaboração dos decretos-lei que formalizavam ações educacionais de ethos industrialista para os trabalhadores: Leis Orgânicas do Ensino Industrial (1942), Comercial (1943), Agrícola (1946), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-1942), Escolas Técnicas Federais (1942), Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942) (CIAVATTA, 2011).

Esta chegada das intervenções públicas e privadas nas favelas tiveram como aporte balizador a ideia de unidade cultural nacional. Numa sociedade em que as favelas cresciam e passavam a ter cada vez mais importância na lógica e funcionamento da cidade, a ideia de cultura nacional foi uma “tradição inventada”<sup>18</sup> e sistematizada pelo Estado varguista, e teve nas favelas o substrato fundamental.

---

<sup>18</sup> “Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e



A institucionalização do carnaval carioca, por exemplo, executada pelo prefeito Pedro Ernesto, em 1935, era parte deste momento de inserção cultural da favela no ideal de nação varguista. O patrocínio oferecido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) ao Bloco Sordade do Cordão (morro do Quitungo), em 1940, estreitava relações entre a produção cultural popular das favelas e a construção deste ideal cultural patriótico (BURGOS, 2006).

A elevação do samba a ritmo nacional, identificado à realidade da favela e do trabalhador urbano, não foi obra do acaso, ou fruto meramente da beleza estética deste movimento cultural. Resultava de uma intensa vivacidade cultural que ocorria nas favelas e de uma política deliberada do governo Vargas de forjar uma cultura popular que inserisse o samba à identidade “oficial” brasileira, e, por consequência, ao projeto urbano-industrialista (VIANNA, 2010).

A burocracia getulista arregimentou parte da intelectualidade modernista nesta construção da cultura popular brasileira, determinando os limites das formas de expressão cultural das favelas, as legítimas e as marginais. Algo que, certamente, teve implicações sobre o imaginário projetado sobre as favelas, produzindo, em muito dos casos, o estereótipo do favelado sambista e feliz.

Segundo Hermano Vianna, “a vitória do samba era também a vitória de um projeto de nacionalização e modernização da sociedade brasileira” (2010, p. 127). A repressão e a censura getulista recaíram intensamente sobre os trabalhadores, principalmente os favelados, contudo, a cultura popular do favelado era sistematizada e internalizada ao Estado como mecanismo de fortalecimento da coesão social em torno dos ideais modernizantes e de nação.

O Estado Novo mantinha o caráter subalterno da cidadania dos favelados, mas enaltecia algumas práticas culturais e reconhecia direitos sociais a partir de políticas públicas urbanas e do incentivo à entidades civis que atuassem nas favelas. O ministro Capanema, responsável pela pasta de Educação e Saúde (1934-1945) também foi importante para o lançamento desta cultura brasileira “oficial”, que tinha, além dos modernistas, os católicos e escolanovistas como incentivadores. A “alta cultura” deveria ser projetada a partir do incremento da educação, como é possível observar na Lei Orgânica do Ensino Superior (1942) (MENDONÇA, 2000) e na construção de um ideal

---

normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM, p.9).

de favelado construída pela “elite” da intelectualidade que se integrava ao conceito de nação produzido pelo governo Vargas.

O ideário formado por estas políticas públicas se efetivou na ampliação e desenvolvimento dos aparelhos de comunicação também a partir da radiodifusão. A indústria cultural desempenharia o papel de massificar os ideais de coesão nacional e paz entre classes. O encontro harmônico entre o erudito e o popular seria a síntese artística estadonovista para os conflitos da época. Villa-Lobos teria sido um ícone desta perspectiva, frequentando os salões suntuosos da burguesia e as rodas de samba nas favelas (MENDONÇA, 2000).

O imaginário projetado sobre a favela durante os anos 1930 e 1940 era ressignificado. O higienismo e o remocionismo ainda eram mantidos na postura do poder público sobre os favelados, mas, a partir daquele momento, a pobreza urbana nas favelas passava a ser resultado da falta de educação, da imoralidade, da ausência de princípios cristãos e do desapego ao trabalho. A favela passava a ser carregada de uma positividade localizada em certas referências culturais como o samba, no entanto, sua negatividade ainda residia na sua posição de subalternidade social, no preconceito racial e nas restrições à cultura de origem africana, aquela que não havia sido devidamente avalizada pela intelectualidade modernista.

A formação das favelas resguardava um caráter de resistência quando se considera a forma de ocupação clandestina, as mobilizações locais contra as ações remocionistas e a prática de tradições culturais que eram negadas como legítimas pelo Estado. A partir de Vargas, contudo, o Estado incorporava alguns elementos destas resistências políticas e culturais ao seu discurso.

Após o fim do primeiro governo Vargas o processo de fortalecimento das organizações dos trabalhadores das favelas ampliou-se, reverberando nas ações públicas do Estado. As pautas de urbanização chegavam em algum grau as instâncias de governo e mesmo que não se efetivassem na maioria dos casos, era uma pressão considerada pelo governo.

Nos governos posteriores até o golpe empresarial-militar (1964), ainda que num modelo de democracia limitado por forte repressão, é possível averiguar uma perspectiva de política pública para as favelas. O Censo de 1950 do IBGE, por exemplo, pela primeira vez, considerou as favelas enquanto categorias sociais, nas suas singularidades, demonstrando a demanda por um levantamento de informações mais

efetivo para a promoção de políticas públicas. Outra expressão desse processo de ampliação do poder público sobre as favelas é assim descrita por Cezar Honorato,

Vargas cria a Subcomissão de Favelas da Comissão Nacional de Bem-Estar Social (PR 26.413/52), coordenada por Romulo Almeida; membros do Ministério da Fazenda, da Fundação Casa Popular, do Ministério da Educação e Saúde, do Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Fundação Leão XIII e Ministério da Justiça e Negócios do Interior. Criam a Semana de Estudos Favelas (COMISSÃO NACIONAL DO BEM ESTAR SOCIAL, 1952, p. 3). Princípios do documento sobre a favela: “a) é um problema nacional, embora se apresente com outras denominações; b) que deve ser apreciada sob os vários aspectos, o social, o econômico, o técnico e o legal; c) sofre a influência de vários fatores na sua formação; e d) que pode ser adequadamente solucionada num planejamento de envergadura nacional” (2012, p. 161).

Contudo, os favelados ainda eram alvo do incômodo oriundo do senso comum, que recriminava o modo de vida das favelas. Estas representações negativas se alicerçam em três incômodos: *informalidade nas relações sociais nas favelas, a aglomeração massiva de trabalhadores e a cultura negra*.

A vida cotidiana nas favelas possuía formas de sociabilidade instáveis se comparada ao ideal cidadão. O modo de vida não seguia as regras sociais da mesma forma que ocorria nos territórios regulares da cidade. Desde o controle de impostos sobre serviços públicos prestados, a lei do silêncio, as regras de construção das casas, os meios de transportes, tudo de alguma forma é constituído em meio à precariedade, o que torna o improvisado, a solidariedade comunitarista da cultura local os principais eixos de sustentação da vida cotidiana nas favelas. Isso não significa, contudo, que as favelas sejam “Estados paralelos”, como muitos acreditam, afinal, a vida nas favelas é determinada, inevitavelmente, pelos imperativos do capitalismo: a subsunção das relações sociais à produção de mercadorias; as diretrizes legais do Estado (propriedade privada, lei, autoridades públicas etc); os valores ético-políticos dominantes.

No entanto, existe uma lógica territorial própria nas favelas, onde se cria uma experiência no uso social do espaço revelada no mutirão para construir a laje, na mobilização política por uma creche, a não cooperação com a polícia que ataca a população, nas músicas que denunciam as condições de vida e zombam da ordem legal da cidade, ou seja, nas diversas formas de resistência cotidiana.

Um território repleto de trabalhadores pode ser, potencialmente, um barril de pólvora. A aglomeração de trabalhadores no convívio cotidiano é o substrato da possibilidade de solidariedade de classe, em que a troca de experiências comuns forja a

identificação de grupo e de classe. A polarização de modos de vida, de tradições, culturas e interesses econômico-políticos identifica e opõe grupos sociais, colocando em luta por hegemonia: a luta de classes. Segundo Thompson,

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1987-1988, p. 10).

De acordo com o histórico apresentado sobre a urbanização e o crescimento do fenômeno das favelas, compreendo que havia uma experiência comum, no sentido conceitual de Thompson, em que a favela se erguia, forjando sua identidade territorial em consonância com a constituição da classe trabalhadora. A luta por cidadania, expressa na luta contra remoções, pela liberdade de organização política, direito de exercer livremente a religiosidade, por melhores condições de habitação e infraestrutura urbana seriam o processo da luta de classes no plano urbano da moradia, em suma, assinalava a experiência histórica enquanto classe.

A linha de produção fordista havia acelerado a produção, aprofundado a desvinculação do trabalhador ao fruto de seu trabalho, o alienando, possibilitando a ampliação brutal da expropriação do sobretrabalho e da produção do lucro. Contraditoriamente, criou-se uma situação ameaçadora a esta mesma lógica, que era unir territorialmente os trabalhadores no local de habitação, abrindo a possibilidade da identificação coletiva, da solidariedade de classe e a própria polarização no processo de luta de classes. As favelas, portanto, seriam a parte externa à fábrica deste processo, por ter no seu território as fileiras da força de trabalho urbana numa escala monumental.

O terceiro incômodo gerado pela favela não se refere apenas aos setores dominantes, mas ao senso comum. A cultura negra era considerada adversária da ordem e dos bons costumes desde o início das favelas. Mesmo considerando que nem todo favelado era negro, a maioria expressiva dos favelados era. A favela era representada como lugar dos negros e de suas formas de viver. Práticas culturais como a capoeira, o samba, o candomblé e a umbanda eram associadas à criminalidade, vadiagem, promiscuidade moral.

Qualquer manifestação cultural que remetesse à África, num país que foi por mais de 350 anos escravista, era revolver, implicitamente, as tradições do preconceito, da

exploração e dominação sobre os povos negros. Assim, o senso comum sobre as favelas, na prática, contrapunha a cultura negra ao padrão cultural cristão europeu.

Para o pensamento dominante a favela era criminosa porque era negra. Era inferior ao marco civilizatório europeu, o que, por consequência, não se coadunava à modernidade, a um dito desenvolvimento econômico, cultural e social. Por isso, pensar as representações sociais sobre as favelas na primeira metade do século XX passa por expor as raízes históricas da subalternidade do trabalhador, mas também as origens do incômodo causado à sociedade perante a herança cultural africana.

Isso posto, o processo de complexificação da sociedade civil no Rio de Janeiro, durante os anos 1930-1940, remonta o desenvolvimento das favelas enquanto força social dos trabalhadores pobres das cidades. As rebeliões urbanas e o aprimoramento das organizações civis dos trabalhadores nos centros urbanos, já desde o século XIX, vão ser parte do caldo cultural que forjou os meios de resistência dos favelados, em contraposição aos planos de reformulação urbana do período. É neste contexto, portanto, que a cidadania dos favelados entra no debate das políticas públicas, assim como um projeto de educação específico para este setor.

Em linhas gerais, apresentei o desenvolvimento urbano-industrial republicano, como expressão de um capitalismo dependente. Um padrão arcaico e moderno que ensejou, em contrapartida, um modelo político liberal autoritário, que pesou severamente sobre as favelas. A lógica oligárquica de perseguição política pesou sobre os meios de organização civil dos favelados, mas, nem por isso, resistências e conquistas deixaram de ocorrer de modo a disputar o referencial de cidadania que então se apresentava.

Assim, a sociedade civil, seguia mais aberta à ação dos aparelhos privados de hegemonia de acordo com o acirramento das lutas sociais, mas também autoritária, perseguindo as organizações autônomas dos trabalhadores favelados. Mesmo durante a democracia formal eleitoral em vigor, a partir de 1945 até 1964.

Seguindo esta tendência, a educação tornava-se veículo importante para a ampliação do Estado, em um patamar ainda mais intenso a partir da ascensão de Vargas. O conflito na sociedade civil se abria a partir do amadurecimento das agências civis dos favelados, mas também sobre as contradições e incertezas abertas pelo sufrágio. Quem iria canalizar os votos da classe trabalhadora? Quem alfabetizaria os favelados e em quem eles votariam? Os setores dominantes não estavam dispostos a riscos. Apresentarei adiante como esta contradição se deu no âmbito das favelas, em que a

abertura da sociedade civil nas organizações das favelas, a ampliação da educação aos favelados se realizaram mediante as restrições à autonomia e participação política.

## 1.2 Educando para além da fábrica

Com o crescimento das favelas e os problemas sociais advindos deste processo, uma concepção então inovadora de políticas públicas foi sendo desenvolvida para dar conta do incomodo que estes territórios causavam a ordem cidadina capitalista. Assim, entendendo este processo como parte da dinamização da sociedade civil, apresento nesta seção alguns elementos para entender como teriam se dado as primeiras intervenções públicas (algumas em parceria com entidades civis) que inauguravam uma perspectiva não meramente remocionista, mas que compreendia os favelados como cidadãos. Destacarei nesta discussão o papel da educação enquanto marco civilizatório, o que, em algum grau, acabara influenciando, posteriormente, a FLXIII.

Primeiramente é importante ressaltar a relação entre a forma de produzir a vida e as políticas públicas. Isso significa dizer que a lógica da fábrica era reproduzida nos diversos âmbitos da vida, inclusive, nas políticas públicas. Gramsci já chamava atenção para esta relação entre reprodução do capital e as formas de sociabilidade, explícita nas ações do Estado. Observando o desenvolvimento capitalista estadunidense, o americanismo, no início do século XX, ele analisou como o método de produção taylorista-fordista era muito mais que um manual de engenharia de produção. Gramsci percebia a importância da burocracia intermediária no cotidiano das fábricas, quando executava a função de atenuar os conflitos entre os desmandos gerenciais da produção e os anseios dos trabalhadores por melhores condições de vida. O elemento fundamental para o desenvolvimento desta relação era a *educação*.

De acordo com as normas do capital, os padrões de sociabilidade passaram a ser encarados como parte indissociável do processo produtivo. Os valores intelectuais e morais produzidos pelo modo de vida do trabalhador estariam submetidos a uma nova cultura, um ideal de ser humano adequado à forma de produzir taylorista-fordista e ao consumismo. Sobre este processo Gramsci afirmava,

Quem risse destas iniciativas (mesmo falidas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de “puritanismo”, estaria desprezando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o “alcance objetivo” do fenômeno americano, que é “também” o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem (GRAMSCI, 1996, p. 397).

E continua:

As iniciativas “puritanas” só têm o objetivo de conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser externo e mecânico, mas poderá tornar-se interno se for proposto pelo próprio trabalhador, e não imposto de fora; se for proposto por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais (Idem, p. 398).

Como se pode observar, Gramsci reconhece o que chama de americanismo como a forma de produzir mais socializada que a humanidade já teria realizado. Essa socialização singular assinalava novos traços de consciência, forjando um novo tipo de trabalhador, um novo *homem*. A efetivação do americanismo enquanto modelo hegemônico de sociabilidade e produção só se realizava quando o processo era interno e externo ao trabalhador. Mais do que a imposição de um conjunto de regras produtivas, visando a otimização do trabalho, Gramsci observava que o sucesso do americanismo residia na capacidade desenvolvida pelas fábricas de fomentar a formação de trabalhadores dispostos a educarem os seus pares de acordo com os valores ético-morais tayloristas-fordistas, universalizados entre os trabalhadores nas suas práticas de vida mais cotidianas.

Baseado no Livro III de *O Capital*, Bensaid destaca o caráter ampliado que a relação capitalista toma “pela combinação da relação de exploração na produção, da relação salarial e da produtividade/não produtividade do trabalho na circulação, da distribuição da renda na reprodução global” (BENSAID, 1999, apud BADARÓ, 2012). De acordo com *O Capital* as determinações do capitalismo subjugam a vida humana à produção de mercadorias de forma alienada, uma relação de oposição entre burguesia e proletariado delimitada pelas características da divisão social do trabalho, circulação e reprodução do capital.

O processo de totalização do capitalismo ocorria numa tendência crescente de socialização da produção, em que a *toda* sociedade se articulava para a produção de mercadorias, até mesmo os trabalhadores liberais. O fenômeno americanista era, nesse sentido, parte do movimento histórico das classes sociais, na disputa em torno de um modo de vida dedicado à produção de mercadorias.

O fenômeno estadunidense ampliou-se mundialmente. O padrão taylorista-fordista tornou-se um modo de vida naturalizado e tido como universal. A partir dos anos 1930,

quando o Brasil se inseria profundamente num projeto de desenvolvimento urbano-industrial iniciava-se o processo de organização de uma pedagogia industrialista, que chegava às políticas públicas voltadas para as favelas.

Neste sentido, pode-se compreender as intervenções públicas nos cortiços e favelas, de um modo geral, como parte deste processo de disputa em torno da naturalização e internalização subjetiva dos valores ético-políticos da fábrica. Ainda que se resguardem as características singulares de cada iniciativa pública e civil, de cada agrupamento social atingido, creio que, em linhas gerais, é possível perceber que todos estão submetidos à lógica social industrial de maneira sistêmica.

Pensar a intervenção urbana, apesar do discurso de neutralidade cientificista da época, era produzir um conjunto de práticas ligadas à moralização e positividade do trabalho, assim, “o taylorismo conforma e condiciona as práticas específicas sejam elas das universidades, das escolas ou das fábricas, produzindo todo um novo aparato científico que abrange desde a engenharia, a psicologia, a educação, a sociologia etc.” (DECCA, 1984, p. 62).

A acentuação da divisão do trabalho e a necessidade de controlar o tempo livre dos trabalhadores tornavam a ciência um meio de desenvolver pesquisas e ações educacionais dispostas a adequar o trabalhador a uma concepção de cidadania que deveria atenuar os conflitos de classe. Diversas instituições civis e de Estado foram construídas para este fim, já antes de 1930. “(...) no Brasil, por exemplo, além de permear o discurso dos empresários industriais, já por volta de 1919, ele foi responsável também pela criação de instituições que promoveram uma efetiva racionalização dos serviços públicos urbanos” (DECCA, 1984, p. 63).

Esta racionalização seguia parâmetros ligados a forma de produzir fordista-taylorista, que, paulatinamente, eram absorvidas para diversos âmbitos da vida, inclusive, pelo Estado nas suas políticas públicas. Racionalizar seria expropriar do trabalhador o controle (ainda que parcial) sobre o processo de produção, assim como estabelecer uma moralidade e conduta social de valorização do cotidiano fabril, no que se refere ao controle do tempo de trabalho, forma de aproveitamento do tempo livre, religiosidade, tipo de participação política e fruição cultural. Ainda nos anos 1920,

(...) tornava-se possível a emergência de um discurso que colocava a indústria no centro de qualquer projeto político de reordenação da sociedade brasileira. (...) qualquer solução do problema institucional enfrentado pela sociedade brasileira, teria de considerar como eixo central a própria fábrica. E ia mais longe, afirmando que apenas os industriais foram capazes de organizar um discurso abrangente capaz



de fazer da indústria o ponto de partida da solução da crise institucional” (DECCA, 1984. p. 69 e 70).

A hegemonia projetada por este ideal industrialista seria o elemento nodal da conjuntura do período, no qual a favela teria cada vez mais destaque. Isso porque as lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores, principalmente entre 1917 e 1920, acentuavam instabilidade à ordem industrialista, que buscava uma legitimidade republicana para se consolidar. Segundo Decca, “A personagem incômoda do proletariado começa a ser minuciosamente estudada dentro de suas casas, na rua ou nas fábricas. É preocupação de muitos a sua saúde, a sua educação, a sua moral, o seu lazer, enfim e principalmente, o seu trabalho” (1984, p. 72).

A organização da sociedade civil, portanto, pluralizava suas formas de representação e ação política, apesar do caráter autoritário da república, já que estaria em andamento uma crise das formas de produção na fábrica. O fortalecimento das organizações de trabalhadores era respondido não apenas com crescente repressão policial, mas também com organizações patronais que sistematizavam, divulgavam, educavam de acordo com o pensamento industrialista.

A criação do Centro dos Industriais de Fiação e Tecidos de São Paulo era um exemplo deste processo, desarticulando, no plano sindical das fábricas, a organização dos trabalhadores, buscando a todo custo estabelecer um consenso de pactuação capital-trabalho e reprimir as organizações proletárias (DECCA, 1984). “Progresso nacional”, “industrialismo”, “paz entre classes” tornar-se-iam quase que sinônimos, e a cidadania seria a afirmação deste modo de vida urbano-industrial. A lógica da fábrica, no caso em questão, chegaria às favelas através das organizações civis e intervenções de Estado, formulando uma pedagogia da hegemonia urbano-industrial (NEVES, 2005).

Como já demonstrado, foi a partir de Vargas que ocorreu a sistematização governamental de ações destinadas a educar os favelados formal e informalmente. Tanto no local de trabalho, quanto na moradia, em particular, nas favelas. Era no seu governo que se operaram mudanças importantes.

### **1.3 Serviço Social e o catolicismo nas favelas**

A Igreja Católica teve papel importante na formulação e execução das políticas públicas educacionais das favelas. Nas vilas operárias a presença católica era marcante.

Desde os anos 1920, os católicos já realizavam ações assistenciais nas favelas, influenciados pelas orientações das encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* que afirmavam a importância de aproximar-se dos trabalhadores pobres. É nesta década que se organizou a Associação das Senhoras Brasileiras (1920) e a Liga das Senhoras Católicas (1923), que realizavam ações de caridade dedicada aos pobres e muito influenciaram a formação das primeiras assistentes sociais (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014).

No ano de 1932 eram criados os Centros de Estudos e ação Social de São Paulo (CEAS), onde eram ministrados cursos de doutrina social, o chamado Curso Intensivo de Formação Social para Moças. Já em 1935, era criada a Associação Católica Brasileira (ACB), até que em 1938 o Serviço Social foi institucionalizado enquanto profissão através da legalização do Conselho Nacional de Serviço Social, ligado ao Ministério da Educação e Saúde. A partir daí foram criados cursos como: Escola de Serviço Social da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (1940); Serviço Social das Universidades Católicas, incorporada ao Instituto de Educação Familiar e Social, que hoje é a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1943); Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth, tida como a escola da prefeitura, que atualmente faz parte da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (1944). Em 1949, eram já 15 escolas alinhadas ao pensamento católico, filiadas a União Católica Internacional de Serviço Social - UCISS (BOABAID, 1979).

Esta explosão de centros de formação de assistentes sociais arregimentou intelectuais notórios como Alceu do Amoroso Lima, Roberto Lira, Maria Esolina do movimento Escola Nova (esposa de Amaral Peixoto; filha e secretária particular de Getúlio Vargas), Violeta Campofiorito (assistente social da administração pública, família de influentes políticos, ligada à Igreja Católica), assim como quadros oriundos da Igreja Católica tais como professores formados na Universidade de Louvain (Bélgica) e Jackson de Figueiredo, o grupo Centro Don Vital (HONORATO, 149-150, 2012). Formou-se uma coalizão dentre os setores dominantes para “(...) a composição do corpo docente das duas primeiras Faculdades de Serviço Social do Rio de Janeiro contava com elementos oriundos da Igreja atuando em conjunto com burocratas, com um currículo laico e científico, e não catequético” (Idem, *ibidem*, 149). Sob influência do positivismo funcionalista professavam um “(...) ethos profissional, baseado em valores católicos, tais como o ascetismo, benemerência, o messianismo, o desprendimento, o voluntarismo e o caritivismo (...) (Idem, *ibidem*, p. 150).

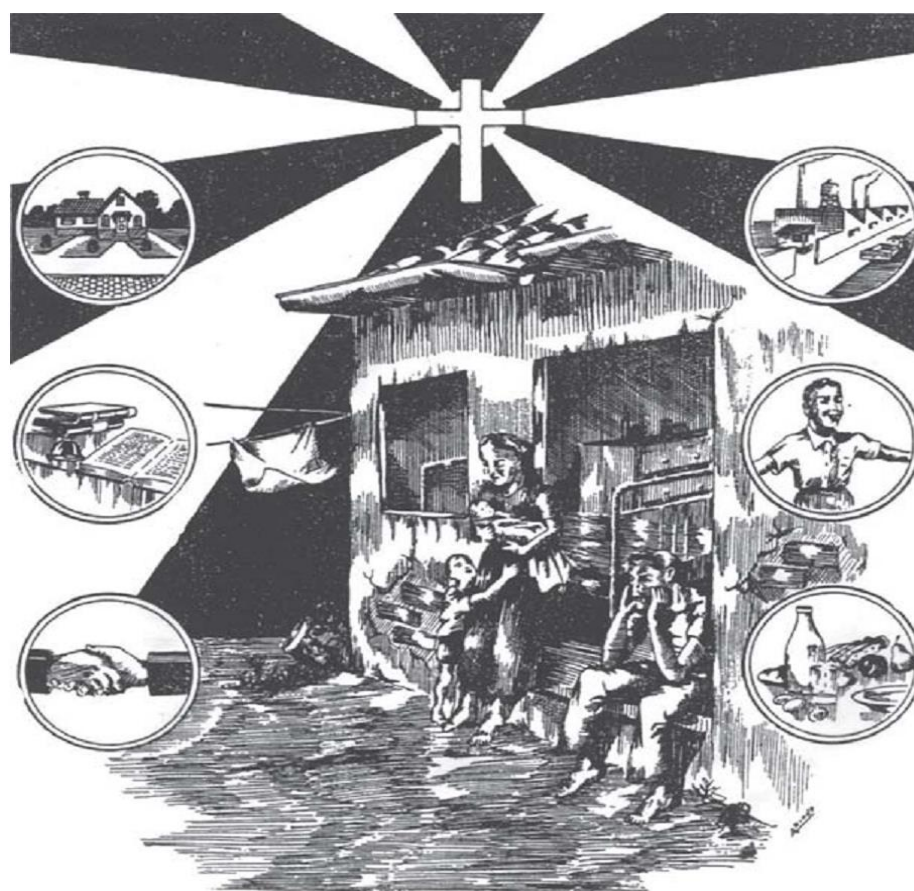
Este processo, inclusive, se realizou internacionalmente como pode ser observado na realização do 1º Congresso Pan-Americano de Habitação Popular, em Buenos Aires (1941). Lá se debateu as experiências urbanísticas e sociais da Argentina, França, Inglaterra, estados Unidos e Bélgica diante da questão da necessidade de ampliação das moradias populares. Neste congresso teve, inclusive, a participação da assistente social brasileira Guiomar Urbina Telles, no qual apontava esta tendência internacional no seu relato: “Todo bairro operário, todo conjunto de habitações baratas, seja composto por casas individuais ou coletivas, próprias ou de aluguel, deve ser complementado com instalações de assistência social, médica, cultural e esportiva (TELLES, 16, 1941 apud HONORATO, p. 154, 2012). A assistente social Julia Domingues Y Santamaría, formada na Escola Técnica de Serviço Social, também confirmava esta noção em seu artigo, alguns anos depois (1947), tratando do caso do Morro da Providência (Favela):

O Assistente Social é sem dúvida, a pessoa mais indicada para semelhante tarefa (melhoria da população das favelas) porque, além do preparo intelectual, deve ter boa formação moral e conhecimentos dos problemas econômicos, médicos, jurídicos e morais (SANTAMARIA, 1947, 249 apud HONORATO).

A sistematização da profissão de assistente social era acompanhada de uma série de iniciativas públicas que colocavam as favelas como frente de atuação para este campo profissional e de produção de conhecimento. Quando o Interventor Amaral Peixoto criava a Comissão para a Organização de Plano para a Construção de Casas Populares na Capital, confirmava esta tendência na conformação das políticas públicas (HONORATO, 145, 2012). A própria Fundação Leão XIII era a consagração desta valorização do Serviço Social enquanto instrumento de intervenção social nas favelas.

A formação de assistentes sociais era voltada, principalmente, para o público feminino. Existiam também as confessionais católicas, aliás, a maioria durante a década de 1940. Focavam na formação moral de seus alunos. A principal referência neste sentido era a PUC, que tinha entre seus quadros católicos praticantes da elite e alinhados ao estadonovismo, tais como Alceu Amoroso Lima. Assim, mulheres que estudaram em escolas católicas de famílias tradicionais, muitas também membros da Ação Católica, colocavam-se a serviço dos valores católicos de consertação social. De acordo com o relatório da Escola Cecy Dodsworth, apresentado no Congresso pan-americano de Serviço Social: “os ensinamentos cristãos representam a fonte onde os trabalhadores sociais irão abeberar-se; a moral cristã é aceita e reconhecida mesmo pelos não cristãos, no sentido religioso da palavra, por outro lado impossível será dissociar-se a Assistência Social do Cristianismo” (DODSWORTH, 1949 apud NASCIMENTO, 2006).

A gravura abaixo mostra qual era a visão sobre a tarefa do Serviço Social na época.



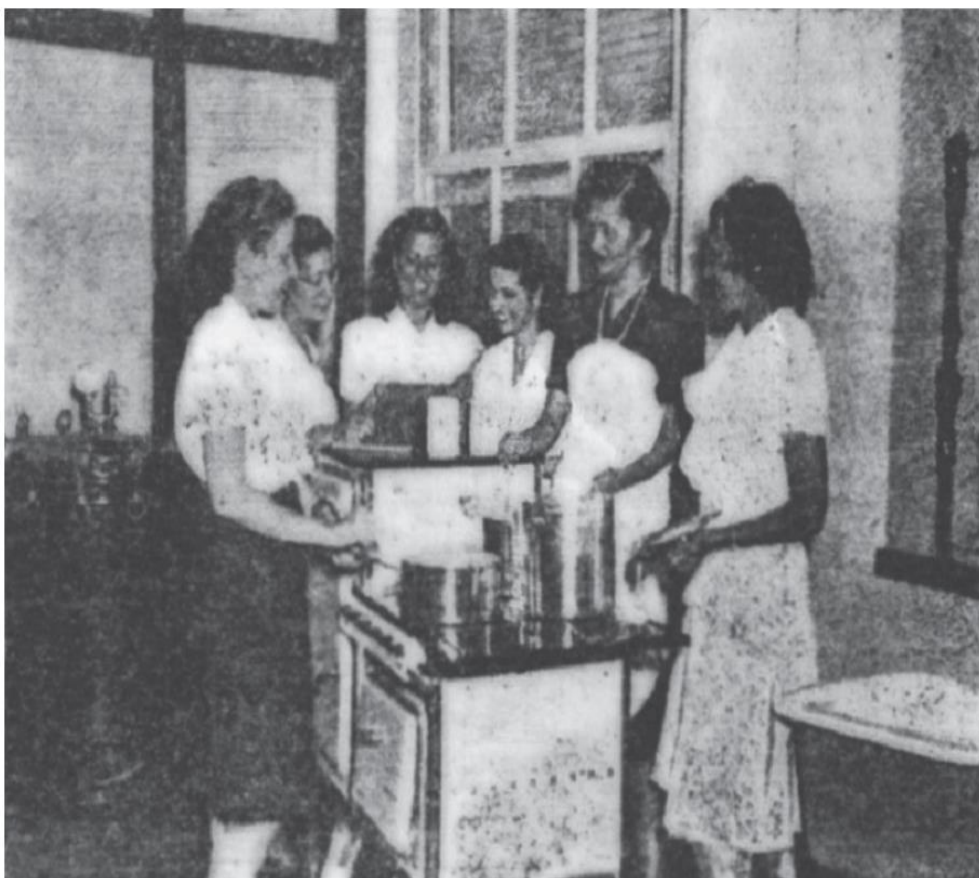
O SERVIÇO SOCIAL AJUDARA' ESTA FAMILIA A DESCOBRIR:

O sentido da vida — A dignidade do trabalho — O amor à vida familiar — O valor da educação — A necessidade de um corpo sadio  
A fraqueza do individualismo e a força da associação.

Capa do primeiro  
número da Revista Serviço Social  
(REVISTA SERVIÇO SOCIAL, 1939: capa apud NASCIMENTO, 2006).

A centralidade era dada a cruz, representando o catolicismo como possibilidade de salvação perante a pobreza e a imoralidade. Em cada círculo são simbolizadas as transformações civilizacionais possíveis através do trabalho de assistentes sociais: a urbanização; a educação; trabalho na fábrica; a higiene; a alimentação e as regras de sociabilidade. Na legenda é ressaltado o “sentido da vida” como a positivação do trabalho; a importância da educação; a importância da saúde e associação civil pelas vias do trabalho social católico como superação do individualismo.

Na foto abaixo se observa a representação das mulheres como assistentes sociais:



Alunas da Escola  
Técnica de Assistência Social  
Cecy Dodsworth (PDF, 1944:9 apud NASCIMENTO, 2006).

A foto mostra exclusivamente mulheres em frente a um fogão, provavelmente aprendendo a ensinar às mulheres pobres como cozinhas e administrar o lar. As assistentes sociais tinham como orientação uma pedagogia patriarcal, que colocava a família tradicional cristã como o modelo ideal para as populações das favelas, em contraposição ao que seriam os valores individualistas da sociedade moderna.

O Serviço Social tinha, portanto, como prioridade se ocupar de sociabilizar e educar os moradores das favelas para as políticas públicas que chegariam a estes locais. O que demonstra a que a questão social das favelas foi alçada a problema público e objeto das reflexões acadêmicas, de modo a consolidar a profissão de assistente social enquanto uma frente de importância na execução das políticas públicas. Fazendo parte, inclusive, da reconfiguração da relação entre Estado e sociedade civil, inserindo a favela enquanto parte da cidade e morador enquanto cidadão em potencial.

#### 1.4 Os Parques Proletários

O médico Vítor Tavares de Moura, diretor do albergue da Boa Vontade, liderou uma ampla pesquisa (1940), subsidiando as ações do prefeito Henrique Dodsworth, que apontavam a importância da erradicação das favelas, mas aliada a uma política habitacional popular, bem semelhante às postulações do Código de Obras. No ano de 1941, a Comissão dirigida por Moura apresentava o seu relatório com as seguintes indicações para solucionar a questão das favelas:

- a) o controle de entrada no Rio de Janeiro de indivíduos de baixa condição social;
- b) o recâmbio de indivíduos de tal condição para os seus Estados de origem;
- c) a fiscalização severa quanto às leis que proíbem a construção e reconstrução de casebres;
- d) a fiscalização dos indivíduos acolhidos pelas instituições de amparo;
- e) promover forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais de uns e incentivar a escolha de melhor moradia. (...) "Casas provisórias, pelo menos do tipo mínimo permitido pela lei, serão imediatamente construídas e para elas transferidos os moradores dos casebres, tendo em vista as suas condições de saúde, de trabalho e de defesa contra a varíola, difteria, doenças do grupo colitífico, além de inspeção torácica e apurações de conduta social (apud VALLA, 283, 1985).

Estas prescrições apresentavam um modo de lidar com a favela ainda muito ligado à ideia de controle social, encarando o morador como um invasor que deveria ser fiscalizado e banido. Contudo, o aspecto inovador para a época era a “reeducação social” como parte da solução dos problemas sociais causados pelas favelas. Além disso, a moradia popular era apresentada como uma necessidade, ainda que denominadas enquanto “provisórias”.

É nesse bojo, que Vitor Tavares Moura concebe os Parques Proletários (PP). Segundo o seu projeto, os PP deveriam abrigar provisoriamente cerca de 300 mil favelados, sendo um estágio de espera até a urbanização de áreas em que os trabalhadores teriam acesso às moradias populares definitivamente urbanizadas. Inaugurados em 1942, ao todo foram 3 Parques Proletários construídos (Gávea, Caju e Leblon), abrigando cerca de 4 mil moradores das favelas: Capinzal, Largo da Memória, Praia do Pinto e Jockey Club. Contudo, a promessa de moradias permanentes, devidamente urbanizadas, não se tornou realidade e muitos continuaram morando nos parques e outros acabaram mudando devido à pressão da especulação imobiliária. (BURGOS, 2006; VALLADARES, 2005).

Para tornar-se habitante dos Parques Proletários era preciso ser cadastrado com foto, impressões digitais, exame médico e ter a vida pessoal devidamente investigada pelas assistentes sociais. Os moradores tinham origem, principalmente, da Zona Sul, aonde aconteciam as remoções mais prioritárias do governo do Distrito Federal, tendo em vista a pressão do capital imobiliário.

O caso da remoção da favela Largo da Memória foi emblemático. Em 1942, a população era removida para o Parque Proletário da Gávea. O fim da favela era descrito em clima de festejo. Num cerimonial com a participação do alto escalão do governo do Distrito Federal, o então prefeito Henrique Dodsworth ateou fogo aos escombros daquela favela como celebração do progresso urbano.

Na tarde de domingo, com a presença do prefeito Henrique Dodsworth, senhores Jesuíno de Albuquerque e Edilson Passos, secretários de Saúde e Assistência, e de Viação e Obras Públicas da Prefeitura, Autragesilo Filho, chefe do Serviço Social e outras autoridades municipais, convidados e jornalistas, realizou-se o incêndio da favela existente no Largo da Memória, entre os bairros do Leblon e Gávea. O prefeito Henrique Dodsworth, convidado pelo Secretário de Saúde e Assistência, ateou a chama inicial, encarregando-se uma equipe de bombeiros, sob o comando do capitão Cipriano Santos, do restante da operação. Todos os moradores depois de identificados e examinados por médicos da municipalidade, haviam sido transferidos para o grande bairro popular que a prefeitura construiu em terrenos da rua Marquês de São Vicente, na Gávea, onde foram alojados em condições que lhes permitem, sob os cuidados dos funcionários especializados, pronta reintegração social e aquisição de melhores hábitos de vida (jornal A Manhã, p. 2, 26/05/1942).

O relato do jornal A Manhã exalta o Parque Proletário da Gávea, silenciando as violências ocorridas na fase de triagem e remoção dos seus futuros moradores. Esta postura revela que aqueles habitantes teriam suas vidas recomeçadas a partir da “reintegração social”, como se antes não vivessem em sociedade.

Este corte civilizatório se apresentava nos Parques de forma que a extinção das favelas deveria ser realizada mediante uma política de urbanização, que associava educação social para que os moradores conquistassem “melhores hábitos de vida”. O cotidiano deste PPs era, nesse sentido, muito bem delineado nos seus aspectos pedagógicos, não apenas no âmbito escolar, mas nos espaços informais da vida local.

Todos os moradores deveriam ser identificados com um cartão ao guarda noturno. Havia horário de fechamento às 22 horas. Um toque de recolher, uma hora antes, pelo alto-falante, apresentava a programação do dia posterior e as normas morais adequadas à sociabilidade promovida pelo parque. Muitas festas tinham conotação religiosa e eram comuns honrarias políticas aos governantes em tom de devoção, principalmente ao

presidente da República. Todas as formas de organização dos moradores deveriam ser previamente analisadas pela administração local (LEEDS; LEEDS, 1978, p. 195-197).

A Igreja Católica tinha destaque, gerenciando ações sociais como o solário, escola pública, ações de ensino controladas pelas assistentes sociais, escotismo, biblioteca e intensa fiscalização sobre a vida cotidiana dos moradores. As intervenções sociais eram permeadas pela formalização extrema da vida, não por acaso o cadastro deveria ser efetivado no posto policial, em que se levantava a vida da família que pleiteava um apartamento. Apuravam a ficha criminal, se possuía vínculo empregatício e as orientações ideológicas (VALLA, 1986).

Após a conquista do apartamento, o jovem das favelas, segundo Victor Moura, deveria ser “reeducado e despertado o seu espírito associativo”<sup>19</sup> através dos clubes operários e a ação de assistentes sociais. Estimulava-se a organização dos moradores política e religiosa dos moradores, desde que estivessem alinhados ao espírito da Igreja Católica e das diretrizes administrativas do Parque. Em depoimento Victor Moura explica como era esta educação difundida nos Parques Proletários:

(...) vários alto-falantes que se achavam espalhados pelo Parque para transmitir todas as ordens, informações, avisos e conselhos educativos aos seus moradores aos quais é proporcionado todo o conforto material e intelectual, visando sempre a sua reeducação.<sup>20</sup>

A noção de educação é ampla, extravasando os muros das escolas. Significava tornar cada momento da vida cotidiana o espaço para reeducar os favelados moralmente, intelectualmente e espiritualmente. Esta concepção afirmava que o marco zero da civilidade era promovido pela educação, de maneira a negar qualquer experiência popular. A “educação social” afirmava uma noção de *homem*, que de forma geral, negava as vivências sociais na favela.

Era aberta possibilidade, segundo Moura, para a efetivação da cidadania. Inaugurava-se uma perspectiva de política pública para os favelados em que a educação ganhava centralidade, de modo que o favelado era reconhecido na sua humanidade. Tornava-se sujeito, mediante a condicionante de educar-se sobre os rígidos valores intelectuais e morais apresentados pelo Estado Novo e a Igreja Católica.

Os Parques Proletários assinalavam um modelo de educação autoritária e para além do âmbito da sala de aula, em que se exercia intenso controle sobre a vida dos

---

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Acervo DAD/COC/FIOCRUZ – Fundo Victor Tavares de Macedo.



moradores. A cidadania era restringida, delimitando a partir de seus métodos autoritários um plano não universalista de direitos sociais, civis e políticos, que assegurava o reconhecimento civil à formalização do trabalho, a apreciação das diretrizes organizativas do PP e ao alinhamento ideológico ao Estado. Eram nesses marcos, portanto, em que se ampliava o reconhecimento do favelado como uma *questão social*. Este complexo rearranjo da forma de atuação sobre as favelas gerou debate sobre quem teriam sido os responsáveis por este processo e a caracterização da cidadania produzida neste período. Marcelo Baumann trata desta questão nos seguintes termos:

Assim que é a “descoberta” do problema favela pelo poder público não surge de uma postulação de seus moradores, mas sim do incômodo que causava à urbanidade da cidade, o que explica o sentido do próprio programa de construção de Parques Proletários, que tem por finalidade, acima de tudo, resolver o problema das condições insalubres das franjas do Centro da cidade, além de permitir a conquista de novas áreas para a expansão urbana (p. 27, 2006).

Esta abordagem coloca a “descoberta” dos favelados como uma formulação do Estado, diante da ampliação das favelas. Contudo, como apresentado inicialmente na tese, as políticas públicas para as favelas transformaram-se em função da amplificação do acirramento das lutas sociais, no contexto urbanização e crescimento exponencial das favelas. Isso inviabiliza a avaliação de que tal mudança nas políticas públicas para as favelas “não surge de uma postulação de seus moradores”. Esta leitura que limita a agência dos favelados a uma posição refém das políticas do Estado acaba por diminuir o acúmulo histórico das lutas sociais urbanas, que, justamente, tornaram urgente a formulação de políticas públicas como as do Parque Proletário. Assim, o conceito de “cidadania regulada” cunhado pelo autor, se é útil para entender o caráter autoritário da concessão de direitos sociais, mediante intensa repressão dos aparatos varguistas, também é insuficiente, pois não compreende que esta “cidadania” produzida no contexto do Estado Novo se erguia na sociedade civil, mesmo que de forma antidemocrática. Uma contradição do próprio sistema republicano que se erguia nos pilares da oligarquia.

Os Parques Proletários eram o resultado da resistência dos favelados no modo de se apropriar dos terrenos urbanos, mas e também no modo de produção da vida. Além disso, de acordo com o relatório SAGMACS é possível observar diversas modalidades de resistência aos métodos de administração autoritário dos Parques Proletários tais como construções e reformas executadas por moradores fora dos parâmetros da administração, parentes que chegavam e não eram avisados aos funcionários (SAGMACS, 1960) e até a formação de um Comitê Popular Democrático (OLIVEIRA. p. 55, 2014). A proposição de

políticas públicas como os PPs não poderiam, portanto, ser ação de um Estado absoluto, mas de uma contra-ofensiva à capacidade de mobilização dos favelados.

### **1.5 Os Comitês Populares Democráticos educando os favelados**

A mobilização dos favelados era intensa e complexa, adquirindo diversas formas. Sua existência remonta ainda o período inicial das favelas no século XIX. A formação de comissões de moradores e, posteriormente, associações de moradores e até entidades que unificavam as favelas (UTF), mostrava o quanto os favelados assumiam cada vez mais uma posição de autonomia política. É bem verdade que também havia relações de cunho clientelista com políticos locais e até associações de moradores que desenvolviam relação de braço do Estado. Contudo, a disputa nas favelas tornava-se mais plural e causava aos governos a necessidade de ampliar suas entidades civis sobre as favelas.

Se nas favelas havia a ampliação do Serviço Social, os Parques Proletários, a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião, que mantinham uma posição de defesa aberta da ordem vigente, também proliferaram grupos civis de agudas experiências de luta contra-hegemônica como o Centro Político de Melhoramentos do Morro do Pinto (1925), a Sociedade dos Trabalhadores Humildes do Morro de São Carlos (1932), a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), assim como uma série de associações de moradores, surgidas principalmente a partir da década de 1950.

Mas a presença de dois partidos políticos também foi importante nas formas de resistência dos favelados: PTB e PCB. O primeiro identificado aos trabalhadores, mas restrito pelas exigências de sua condição de ser base eleitoral de Vargas, era portador de reivindicações dos moradores de favelas. No entanto, era o PCB aquele partido considerado a maior ameaça aos setores dominantes. Os governos, empresários e católicos temiam que os favelados descessem o morro sob as ordens dos comunistas. Desta maneira, a presença do PCB era muito mais incômoda e provocadora de respostas conservadoras do poder público, inclusive, fortaleceu a ideia de formar a FLXIII, como mostrarei a seguir. Apresentarei aqui a importância do PCB na atuação das lutas sociais nas favelas, em particular a partir da articulação dos Comitês Populares Democráticos (CPD).

Na década de 1940 o partido havia crescido sensivelmente, apesar da perseguição implacável de Vargas. Quando a democracia retornou, em 1945, com o fim do Estado

Novo e o início do governo Dutra, o PCB ganhou projeção de massas. No resultado eleitoral naquele ano:

Obteve excelente votação nas eleições presidenciais de 2 de dezembro de 1945, com um candidato (não comunista, praticamente desconhecido e lançado dezessete dias antes do pleito), Yeddo Fiúza, obtendo 9,7% dos votos. Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal e deputado federal por quatorze estados (mais o Distrito Federal) e o partido ficou com catorze representantes na Câmara dos Deputados (109 suplentes). Obteve votação excelente em importantes capitais de estado e centros industriais. Nas eleições suplementares de janeiro de 1947, mais dois deputados federais, sob a legenda do PSP, vieram aumentar a bancada para dezesseis membros e o PCB teve quarenta e seis deputados eleitos para quinze assembleias legislativas, além de fazer a maior bancada de vereadores do Distrito Federal (ALMEIDA, p. 89).

Mais do que votos, o PCB havia ampliado sensivelmente sua inserção na classe trabalhadora, em particular nas favelas. Segundo o Instituto de Pesquisa e Estudos de Mercado (Ipeme), numa pesquisa publicada em 1958, 26% dos favelados se definiriam enquanto comunistas (SLOB, 2002, p. 97).

Esta situação é resultado, em parte, dos Comitês Populares Democráticos (CPD). Lançados oficialmente no comício de Luis Carlos Prestes, no ano de 1945, no estádio São Januário com a presença de mais de 80 mil pessoas. Assim o líder comunista definia estes organismos de base:

Serão como que as células iniciais do grande organismo democrático capaz de unir o nosso povo e de guiá-lo no caminho da democracia e do progresso. Os Comitês Populares falarão a voz do povo, dirão de sua vontade, suas reivindicações imediatas e permitirão que se revelem os verdadeiros líderes populares, homens e mulheres, jovens e velhos, que falem a linguagem do povo e sejam de fato os melhores na defesa dos seus interesses e na luta pelos direitos do próprio povo. (...) Na luta pela União Nacional precisamos concentrar nossos esforços, antes e acima de tudo, na organização das grandes massas trabalhadoras das cidades e do campo. É a organização sindical do proletariado urbano e rural o instrumento por excelência capaz de fazer dos assalariados em geral cidadãos ativos, patriotas conscientes e democratas esclarecidos em condições de defender seus interesses de classe e de participar (...) (Discurso de Prestes pronunciado no Estádio do Pacaembu, em julho de 1945, in PRESTES, s/d, pp. 113-114 apud OLIVEIRA, 2014].

Este discurso exprimia as linhas gerais do que deveriam ser os Comitês Populares Democráticos e os objetivos a que estavam destinados. Suas atividades deveriam ser orientadas pela ideia de defesa da “democracia” e “progresso”. A democracia ainda era uma conquista frágil, que deveria ser defendida arduamente, não apenas pelos comunistas, mas por todos os setores que, minimamente se identificavam com as

liberdades democráticas. Assim, mais do que defensores de uma agenda de reformas radicais, os comitês deveriam ser defensores da democracia.

O progresso era a outra face desta moeda, pois o industrialismo, em largo avanço no Brasil, era visto como um caminho necessário e inevitável, ainda que os métodos desse progresso fossem questionados parcialmente pelos comunistas. Havia uma ideia de progresso que deveria ser edificada pelo avanço da industrialização, em contraposição aos traços arcaicos da economia agrária, ainda tão marcante na estrutura econômica brasileira. Era a noção de que o Brasil deveria cumprir a sua etapa democrático-popular, retirando os traços arcaicos de sua condição econômico-social.

Estes dois princípios dos comitês deveriam ser responsáveis por construir uma nação coesa, segundo os comunistas, uma “União Nacional”. Mesmo defendendo que as organizações de trabalhadores assumissem um papel protagonista na política nacional, forjando quadros das frentes de massas, o discurso de Prestes apontava para a formação de uma camada de “patriotas conscientes e democratas esclarecidos”. Há uma perspectiva de unidade policlassista proposta pelos comunistas, mas que ainda ressaltava a importância da mobilização dos trabalhadores a partir das suas bases sociais.

O método de organização dos comitês deveria ser de uma frente política, reunindo amplos setores que defendiam a democracia liberal e uma pauta de reformas nacionalistas. Os comunistas lançaram uma espécie de cartilha de como organizar os CPDs:

(...) podem participar homens e mulheres de todas as tendências políticas, filosóficas ou religiosas, claro que com a exclusão dos fascistas. Assim podem figurar nos Comitês católicos, protestantes, espíritas, maçons, democratas, liberais, conservadores, empregados e patrões, enfim todos os patriotas (...)” (Tribuna Popular, p. 2, 01/06/1945).

Assim, mesmo os comunistas sendo os condutores majoritários dos comitês, a constituição os comitês era muito mais ampla do que os seus quadros políticos. Organizavam-se a partir de bairros ou favelas, frentes de trabalho, muitas vezes cumprindo a função de uma comissão de trabalhadores do local de trabalho, mas também poderiam existir a partir de temáticas específicas como era o caso do “Comitê Democrático Afro-Brasileiro, o Comitê Democrático dos Evangélicos, Comitê do Ensino Leigo e Comitê de Mulheres Pró-Democracia” (OLIVEIRA, 2014, p. 37). A seguir plataforma dos comitês:

Além das reivindicações locais, nossos objetivos poderão ser resumidos no seguinte: unidade nacional, continuidade das relações internacionais em bases unitárias; liquidação do remanescente legal reacionário; afastamento dos integralistas das posições chaves; governo de confiança, eleições livres; voto secreto amplamente universal e obrigatório, extensivo aos analfabetos e aos praças; parlamento e representação genuinamente popular; nacionalização e distribuição das terras atualmente improdutivas, situadas próximo ao litoral, ferrovias, rodovias e vizinhança das cidades e povoados; modernização do parque industrial (...); impostos progressivos sobre a renda, os lucros e a herança e redução sobre os de consumo; cooperação com o capital progressista (“Assembleias democráticas em todos os bairros e subúrbios”, *Tribuna Popular*, 31/5/1945, p. 2).

O jornal comunista *Tribuna Popular* publicou um chamado aos trabalhadores para a construção dos comitês, expressando este anseio de defesa da democracia e unidade nacional em torno do progresso industrial. Aqui a agenda de reformas exposta pelos comunistas mostra ainda mais claramente o quanto o espectro dos integralistas e do autoritarismo ainda eram forças políticas presentes no período, assim como a cooperação com o “capital progressista” deveria ser o caminho para assegurar a democracia e um projeto de desenvolvimento industrialista nacional.

Este manifesto era assinado por 19 comitês: Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz, Madureira, Braz de Pina, Penha, Olaria, Ramos, Bonsucesso, Triagem, Morro do Sampaio, Gávea, Cantagalo, Parque Proletário da Gávea, Botafogo, Urca, Cancela, Pedregulho, Benfica, Ponta do Caju, Andaraí, Tijuca, Méier, Cachambi, Grajaú, São José, Praça da Bandeira, São Cristóvão. O que mostra o quanto os comitês já eram uma realidade representativa nos bairros, favelas e locais de trabalho do Rio de Janeiro.

Uma preocupação corrente dos comunistas era que fosse garantida a sua autonomia política perante o partido, ainda que fosse hegemônico por este. Era um mecanismo de afirmação do caráter de frente política ampla dos comitês, justamente para cumprir a tarefa democrática nacionalista de seu programa, que só poderia ser assegurada se houvesse camadas sociais diversas na sua composição. O que não excluía que os comitês apoiassem aqueles que se manifestassem a favor de medidas populares, na prática, principalmente, os quadros do PCB e PTB.

No plano sindical a organização dos comitês tornou-se parte da estrutura organizativa do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). Funcionava como organismos de base por locais de trabalho, mantendo relação de cooperação com os sindicatos da entidade, algo fomentado, principalmente pelos militantes do PCB, assim como por simpatizantes (MATTOS, p. 124, 1998).

Assim, “convocavam reunião com os indivíduos da profissão, convencidos a tal propósito, e elegiam uma Comissão Executiva Provisória até uma assembleia mais ampla, indicando três delegados do grupo junto ao MUT. Deveriam eleger também uma Comissão de Arregimentação Sindical” (OLIVEIRA, p. 37, 2014). Desempenhavam, portanto, a intermediação entre a frente imediata de trabalho e a articulação sindical geral junto ao MUT, sendo muitas vezes um meio de se contrapor a direção daqueles sindicatos que não atendiam às demandas da base de trabalhadores, forjando negociações junto ao patronato, passando por cima da direção sindical da categoria (OLIVEIRA, 2014).

Mas o grande diferencial dos comitês era a capacidade de organizar os trabalhadores por local de moradia, principalmente nas favelas. Um complexo sistema organizativo, lastreado nas orientações do PCB, O que pode ser observado na sua “Circular Política nº 01 do Secretariado Nacional” (OLIVEIRA, p. 39 2014), permitiu que os comitês organismos a se espalhem nas favelas e bairros do Rio de Janeiro.

Primeiramente um grupo formava uma comissão provisória, sendo, posteriormente, realizada a eleição para a formação da direção do comitê. Cada um deveria, no mínimo, ter em sua direção um presidente, um secretário e um tesoureiro. Definida as bases organizativas do comitê, a mobilização deveria ser fomentada a partir das demandas locais, atraindo os moradores para formarem um programa de reivindicações locais como: luz, calçamento, água, saneamento básico, oposição às remoções e por melhores moradias, saúde, lazer, campanhas educacionais (principalmente contra o analfabetismo), implantação de bibliotecas, defesa dos moradores em questões jurídicas e trabalhistas etc.

A estas questões imediatas os comitês deveriam fazer uma ampla defesa do ideal de “Unidade Nacional” e de democracia. Apontavam a importância de que as eleições ocorressem sem fraudes, o voto de estendesse aos analfabetos, soldados e marinheiros e fosse convocada uma Constituinte. Também deveria ser tarefa dos comitês o apoio às campanhas internacionais de corte progressista tais como pela soltura dos prisioneiros argentinos anti-fascistas e à luta de espanhóis e portugueses contra as ditaduras de Franco e Salazar.

Quando se avalia a presença dos comitês nas favelas nota-se o quanto desempenhou importantes mobilizações, como se pode observar a seguir:

Apelando ao “espírito democrático” do prefeito, uma comissão nomeada pelo Comitê Democrático da Lapa e Esplanada do Senado, levam reivindicações do

Morro de Santo Antônio, cujos moradores, laboriosos que são, encontram-se desprovidos de todos os recursos, abandonados pelos poderes públicos e, além de tudo isso, vendo seus filhos permanecerem na ignorância, muito embora uma organização democrática, e sem cor partidária, tenha-se disposto a levar-lhes instrução, sem que importe em ônus para os cofres da Nação (Tribuna Popular, 10/08/1946).

Sempre realizando a luta democrática como central, o Comitê da Lapa e Esplanada do Senado se apresentava como entidade dos favelados em contraposição ao governo negligente. No trecho a seguir o comitê denuncia as condições adversas dos barracos, a falta de água, luz, saneamento básico, políticas de saúde pública:

Não habitamos casas: superlotamos barracões de madeira e lata, que, em geral, nós mesmos construímos com os materiais que podemos arranjar (...) Nos barracões não há espaços nem água, nem luz, nem esgotos e, portanto, podemos dizer sem exagero, não há higiene, nem saúde, nem ar! Carecemos de amparo moral e material para as gestantes; carecemos dos ensinamentos da profilaxia, da difusão das normas de higiene, dos serviços de saneamento do local e principalmente das condições mínimas que possibilitem a aplicação dos princípios de uma medicina preventiva (Tribuna Popular, 10/08/1946).

A mobilização comunista surgia a partir das demandas e protagonismo dos próprios favelados, no território em que habitavam. As favelas produziam suas próprias formas de resistência localmente. O Comitê do Morro de São Carlos era assim descrito:

A sede do Comitê Democrático do Morro do S. Carlo, situada à [...] Rebelo, nº451, está instalada num barracão feito de tabuas, semelhante a milhares de outros barracões residências existentes naquele morro. Um grupo dos moradores mais queridos, de S. Carlos, resolveu fundar comitê para lutar pelo melhoramento do morro em que nasceram eles e continuam nascendo seus filhos. Teodoro José Luiz, Nilo dos Santos, Arnaldo Carvalho, Nequinha, Osvaldo Manoel da Luz, João Rabelo e outros foram os pioneiros. Eles sabiam e sentiam as necessidades do lugar. Todos se queixavam da falta d'água; era urgente o calçamento das ruas principais e a cobertura dos esgotos; era imperioso estalar um posto médico na redondeza; era indispensável abrir uma escola para alfabetizar adultos e crianças (TRIBUNA POPULAR,07-07-1946, p.4).

A identidade territorial era demarcada como parte dos princípios do CPD, pois sua presença na favela, submetido às mesmas dificuldades dos moradores, mostraria a sua legitimidade. Era um mecanismo efetivo de formação de quadros políticos nas favelas, que assumiam a tarefa de representação política em confronto às formas de controle social do Estado nas favelas. A seguir a luta no Morro do Sampaio:

Os moradores do morro do Sampaio há anos vem lutando para conseguir a instalação de torneiras d'água no sopê do morro, sem qualquer resultado. Há cinco meses resolveram fundar a União Pró-melhoramentos do morro do Sampaio, para, juntos, trabalharem pelas reivindicações de necessidades de mais imediata para a população daquele morro. E dentre todas, sobrevalece a instalação de bicas onde

pudesse o morador abastecer-se da água indispensável às suas necessidades e de suas famílias. Com a cooperação do Comitê Democrático progressista do Sampaio-Jacaré, do qual se tornou sub-comitê a União Pró-melhoramentos conseguiu domingo passado a sua primeira grande vitória; foram inauguradas duas bicas no sopé do morro. Correram por conta dos moradores as dispensas do material e de instalação. Dando lhes assim uma significativa prova que quanto pode o povo unido e coeso. (Tribuna Popular. 25-10-1945, p.4.)

Neste caso é apresentada mobilização e a vitória dos favelados, adquirindo duas bicas d'água. O método de conquista de melhorias na favela deveria ser a luta autônoma, coletiva e organizada dos moradores e não o acordo eleitoreiro. Mesmo considerando-se a ideia de pactuação de classes, presente nas formulações gerais do PCB, em alguns momentos, o discurso dos comitês acabava apontando para uma perspectiva classista. A imagem produzida pelo discurso dos comunistas era que as conquistas dos favelados viriam do “povo unido e coeso”.

A educação popular era um desdobramento importante desses comitês. A democracia era bradada como uma reconquista, pois as eleições voltariam, a partir de 1945, contudo ainda era negada aos analfabetos o direito ao voto. Significava que parcela expressiva da população não participaria das definições políticas nacionais diretamente. As favelas eram o território onde se encontrava uma massa de trabalhadores pobres analfabetos, o que tornava estes locais grandes rincões eleitorais em potencial. Restava alfabetizar a população. Segundo a SAGMACS,

(...) dados relativos à alfabetização dos favelados, registrados no censo de 1950, e do crescimento de sua população, onde predominam os jovens, não temos dúvida em afirmar que as favelas encerraram um contingente eleitoral dos mais importantes na metrópole carioca (SAGMACS, 1960, p. 27).

O interesse dos comitês não se restringia, contudo, a alfabetizar os favelados apenas como interesse pragmático pelos votos. A alfabetização era encarada como um instrumento de emancipação política, além disso, valorizavam o desenvolvimento da cultura a partir da ampliação do acesso aos meios culturais aos trabalhadores. Fundaram, inclusive, a Universidade do Povo que, além de contribuir na organização dos cursos de alfabetização nacionalmente também promovia:

(...) corte e costura, taquigrafia, inglês, introdução ao estudo das ciências, curso de português, aritmética, geografia e história (três níveis conforme o grau de aproveitamento do candidato), pintura (Cândido Portinari), enfermagem, problemas econômicos do Brasil, problemas fundamentais da filosofia, formação de parcerias práticas, teatro, iniciação antropológica (Arthur Ramos, professor da Faculdade Nacional de Filosofia), desenho técnico e arquitetura (Oscar Niemeyer), noções elementares de sociologia, direito trabalhista, torneiro mecânico, ajustagem e técnica de tempera (PINHEIRO, p. 112, 2007).



Mas ao mesmo tempo, era um importante elemento para a disputa eleitoral que, inclusive, as elites já haviam se preparado para acompanhar de perto mediante o trabalho das assistentes sociais e ampliação dos cursos de alfabetização. O CPD do Sampaio-Jacaré era um exemplo destes cursos de educação popular que se engajavam na alfabetização e na conscientização para a participação cidadã nas eleições:

Juntamente com seu curso de alfabetização, o Comitê Democrático Progressista Sampaio-Jacaré, levará também a efeito a realização de palestras educativas e culturais, esclarecendo a seus filiados e aos moradores em geral dos dois subúrbios como se vota; o que é o voto; a necessidade da politização para apressar a marcha democrática dos nossos destinos, etc.(Tribuna Popular, 29-07-1945, p.4.)

O curso de alfabetização era associado ao esclarecimento sobre as regras do jogo eleitoral. Maria da Silva, do morro do Torres Homem, mostrava suas esperanças no PCB diante da aproximação das eleições:

O morro de Torres Homem está com muitas esperanças nesta eleição do dia 19. Sabemos que o resultado dela depende o nosso destino e igualmente do morro dos Macacos, aqui do lado. Lá mora Pedro de Carvalho Braga, que muita influência tem nesta zona. É admirado pelo modo com que fala dos nossos problemas. Apresentando soluções práticas para os mesmos. Posso afirmar que terá a maioria dos votos daqui. Atualmente o nosso melhor desejo é que a chapa popular triunfe no dia 7 para o bem do povo carioca e particularmente dos dois morros. (Tribuna popular, 11-01-1947, p.4)

A perspectiva era unificar as favelas em torno de candidaturas populares, dirigidas pelo PCB, sendo alvo de esperança para os moradores que já não acreditavam nos políticos tradicionais. O calendário eleitoral era, não o único, mas um elemento importante de pressão para a efetivação dos cursos de alfabetização dos comitês, afinal, as eleições iam ocorrer em dezembro de 1945.

O povo precisa educar-se para a democracia, exercendo o seu direito de cidadão, votando no candidato que lhe parecer mais progressista e honesto e que possa tornar realidade os seus anseios. Só é permitido votar aos que sabem ler e escrever. Então, vamos, ao menos, ensinar a esses milhões de patrícios nossos a assinar o seu nome para que possam exercer o sagrado direito do voto para a escolha de nossos futuros dirigentes. Esse é um dos problemas mais urgentes e fundamentais dos Comitês Democráticos (Tribuna Popular, 09/08/1945, p. 3).

Portanto, a relação entre educação e a consolidação da democracia estava intimamente ligada à participação eleitoral. Assim, além de realizar cursos de alfabetização, buscava-se aproximar-se do público feminino e explicar à população as

regras eleitorais, tal como o caráter secreto do voto, justamente as bases para que o PCB garantisse uma boa expressão eleitoral (Tribuna Popular, 3/7/1945, p. 5).

Mas a educação também era considerada o meio de estabelecer o contato político mais direto com o favelado, de modo que a produção do conhecimento era encarada como um atributo emancipatório, fundamental para as lutas sociais. Os comitês se prontificavam a cumprir este papel de lutar por educação pública e de qualidade para os favelados no âmbito da política pública, mas também se propunham a resolver imediatamente esta carência a partir de seus cursos. “Educar o povo”, portanto, era mais do que meramente ler e votar, ou uma defesa agitativa de ampliação da educação para os favelados, dizia respeito a uma forma de ação direta, não por acaso, desenvolveram diversas atividades como “teatro amador, sessões de cinema, exposições, programa de calouros, entre outras atividades” (OLIVEIRA, p. 42, 2014).

A alfabetização de adultos tinha centralidade nos comitês, reunindo moradores em regime de solidariedade para dar conta dos gastos materiais e ministrando aulas como voluntários. A base pedagógica era a obra “A Situação do Ensino no Brasil” (1945), que mostrava a urgência da alfabetização como medida de reparação histórica aos trabalhadores, já que chegava a 54,68% o número de analfabetos em fase adulta no Brasil. Mesmo terminada as eleições de 1945, os cursos de alfabetização e diversas atividades educacionais se mantiveram e até foram ampliadas.

O Comitê de Mulheres Pró-democracia efetuou uma campanha de alfabetização no intuito de reparar a traumática situação de analfabetismo. Este comitê organizou um ciclo de palestras para orientar pedagogicamente todos os que estariam dedicados a participar como educadores dos cursos de alfabetização dos CPDs.

(...) resolveu convidar o Dr. Moysés Araújo, conhecido médico e educador, para realizar duas palestras no sentido de orientar as pessoas que estão se dedicando àquele trabalho. As referidas palestras (...) versando “Aspectos gerais da aprendizagem”. Para essas palestras o Comitê de Mulheres Pró Democracia convida não as pessoas que já estão se entregando à tarefa de alfabetização nos Comitês de Bairros como todas aquelas – profissionais ou não – que desejam emprestar sua cooperação a êsse trabalho” (Tribuna Popular, p. 5, 06/07/1945).

Quando os comitês já se organizavam por diversas regiões e frentes de trabalho, sob a direção do PCB, foi organizada uma Convenção Popular do Distrito Federal, em julho de 1945, que teria como tarefa reunir as diversas organizações civis, mas principalmente os comitês para a construção de um programa mínimo. Cada entidade

credenciada teria direito a dois delegados. O responsável pela organização, Dr. Aurélio Monteiro assim apresentava o evento:

(...) estão convidadas organizações cívicas, políticas culturais e recreativas, os comitês populares de bairro ou profissão e o povo em geral. Desta maneira está oferecida ao povo do Distrito Federal a oportunidade de debater as suas reivindicações mais sentidas e colaborar na elaboração de um programa mínimo que aponte as soluções mais justas pra os problemas do Distrito Federal. Reivindicações específicas de cada zona ou bairro, problemas de educação, saneamento, urbanismo ou administração, serão discutidos pelo próprio povo, fraternalmente, numa demonstração de que todos os nossos problemas podem e devem ser debatidos e solucionados dentro de um ambiente verdadeiramente democrático, dentro da ordem e da tranquilidade internas” (Tribuna Popular, p. 06/07/1945).

A proposta era que a convenção fosse uma grande assembléia de movimentos populares, por isso, não havia restrição à participação de partidos políticos, mas a organização deixava claro que a prioridade era dada aos comitês:

Só não serão permitidas as teses que contenham retaliações pessoais ou de cunho político-partidário. Isto não significa que os partidos políticos existentes não possam concorrer, mas que os debates devem desenvolver-se em torno de idéias e programas, já que a Convenção procurará manter-se acima das candidaturas (Tribuna Popular, p. 06/07/1945).

O resultado da convenção foi a reunião de diversos comitês, além de diversos movimentos populares. A educação foi um tema largamente debatido, gerando o relatório da Comissão de Problemas da Educação, redigido por Paschoal Lemme. O documento era a síntese de 41 teses e contribuições apresentadas a convenção e tinha como centralidade a alfabetização de adultos; a elevação da cultura do povo, no que chamava de “educação extra-escolar”. Reconhecia que os meios de comunicação de massa, os aparelhos culturais, esportes e livros poderiam cumprir este papel de elevação da cultura do povo se estivessem articulados a um projeto educacional (OLIVEIRA, 2014).

A proposta da Convenção era ampliar a campanha de alfabetização, constituindo a Comissão de Intercâmbio de Alfabetização dos Comitês Populares. Esta instância deveria articular as distintas experiências educacionais dos CPDs, forjando uma proposta unitária, ainda que resguardando a autonomia dos comitês. Iniciou o levantamento de dados das escolas, materiais necessários e sobre os comitês para a execução de um plano emergencial de educação para adultos (Tribuna Popular, 21/8/1945, p. 5). Adotaram como orientação pedagógica a proposta de Moisés Xavier de Araújo, com a “Chave de Leitura (para adultos)”. O presidente do Comitê Democrático

de Copacabana, Mario Machado, financiou as cartilhas, cerca de 20.000 (Tribuna Popular, 15/08/1945). O poder público foi acionado para que os cursos pudessem ser desenvolvidos nas escolas públicas.

Moisés Xavier descreveu a importância da função dos educadores e a importância desta campanha de alfabetização naquele contexto de democratização:

Antes de mais nada, devo esclarecer que os encarregados dos cursos de alfabetização estão dando à sua atividade o mais amplo sentido educativo. Cada professor é um verdadeiro amigo e conselheiro dos alunos, orientando-os e esclarecendo-os sempre que oportuno, com o propósito de elevar-lhes a capacidade de apreciação das coisas e dos fatos e de torná-los cada vez mais livres e conscientes. (...) Nos Comitês Populares, os jovens e adultos não aprendem apenas a “desenhar o nome”, nem são levados à alfabetização pura e simples. Nos Comitês Populares, como já dissemos, os professores dão à sua atividade um amplo sentido educativo. Em última instância, na força do povo, pacificamente organizado, é que reside o êxito da campanha de alfabetização em massa, que ora se processa no Distrito Federal. Ou melhor: em todo o país (Tribuna Popular, 8/9/1945, p. 6).

O êxito eleitoral era um incentivador, mas a ampliação do enraizamento do PCB nas favelas, bairros e frentes de trabalho também motivavam a sua militância a ampliar os trabalhos educacionais dos comitês. Sobre esta continuidade:

A campanha de alfabetização não é, como muitos supunham, uma campanha eleitoral; ela é, inegavelmente, uma campanha altamente patriótica, e que deve ser, agora, mais do que nunca, uma bandeira de luta dos Comitês Democráticos, pois ensinando a ler às nossas massas populares analfabetas, estaremos lutando pela União Nacional, de que tanto necessita o nosso querido Brasil, e lutando pelo esmagamento total e definitivo dos remanescentes do nazifascismo que ainda existem espalhados pela nossa terra (Frida Ciornai, Presidente da Comissão de Intercâmbio de Alfabetização dos Comitês Populares: *Tribuna Popular*, 9/1/1946, p. 5).

A influência do PCB nas favelas e a ampliação de seus programas de alfabetização tornaram-se riscos consideráveis para o projeto dominante. Uma agenda democratizante e de reformas sociais não estava nos planos dos conservadores, muito menos num processo que seria conduzido pelos comunistas com o apoio de trabalhadores recém letrados. Destarte, mesmo propondo a “união nacional”, um chamado aos setores dominantes “progressistas”, a capilarização dos CPDs era tratada como uma ameaça soviética, sendo alvo de constante perseguição pelas autoridades

Por “baixo”, o partido comunista organiza sovietes, isto é, comitês populares democráticos, aos quais os “partidos” não comunistas mandarão alguns representantes, junto aos quais os camaradas comunistas se sentarão, seraficamente, banhados de felicidade. Esses comitês passarão depois a escolher os representantes para os cargos eletivos, e desta forma a futura Assembleia

Constituinte será uma cúpula modelar de democracia (Correio da Manhã, 30/5/1945, p. 4).

Estava posta uma disputa franca na sociedade civil que muito incomodava os conservadores, nas suas diversas matizes. Um quadro da UDN expressava isso de maneira explícita:

Por que a UDN não chama o povo para ouvir os seus oradores na praça pública? Por que não o chama também o PSD? E que fazem os trabalhistas e a Esquerda Democrática que não se dirigem às massas para arrebatá-las às influências soviéticas? É um tremendo erro transferir à polícia os deveres da ação democrática, pensando que o chanfalho, a cadeia e a tropa de choque destruirão as ansiedades do mundo (Austregésilo de Athayde, Tribuna Popular, em 30/5/1946)<sup>21</sup>.

O discurso, apesar do tom anticomunista, não impede que o autor abra mão do seu liberalismo. Austregésilo faz um verdadeiro chamado à disputa democrática e franca na sociedade civil, em que os quadros do PSD, UDN e da “esquerda democrática” disputem as praças públicas com os comunistas.

A repressão sobre os simpatizantes e militantes dos comitês no Largo da Carioca, evento que teria incitado o autor a escrever este chamado a unidade dos anticomunistas, teria explicitado que dentro das regras da democracia liberal os métodos de oposição aos comunistas não poderiam se limitar a repressão policial. Seria necessário, nesse sentido, um preparo dos quadros da direita para fazer esta batalha no âmbito da democracia, na disputa de consciências. O que evidencia os contornos da mudança da sociedade civil, em que até mesmo um conservador da UDN reconhecia a necessidade de disputar consciências, sem restringir a ação política ao anticomunismo policialesco.

Como se pode observar os Comitês Populares Democráticos eram afinados à linha geral do PCB, assim como das orientações gerais do PCUS de defesa do nacionalismo e de uma coalizão com setores *progressistas* burgueses. Esta linha política já era apresentada em 1928, a partir do III Congresso da Internacional Comunista, contudo, a implantação desta política nos comitês não foi mecânica e em diversos momentos seguiu posturas que fugiam a diretriz comunista nacional e internacional.

Nesse sentido, os comitês representaram instâncias de mobilização de trabalhadores, que, de acordo com a demanda mais imediata, não acataram a linha do PCB de “apertar os cintos”, ou seja, conter as reivindicações nas favelas em função de um ideal de unidade nacional. Os registros mostram que o enfrentamento às ações de remoção e por melhores condições de vida nas favelas não tiveram uma linha

---

<sup>21</sup> Publicado originalmente no jornal A Noite.

apaziguamento para a formação de uma unidade nacional. Na prática, os comitês ajudaram a instalar formas de organização política ainda mais complexas que estavam ligadas a um plano de reformas sociais radicais e ideais democráticos liberais. No contexto, de liberalismo autoritário, apresentado anteriormente, não havia espaço para estes organismos políticos, o que levou a perseguições de toda forma sobre os CPDs.

Outro ponto perturbador para os conservadores era que a influência do PCB criava canais para a produção de quadros locais nas favelas, o que tornava inviável a intervenção nas favelas. Um dirigente da favela influenciado pelos comitês ou mais diretamente pelos comunistas seria a certeza de dificuldades para assistentes sociais, assim como para qualquer política pública sobre as favelas que se realizassem de maneira autoritária e sob propostas de conteúdo duvidoso ao julgamento dos favelados.

A ênfase do PCB na educação revela a situação da sociedade civil no período, de franca disputa de hegemonia, ainda que sob as amarras da estrutura política oligárquica do Brasil. Assim, considerando-se as abissais especificidades, o PCB aproximava-se da Igreja Católica, pois a educação era considerada uma prioridade. Educar, alfabetizar eram pontos centrais de um programa de disputa de hegemonia. Os comunistas tinham como preocupação a “elevação da cultura” dos trabalhadores, o que significava a ampliação de horizontes para os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade. A educação era apresentada como parte importante da solução dos favelados, mas havia o elemento da luta com fator diferencial. Algo que era um conflito aos padrões de relações produzidos nas favelas por assistentes sociais e depois mais sistematicamente pela FLXIII, que focava em mobilizações de cunho cooperativo.

Os CPDs foram um instrumento importante de mobilização nas favelas, mas que foram vítimas do seu otimismo em relação às regras da democracia que então surgia, em 1945.

Vários são os fatos que comprovam estar o Brasil entrando numa nova era democrática, na sua marcha definitiva para o progresso. Entre estes fatos assume notável relevância na vida do povo carioca a Convenção Popular do Distrito Federal, que por certo, repercutirá de maneira construtiva em todo o país (Tribuna Popular, p. 1 06/07/1945).

Esta crença na democracia burguesa, numa “marcha definitiva para o progresso”, no entanto, não inviabilizou que os comitês acabassem sendo perseguidos e desbaratados, assim como o PCB, a partir de 1947. No entanto, as mobilizações dos militantes nas favelas não cessaram com essas restrições. Os comunistas continuaram

influenciando as organizações civis dos favelados, tendo participação importante na formação das associações de moradores e da União dos Trabalhadores Favelados. O legado de mobilização nos locais de moradia nas favelas e a valorização da educação popular como instrumento da disputa de hegemonia continuaram sendo uma força política importante. A FLXIII nascia, portanto, sobre acúmulo este histórico de lutas sociais nas favelas, do qual os comunistas tiveram importante papel, principalmente através dos Comitês Populares Democráticos.

### **1.6 A União dos Trabalhadores Favelados**

As lutas sociais em torno das questões referentes à moradia popular já aconteciam, como já apresentado, desde as primeiras décadas do século XX. As favelas formavam-se e tinham na sua instauração enquanto território a resistência como maior característica, fosse no processo de ocupação, na luta contra as remoções, por melhores condições urbanas etc. Nos anos 1940, as organizações de favelados formaram suas primeiras associações de moradores, aprofundando cada vez mais uma noção de identidade entre os favelados, que os definiam enquanto trabalhadores que moravam em habitações irregulares, mas deviam ter seus direitos garantidos. Dentre as diversas modalidades de organização dos favelados, a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), era a que mais reiterava esta definição de unir trabalhadores favelados em torno de pautas transversais à questão da moradia na favela. O breve panorama da entidade, apresentado a seguir, atenta para as condições da luta política nas favelas, mostrando por consequência as demandas que se apresentavam para a FLXIII no período na disputa de hegemonia nas favelas.

Na década de 1950 as lutas nas favelas ganhavam crescente expressão. Durante o segundo governo Vargas, por exemplo, moradores do Morro do Simão, organizaram expressivas manifestações na sede da República e da Câmara Municipal, no ano de 1951 (PESTANA, 2013, p. 71). As lutas que, em geral, ocorriam por favelas, paulatinamente, iniciaram uma rede de solidariedade e ações comuns. Até que, em 1954, foi criada a União dos Trabalhadores Favelados (UTF).

Já na reunião de oficialização da fundação da UTF, realizada em 1/04/1954 estavam presentes, além dos moradores do Borel, detonadores e anfitriões do processo de constituição da entidade, representantes de outras sete favelas: Salgueiro, Formiga, Mangueira, Santa Marta, Macaco, Esqueleto e Coelho Neto. Nos três primeiros meses do ano seguinte, pelo menos mais seis favelas (Providência, Candelária, Jacarezinho, Juramento, Macedo Sobrinho e Alemão)

também já contavam com suas respectivas organizações de trabalhadores favelados, ampliando o raio de ação da UTF (PESTANA, 2013, p. 62-63).

Houve um acúmulo histórico de lutas que geraram esta unificação dos favelados, mas foi a partir da resistência dos moradores do Borel que ocorreu a faísca fundadora da entidade. Diante da eminência de desalojamento de diversas famílias no Borel, em ação impetrada pela empresa Seda Moderna, pertencente à imobiliária Borel Meuron, a UTF unificou os trabalhadores na defesa de suas moradias. O impacto dessa entidade logo se ampliou, tornando-se referência para moradores de outras favelas como Dendê, União Santa Marta e Timbau (PESTANA, 2013, p. 72). A capilaridade da entidade aumentou ainda mais nos anos seguintes:

Mesmo em 1956, quando já estavam decorridos dois anos da fundação da UTF, a entidade continuava a demonstrar fôlego, com a instalação de novas entidades de base, como nos casos do Morro da Catacumba, da favela da Baixa do Sapateiro e do Morro do Telégrafo. Outro dado capaz de demonstrar a abrangência da UTF foi divulgado em princípios de 1958, quando a UTF registrou legalmente seus estatutos, os quais foram assinados por representantes de 42 núcleos de base. A presença de 33 desses núcleos nas comemorações de seu quinto aniversário, no ano seguinte, evidenciaram que na maior parte dos casos, não se tratava de filiações meramente formais, havendo, pelo contrário, larga participação de seus membros das mais diferentes favelas na vida da entidade (PESTANA, 2013, p. 63).

A entidade enfatizava a mobilização de base dos favelados como o método prioritário de ação política, de modo a organizar e unificar as pautas dos favelados. Assim seguiram-se uma série de manifestações que articulavam diversas favelas, em torno de pautas unificadas.

Cerca de 15 dias após a fundação da entidade, moradores do morro Santa Marta, por exemplo, já realizavam um enorme ato no pátio do Palácio Guanabara. A pressão dos presentes – estimados por *O Jornal* em três mil – conduziu o prefeito (Dulcídio Cardoso, que chegou a receber uma comissão dos favelados) a “sancionar o projeto do vereador comunista Aristides Saldanha” pela desapropriação do local, garantindo o direito de moradia dos 5.000 residentes (PESTANA 2013, p. 74).

Outra importante manifestação levava as reivindicações do Morro da União:

(...) dois e três mil favelados do morro da União ocuparam, com grande repercussão na imprensa, a Câmara de Vereadores por mais de 24 horas para demandar a aprovação de um projeto de lei que previa a desapropriação, em seu favor, dos terrenos onde residiam. Também nesse caso, a pressão exercida pelos favelados produziu resultados positivos, ao menos num primeiro momento, tendo-se em conta que o projeto foi aprovado (PESTANA 2013, p. 74).



As associações de moradores e as tentativas de articulação entre favelas não eram uma novidade, mas a UTF trazia um nível de organização e grau de autonomia política que a diferenciava das experiências anteriores. A sua intervenção encampava as singularidades de cada favela em torno de um plano de solidariedade e princípios programáticos. Relacionava, portanto, a identidade territorial e de classe.

Uma destas demonstrações de ação articulada pode ser observada na luta dos moradores do Borel, em parceria com os do Morro Santa Marta:

Ainda em junho de 1954, os moradores dos morros do Borel e de Santa Marta participaram juntos de protestos nas Câmaras Municipal e Federal denunciando o espancamento de “borelados” pela polícia e demandando a aplicação da legislação que previa a desapropriação das terras do Santa Marta em favor dos moradores (PESTANA, 2013, p. 74-75).

Outro exemplo de articulação entre favelas mediada pela UTF:

(...) em janeiro de 1956, quando moradores da Favela da Cachoeirinha foram protestar junto ao Comandante da Polícia Municipal por terem sido alvo de disparos efetuados por policiais a soldo do que consideravam ser grileiros, tiveram o apoio “(...) de uma comissão de trabalhadores favelados, constituída de representantes do Morro do Borel, Cabritos, União, Santa Marta, Mangueira, Vintém e João Cândido, que foram levar a solidariedade dos moradores daqueles morros (...)”. Alguns meses depois, por constituir um elemento presente nas experiências da imensa maioria dos favelados daquele período, a violência policial foi tema, também, de um protesto unificado organizado pelos moradores dos morros do Borel, Cabritos, Mata Machado e Catumbi (PESTANA, 2013, p. 75).

A resistência articulada entre favelas também ocorreu em apoio aos moradores da Macedo Sobrinho:

(...) o Governo do Distrito Federal, chefiado por Negrão de Lima, teria condicionado o suporte às vítimas do ocorrido à aceitação de seu plano de transferência para outras áreas (Parada de Lucas, Boca do Mato ou Estado do Rio), o que foi rejeitado pelos moradores. Como resposta a essa tentativa de removê-los de uma área altamente valorizada na Zona Sul da cidade, favelados de outras localidades, como Praia do Pinto, Santa Marta, Rocinha e Cantagalo, entre outras, passaram a angariar donativos e a comparecer à favela para apoiar diretamente a luta dos moradores da Macedo Sobrinho, em parte, provavelmente, pelo receio de serem os próximos alvos de ações desse tipo, uma vez que essas outras favelas também se localizavam na Zona Sul (PESTANA, 2013, p. 75-76).

A realização de diversas lutas articuladas entre as favelas tornou a UTF uma organização de considerável pressão política, conquistando, inclusive, algumas vitórias e reconhecimento midiático.

(...) Lei das Favelas (aprovada no final de 1956, a partir do projeto já citado do senador Moura Brasil) congelou os despejos por apenas dois anos e muitas das desapropriações legalmente conquistadas não foram efetivadas pelos governantes daquele momento histórico (PESTANA, 2013, p. 75-76).

As políticas de remoção eram efetivadas, portanto, de acordo com a correlação de forças de cada favela, sendo as organizações civis os elementos decisivos para as definições urbanísticas e políticas sobre as favelas. Um ponto, portanto, que deve ser ressaltado é que o planejamento do governo do DF era muito mais ambicioso no caráter remocionista do que de fato aconteceu. Algo que pode ser observado no caso acima descrito, mas também nas diversas tentativas de despejo que acabaram não se realizando, graças à resistência da UTF.

Esta constatação acaba contrariando a ideia de muitos pesquisadores de que os favelados eram inclinados aos acordos “clientelistas” e que essa lógica fisiológica teria restringido a capacidade de mobilização dos favelados. O relatório SAGMACS é uma fonte que ajuda a reiterar esta falsa impressão, pois considera os favelados, em diversos momentos como ingênuos ou individualistas por essência: “A massa amorfa, imatura, desse eleitorado é enquadrada pelo cabo, que representa, assim, um papel de fermento político” (SAGMACS, 1960, parte II, p. 28). No entanto, a UTF, assim como outras organizações políticas autônomas dos favelados, representaram tendências de ação distintas, baseadas em solidariedade e uma perspectiva de identidade territorial e de classe.

A capacidade da UTF construir um programa para as favelas do Rio de Janeiro era outro elemento importante, já que isso significava uma alternativa às políticas dos governos, tornando a disputa nas favelas um embate político sobre direitos sociais e até a noção e cidadania que os favelados deveriam ter. Assim afirmava:

Conseguida a fixação dos favelados nos terrenos que ocupam, a União providenciará junto aos Governos ou autarquias, a urbanização e construção de casas operárias condignas e higiênicas, água encanada e esgoto, luz, escolas, postos de saúde, estabelecimento fornecedores de gêneros a preços acessíveis, cinemas, campos de esportes, bem como o direito de organizar seu próprio policiamento, com proibição da intervenção de quaisquer outras organizações policiais que não o seja em caso de flagrante delito ou auxílio solicitado (Projeto de estatutos da UTF apud PESTANA, 2013, p. 77).

Mesmo sendo um projeto de estatuto, é possível averiguar alguns princípios que teriam grande influência sobre a concepção de luta política da UTF. A proposta acima era uma afronta aos planos governamentais, uma vez que ampliava as reivindicações a um patamar de universalismo de direitos sociais, políticos e civis. Além disso, a exigência de ter controle sobre o policiamento de forma comunitária mostrava o quanto a violência policial era um instrumento de repressão constante aos favelados, tanto no âmbito da vida cotidiana de seus moradores, quanto sobre as suas organizações políticas. E o quanto a entidade estava disposta a estabelecer novos métodos de relação entre a polícia e a comunidade, de acordo com uma visão de Estado de Direito, de cidadania.

A UTF, desse modo, apresentava um modelo de cidadania que reconhecia a agência política dos favelados sem a necessidade de tutela de organizações que tratavam os favelados como tabula rasa. Tornava-se uma entidade rival à FLXIII, que tinha como perspectiva a conciliação de classes salvacionista.

Não havia uma proposta de cooperação em que os moradores deveriam executar ordenações de uma entidade externa à favela, os próprios moradores escolheriam seus representantes e a agenda política a ser implementava. O método de ação política baseado na organização de comissões de base por favela era a maior expressão desta concepção da UTF. A cidadania tornava-se resultado da mobilização dos próprios favelados, não circunscrevendo a mobilização apenas aos mutirões de obras locais, mas também na formulação e execução política das reivindicações e até na interlocução junto ao poder público.

Mesmo quando os favelados resolviam equacionar os problemas de infraestrutura local a partir da mobilização de mutirões, o seu caráter era muito mais radicalizado, pois impunha obras que não, necessariamente estavam nos planos do governo ou das entidades que o representavam. Garantia, deste modo, maior independência aos favelados.

Assim, em abril de 1955, uma reunião do Centro de Trabalhadores Favelados do morro da Candelária determinou que os moradores cobriam do Departamento de Água e Esgoto (DAE) a instalação de uma caixa d'água na favela. Em virtude da alegação do responsável pelo órgão de que não havia recursos disponíveis para a obra, os moradores se cotizaram e construíram eles mesmos a caixa. A partir daí, iniciou-se novo processo de pressão sobre o DAE, que deveria realizar as obras de canalização da água para a caixa construída pelos moradores, cujo desfecho não pude verificar. (PESTANA, 2013, p. 78)

Como visto, a mobilização dos mutirões era articulada à mobilização política geral, de modo a estabelecer uma relação entre sociedade civil mais afinada ao jogo democrático. Não por acaso as conquistas ampliaram-se: “(...) quase sempre valendo-se do expediente da cotização dos moradores, foram abertos postos médicos e ambulatórios nas favelas de Santa Marta, Juramento, Borel, Brás de Pina, Vila Cosmo e Providência, dentre outros (PESTANA, 2013, p. 79).

A capilarização da UTF tomava proporções ainda mais robustas quando, além de orientarem os seus Centros de Trabalhadores Favelados a se enraizarem em comissões em diversas favelas de forma direta, também estabelecia conexão com associações recreativas de grande referência perante a população das favelas. Escolas de samba, centros culturais, times de futebol, de alguma forma passaram a colaborar com a entidade, fosse com festividades, levantamento de fundo financeiro ou mesmo articulação para ações políticas. A UTF estabelecia uma rede de relações nas favelas que a legitimava junto a estas associações recreativas e também tornava-se importante realizadora de confraternizações em diversas favelas, fortalecendo a sua coesão e referência perante os moradores.

(...) também havendo sociedades de caráter festivo que se esforçaram para sacramentar uma parceria como a UTF, como a escola de samba do Grêmio Recreativo de Parada de Lucas. Essa escola, já em seu primeiro carnaval, solicitou que a UTF enviasse representantes para compor uma ala própria do desfile que seria regido pelo samba intitulado. (...) o posto da UTF no morro da Formiga foi instalado na sede da Escola de Samba Unidos da Tijuca. Essa aproximação, aliás, tinha raízes bastante antigas, remontando até mesmo ao período da Primeira República, quando membros da então chamada Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café – atual Sindicato dos Arrumadores do Rio de Janeiro – participaram ativamente da fundação das escolas de samba Deixa Malhar e Portela. Num momento mais próximo ao surgimento da UTF, essa aproximação foi resgatada pela atuação do PCB, principalmente em seu curto período de legalidade, compreendido entre outubro de 1945 e maio de 1947. Para tal, diversos foram os meios empregados, dentre os quais se destacaram a colocação de seu jornal *Tribuna Popular* a serviço da estruturação da União Geral das Escolas de Samba e a organização de um concurso de sambas em homenagem ao Cavaleiro da Esperança (Luiz Carlos Prestes) e à Proclamação da República, que contou com 22 escolas inscritas (BITTENCOURT, 2012, p. 81).

Percebe-se que a ação da UTF colocava a identidade territorial e de classe não apenas na sua ação política de manifestações e reivindicações, mas na própria realização da sociabilidade no cotidiano das favelas. A unificação política entre as favelas também se realizava na expressão dos modos de vida das favelas quando realizava estas festividades, fortalecendo sua influência sobre as favelas.

A mobilização cultural era uma celebração da união entre os favelados, mas também poderia ser parte da estratégia de financiamento do movimento.

(...) em 1954, uma reunião na Praia do Pinto, com 29 presentes, representando sete clubes de futebol (Sete de Setembro, Liberdade, Bandeirante, 1º de Maio, Atlético, entre outros) e uma escola de samba (Independentes do Leblon) deliberou pela organização de um torneio de futebol para levantar fundos para a UTF, especialmente para que essa pudesse iniciar as atividades de seu Departamento Recreativo e Esportivo (...) uma das festas da UTF previa a criação da União dos Compositores Favelados, e no ano seguinte foi organizado um bloco carnavalesco para desfilar entre as favelas e no centro da cidade com fantasias e dísticos de protesto, intensificando a atuação recreativa e cultural da (PESTANA, 2013, p. 82).

Entre as diversas características da UTF, a característica mais ameaçadora era a capacidade de influenciar os favelados para incorporar suas lutas corporativas ao âmbito da classe. Mais do que ações conjuntas entre as diversas favelas, a UTF participava de frentes políticas para além das favelas, se inserindo na luta geral dos trabalhadores, no diversos espaços da cidade, elevando a condição do favelado elevando o seu patamar de protagonismo político. A seguir um exemplo desta articulação:

13 favelas, apoiando a Campanha Contra o Aumento dos Bondes, tocada por sindicatos e entidades estudantis; a organização de um ato, na Rocinha, pela autonomia do Rio de Janeiro; o envio de uma delegação da UTF para os festejos de 1º de maio de 1956; e a participação, no mesmo ano, de favelados (aí incluídos representantes de favelas em que a UTF tinha atuação marcante, como Borel, União, Juramento e Alemão, entre outros) na Comissão Permanente de luta pelo congelamento dos preços e contra a carestia, composta também por dirigentes sindicais e lideranças estudantis, femininas e de bairros (PESTANA, 2013, p. 89).

No entanto, devido a esta capacidade de mobilização da UTF, a tolerância dos órgãos repressores a sua existência era cada vez menor. A perseguição aumentava na proporção em que a UTF ganhava mais expressão. Esta ampliação das formas de organização dos favelados tornou-se uma ameaça aos organismos pensados para serem os articuladores “oficiais” entre Estado e sociedade civil, tais como a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião. Afinal, o discurso destas entidades e do governo era a negação da existência de classes ou mesmo a pacificação de classes como resolução dos problemas das favelas. Assim, a repressão sobre a UTF fez com que a sua luta se tornasse caso de polícia. Até que, em 1957, as sedes da UTF em várias favelas foram fechadas sob a alegação de que não possuíam autorização e de que eram centros de conspiração comunista (PESTANA, 2013, p. 82-83).

A breve história da UTF aqui apresentada revela o quanto havia uma concorrência aguda na disputa de hegemonia nas favelas, no final da década de 1950. O que ajuda a entender a existência da FLXIII e seu discurso. Mais a seguir apresentarei as alternativas sociais apresentadas pela entidade, em resposta a perspectivas políticas como a da UTF. Por enquanto, a reflexão desta seção é constatar que haveria uma ocidentalização *sui generis* em curso no período democrático em questão, que engendrava uma forma específica de operar a hegemonia, em especial nas favelas.

### **1.7 A ocidentalização *sui generis* e as cidadanias.**

O reconhecimento das favelas pelo poder público, como já apresentado, resultou das pressões políticas dos agentes civis, no processo de ocupação urbana. As muitas e diversificadas manifestações dos moradores nas favelas, nas lutas contra as remoções, nas reivindicações por saúde, educação e moradia, tornaram a favela uma importante expressão da questão social. Frente às mobilizações, o poder público se viu forçado a interagir com os favelados, combinando, em diferentes contextos e proporções a coerção e o convencimento.

O Estado incorporou demandas populares por habitação e infraestrutura urbana, tendo como mediação a ação da Igreja Católica. É nesse contexto que a educação e a “cidadania” dos favelados tornaram-se temas centrais. Mas o que seria essa “cidadania” dos favelados no momento em que as políticas públicas chegam aos seus territórios? Em que grau a cidadania teria particularidades em relação à concepção de cidadania geral que então se erigia? Que implicações teriam sobre a educação?

Entender estas questões passa por analisar as transformações na sociedade civil e as suas respectivas mediações ao Estado. Apresentei inicialmente o quanto a sociedade civil se transformava na década de 1940 para uma configuração de disputa de hegemonia cada vez mais aberta entre os aparelhos privados de hegemonia, mas sem perder as feições autoritárias da tradição política oligárquica brasileira. A FLXIII era, portanto, a síntese desta contradição do liberalismo conservador brasileiro. Nesse sentido, tendo como referência o aporte teórico gramsciano, destaco o conceito de ocidentalização para analisar as transformações da sociedade civil no Brasil, em particular nas favelas do Rio de Janeiro, e o protagonismo da educação enquanto parte fundamental da produção do consenso. Seria o que defino a seguir como ocidentalização *sui generis*.

A ocidentalização é aqui entendida, de acordo com Gramsci, como a abertura da sociedade civil para a participação política (no contexto da luta de classes, da correlação de forças, das formas de produção e da exploração do trabalho, considerando a forma de inserção do país no capitalismo mundial), em que o modelo democrático ocidental é a referência (questão do americanismo).

Vinculado de modo indissociável ao modo de produção capitalista impulsionado pela indústria, uma realidade em expansão na Itália, Gramsci argumentou que o sufrágio universal e a ampliação de entidades civis na produção da hegemonia formariam um quadro complexo de socialização da política, ainda que nos termos de uma lógica de classes, em que há o domínio das vias de participação da política pela classe dominante. Contudo, no caso brasileiro, esta ocidentalização não ocorreu aos moldes clássicos das potências europeias de tradição liberal. Para contemplar na análise as particularidades do capitalismo brasileiro, ou seja, a combinação entre o moderno e o arcaico é necessário entender o aspecto *sui generis* desta ocidentalização. Como salientado, no rastro da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, o país conhecia um processo de industrialização, por substituição das importações, que contava com forte presença estatal, em especial a partir dos anos 1950. Nesse contexto, a questão do trabalho e do exército industrial de reserva, adquirem novos contornos: legislação trabalhista, greves, revoltas urbanas e, inevitavelmente, uma agenda social relacionada à moradia e às condições de vida dos trabalhadores.

Isso significa entender a expressão dessa contradição também no processo de produção de consenso, que mesclava práticas liberalizantes da promessa de cidadania da República e o costume político das oligarquias pautado pelo autoritarismo. Os intricados nexos entre o poder de Estado nacional e pelos poderes locais, marcados por oligarquias, eram uma dimensão crucial desse processo carregado de contradições e meandros específicos, entre os quais aqueles advindos do papel da Igreja Católica.

No Brasil as mudanças políticas mais agudas, de maneira geral, tiveram como característica fundamental a “transformação pelo alto”, ou seja, resultaram de um acordo entre as frações de classe dominante como resposta à ameaça da mobilização popular. Carlos Nelson Coutinho, pensando esta realidade brasileira, apropriou-se do conceito gramsciano de *revolução passiva*, para refletir sobre esta ação política coordenada pelo alto, que incorpora certas demandas populares em torno de um programa político, mantendo os fundamentos da ordem social (COUTINHO, 1995).

Antes de aprofundar esta discussão é necessário remontar alguns traços teóricos de Gramsci a respeito do processo de ampliação do Estado para a definição do conceito de ocidentalização aplicado à realidade brasileira. A primeira seria a delimitação sobre a discussão conceitual de “Oriente” e “Ocidente” até chegar de fato ao conceito de ocidentalização.

Sua análise define duas ordens sociais mundiais capitalistas, uma típica do Sul e outra do Norte. Gramsci caracteriza tais territórios de maneira semelhante às indicações da III Internacional, ainda que sua reflexão levasse a conclusões diferentes como pode se observar a seguir:

A hegemonia do Norte teria sido “normal” e historicamente benéfica se o industrialismo tivesse tido a capacidade de ampliar seus quadros com certo ritmo, para incorporar cada vez mais novas zonas econômicas assimiladas. Essa hegemonia seria, então, a expressão de uma luta entre o velho e o novo, entre o progresso e o atraso, entre o mais produtivo (...). Todas as forças econômicas seriam estimuladas e à divisão se seguiria uma unidade superior. No entanto, não foi assim. A hegemonia se apresentou como permanente; a divisão se apresentou como uma condição histórica necessária por um tempo indeterminado e, portanto, aparentemente “perpétua” para a existência de uma indústria setentrional (GRAMSCI, p. 153, 2002).

Neste trecho a industrialização aos moldes capitalistas é percebida por Gramsci como um processo relacionado, de modo contraditório, com o desenvolvimento humano, em que o “velho”, representado nas formas pré-capitalistas de produção, deveria ser superado pelo “novo”, reconhecido na industrialização capitalista. A lógica gramsciana não é evolutiva, como uma primeira leitura poderia sugerir, pois sua análise é essencialmente sobre a estratégia revolucionária: Gramsci constata que a estratégia da revolução russa, guerra de movimento, não poderia ser aplicada mecanicamente nos países de tipo Ocidental, em que uma nova combinação seria necessária: guerra de posição reconfigurando a guerra de movimento. O “progresso” estaria resguardado nesta marcha das forças produtivas, nesta consolidação de uma “unidade superior”, que ainda não teria sido concluída sobre o Sul ou mesmo iniciada.

O Sul seria o “Oriente”, em que a forma de governo dominante seria de tipo autoritário, determinada por uma centralização despótica do Estado. Uma constituição política de restrita socialização dos meios de participação política na sociedade civil, em consonância com as limitações do desenvolvimento capitalista de reduzida divisão social do trabalho. Já o Norte, seria o “Ocidente” baseado numa forma de organização econômico-social calcada na hegemonia, produzida pela articulação entre Estado e a produção de consenso através dos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil.



Gramsci observava, portanto, a transformação da ordem burguesa nos países capitalistas avançados, em que o Estado se ampliava, estabelecendo a hegemonia na relação junto à sociedade civil, mas também a influência desta lógica sobre os países orientais.

Segundo Carlos Nelson Coutinho, “Gramsci toma a consciência de que o fortalecimento da ‘sociedade civil’ e o conseqüente surgimento de uma estrutura social e estatal mais complexa são processos históricos, diacrônicos, que se desenvolvem no tempo” (p. 5, 2003). Desta maneira, sociedades de tipo “orientais” poderiam se transformar em “ocidentais”, abrindo a sua sociedade civil para novas modalidades de participação política e conformação da hegemonia. A este movimento de transformação histórica denominou-se *ocidentalização*.

Coutinho observa que mesmo que se considerem as imprecisões de Gramsci quando abordou as sociedades do “Sul”<sup>22</sup>, o conceito de *ocidentalização* foi uma importante contribuição para a teoria social, já que era capaz de demonstrar a capacidade de mudanças da sociedade capitalista em reinventar as suas formas de dominação. Assim Coutinho define o processo de *ocidentalização* em Nuestra América:

(...) nosso continente, nos últimos vinte anos, encontrou ou reencontrou o caminho da construção de regimes liberal-democráticos, nos quais tornou-se possível promover uma organização das sociedades civis articuladas e pluralistas, ou, em outras palavras, onde se deu a “ampliação” do Estado. Portanto, tal como sucedeu em vários países hoje desenvolvidos (Alemanha, Espanha, Grécia, Itália, Japão, Portugal etc.), a presença de ditaduras na história passada de nosso continente não impediu a criação em nossos países de sociedades “ocidentais”, ou seja, de tipo liberal-democrático (p. 8, 2003).

A presença de regimes ditatoriais não teria contido o processo de *ocidentalização*, em que se “encontrou ou reencontrou o caminho da construção de regimes liberal-democráticos”. Esta configuração da sociedade civil é muito enfatizada pela historiografia, no caso brasileiro, a partir da abertura política no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando (re)surgem partidos, movimentos sociais urbanos e camponeses e o sufrágio universal, tendo expressão máxima na Constituição de 1988. A expressão dos aparelhos privados de hegemonia é bem explícita e a *ocidentalização* um fenômeno de definições bem nítidas neste período.

---

<sup>22</sup> As teses da III Internacional Comunista, a partir de seu Congresso de 1928, afirmavam que os países da América Latina, por exemplo, eram semicolônias de características semifeudais. O que teria influenciado Gramsci, que afirmava o caráter limitado da sociedade civil deste continente, como algo homogêneo e menos propenso à possibilidade de uma revolução socialista. Seria necessária a passagem por uma etapa democrático-burguesa que apagasse os traços históricos arcaicos semifeudais (COUTINHO, 2003).

O levantamento que apresento nesta pesquisa, no entanto, permite pensar que a ampliação do Estado teria se realizado no Brasil no calor do seu “orientalismo”. A ampliação de agências civis, principalmente a partir dos anos 1930, complexificaram as formas de representação política, mesmo não sendo forjadas sob amplas liberdades democráticas, ou seja, numa revolução passiva.

A democracia instaurada entre 1945-1964 coexistiu com as práticas oligárquicas do Estado. A dura repressão sobre os movimentos sociais e incorporação de parte destes à estrutura do Estado através de suas agências de regulação (MENDONÇA, 1986) se complementava a uma regra eleitoral que ainda excluía uma porcentagem expressiva de eleitores ao negar o direito de voto aos analfabetos.

Assim, é possível também analisar o contexto histórico do Brasil, nos anos 1940-1960, a partir do conceito de ocidentalização, pensando a formação das raízes da produção do consenso. A consolidação da base produtiva urbano-industrial assentava-se num modelo de democracia restrito, no entanto, a expansão da educação, do ideal de cidadania e da pressão dos setores subalternos por maior representação política indica que havia uma ampliação da sociedade civil. Este período seria a efetivação de um então novo método de produção de hegemonia, que ampliava as formas de produção de consenso, tendo como elemento mediador fundamental o aparato repressivo de Estado. É neste contexto que a educação e a cidadania tornam-se parte do vocabulário político das entidades que disputavam hegemonia nas favelas.

Assim, considerando os méritos da via explicativa que utiliza o conceito de revolução passiva para entender o período em questão, que prioriza na análise os aspectos mais explicitamente autoritários do Estado e as ações dos setores dominantes, avalio a importância de complementar a compreensão deste período mediante o estudo das formas de convencimento produzidas no calor desta repressão. Considero que a pertinência desta abordagem está ancorada no fato de que havia uma correlação de forças mais complexa na luta de classes, instigada pela formação da classe trabalhadora brasileira, num modelo de capitalismo urbano-industrialista, em que se teria produzido uma ocidentalização realizada sob o autoritarismo.

A ocidentalização surgia, portanto, da capacidade dos setores subalternos produzirem alternativas políticas ao projeto hegemônico, o que criava a necessidade de produção de um consenso mais elaborado, ainda que permeado por forte pressão autoritária tais como a censura, as restrições ao sufrágio universal, a perseguição aos movimentos sociais autônomos e aos partidos de oposição, em especial o PCB. No caso

específico das favelas, este traço é observável, principalmente, na manutenção do remocionismo como horizonte de política pública de urbanismo, na tentativa de controle sobre as associações de moradores, fechamento da UTF etc.

A ênfase da análise aqui proposta recai sobre a correlação de forças e não a imposição pelo “alto” dos setores dominantes. A hegemonia se realizaria mediante as relações políticas autoritárias e a produção de consenso, observável na expansão da educação e do Serviço Social nas favelas. Em síntese, significa considerar o movimento contínuo da luta de classes desdobrado nas favelas a partir de suas entidades civis e da ampliação da educação nestes territórios, de maneira que a cidadania cristalizasse o parâmetro de direitos sociais, civis e políticos como se fosse um termômetro dos embates da sociedade civil. Logo, a Fundação Leão XIII seria a entidade destinada a administrar este conflito nas favelas de acordo com as indicações do governo e a moralidade da Igreja Católica, não bastando considerar apenas a sua potencialidade repressora. É necessário analisar a sua inserção no processo de instauração desta ocidentalização contraditória, averiguando as origens do regime liberal autoritário brasileiro. Esta relação remete, em suma, às contradições do modelo capitalista dependente anteriormente aqui descrito, em que se une o arcaico (Oriente) e moderno (Ocidente).

A coerção não é retirada da análise, mas é considerada como um mecanismo de controle da produção deste consenso, uma mediação para a realização da ocidentalização *sui generis*. O meio de ampliar a sociedade civil, mas ao mesmo tempo cerceá-la. Dedico-me aqui às mediações entre coerção e consenso, tanto na ação complementar entre a educação e outras ações definitivamente coercitivas (polícia, ações de remoção, fiscalização moral da Igreja Católica sobre os favelados etc.), mas também observando como esta educação da FLXIII era consenso e coerção em si mesma.

A análise do contexto da FLXIII revela, portanto, não a capacidade absoluta de repressão do Estado e a fragilidade política das agências civis das favelas, mas ao contrário, um novo manejo político do conflito de classes, originado da necessidade de estabelecer hegemonia nestes territórios. A educação produzida pela FLXIII para as favelas redefiniria a relação entre coerção e consenso da sociedade civil. Esta mudança seria a expressão do acirramento da luta de classes, em que organizações civis como associações de moradores, a UTF, os Comitês Populares Democráticos, as entidades da Igreja Católica, o Serviço Social e todo tipo de política pública para as favelas se incorporavam à luta política na construção da hegemonia.

É certo que mesmo nos exemplos históricos clássicos de ocidentalização, ocorridos na Europa, este processo não foi linear e ascendente para os trabalhadores. Afinal, a cada conquista dos trabalhadores o capitalismo se adaptava de maneira a manter seu núcleo sistêmico, por meio do manejo da hegemonia e da coerção, conforme a correlação de forças. Também é fato que muitas contradições marcaram a definição de cidadania, mediante as singularidades históricas de cada bloco histórico, no entanto, a peculiaridade em questão aqui, no caso brasileiro, é o quanto a agenda de direitos civis, políticos e sociais foi introduzida no bojo do particularismo da tradição política oligárquica, ainda que pressionada pela organização crescente dos trabalhadores nas favelas.

Se por um lado uma agenda de promoção de cidadania era construída para os favelados durante os anos 1940-1960, por outro, as amarras ao exercício desta cidadania eram bem poderosas. Por exemplo, se em pleno contexto de crítica ao modelo varguista, Eurico Gaspar Dutra ascendia ao poder, em 1946, sob o discurso de liberalizar o Brasil, afastando qualquer ímpeto que se associasse ou fosse próximo ao legado fascista, no ano seguinte, o PCB era cassado.

Se a educação surgia enquanto atributo civilizatório para os favelados, esta não estava livre de elementos coercitivos diversos: a remoção violenta dos moradores, a truculência policial, a imposição de um determinado modo de vida e a repressão às organizações políticas dos favelados. Assim como a exaltação da questão social nas favelas pelo poder público, não mudou o reconhecimento jurídico das favelas enquanto territórios ilegais (GONÇALVES, 2013). Isso significa que a sociedade civil se abria, mas de acordo com as determinações históricas do modelo de desenvolvimento capitalista dependente, marcadamente conservador.

É neste quadro que a produção do consenso ganhava ainda mais centralidade na disputa de hegemonia, de maneira que a educação tornava-se a mediação para a realização das políticas públicas nas favelas. A ação positiva da educação era erguida no contexto de repressão da sociedade civil, mas ao mesmo tempo, de efervescência da organização autônoma dos favelados durante a ocupação. Esta contradição permanente era a ossatura da modernização conservadora brasileira, que articulava coerção e consenso sob as determinações do capitalismo urbano-industrial, que então se consolidava, sem perder suas tradições oligárquicas.

Em contrapartida, a ocidentalização brasileira era uma força presente na medida em que os sindicatos, associações de favelados, movimento camponês e estudantil

tornavam-se cada vez mais articulados e *nacionais*, no sentido gramsciano. As resistências de parte expressiva da sociedade civil tornavam-se *potencialmente* antissistêmicas quando estes movimentos apresentavam a ampliação do conteúdo de direitos da cidadania brasileira como resultado da luta autônoma dos trabalhadores e sob a unidade classista.

A síntese mais explícita desta conformação do bloco histórico brasileiro é a ideia de cidadania, que engendrava a questão social como requisito básico. Os favelados, antes tidos como alheios à ordem da cidade e da sociedade como um todo, eram incorporados à perspectiva de cidadania.

Cabe aqui um conciso parêntese sobre o conceito de cidadania para que não haja possíveis confusões conceituais no decorrer do texto. Cidadania foi um termo apropriado por diversas concepções teóricas, dos liberais aos marxistas. Dentre as várias possibilidades conceituais, a proposta nesta breve discussão é: definir o conceito de cidadania operacionalizado ao longo da análise, mas também compreender este conceito na sua pluralidade semântica, em particular na apropriação feita pela Fundação Leão XIII.

De acordo com Carlos Nelson Coutinho: “Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado” (p. 2, 2005). Isto significa posicionar o conceito de cidadania enquanto processo histórico, como desenvolvimento e resultado da lutas de classes. Esta definição se diferencia dos teóricos liberais que concebem a cidadania como atributo do jusnaturalismo, pois reconhece como eixo da sua expressão histórica a correlação de forças da luta de classes, os seus avanços e recuos concretizados na práxis dos aparelhos privados de hegemonia.

A cidadania, portanto, não poderia significar o resultado de ações políticas unívocas tais como a concessão de direitos sociais mediante casualidades históricas, benevolência de indivíduos, formas estatais eficientes tecnicamente, conjunturas de bonança econômica, ou mesmo uma condição histórica imanente de potencial civilidade da sociedade, que poderia ser efetivada a partir de uma ação institucional educacional. Sua existência no Estado democrático de direito expressa o movimento de conquistas e derrotas por direitos civis, sociais e políticos travados na sociedade civil.

Esta postura teórico-metodológica é nevrálgica para entender o caráter complexo das políticas públicas voltadas para as favelas no Rio de Janeiro, em particular as

educacionais. Esta ampliação das políticas públicas está ligada à ampliação da participação política nas favelas, que não aconteceu por força da tolerância ou “populismo” dos setores dominantes, mas sim pela pressão dos trabalhadores por reconhecimento político, cultural e territorial da favela.

Num plano mais geral, isso significa dizer que, o termo cidadania carrega em si, não apenas os anseios dos setores dominantes expressos nas ações de Estado sobre os favelados, mas o acúmulo das disputas em relação às formas de existência humana no capitalismo urbano-industrial, que se implantavam nos anos 1940.

Pensar o conceito de cidadania sob esse prisma histórico remete, por consequência, a uma postura teórica que encare também o Estado na sua historicidade. As políticas públicas para as favelas, nesse sentido, também se tornam parte da correlação de forças, do movimento histórico, de modo que o esforço de análise seja capaz de apreender o caráter *ampliado* do Estado, ou seja, a relação permanente entre os diversos agentes civis (sociedade civil) e o Estado (sociedade política) na realização das intervenções nas favelas. Sonia Regina de Mendonça afirma,

[...] uma política pública não pode resumir-se na mera compilação de documentos oficiais produzidos pelos órgãos aos quais encontra-se afeita, sob pena de empobrecimento da construção do objeto e do reducionismo analítico que, muitas vezes, toma uma política pública no Brasil como a reprodução, acrítica, da fala oficial, tornada indício de “realidade” (2005, p. 13).

A orientação metodológica de ampliar a análise para além do discurso de Estado permite um olhar que não se limita a inventariar as políticas públicas, mas sim, compreender as múltiplas mediações entre Estado e sociedade civil. O cotidiano, as negociações, os recuos e avanços na luta dos favelados por direitos são a mediação histórica entre sociedade civil e Estado quando se pensa o contexto da FLXIII.

Os aparelhos privados de hegemonia possuem tamanha pluralidade que acabam por reproduzir os anseios ético-políticos das classes e frações de classe que se encontram em disputa em determinado momento histórico. Além disso, a assimetria de poder entre os aparelhos privados de hegemonia no processo de universalizar tais anseios de classe é proporcional a sua capacidade de mobilização social, mas também de influenciar o Estado.

A memória e a produção de um discurso histórico são hierarquizadas de acordo com a posição que ocupam nesta relação ampliada de Estado, de modo que o discurso oficial do Estado expressa esta assimetria referente ao lugar no qual os aparelhos privados de hegemonia desenvolvem sua práxis, quando oferecem uma narrativa que

privilegia os anseios dos setores dominantes que ocupam seus centros de poder. Enquanto isso, os discursos dos subalternos são silenciados ou ressignificados de acordo com as premissas ético-políticas dos grupos dominantes. Segundo Sonia Regina de Mendonça,

(...) a mais profunda e estrutural modalidade de violência perpetrada pelo Estado: a violência simbólica, cujo *modus operandi* se dá à sombra da permanente naturalização de seus objetos e/ou alvos, configurando o que se poderia chamar de um permanente “estado de violência”, onde o que está em jogo não é a integridade física de indivíduos e/ou grupos, mas sim a integridade de sua participação cultural (p. 95, 1996).

O silenciamento das organizações civis dos favelados no processo de produção de memória seria resultado desta violência simbólica, que acaba por reposicionar a participação cultural dos favelados ao âmbito da ordem. Normalmente afirmando características essencialistas sobre os favelados tais como individualistas, desorganizados, manipulados, ou mesmo num caráter de positividade idílica tais como gentis e felizes. O rigor metodológico da análise deve, portanto, desnaturalizar as formulações de Estado, concebendo assim as suas relações de poder em relação aos aparelhos privados de hegemonia e as tensões da luta de classes como forças sociais determinantes.

O estudo sobre os aparelhos privados de hegemonia têm o potencial de expressar as contradições das distintas concepções de cidadania. As vivências culturais cotidianas, as tradições, as práticas políticas, as pautas de reivindicações econômicas são externalizadas pela práxis destas organizações, que podem ou não se alinhar ao discurso hegemônico veiculado pelo Estado. Gramsci afirma:

(...) a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam, até que uma delas ou pelo menos uma combinação delas tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2000<sup>a</sup>, p. 41).

Pensar a cidadania enquanto construção histórica e resultado dos enfrentamentos na sociedade civil passa por conceber, portanto, como parte fundamental da hegemonia, irradiada pelos organismos oficiais e não oficiais do Estado, tendo como base uma rede de capilaridade na sociedade civil realizadora do consenso. Afirmar determinado tipo de

cidadania aos favelados seria universalizar este momento tão singular de transformação das ideologias em “partido”, em prática política organizada e coletiva.

Este conflito permanente entre “partidos” forjou a hegemonia, na medida em que os interesses de frações de classe ou de uma classe conquistaram a capacidade de universalizar-se. A combinação conflituosa desses anseios ético-políticos dominantes acabou por realizar uma cidadania oficial, tida como consenso, abonada pela autoridade estatal e reproduzida enquanto senso comum. No período da FLXIII, quando ascendia a lógica urbano-industrial, esta concepção de cidadania oficial tinha como princípios a empregabilidade nos centros urbanos; consumo como realização humana; participação eleitoral como expressão da democracia (MENDONÇA, 2000).

A cidadania, portanto, tornava-se o consenso dominante, como expressão de um suposto progresso da sociedade brasileira rumo aos padrões civilizatórios europeus. Uma tensão constante entre três pontos: o ideal universalista liberal radical que havia impulsionado as revoluções burguesas europeias, o caráter oligárquico particularista da tradição cultural e política brasileira e o movimento organizado dos trabalhadores. Creio que esta tensão funda a singularidade das disputas em torno do ideal de cidadania no Brasil.

A cidadania construída pelos setores dominantes, nesse sentido, revolvía-se na contradição de abrir caminho à ordem burguesa industrial urbana, mas resistia a todo custo aos preceitos universalistas mais básicos de ampliação da participação política dos trabalhadores, ampliação de direitos sociais (saúde, educação, habitação etc.) e civis (liberdade de expressão, liberdade religiosa etc.). Sua cidadania hegemônica, contraditoriamente, era de tipo conservadora e moderna, tal qual a modalidade de capitalismo que se consolidava.

O contexto histórico da FLXIII, portanto, revela modalidades de construção de hegemonia mais complexa, em que se aprofundava o caráter pedagógico das intervenções públicas nas favelas. Por isso, é inviável pensar um Estado como produtor de todas as ações públicas e as populações das favelas como meras receptoras ou limitadas pela incompetência de responder à altura.

De acordo com Gramsci é:

Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim, é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade (GRAMSCI, 2001, p. 23).



Diante disso, como teria se dado a elaboração destes “tipos novos de humanidade” nos desenvolvimentos das políticas públicas nas favelas? As indicações suscitadas por esta breve reflexão poderiam ser um indício para a realização da anatomia da sociedade urbano-industrial, que então se construía no Brasil nos anos 1940-1960. Em que se observa que Estado e sociedade civil se imbricavam de maneira que a favela passaria a ser compreendida a partir da práxis dos seus agentes civis.

No trecho a seguir Gramsci observa o quanto esta interação entre sociedade e civil era fundamental para construir a “opinião pública”.

(...) quando quer iniciar uma ação pouco popular cria, preventivamente, a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. (...) ocorre a luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo que só uma força modele a opinião e, portanto, acordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (GRAMSCI, 2000<sup>a</sup>, p. 265).

A formação de um ideal de cidadania oficial para as favelas significava atualizar as formas de dominação sobre os trabalhadores, num contexto de aprofundamento da proletarização, tanto no âmbito da formalidade assalariada, quanto na informalidade, o chamado subproletariado. Contudo, a cidadania, de forma geral, também encarnava a disputa da favela na construção da hegemonia.

A cidadania oficial, calcada nos valores ético-morais dominantes, deveria ser ensinada aos trabalhadores, especificamente aos favelados. O Estado assumia cada vez mais o seu caráter educador, no sentido gramsciano, justamente, por estabelecer esta relação com as agências civis, forjando a universalização destes valores.

Esta urgência em educar os imensos contingentes de trabalhadores favelados relaciona-se ao fato de que o processo de urbanização deveria ser assimilado, naturalizado, tornar-se senso comum. O modo de vida industrialista, focado no consumo, no trabalho assalariado, na ordem do relógio, deveriam superar os valores intelectuais e morais do modo de vida rural.

O modelo de capitalismo urbano-industrialista enfrentava as heranças do escravismo e de uma ordem socioeconômica ancorada na economia rural, um modo de vida bem diferente das exigências que a modernidade alardeava como futuro natural e inevitável.

Este quadro social, em franca transição no início do século XX, mostra o processo de construção de uma *nova* hegemonia, a urbano-industrial. Gramsci nos seus escritos do cárcere mostrou o quanto uma hegemonia só pode ser estabelecida no capitalismo

quando o Estado, devidamente dirigido por uma classe ou fração de classe, articula o poder público às organizações civis. O que seria possível pelo funcionamento de uma opinião pública que também possui um caráter de classe. Este discurso proferido como “público”, sem rosto e identidade, tem em sua genética histórica os interesses dos setores dominantes que ocupam o Estado, em parceria com os agrupamentos político-culturais da sociedade civil, os aparelhos privados de hegemonia.

Gramsci continua:

O Estado quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. (...) A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento – de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (Ibid, p. 265).

Os aparelhos privados de hegemonia, portanto, complementam as ações de Estado, disputando na sociedade civil os valores intelectuais e morais que tornam esta hegemonia viva. A opinião pública corporifica a vontade nacional, de tal maneira que ambas tornam-se praticamente iguais e universalizantes. O Estado neste sentido é um educador, que, mediante a relação de Estado ampliado, mobiliza os aparelhos privados de hegemonia para a naturalização de um determinado senso comum.

Este equilíbrio da hegemonia só pode ser ameaçado na sua gênese quando as classes subalternas colocam-se historicamente em movimento para assumir a construção de uma nova hegemonia, ou seja, quando os agentes da sociedade civil superam o patamar econômico-corporativo, atingindo uma nova perspectiva intelectual e moral, que seja capaz de universalizar-se através do Estado e tornar-se consenso.

Quando Gramsci discute a hegemonia, o campo da cultura é compreendido como parte fundamental da lógica de funcionamento do capitalismo, ressaltando não apenas o caráter coercitivo da sua ordem, mas os aspectos positivos de legitimação produzidos pelas classes exploradas. O senso comum, por exemplo, não poderia ser tomado como um pensamento imóvel e arcaico, legitimador da ordem, mas como uma força filosófica conservadora em tensão permanente com as conclusões produzidas pela práxis e a ciência.

Assim Gramsci afirma:

Todo estrato social tem seu ‘senso comum’ e ‘seu bom senso’, que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Toda corrente filosófica deixa uma sedimentação de ‘senso comum’; é este documento de sua efetividade histórica. O

‘senso comum’ é o folclore da filosofia e ocupa sempre um lugar intermediário entre o folclore propriamente dito (isto é, tal como é entendido comumente) e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. O senso comum cria o folclore, isto, é uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e lugar (GRAMSCI, 2000b, p. 209).

Este choque entre o que Gramsci chama de folclore, que são estes conhecimentos populares, e o conhecimento sistematizado cientificamente ou pela conclusão prática na ação no real, tem como combustível o movimento cultural e político dos aparelhos privados de hegemonia. A práxis política podem tanto reificar o senso comum com novos elementos de dada realidade, como também expandir um núcleo de bom senso, sistematizando conclusões que remetem à agência humana sobre a História, formando uma unidade coerente de pensamento com os dilemas práticos da realidade.

A consciência fragmentada do senso comum pode ser superada quando os nexos da realidade são entendidos no plano histórico, quando se forma o que Gramsci chama de *filosofia da práxis*. É nesse tênue instante, quando a consciência e a ação humana se articulam de forma sistematizada e se universalizam a partir da articulação sociedade política e sociedade civil, que novos princípios intelectuais e morais surgem, ameaçando a hegemonia. O que pode ou não (de acordo com as condições históricas de um dado tempo) dar lugar a uma nova hegemonia.

É a vontade ativa da sociedade, portanto, que estabelece a hegemonia, enquanto força econômico-social dominante. Segundo Gramsci, “se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.” (GRAMSCI, 2000<sup>a</sup>, p. 48). Cabe ressaltar que a forma de produzir a existência se realiza nos mais variados âmbitos da vida, não apenas na produção de mercadorias, mas no próprio ato de se relacionar socialmente, nos seus aspectos ético-morais. A hegemonia, portanto, não está circunscrita à fábrica como pensavam muitos marxistas ortodoxos, nem apenas às micro-relações do cotidiano, como os liberais defendem. Há umnexo essencial entre o modo de vida e a forma de produzir mercadorias no capitalismo.

(...) a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam, até que uma delas ou pelo menos uma combinação delas tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a

hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2000<sup>a</sup>, p. 41).

Como se pode observar é de fundamental importância o “partido” no processo de construção desta unidade sistêmica entre os diversos âmbitos de realização da vida. O partido aqui é reconhecido por Gramsci como agrupamento localizado na sociedade civil, orientado e organizado para disputar a hegemonia na práxis. Processo este de formação de uma unidade entre os âmbitos políticos, econômicos e culturais, mediante a formação de uma coerência sistêmica intelectual e moral.

A combinação das ações destes partidos dominantes acaba sendo responsável por unificar os campos da vida social (política, economia e cultura), de acordo com determinados valores intelectuais e morais, numa escala universal, amalgamando assim a nova hegemonia.

Para analisar as ações educacionais da FLXIII, portanto, seguindo as premissas de Gramsci, é imperativo recorrer ao movimento contínuo da sociedade civil no período no qual se formou, compreendendo os diversos aparelhos privados de hegemonia que disputavam com esta entidade a educação que deveria ser destinada aos favelados. Há uma correlação de forças a ser desemaranhada pela pesquisa, que diz muito sobre a educação que se construía naquele momento para as populações das favelas pela FLXIII, mas também sobre as condições do bloco histórico brasileiro. A territorialização da cidade era parte importante deste processo:

(...) a territorialização da cidade tem funcionado como um importante limitador do pleno uso popular do potencial político inerente aos regimes democráticos. Nesse sentido, a favelização generalizada não é apenas um fenômeno decorrente da desigualdade social, constitui-se ele mesmo em causa importante da reprodução e até do aprofundamento da desigualdade social nas jovens democracias na América Latina (BURGOS, 2005, p. 191).

Esta territorialização é a expressão da hierarquização da própria sociedade, que se sustenta sobre a exploração da força de trabalho, na tradição cultural brasileira de fortes traços escravistas e patriarcais. Esta territorialização fundamenta, enquanto relação interna da favela ao contexto da cidade, a lógica social geral. Há, portanto, uma relação complexa das realidades locais, culturas específicas de cada território, submetidas aos movimentos contínuos da luta de classes.

Marcelo Baumann Burgos propõe que é “(...) a partir dos territórios e não da cidade que o mundo popular constrói suas formas de participação, em especial a do

voto” (2005, p. 192). Sua visão é de que na especificidade territorial que se realizava a vida, em especial no que se refere à democracia. No entanto, acredito que esta visão acaba por desconsiderar ou despriorizar os nexos que criaram e mantêm as favelas como território subordinado à lógica da cidade capitalista, mas também como potencial foco de resistência à ordem. Apesar de existir uma lógica própria em cada favela de participação política, fruição cultural, estratégias de sobrevivência etc., isso não significa que também não é a partir da cidade, e até da lógica nacional e internacional, que se estabeleça a agência política dos favelados. O líder local, a Igreja, a associação de moradores e outras organizações só existem a partir da condição de mediadores entre a lógica interna e externa da favela, sempre localizados nos marcos da cidade formal e do capitalismo. É esta mediação a grande chave para compreender as favelas na sua historicidade plena.

A FLXIII era parte, portanto, de uma ocidentalização *sui generis* da sociedade civil, por engendrar a territorialização da cidade e todo tipo de amarras à democracia, em consonância com a abertura da sociedade civil nas formas de mediações do Estado ampliado urbano-industrial, em particular no contexto das favelas.

A expansão da educação e a ampliação das formas de organização política na sociedade civil foram tomadas como processo de complexificação da hegemonia, em que a cidadania tornou-se um terreno de contenda. Neste processo abriram-se propostas de cidadania aos favelados, dentre as quais a FLXIII teria destaque, de maneira a colocar a educação como um atributo fundamental para a realização das obras públicas, das remoções e a realização de um esforço institucional civilizador que forjasse o cidadão da favela. Essa condição deveria estar em sintonia com o processo de industrialização que então se consolidava.

É importante salientar que a ideologia difundida pela FLXIII – mesclando liberalismo, certas leituras do catolicismo, traços desenvolvimentistas – sempre esteve em relação com a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, difundida pelo trabalhismo, assim como, por oposição, às concepções do PCB. A falta de suporte dos setores dominantes ao nacional-desenvolvimentismo, evidente com o golpe empresarial-militar, repercutira nas concepções de cidadania difundidas pela FLXIII e, mais amplamente, nas estratégias de controle social dos setores dominantes, redefinidas em profundidade a partir da ditadura empresarial-militar de 1964.

## **Capítulo II – A Fundação Leão XIII**

## 2.1 Surgimento da Fundação Leão XIII

No caso específico das favelas, as intervenções institucionais católicas já se faziam presentes através das paróquias e grupos religiosos locais desde o início do século XX. No entanto, estas intervenções eram desarticuladas e forjadas no âmbito estritamente religioso, dependente, fundamentalmente, do aparato institucional católico e sem uma sistematização centralizada de seus trabalhos sociais. Seguindo as indicações sobre a conjuntura da época, anteriormente apresentadas nesta tese, fica evidente que havia a necessidade de ampliar a capacidade de inserção e capilarização da Igreja Católica nas favelas, assim como das instituições de Estado, face o crescimento do tensionamento da luta de classes. Além disso, havia um sentimento entre os católicos de que a nação deveria ser “recatolização”, ou seja, a instituição deveria recobrar a influência perdida após a instituição da República (CARVALHO & IAMAMOTO, 2014, p. 150-151).

A ocidentalização *sui generis*, acentuada a partir dos anos 1940, ampliava as formas de mobilização político-cultural da sociedade civil, apontando novos padrões de ação nas favelas, superando o método paroquial católico, assim como, as políticas públicas meramente tópicas, que consideravam o favelado apenas como um alvo de remoção. Neste capítulo apresento a criação da Fundação Leão XIII, tendo em vista este processo de ocidentalização *sui generis*, compreendendo as suas articulações junto ao Estado, sua forma de funcionamento, as suas funções perante os favelados, os princípios teológicos e políticos que a originaram.

As raízes da FLXIII, a sua perspectiva *social*, se encontram num período bem anterior a sua origem, como parte das reformulações teológicas da Igreja Católica. A questão social já era um debate dos católicos ainda no século XIX, quando, em 1891, a Encíclica Rerum Novarum apresentava algumas das postulações do que viria a se chamar Doutrina Social Eclesiástica. Basicamente, a orientação aos católicos era de aproximar-se do trabalhador, do seu modo de vida e seus dilemas cotidianos. Assim afirmava:

Efectivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito (15 de Maio de 1891, [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html) , acessado em 07/02/2014).

As consequências da industrialização eram tomadas com grande cautela, pois, ao mesmo tempo em que trazia avanços tecnológicos impressionantes, também forjava um modo de vida urbano que trazia problemas para a ordem dos princípios católicos. Além disso, a ampliação dramática da desigualdade social havia ameaçado a estabilidade dos governos e da própria Igreja Católica. Esta “corrupção de costumes” afligia o alto escalão católico, que resumia seu discurso, não apenas ao seu temor em torno da polarização patrão x operário, mas também às formas liberais de organizar a vida, que cada vez mais se afastavam das postulações tradicionais católicas.

O Bispo Dom Jaime, grande referência católica nos altos escalões de poder, dedicava-se a questão das favelas no Rio de Janeiro e liderou essa discussão teológica de “recatolização”. Fez parte, inclusive, da junta interministerial do Governo Gaspar Dutra que debateu alternativas para a questão das favelas (VALLA, 1986). Seguindo a Doutrina Social Eclesiástica, lançou o Manifesto do Episcopado (1945). Assim apontava: “os salários injustos eram devidos à cobiça de lucros excessivos”. E avisava que “a elevação do proletariado, na sociedade contemporânea, é, sem dúvida, a grande cruzada dos tempos atuais” (REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA, 1945, p. 709). Sua perspectiva assumia que havia uma mudança fundamental na sociedade, em que a propulsão política e cultural do proletariado era incontornável, de modo que o capitalismo deveria ser humanizado através dos trabalhos sociais.

Dom Jaime estabelecia dois parâmetros essenciais para lidar com os dilemas sociais que ocorriam nas favelas do Rio de Janeiro: a necessidade de restabelecer a recatolização, a moralização do modo de vida dos favelados e o combate franco aos comunistas. Sua cruzada social nas favelas buscava a readaptação do ideal de modernidade e progresso que se propagava com tanta força no período, adquirindo uma conotação explicitamente moral e política quando assumia a intenção de expandir a cidadania aos favelados.

O anticomunismo também era uma das forças criadoras da FLXIII. A ideia de subir aos morros antes que os “vermelhos” o fizessem era mais do que uma expectativa, mas algo que já estava em andamento. Em documento enviado do Palácio do Catete a Dom Jaime, nota-se que a tarefa a ser executada pelo ideólogo da FLXIII era barrar os comunistas a qualquer custo. Expressava o sentimento de incerteza perante o crescimento de influência dos comunistas diante do contexto de democratização, aberto a partir de 1945:

Tenho pensado muito em vossa eminência nestes últimos dias. Não desejei, porém interromper para uma palestra o tempo de vossa eminência, devotado a tão alto ministério. O assunto, porém, é de relevância. No domingo, realizam-se as primeiras eleições municipais, no estado do Rio de Janeiro. Não estou interessado em política partidária, nem escreveria a vossa eminência, mesmo que o estivesse. Trata-se, porém, de fato que transcende do pleno partidário para se projetar no plano social. Os comunistas estão organizando o que chamam ‘O Cinturão Vermelho’ em torno do Distrito Federal. Querem tomar conta das prefeituras de Petrópolis, Duque de Caxias, Nilópolis, São Gonçalo, etc...etc. É candidato na primeira delas Dr Yedo Fiúza. Os Partidos estão entrando em acordo com os comunistas. Parece-me que não é lícito a um católico votar em candidatos bafejados pelos comunistas. Há necessidade de uma palavra de advertência. E só quem tenha autoridade, pode dá-la (...) O senhor presidente da república reconhece a minha iniciativa. As primeiras eleições – repito – são no domingo, em Petrópolis. Há candidatos comunistas, aliados dos comunistas e candidatos sem ligações com eles. Parece lícita uma boa escolha por partidos católicos. Urge pois, uma orientação que estará nas mãos da Igreja. Creia vossa eminência na minha admiração e na minha confiança de Brasileiro. José Pereira Lima. (Documento Confidencial – Palácio do Catete. 26/10/1947, Documento pertencente à Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Caixa 40/ série – Pasta temática PT apud ROBAINA, 2012).

É importante lembrar que havia diversas abordagens sobre a questão social dentro da Igreja Católica. A Cruzada São Sebastião, por exemplo, fundada em 1955, tinha algumas nuances diferentes, apesar de exercer intervenções em comum com a FLXIII (VALLA, 2005). Assim como havia outros setores menos institucionalizados, que buscavam formas alternativas de trabalho de base nas favelas. No entanto, quando se refere à Fundação Leão XIII, era o referencial teológico e político de Dom Jaime, aquele responsável por forjar as bases da entidade.

Este modelo de ação social moralizante e anticomunista de Dom Jaime unificou clérigos e leigos de notoriedade nacional e estadual em torno de um então novo plano de resolução, do que consideravam o “problema” das favelas. Dom Jaime, articulou junto ao Governo Federal as bases legais para o surgimento da entidade, sendo promulgado o Decreto Presidencial nº 22.498, de 22 de janeiro de 1947, que garantia à Prefeitura do Rio de Janeiro a possibilidade de criação da FLXIII.

A entidade surgia propondo superar as intervenções isoladas, que não se estruturavam em planejamento e a orientação espiritual adequada. Sua proposta para as favelas era assim definida:

Não adiantam certas soluções simplistas, daqueles que julgam que só se podem acabar com as favelas do Rio de Janeiro, enviando-se todos os favelados para o campo, nem muito menos podem ser levados em consideração as opiniões dos que se referem às famílias que a desgraça levou para a vida miserável dos barracos dos nossos morros, subestimando o seu valor humano e sua condição cristã de irmãos nossos que devemos amar, de saúde, educação, casos sociais, problemas de família (registro dos filhos, casamento, etc.) (Morros



e Favelas – Como trabalha a Fundação Leão XIII: Notas e relatórios de 1947 a 1954. 1955, p.7)

A humanização dos favelados era afirmada, contrariando as tendências anteriores que os consideravam portadores de uma barbárie endêmica. Educação, moral cristã, saúde e assistência social seriam os atributos necessários para solucionar as desventuras na favela causadas pela miséria humana que então se alastrava.

Este discurso coesionou parte importante dos setores dirigentes da classe dominante, agrupando em torno da FLXIII expressivos apoiadores. A começar pela sua relação com o Estado. É sintomático que, apesar do seu aspecto civil, de entidade católica, é a partir do aval do Estado que a FLXIII inicia os seus trabalhos. Obteve, aliás, um apoio em âmbito federal e da capital nacional, o que relegava a entidade a condição de prioridade absoluta dentro do poder executivo, no que se referia à implementação de políticas públicas nas favelas.

Assim, “(...) mobilizará apoio junto às forças armadas (transportes e serviços de alimentação), paróquias e obras paroquiais (Vicentinos, irmãs de caridade etc), clubes esportivos (infraestrutura de esporte e lazer), Serviço de Alimentação da Previdência (merenda escolar) etc” (CARVALHO & IAMAMOTO, 2014, p. 299). Nos seus empreendimentos imobiliários voltados aos favelados contará ainda com parcerias junto à Fundação Casa Popular e os Institutos de Assistências e Pensões (VALLA, 1986; VALLADARES, 2005).

Era, nesse sentido, uma instituição privada desfrutando de certa autonomia, contudo funcionaria em permanente relação com a burocracia governamental, sob a sua fiscalização e subvencionamento material. Mais à frente discutirei a sua condição jurídica, que defino enquanto autarquia *sui generis*, mas por enquanto ressalto apenas esta dubiedade de sua condição institucional. Afinal, seu corpo de direção era uma junta, composta por um representante da Ação Social Arquidiocesana, um do Abrigo Cristo Redentor<sup>23</sup> e um membro da prefeitura do Distrito Federal, no entanto, no seu documento de criação não há a definição de autarquia.

O financiamento era garantido por subvenções da prefeitura e União, doações públicas de outras instituições, mas também de particulares. Esta configuração mostra o

---

<sup>23</sup> “O Abrigo do Cristo Redentor é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos e de utilidade pública reconhecida pelo governo Federal, Estadual e Municipal. Sua organização foi idealizada há 75 anos por Raphael Levy Miranda, o Apóstolo da Assistência Social no Brasil” (<http://www.abrigodocristoredentor.com.br/> acessado em 25/01/2014).

quanto a FLXIII surgia como parte crucial de um projeto de ação nacional e local para as favelas do Rio de Janeiro, que agrupava União, Prefeitura do Rio de Janeiro e entidades privadas com amplo apoio da grande mídia.

A FLXIII representava, portanto, a repactuação, ainda que sujeita a diversas tensões, entre o bloco de poder dominante, que colocava os católicos como intermediadores prioritários do Estado nas ações públicas sobre as favelas. No entanto, havia quem contestasse, entre os setores conservadores, a legitimidade da Fundação. No jornal *A Cruz*, no artigo “Mentiras contra a Igreja” este descontentamento em relação aos rumores sobre a Fundação era bem explícito:

A Fundação Leão XIII, por exemplo, justamente porque tem méritos incontestáveis, é vítima de frequentes alusões desairosas, quando não insustentáveis aleivosias, em discurso e artigos. (...) Pois visitem a Fundação Leão XIII vejam e examinem, para não julgarem com a cabeça alheia... (...) asseveram que a Igreja havia excomungado quem votasse no atual Presidente da República (p. 2, 24/10/1954).

Tamanho apoio, contudo, não foi unânime. Entre os setores mais conservadores, por exemplo, havia o receio de que a entidade estivesse a serviço da consolidação e até da proliferação das favelas. Exigiam uma política urbana de remoção sumária, como fica evidente a seguir:

(...) depois que mal orientado sentimento de caridade gerou uma Fundação Leão XIII que pode ser ditada por objetivos muito sadios, mas que, praticamente, não tem feito senão estimular a corrente de vadios, que diariamente afluem para esta cidade, aumentando numa rapidez inquietante, a extensão das favelas (...) (Diário carioca; 08/07/1947, p. 7).

Quase um ano depois, o mesmo jornal ainda aponta a Fundação como meio de atrair camponeses pobres:

Ora essa, para não morrer de fome, vêm para as cidades. Vende a enxada como ferro velho e compra a um intrujão o direito de fazer um barraco em qualquer favela. No dia seguinte a Fundação Leão XIII os abençoa. Ensina-lhes o catecismo. E eles vão vivendo na paz do Senhor, até que a doença e a fome os leve para melhor... (p. 8; 07/04/1948; Diário Carioca).

Adiante apresentarei mais detidamente como as críticas à entidade se deram de acordo com as suas frentes de atuação. Mas o relato acima revela que, apesar da forte base de apoio conservadora, a Leão XIII estava sujeita a pressões por uma postura ainda mais autoritária e remocionista sobre os favelados. Além disso, a entidade sofreu críticas

dos setores de esquerda, principalmente os comunistas, que exigiam o fim das práticas autoritárias da entidade.

Por outro lado, era notório o quanto havia coesão, tanto católica, quanto do poder público, em torno da FLXIII. Assim era recebida a notícia de sua criação:

Formulamos votos essa (sic) fundação, quando dispuser de amplos recursos, faça face ao problema social das favelas, não apenas assistindo talvez superficialmente os que lá vivem, mas arrancando do coração da cidade, devolvendo milhares de famílias que secularmente as habitam ao convívio de nosso meio social (jornal A Cruz, 29 de janeiro, 1947).

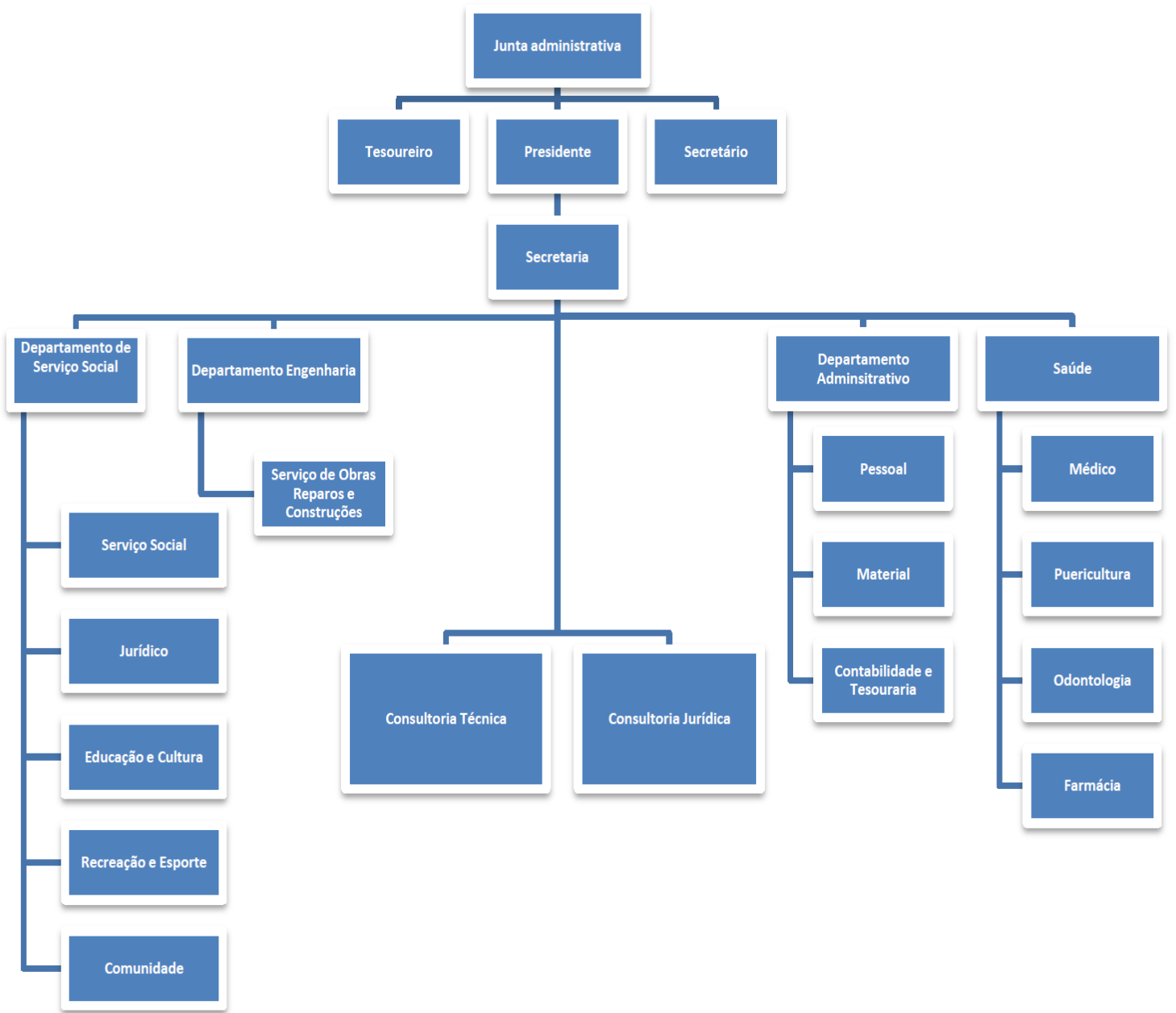
Mostrando a necessidade de articulação entre a Igreja Católica, através da FLXIII, e o Estado, o jornal A Cruz, saudava tal parceria como uma nova forma de lidar com o *problema das favelas*, tecendo elogios ao então responsável ao governo,

(...) É chegado o tempo de os homens públicos encararem os problemas de sua alçada com espírito de objetividade e visão de futuro. Passou a época do imediatismo. Tem o Sr. Prefeito uma página rica de serviços prestados ao país e à sua capital. Ostenta títulos, pois capazes de fundamentar no povo esperanças razoáveis relativamente à extinção deste cancro que nos acabrunha – a vergonha das favelas (idem).

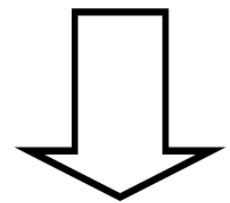
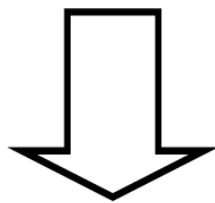
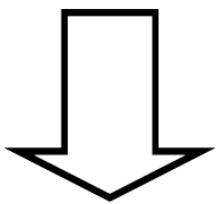
Curiosamente, no mesmo jornal, é apresentado um trecho do Estatuto da FLXIII e, logo na reportagem acima, há a denúncia contra os comunistas que se infiltravam na Igreja Católica italiana. Dizia: “milhares de comunistas aderiram à Igreja”, o que seria similar à “(...) tentativa de infiltrar-se no *Labour Party*, da Inglaterra, ou a unificação dos partidos socialistas, sob a sua égide de Stálin, como fizeram na Alemanha ocupada” (Jornal A Cruz, 23/02/1947). O contexto da Guerra Fria era uma forte influência sobre o Brasil, unindo os setores conservadores em torno do anticomunismo. Os católicos, na figura da FLXIII, também assumiam como tarefa extirpar o comunismo das favelas, ganhando assim a simpatia da classe média conservadora e da classe dominante.

A FLXIII surgia como entidade capaz de realizar a solução moral e material dos favelados mediante a execução de ações sociais. A precariedade das favelas deveria ser equacionada com as suas ações sociais, mas a moralização também deveria reabilitar aqueles habitantes para um modelo de vida católico, adequado à ordem capitalista. Um complexo aparato administrativo foi arquitetado, de modo que a Igreja Católica pudesse explorar sua capilaridade civil nas favelas, mas estivesse, ao mesmo tempo, alinhada as necessidades políticas e econômicas apontadas pelo poder público, no que se refere à realização de políticas públicas. Abaixo é possível observar esta complexidade no modo de gestão, bem diferenciado para os padrões da época.





# INTERVENÇÃO NAS FAVELAS



Organograma 1. Estrutura administrativa da Fundação Leão XIII

Os quatro departamentos, Serviço Social, Administrativo, Engenharia e Saúde, desdobravam-se em ações sociais de diversos âmbitos, tornando-se uma entidade de proporções gigantescas e grande capacidade de intervenção, chegando a intervir em 33 favelas do Rio de Janeiro. Eram assim divididos os setores: Serviço social, jurídico (documentação de identificação civil, certidão de nascimento, casamento civil, orientações sobre questões habitacionais), educação e cultura (escolas, cursos, palestras, teatro), recreação e esporte (olimpíadas, festas, organizações cívicas), comunidade (controle sobre as moradias no que se referia a reformas e construções; fiscalização sobre a organização política local, principalmente as associações de moradia), urbanismo (obras e reformas de infraestrutura) e saúde (posto médico, ações preventivas, lactário, dentista e farmácia).

Neste complexo administrativo os Centros de Ação Social (CAS) eram a frente fundamental de intervenção, ou seja, os locais onde estas ações sociais eram realizadas no coração das favelas. Cabe ressaltar, que já em 1946, antes da FLXIII, 12 CAS eram inaugurados, sendo reconhecidos como as “pedras fundamentais” das ações nas favelas (CARVALHO & IAMAMOTO, 2014), mas será a partir da sua incorporação à FLXIII, que seus trabalhos sociais ganhariam amplitude realmente de destaque nas políticas públicas do Distrito Federal. A seguir um panorama sobre as suas atividades sociais:

Nas favelas onde trabalha a Fundação Leão XIII, há no Centro Social, um serviço médico cuja extensão varia com o tamanho da favela. No Cantagalo, o Centro tem dois médicos, embora não muito assíduos, uma enfermeira, de tempo integral, e 5 visitadoras. Os médicos encaminham ao posto clínico geral e aos serviços médicos já articulados com a Fundação. O centro tem telefone e o serviço é equipado com uma padiola. Para os casos urgentes, chamam o pronto socorro do —Miguel Coutol. No São Carlos, para uma população de 28.000 favelados, só há o centro da Fundação e, em caso de urgência o pronto socorro do Hospital Souza Aguiar. Na Rocinha, o serviço médico tem lactário e farmácia; possui dois clínicos, um pediatra, dois dentistas, duas enfermeiras, uma dentista, dois auxiliares de dentista e um responsável pela farmácia. Esse serviço médico atende a mais ou menos 15.000 pessoas, correspondendo às 3.000 famílias matriculadas no Centro. (Relatório SAGMACS, 1960, p.25).

No primeiro momento da FXLIII foram criados os seguintes CAS e Agências Sociais Provisórias: Centro de Ação Social 1, Cardeal Jaime Câmara (Barreira do Vasco); Centro de Ação Social 2, Presidente Eurico Gaspar Dutral (Morro de São Carlos); Centro de Ação Social 3, Carmela Dutra (Morro do Jacarezinho); Centro de Ação Social 4, Oswaldo Cruz (Morro dos Telégrafos); Centro de Ação Social 5, Padre Anchieta (Morro do Salgueiro); Centro de Ação Social 6, São José (Rocinha); Agência

Social Provisória 1, Ana Nery (Praia do Pinto); Agência Social Provisória 2, Machado de Assis (Cantagalo).

Interessante observar que os locais onde se originaram as intervenções da Fundação tinham como característica acentuada mobilização dos favelados. Por exemplo, dentre as favelas acima assinaladas havia Comitês Populares Democráticos na Barreira do Vasco, São Carlos, Jacarezinho e Cantagalo. Além disso, em todos os outros casos havia organização de lideranças locais, que entravam em choque com as diretrizes dos governos na luta contra remoções e por melhores condições de habitação. A pressão do capital imobiliário também era um fator importante, pois a presença da Fundação em determinada favela era também a promessa de que haveria a remoção completa dos moradores, abrindo caminho para construções de luxo visando o mercado imobiliário. Como aconteceu, por exemplo, com a Praia do Pinto.

Contraditoriamente, ao mesmo tempo, em que se buscava se aproximar dos favelados, estabelecendo relações a partir da territorialidade da favela, a arquitetura dos CAS revelava os limites e intenções da entidade. Os CAS eram construções, em sua maioria, de madeira, a despeito da necessidade de uma estrutura mais resistente em função da topografia dos morros. Essa sutil característica mostra a tensão que a entidade sofria para não “incentivar” a favelização com os seus trabalhos sociais, ou seja, o caráter provisório de uma construção em madeira dos seus CAS era a expressão da sua visão de que o remocionismo era uma forma ainda importante de urbanizar a cidade, um remédio amargo que deveria ser considerado em boa parte de suas intervenções. Por exemplo, a demolição do Morro do Santo Antônio, realizada em parceria com a Prefeitura do Distrito Federal, durante a década de 1950, que resultou na remoção de quinhentas famílias.

Desta forma, a concepção de política pública não era mais de ações de fora para dentro realizadas esporadicamente, ou mesmo, buscando levar os favelados para as localidades formais da cidade fora das favelas para ter seus direitos atendidos. A FLXIII instaurava na própria favela um conjunto de serviços sociais e ações de convencimento e controle político-cultural. Assim afirmava:

Uma das características da Fundação é que ela não age à distancia, mas instala suas tendas de campanha em cima do morro, no meio dos favelados, a quem não poderá deixar de infundir confiança com essa conduta de absoluta lealdade aos seus objetivos de assistência social, que implica estreito contato como os assistidos, solidariedade, esforço de compreensão! (FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1950, p. 9).

Era com esta partilha do território, comungando da vivência cotidiana, produzida através do CAS, que os projetos sociais da FLXIII teriam a possibilidade de conquistar a “lealdade” dos favelados.

Um elemento importante é que a noção predominante de que as favelas eram apenas o “esgoto moral da sociedade” era reavaliada pela entidade, estabelecendo uma concepção salvacionista, no entanto, sem perder a visão pejorativa sobre os favelados. A necessidade de acabar com a favela ainda era reconhecida como uma urgência, mas os métodos eram revistos pela entidade.

Seus princípios eram assim descritos:

Antes de tudo, é preciso compreender os favelados, ganhar-lhes a confiança presta-lhe serviço, desinteressadamente, isto é, sem nenhum outro intuito que não seja o de lhes fazer o bem, e isto não se efetiva senão convivendo com eles, participando de suas ansiedades, lá no seio das favelas, tornando-se amigo deles e lhes apontando caminhos novos para sua vida, atribulada... Antes de tudo ganhar confiança dos favelados na base da educação social, com um seguro critério de sinceridade (...) estabelecer no coração das favelas um Centro Social, que atenda às necessidades de saúde, educação... Tomar contato com o povo prestar-lhe serviços, “convencer” pela dedicação, até ganhar palmo a palmo a confiança da família... E, quando já houver um ambiente de sadio entrosamento dos “trabalhadores sociais” com os moradores das favelas será possível fazer-se um “dossiê” verídico de cada favela cuja condição conhecida indicará os rumos que se devem dar à solução do problema que se quer resolver (Fundação Leão XIII, 1955).

Esta relação de “confiança” buscada pela entidade era o passo fundamental, sinalizando que, provavelmente, não havia uma boa visão dos moradores perante estas intervenções. A ameaça de despejo, a truculência policial, a miséria, o preconceito eram mazelas com as quais o favelado convivia cotidianamente, causando desconfiança perante as intervenções do poder público. Assim, estabelecer a confiança significava efetivar a “educação social” enquanto instrumento de intervenção pública nas favelas, de modo que os funcionários da Leão XIII e moradores das favelas agissem em conjunto.

Mesmo a Igreja Católica enfrentava resistências, por isso, a ênfase tão nítida na necessidade de desenvolver um convívio com os favelados antes de qualquer proposta para a localidade. Esta “educação social” deveria mobilizar o favelado para a perspectiva de mudança, de abertura à FLXIII, permitindo o desenvolvimento dos trabalhos sociais. Era a formação de uma legitimidade da entidade enquanto mediadora principal dos favelados perante o Estado, de maneira que suas indicações fossem abraçadas pelos moradores como orientações intelectuais e morais.



O “dossiê” a que a entidade se refere eram os censos que desenvolvia, formando um refinado banco de dados a partir do cadastramento dos moradores. Eram realizados por seus assistentes sociais, traçando assim o perfil de cada favela. A FLXIII realizou censo das favelas da Barreira do Vasco, Morro de São Carlos, Jacarezinho, Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, Praia do Pinto e Areinha. O censo de 1947-1948 sobre as favelas do Jacarezinho e São Carlos foram de grande profundidade, sendo, inclusive, considerados nos estudos do censo de favelas do IBGE, de 1950 (IBGE, 1950, p. 13).

Assim, compreendiam mais claramente as demandas, a forma de mobilização local e as possibilidades de intervenção. Produziu um rico estudo sobre as favelas com informações tais como sexo, idade, renda, problemas domésticos, saúde, nível educacional, origem da família (FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1955).

Deste modo, havia a racionalização da intervenção da Leão XIII era sistematicamente racionalizada, utilizando o levantamento científico de dados sobre os favelados como meio de compreensão das relações de territorialidade. Estas informações deveriam nortear os seus trabalhos, sem abrir mão das apreciações religiosas católicas. Além disso, o método higienista dedicado apenas ao remocionismo e a assepsia social era reconfigurado, contudo, sem perder estes traços por completo, como mostrarei ao longo da tese. A educação aliada ao Serviço Social deveria ser o eixo fundamental a interligar todas as ações sociais, forjando uma mobilização cooperativa entre moradores e entidade, conseqüentemente, também com o governo. Desta proposta institucional, o CAS era a instância que deveria estabelecer este contato local direto. De acordo com o seu estatuto de fundação:

Os Centros e Agências de Ação Social são a célula mater de todo trabalho social a ser feito nas favelas, antes, durante e depois de sua extinção, acompanhando as famílias, estudando-as, educando-as, sobretudo para uma vida melhor, o que, entretanto, leva alguns anos até ser conseguido. (Estatuto Leão XIII, 1947).

Se antes, as iniciativas dos Parques Proletários, restritas a poucas unidades, ofereciam espaços meticulosamente projetados para o controle dos favelados fora das favelas, a partir da FLXIII, a postura era de ações permanentes desenvolvidas junto aos moradores através dos seus “trabalhadores sociais” nas próprias favelas. Havia, portanto, a intenção da entidade de estudar e educar as famílias como parte de um mesmo processo, incentivando um comunitarismo que se realizasse sob suas diretrizes. A partir do relato da assistente social e diretora do setor de Serviço Social da FLXIII, Maria Luiza Moniz de Aragão, no seu relato apresentado ao I Congresso de Serviço

social (1947), é possível observar o que era esta a noção de comunitarismo incentivada aos favelados:

Paralelamente ao Centro de Ação Social, porém, supervisionado por ele, pretendemos fundar uma agremiação capaz de congregar todos que vivem em torno do CAS, e de lhes proporcionar a oportunidade de participarem ativamente da direção de uma obra destinada ao bem comum: essa obra será a associação de moradores da favela. Sua atividade principal será cuidar do bem estar coletivo, organizando em colaboração com o CAS, campanhas educativas, financeiras, inquéritos etc, a fim de conhecer e resolver problemas inerentes à população de que fazem parte (ARAGÃO, 1947, p. 268).

Como se pode observar, era parte do objetivo pedagógico da FLXIII instituir associações de moradores que estivessem alinhadas aos trabalhos do CAS. Por isso, tendo em vista esta relação entre a instituição e as formas de organizações civis locais das favelas, discordo da afirmação de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho quando afirmam que o CAS, quando incorporado à FLXIII, “não se diferencia em seu conteúdo das experiências anteriores, destacando-se mais pelo âmbito de atuação e amplitude do apoio oficial que mobiliza” (2014, p. 299). Ao contrário, esta forma de lidar com as organizações civis, no desenvolver das políticas públicas, era um diferencial crucial, um remodelamento da dialética coerção e consenso nas favelas. Esse ponto de inflexão na maneira de intervir repactuava as políticas públicas dentro das regras do jogo democrático.

A ênfase dada à questão de participar ativamente dos projetos da FLXIII, forjando assim um “bem comum”, inseria a questão da cidadania, de forma diferenciada, a partir da agência dos moradores locais, no entanto, sob rígida fiscalização do CAS.

A legitimidade da FLXIII ainda deveria ser conquistada, o que mostra as dificuldades que enfrentava perante outras organizações civis que se atuavam nas favelas e ameaçavam o predomínio da entidade. Aqui a assistente social expressa seu incômodo perante estas outras organizações, no caso o PCB:

Outras pessoas e outras Obras, entretanto, sentindo que o advento da Fundação Leão XIII representa para as suas pretensões uma perda de terreno que pretendiam conquistar para fins inconfessáveis, têm buscado por todos os meios e modos sabotar-lhe o trabalho. Destaca-se nesse mister o Partido Comunista do Brasil, que por meio de seus jornais, já por 3 ou 4 vezes tem procurado intrigar a FUNDAÇÃO e seus dirigentes com as populações das favelas. Tais tentativas não encontram ressonância, porém, entre as populações que têm sido atingidas pela atuação sincera e leal de nossos centros. Prova disso foi o insucesso que coroou a pretensão dos comunistas de fundar uma célula (A união Feminina da Barreira do Vasco) nas vizinhanças mesmo do CAS. Realizaram apenas uma única reunião, e assim mesmo sob a capa de obter banha em quantidade por preço barato para a população. Essa célula abortou nessa mesma reunião (ARAGÃO, 1947).

Mais do que discutir o êxito ou não dos comunistas na Barreira do Vasco e o grau de veracidade do depoimento de Maria Luiza Aragão, pode-se observar que, no mínimo, os comunistas eram rivais cotidianos da FLXIII. Esta rivalidade denotava a relação de disputa que se travava na sociedade civil, em que as formas de convencimento ganhavam destaque, assim como a educação enquanto direito social. Fazendo parte do estabelecimento da hegemonia, em particular nas favelas. Para a Leão XIII, educar passava por propagar os ideais de que as melhorias sociais e até a cidadania como um todo seriam conquistadas mediante esta união entre moradores e entidade.

No trecho a seguir é exposto o quanto a “educação” é formulada como um mecanismo de proteger o favelado das idéias subversivas, que corrompiam seu caráter, assim como os desvios morais do crime. Assim afirmava a FLXIII:

Pois estamos certos de que o “problema da favela” é eminentemente o problema da falta de educação. Doenças, analfabetismo, ideologias exóticas, crimes, contravenções, prostituições, etc., são males de um povo que vem vivendo, anos a fio, sem o benefício de uma palavra esclarecedora e amiga, que só a escola, na sua mais alta concepção, pode dar (Fundação Leão XIII, 1955, p.31).

A prioridade da educação como meio de resolver o “problema” favela demonstra os princípios político-pedagógicos da FLXIII. A educação “salva”, assim como a religiosidade. Seria uma espécie de relação ambígua entre a racionalidade e o plano espiritual, que lastrearia sua visão de mundo. Seu apego à formação escolar, aos estudos estatísticos e a forma científica de intervir nas favelas casava-se com a perspectiva religiosa. A educação era, portanto, o caminho para a superação da ameaça comunista, dos políticos clientelistas que trocavam votos por melhorias nas favelas, das epidemias, crimes e todo tipo de imoralidade. Havia um programa político-pedagógico a ser construído para os favelados que possuía objetivos bem claros, que a escola deveria sistematizar e colocar em andamento com o apoio dos assistentes sociais.

O projeto educacional da Fundação era bem amplo, perpassando o âmbito escolar, assim como ações de cunho informal, mas que tinham grande capacidade pedagógica. Mais adiante farei uma análise aprofundada sobre os projetos educacionais, mas, por hora, darei um panorama sobre a estrutura educacional da entidade e suas perspectivas pedagógicas mais imediatas.

A FLXIII dava grande importância à educação infantil. Realizava intervenções a partir de escola Maternal (2 a 4 anos); Jardim de Infância (4 a 7 anos) e Ensino Primário (7 a 14 anos). A proposta político-pedagógica tinha suas especificidades como mostrarei

no próximo capítulo, contudo, havia uma relação estreita com a Prefeitura do Distrito Federal, em que a Fundação administrava escolas públicas e contribuía na formulação pedagógica da capital (IAMAMOTO, 2014). A Educação Profissional, chamada de Ensino Artesanal, ocorria em “oficinas de tecelagem, calçado, madeira, cerâmica, estofamento, encadernação e de outras atividades leves, adequadas à idade escolar” (SAGMACS, p. 32, 1960).

A FLXIII buscava segmentar a educação a partir do gênero, propondo uma educação profissionalizante para as mulheres em cursos de culinária, economia do lar, corte e costura e enfermeiras, enquanto que para os homens eram destinada formação para trabalhos de cunho industrial. Havia a noção na entidade de que as mulheres deveriam cumprir tarefas referentes ao âmbito familiar, enquanto dona de casa, ou em atividades que evocassem a postura maternal, de cuidar de pessoas. Por exemplo, a profissão de enfermagem. Já os homens deveriam ocupar postos de emprego na indústria, em geral, encaminhados ao SENAC.

A expectativa do exercício da cidadania, portanto, se apresentava no horizonte daqueles que se educassem contra os vícios, a imoralidade, a preguiça e todo o tipo de desvio atribuído aos favelados. A superação material e moral seria obra da educação.

De acordo com a Fundação:

A educação liberta o homem de si mesmo e o prepara para uma vida melhor. A educação deve abranger o Ensino Primário para todos, o Ensino Pré-vocacional para os menores de ambos os sexos, de 10 a 14 anos, o Ensino Doméstico para as moças e mães de família. Alfabetização de adultos para maiores de 14 anos. No plano propriamente de orientação moral, espiritual e cívica, se impõe um trabalho que atinja a todos: homens e mulheres, velhos e crianças, rapazes e moças. É preciso dar a essas populações o sentido moral da vida e criar-lhes o senso de responsabilidade, pois é espantosa a situação familiar que se encontra na favela: ao lado de uma família legalmente constituída, dezenas ou centenas de outras, completamente desmoralizadas, onde a responsabilidade masculina é nula, chegando ao máximo da inconsciência e do abuso (FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1955, p. 15).

A educação ministrada pela FLXIII era definida enquanto urgência para libertar o ser humano de seus próprios descaminhos morais e nos seus diversos cursos e palestras este era um tema transversal. Espiritualidade, civismo e moralidade se mesclavam numa postura político-pedagógica que buscava refundar a noção de família tradicional entre os favelados. A liberdade proporcionada pela educação seria consequência da conquista de um “senso de responsabilidade”. Apesar da humanização dos favelados no discurso da FLXIII, apresentado anteriormente, fica claro neste ponto que a responsabilidade pela situação de penúria residiria nos hábitos pervertidos dos próprios favelados.

## 2.2 Uma autarquia *sui generis* nas favelas

De acordo com a caracterização exposta anteriormente, a Leão XIII surgiu como entidade civil, na medida em que era fruto da mobilização do alto escalão da Igreja Católica, em particular na figura de Dom Jaime. No entanto, mantinha relação bem estreita com o Estado, visto que surgiu mediante as definições legais do Governo Federal (Decreto Presidencial nº 22.498-1947) e do Distrito Federal, tinha no seu corpo administrativo, inclusive, um membro permanente do governo do Distrito Federal, assim como executava ordenações de políticas públicas. Era, portanto, uma entidade civil católica com a peculiaridade de ter surgido pelo “alto”, tendo o Estado como um interventor na sua administração interna. Deveria, assim, exercer a tarefa de mediação nas favelas no processo de desenvolvimento de intervenções sociais.

Tamanha articulação do poder público e da Igreja Católica, como já afirmado, mostrava o quanto a FLXIII passaria a ter centralidade nas ações voltadas para as favelas, assim como os dilemas ligados a estes territórios passavam a ter cada vez mais centralidade nas disputas da sociedade civil. O decreto da prefeitura apontava o quanto a entidade teria todo o suporte político e material para desenvolver seus trabalhos, definindo suas atribuições legais e os apoios que receberia. Assim descrevia o decreto:

Art. 2º Para êsse fim, a Prefeitura do Distrito Federal concede àquela Fundação, mediante têrmo assinado na Secretaria Geral das Finanças, os imóveis, móveis e todo o aparelhamento dos "Centros de Ação Social" já instalados e a instalar. Art. 3º A Prefeitura do Distrito Federal consignará em seus orçamentos verba destinada á manutenção da Fundação de que trata êste Decreto, a qual será também custeada por subvenções do Govêrno da União e contribuições e donativos particulares (Site da Câmara Federal de Deputados - acessado em 24/01/2014).

Era garantida toda a estrutura para a entidade através da Prefeitura do Distrito Federal, mas ainda havia a possibilidade de doações da União e de particulares. Desfrutaria de considerável privilégio na ordenação de verbas públicas, mas se mantendo enquanto entidade civil. O controle sobre este financiamento e as políticas públicas desenvolvidas pela entidade eram garantidos, em parte, pelo método de organização que assegurava um assento da Prefeitura do Distrito Federal na sua direção, que, aliás, também era garantido ao brigo Cristo Redentor. Ocorria uma transformação na maneira de executar as políticas públicas nas favelas, não sendo mais realizadas diretamente pelo Estado, como antes, mas sim por uma entidade civil.

Por que o Estado abriu mão da intervenção direta nas favelas, utilizando a FLXIII como mediadora? Qual é o caráter desta entidade: pública ou privada? Quais são as implicações da sua estrutura administrativa na definição de suas práticas educacionais para os favelados? Estas questões serão debatidas nesta seção, de modo que seja possível ultrapassar o formalismo das aferições técnico-jurídicas sobre a FLXIII e se estabeleça os eixos da correlação política que sustentavam a entidade na realização de suas políticas públicas educacionais nas favelas.

Para iniciar esta discussão recorro ao parecer de Manuel Paulo Teles de Matos Filho, da Procuradoria do Distrito Federal, de 29 de novembro de 1949, que questionava a prestação de contas da FLXIII. Apesar do seu caráter conciso, o documento é muito elucidador, pois os questionamentos do procurador a respeito das prestações de contas da Fundação abriam a discussão sobre quais seriam as atribuições jurídicas da entidade, em especial suas obrigações contábeis. A partir deste conflito é possível compreender as contradições postas na sua definição jurídica e conseqüentemente nas suas atribuições legais, na medida em que se discutia em que grau a entidade seria pública.

O parecer do procurador Manuel Paulo cobrava da FLXIII uma postura mais transparente em relação à prestação dos seus dados contábeis. Num exercício de erudição jurídica o procurador evoca a legislação pública nacional e do Rio de Janeiro, assim como exemplos históricos que mostrariam que a FLXIII tinha por obrigação fazer o repasse de todas as informações necessárias sobre as suas transações administrativas. A tese do procurador era que a entidade era uma *autarquia*<sup>24</sup> e, por isso, sua condição jurídica a obrigaria a constantes informes sobre seus balanços financeiros, estando sujeita à reprovação de suas contas. A argumentação era assim apresentada:

Por decreto n.º 8.797, de 8 de fevereiro de 1947, o Prefeito assim cumpriu, compondo - art. 4.º - a primeira Junta Administrativa dessa Fundação. Mesmo na conformidade de seus Estatutos, o Conselho Fiscal de 3 membros - art. 8.0 - é designado pelo Prefeito, o que prova que embora pessoa jurídica de direito privado, ela o é, para certos efeitos, de direito público. A Fundação - letra k do art. 12 desses Estatutos - dá competência ao seu presidente para encaminhar ao Prefeito as contas e o relatório de sua gestão acompanhados do parecer do Conselho Fiscal. E esses Estatutos - art. 38, in fine - só poderão ser reformados mediante aprovação do Prefeito (Parecer da Procuradoria do Distrito Federal, 29 de novembro, autarquia, 1949).

---

<sup>24</sup> É aquela instituição ligada ao poder público, mas definida enquanto administração indireta, ou seja, gozando de certa autonomia. Tendo os seus diretores nomeados pelo poder executivo e como atribuição a administração própria.

Como se pode observar, o parecer faz questão de lembrar os deveres fiscais da FLXIII, que, em última instância, deveriam ser públicos. O fato da Prefeitura do Distrito Federal ter uma cadeira na direção da entidade seria a comprovação da sua condição de instituição pública, ainda que lhe fosse resguardada prerrogativas de entidade privada, afinal, no seu próprio decreto de criação era assinalada a obrigação de repassar os balanços fiscais à Prefeitura do Distrito Federal, podendo ou não ser aprovados pelo governo. Esta condição de ser uma entidade organização pública e privada definiria a sua condição de autarquia.

Evocando o art. 77, nº 2 da Constituição (1947), o procurador afirmava que cabia ao Tribunal de Contas da União avaliar a contabilidade das entidades autárquicas. Assim como a Lei Orgânica do Distrito Federal - art. 20 n.º 1 (ano), também atribuía ao Tribunal do Distrito Federal o dever de julgar e processar as contas produzidas pelos responsáveis pelas autarquias locais. Além disso, a lei nº 830, de 23 de setembro de 1949, no art. 139, também definiria a FLXIII como sujeita a fiscalização do Tribunal de Contas.

Após este resgate jurídico dos dispositivos legais que regiam as autarquias no Brasil, o parecer reafirma o caráter público da Leão XIII, e, de forma contundente, exige a abertura de suas contas o quanto antes. A resposta da entidade é anexada ao parecer deixando, sutilmente, explícita o quanto se sentia contrariada perante as exigências do procurador:

A Fundação Leão XIII - Serviço social dos morros e favelas da cidade do Rio de Janeiro - vem dizer, por ofício. que, dentro de seu expediente normal, poderão os contadores dêste Tribunal comparecer à sua sede e proceder tomada de contas na forma do que foi resolvido pelo mesmo Tribunal. Acrescenta que é com especial agrado que recebe a oportunidade de prestá-las, sendo que as despesas por ela realizadas, até agora, em sua totalidade, foram por conta da subvenção oficial que lhe deu a Prefeitura. E declara textualmente: “Ao mesmo passo que nos apraz poder demonstrar como vêm sendo aplicadas verbas a nós entregues com destinação especial, permitam-nos declarar, na qualidade de representantes de uma instituição de natureza privada, que a aquiescência à verificação de contas originárias de dinheiros subvencionados não envolve, de nossa parte, o esquecimento da natureza jurídica da Fundação, nem das linhas do direito comum que nos asseguram os Estatutos e os decretos de autorização baixados pelo Poder Executivo (Parecer da Procuradoria do Distrito Federal, 29 de novembro, autarquia, 1949).

Apesar da polidez da resposta da FLXIII, este trecho é interessante, já que, sua boa vontade de abrir suas contas à aferição do Tribunal de Contas, é acompanhada da

reafirmação de que seria uma entidade privada. Portanto, o não encaminhamento de suas contas seria algo legal, ainda que estivesse disposta a colaborar com o procurador abrindo suas contas.

A resposta do promotor é bem direta:

No uso desta atribuição o Tribunal não faz mais do que o seu dever. Exerce um direito. (...) Também ao Tribunal não interessa indagar do juízo que de si mesma porventura faça a Fundação. O que lhe interessa, antes de tudo, é a obediência aos preceitos da lei, contra a qual não se dita o direito. É o que, data vênica, entende a Procuradoria, que aqui se reporta ao seu Parecer anterior junto ao processo (Procuradoria, Manuel Paulo Teles de Matos Filho, 29 de novembro de 1949).

O parecer ignora a autodefinição da FLXIII e exige a aplicação da lei, que seria a prestação de contas o quanto antes ao Tribunal de Contas. Este breve parecer é instigador, pois ele escancara a dubiedade jurídica da entidade, pois no decreto de criação da FLXIII não era mencionada a sua condição de autarquia, apenas a definindo enquanto “fundação”, sem maiores detalhamentos. Tornando as atribuições da entidade um debate acalorado entre os seus defensores e opositores, principalmente no que se refere à prestação de contas.

A pressão do procurador surtiu efeito e, logo, a ata do Conselho Fiscal da FLXIII, do dia 24 de fevereiro de 1950, era publicada no Jornal A Manhã, no dia 16/04/1950. O discurso referia-se à prestação de contas como idônea, exaltando os seus trabalhos sociais nas favelas, mas, por outro lado, criticava a quantidade alta de gastos com pessoal, que chegava a 57,25%: “(...) observa-se um fenômeno a primeira vista chocante, em relação às despesas com pessoal. Apesar de justificadas essas despesas, elas nos parecem elevadas” (Jornal A Manhã, p. 8). O documento apontava que a realização do censo nas favelas era custosa, mas necessária para o devido planejamento das ações da entidade.



# FUNDAÇÃO LEÃO XIII

**BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1949**

## A T I V O

Imóveis .....	4.090.858,00
Móveis para escritórios .....	234.610,70
Móveis não classificados .....	308.622,00
Instalações para escritórios .....	17.331,50
Instalações não classificadas .....	74.369,30
Máquinas para escritório .....	205.555,00
Máquinas para indústria .....	14.759,00
Máquinas não classificadas .....	135.692,70
Automóveis .....	163.730,00
Construções em andamento .....	787.140,80
Cauções .....	520,00
<b>Total das inversões em 31-12-49 .....</b>	<b>6.033.249,00</b>

Caixa .....	17.479,10
Banco da Prefeitura .....	479.390,70
Devedores (Caixas pequenas dos setores) .....	10.100,00
Almoxarifado do Departamento de Saúde .....	62.113,40

## P A S S I V O

Patrimônio .....	5.033.445,70
Reserva .....	410.950,00
Depreciações .....	754.000,00
Fornecedores .....	362.714,00
I. A. P. C. ....	41.231,50
	6.602.341,20
	6.602.341,20

Monsenhor José Távora, Presidente; Raphael Levy Miranda, Tesoureiro; Herbert Kühne, Contador. Reg. CRC-6216.

Confere com o original: Fundação Leão XIII — Mario Sombra, Dir. Adm.

## BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1949

### MOVIMENTO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 1949

#### RECEBIMENTOS

	8.000.000,00
	30.274,80
Subvenções da Prefeitura	
Outras rendas	
Movimento do Ativo	
Caixa — saldo em 1-1-49 .....	230.356,40
saldo em 31-12-49 .....	17.479,10
	212.877,30
Banco da Prefeitura —	
saldo em 1-1-49 .....	548.026,70
saldo em 31-12-49 .....	479.390,70
	66.627,00
Devedores —	
saldo em 1-1-49 .....	27.500,00
saldo em 31-12-49 .....	10.100,00
	17.400,00
Movimento do Passivo	
Fornecedores —	
saldo em 1-1-49 .....	223.296,40
saldo em 31-12-49 .....	362.714,00
	139.417,80
I. A. P. C. —	
saldo em 1-1-49 .....	41.148,00
saldo em 31-12-49 .....	41.231,50
	83,50

#### APLICAÇÕES

Imóveis, Móveis, Máquinas e Veículos .....	199.387,70
Construções em andamento .....	968.421,10
Gastos — Despesas .....	7.123.833,30
Impostos .....	29.847,10
Auxílios e Donativos .....	138.447,00
Movimento do Ativo	
Almoxarifado do Departamento de saude —	
saldo em 1-1-49 .....	53.472,40
saldo em 31-12-49 .....	62.113,40
	8.641,00
	8.468.680,20
	8.468.680,20

Monsenhor José Távora, Presidente; Raphael Levy Miranda, Tesoureiro; Herbert Kühne, Contador. Reg. CRC-6216.

Confere com o original: Fundação Leão XIII — Mario Sombra, Dir. Adm.

Também era observado na ata que os favelados, de acordo com o Censo da FLXIII, em sua maioria eram contribuintes de Institutos de Caixa e Aposentadorias, além de outras entidades autárquicas. Os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) teria fechado a construção de 200 moradias populares na Barreira do Vasco, o que era visto da seguinte forma: “(...) é evidente que, sem o concurso de todas as entidades concursadas, inclusive as de caráter privado. O problema não poderá ser resolvido e não resolvê-lo é agravá-lo, considerando que as dificuldades só tendem a aumentar” (Jornal A Manhã, 1950, p. 8).

A FLXIII se propunha a organizar uma coalizão de entidades autárquicas e privadas para solucionar o problema das favelas. Agradecia aos préstimos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do SAPs, ao Ministério do Trabalho e Agricultura e às entidades privadas que a auxiliaram garantindo doações ou mercadorias a preços módicos.

Curiosamente, a FLXIII cobrava maior contato junto à Prefeitura do Distrito Federal, afirmando, inclusive, que houvesse “maior colaboração e até dependência ou obediência ao órgão oficial da Prefeitura” (Jornal A Manhã, 1950, p. 8). Apesar disso, há um agradecimento à prefeitura, mas a afirmação que a ajuda financeira da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, de dez milhões de cruzeiros, era insuficiente (idem).

As divergências sobre qual seria a figura jurídica da FLXIII, assim como as indicações da entidade na sua ata do Conselho Fiscal, mostram o quanto as suas obrigações públicas eram um tema polêmico. Isso significava delimitar formas de financiamento, as suas atribuições e o nível de prestação de contas que deveria ser dada ao poder público. Pensando a FLXIII como um aparelho privado de hegemonia, creio, que esta discussão escancara a relação ampliada do Estado sobre as favelas, ou seja, revela as mediações entre Estado e sociedade civil no contexto das favelas.

Por ser uma entidade forjada a partir do alto escalão governamental e da Igreja Católica a FLXIII tinha regalias de entidade pública, tais como subvenções, agilidade jurídica para o exercício de seus trabalhos sociais, tais como desapropriações de terreno, mobilização policial quando solicitada etc., no entanto, também gozava as prerrogativas de uma entidade privada, que se apresentava enquanto organização católica e não como parte do governo. Significava que poderia estar menos sujeita a fiscalizações públicas e não sofria o desgaste público que os governos enfrentavam durante o acirramento das lutas sociais nas favelas. Há, nesse sentido, um posicionamento *sui generis* deste

aparelho privado de hegemonia, pois se por um lado exercia funções de instâncias de Estado, por outro, também desempenhava papel de organização civil católica.

De acordo com o debate jurídico apresentado anteriormente e as práticas da FLXIII, sua condição era de uma autarquia, ainda que em seus documentos ela não se definisse assim. Contudo, pela sua notoriedade, seria como se a FLXIII tivesse um “salvo-conduto” para intervir nas favelas, o que era questionado no calor das disputas políticas por partidos de oposição e movimentos sociais que enfrentavam a entidade nas favelas.

Na Sessão da Câmara Municipal do Distrito Federal, do dia 7 de outubro de 1947, o vereador Barata apresentava um “requerimento de informações sobre a aplicação das verbas destinadas à Fundação Leão XIII” (Jornal A Manhã, p. 7). Procedimentos como este eram expressão do quanto a entidade estava sujeita às disputas políticas intraburguesas, ainda que estivesse assentada sobre certo consenso de que a sua ação era necessária para resolver a questão das favelas.

Uma relação que, contraditoriamente, mostra a ampliação da sociedade civil, mas também revela o caráter restrito desse processo, na medida em que o governo mantinha uma blindagem sobre a sua administração e, por consequência, o controle sobre parte das suas instâncias internas.

Pensar a intervenção do Estado na favela nas décadas de 1940, 1950, 1960, portanto, significava remodelar as formas de funcionamento das políticas públicas, em particular, daquelas do setor da educação. O imbricamento entre Estado e sociedade civil ocorria a partir de uma autarquia *sui generis*, que reunia características públicas e privadas, cujas dubiedades jurídicas não eram acidentais, mas sim uma modalidade de gestão do aparelho de governo e, mais que isso, uma maneira de manejar as políticas públicas dos favelados.

Os registros aqui analisados evidenciam que a entidade estava sujeita a disputas em torno de sua condição de principal entidade a mediar as intervenções nas favelas. Assim, as vias de financiamento público estavam submetidas aos embates políticos, principalmente na Câmara de Vereadores do Distrito Federal e do Tribunal de Contas.

Apesar da FLXIII se reivindicar privada, sua pujança residia na capacidade de angariar apoio governamental, que a legitimava politicamente nas esferas de poder do Estado e garantia altas quantias de financiamento, inclusive entre o setor privado. Esta condição será transformada em fins da década de 1950, quando, aos poucos da Fundação vai sendo incorporada ao Estado. Processo que apresentarei mas a frente.

A condição jurídica da FLXIII revela a sua posição singular de entidade civil que era garantida pelo alto poder do Estado, ou seja, uma condição de autarquia *sui generis*, mesmo que este não fosse o seu discurso, nem estivesse explícito no decreto que a criou. Era a junção de uma entidade civil privada, mas que gozava de prerrogativas públicas, garantidas pela sua base de apoio do alto escalão governamental. Mais dúbia, portanto, que a própria condição jurídica da autarquia em geral, que ao menos seguia as diretrizes do Distrito Federal e da União. A dubiedade jurídica da Leão XIII exigia esforços parlamentares e jurídicos das oposições para exigir transparência nas suas contas, mesclando traços oligárquicos à sua posição civil. Era o arcaico e o moderno no âmbito da administração pública, mas, acima de tudo, na ossatura das formas de representação da sociedade civil, que talhavam uma democracia contida por práticas políticas oligárquicas.

### **2.3 O Serviço Social**

A *questão social*, principalmente a partir da década de 1920, havia se tornado uma pauta prioritária da Igreja Católica, diante do acirramento da luta de classes. O Serviço Social era a sistematização teórica e prática de uma perspectiva de que a população pobre deveria ser amparada, a fim de ampliar as políticas públicas e, ao mesmo tempo, construir um consenso em torno de valores ético-morais capitalistas. Uma resposta às exigências anti-sistêmicas que se produziam a partir das lutas sociais, e, no caso das favelas, esta tornou-se uma forma de ação central, tanto da Igreja Católica, quanto do Estado. A FLXIII, nesse sentido, incorporava esta tendência em seus trabalhos sociais, destacando a necessidade de massificar as intervenções de assistentes sociais nas favelas, como parte central da resolução dos seus problemas sociais.

A FLXIII foi, portanto, um espaço de desenvolvimento do Serviço Social enquanto setor estratégico para a execução de políticas públicas. Algo que já se encontrava em andamento antes do início da entidade, quando se observa o desenvolvimento de cursos superiores e técnicos desta área, tal como a Escola de Serviço Social do Instituto de Educação Familiar; Escola Técnica de Serviço Social do Rio de Janeiro (1937); Escola de Serviço Social da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (1940); Serviço Social das Universidades Católicas, depois incorporada ao Instituto de Educação Familiar e Social, hoje Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1943) e Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth (1944),

atualmente é a Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IAMAMOTO, 2014, p. 191).

O diferencial da FLXIII era elevar este acúmulo de conhecimento e experiências dos profissionais do Serviço Social para um nível de intervenção de grande porte, articulado em escala nacional e local. Sua estrutura organizativa garantia um planejamento das ações sociais a partir do trabalho de assistentes sociais, que faziam a sondagem da região, levantando os dados e traçando o perfil do público. Assim, organizavam os serviços educacionais escolares, médicos, jurídicos adequados à realidade de cada favela. Era, nesse sentido, um pilar fundamental para a execução dos trabalhos educacionais, acompanhando cotidianamente os alunos e suas famílias.

O CAS centralizava as ações nas localidades, executando tarefas no Serviço de Casos Individuais, realizando encaminhamentos para a área de saúde, cadastramento de moradores, visita aos domicílios, orientações diversas e aferimento para atendimento de políticas sociais.

Na parte de Auxílios ocorriam os encaminhamentos para emprego, regularização da situação matrimonial, caixa beneficente e a organização de obtenção de vagas em escolas, creches etc. O Serviço Social de Grupo deveria inserir a FLXIII na dinâmica organizativa da favela, participando ativamente na constituição das associações de moradores. Os assistentes sociais eram agentes que permeavam as diversas esferas da vida do favelado, tendo capacidade de influir na vida da localidade intensamente, juntamente com o discurso religioso e a formação escolar (FUNDAÇÃO, 1955).

O Serviço Social era planejado de acordo com um protocolo básico, que poderia variar, dependendo da realidade de cada favela, mas, em geral, seguia a seguinte orientação: a) primeiro fazer um minucioso levantamento de dados a respeito da favela, utilizando estatísticas e análises qualitativas; b) desenvolvimento das ações sociais nas áreas de educação, saúde, jurídico, urbanismo e organização social, mediante o encaminhamento das assistentes sociais; c) formulação de um plano de urbanização local, que poderia ser a construção de moradias provisórias ou permanentes na própria favela; ou a remoção dos moradores para conjuntos habitacionais fora das favelas, em muitos casos, para moradias provisórias em péssimas condições habitacionais.

A Fundação orientava seus assistentes sociais sob a tese de que a educação deveria ser o mecanismo fundamental para resolver a *miséria moral e material* dos favelados. Esta educação era um conjunto de conhecimentos científicos acumulados socialmente

pelo Ocidente, mas, em concomitância, este conhecimento formal era ligado à moralidade cristã e às regras de sociabilidade da sociedade urbano-industrial, que se referia à relação com o trabalho, com a política institucional e com o espaço público da cidade. A educação propiciada pela ação de assistentes sociais era o meio de adquirir a cidadania.

A conduta de assistentes sociais era, portanto, intermediar este conjunto de práticas sociais e valores ético-políticos à realidade dos favelados. Para isso, a “confiança” deveria ser o principal atributo a ser conquistado a partir de seu trabalho. O CAS era o espaço dentro da favela que conquistava palmo a palmo a confiança do morador, já que, o assistente social, era aquele que poderia conseguir a vaga na escola, resolver problemas jurídicos, aconselhar para assuntos familiares, encaminhar para tratamentos de saúde, algo até então inexistente, enquanto ação sistemática e endêmica à favela.

A preocupação em conquistar esta confiança não era casual, afinal, havia grande desconfiança por parte dos moradores das favelas. As intervenções nas favelas eram marcadas por promessas eleitoreiras, autoritarismos, violências e tentativas de remoção. Desta forma, a contradição na qual estes agentes da FLXIII se equilibravam era: desenvolver ações sociais junto aos favelados, conquistando sua confiança, mas sem perder de vista o projeto de cidade do governo, que era remanejar os moradores das favelas para os conjuntos habitacionais e exercer um controle político, cultural e ideológico.

O discurso humanista, os dogmas religiosos e o cientificismo eram traços marcantes do discurso da FLXIII, que deveriam ser emanados por assistentes sociais nos seus trabalhos cotidianos nas favelas. A resolução dos problemas das favelas recaía sobre a assistência social, enquanto mediadora central das políticas públicas. A Fundação afirmava os princípios do seu Serviço Social nos seguintes termos:

A primeira providência que tomou a Fundação Leão XIII ao iniciar sua ação social nas favelas foi criar o Serviço Social, como base para a realização de um trabalho de recuperação das pessoas residentes nesses logradouros, pessoas deficientes física, moral e espiritualmente, incompreendidas pela quase totalidade da população da cidade que as estigmatiza, considerando-as expoentes da malandragem, da vadiagem, da periculosidade pública, sem atentar que essa situação que enfrentam essas pobres pessoas é resultante da situação sócio-econômica do País (FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1955, p. 61).

Um dado interessante deste relato é que ele apresenta uma noção de que os favelados são “deficientes física, moral e espiritualmente”. Esta definição sumária

mostra o quanto a visão da Fundação ainda trazia influência do pensamento higienista, pois ainda associa a condição de favelado à degeneração humana. Contraditoriamente, a entidade explica que existia um estigma sobre o favelado que o colocaria como criminoso perante a sociedade, e, que isso, seria resultado da condição econômica nacional, ou seja, desonerando o favelado de uma culpa social imanente. Este reconhecimento das dificuldades econômico-sociais como elemento básico para a situação das favelas também revela um ponto de inflexão, em que a educação e a moralidade cristã poderiam salvar.

O levantamento de dados sobre os moradores das favelas era uma frente de ação importante, que subsidiava o planejamento das políticas sociais que as assistentes sociais desenvolviam. No ano de 1948, a entidade executou um apurado censo sobre a Barreira do Vasco que atualizou as informações, permitindo uma definição de suas prioridades. Além de ter executado diversos censos a partir do cadastramento de moradores para os seus programas sociais (FUNDAÇÃO, 1955).

Os dados colhidos iam desde as condições geográficas e de estrutura das moradias, a situação urbana local, até os dados demográficos, escolaridade, origem dos moradores, condições de saúde etc.

Feito o levantamento geral da favela, são as famílias registradas divididas entre a equipe de visitadoras, as quais selecionam um grupo de umas cinquenta famílias “caso” para serem estudadas e orientadas no sentido de seu reajustamento social. Este trabalho é árduo e exige muita dedicação e confiança na providência, pois se realiza com pessoas desajustadas sobre todos os aspectos: econômico, físico, legal, moral, profissional e espiritual (FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1955, p. 62).

Cada visitadora deveria conduzir as famílias às políticas sociais, de acordo com este panorama traçado pelo levantamento estatístico produzido. O “desajustamento” deveria ser considerado não apenas nas práticas culturais dos favelados que contrariavam a moralidade cristã, mas na própria resistência dos favelados em não colaborar com as ações sociais, tendo em vista que a entidade poderia executar medidas remocionistas. Eram os assistentes sociais que definiam aqueles que eram os “desajustados” e assim “ficariam a cargo da autoridade policial competente, à qual caberia dar-lhes o destino conveniente, retirando-os do convívio das famílias pacatas e ordeiras, que muito lucrariam com o saneamento moral do local” (FUNDAÇÃO, 1955, p. 12).

A desconstrução da resistência local às iniciativas governamentais era uma urgência na qual os assistentes sociais poderiam auxiliar. Faziam visitas sem aviso às

casas, buscando aconselhar as famílias a se inserirem nos seus programas sociais, a adotarem práticas sociais da família tradicional e não confiarem nos “políticos populistas” e nos “comunistas”.

Essa nova técnica de inquérito social, que ganhou destaque com o desenvolvimento do então emergente campo do Serviço Social, esteve baseada nas seguintes regras, perfeitamente identificáveis no trabalho da Leão XIII nas favelas: aproximação circular das famílias, em que antes de entrar em contato com a família a ser assistida, era preciso coletar todas as informações de que dispusesse; interrogatório separado e contraditório, em que era sempre preferível que o visitador não convocasse seu cliente, mas fosse ao domicílio deste último e que tal visita fosse feita de surpresa e, finalmente, a verificação prática do modo de vida familiar, em que o visitador deveria falar e fazer falar o máximo que pudesse, utilizando técnicas que mobilizassem o mínimo de coerção para obter o máximo de informação possível (DONZELOT, 1986, p. 113-115).

De fato as ações de controle dos assistentes sociais eram bem rígidas, mas é importante lembrar que a via do consenso era também marcante nos seus trabalhos. Havia um árduo esforço de convencimento sobre a população local que garantia a efetivação das políticas sociais propostas pela Leão XIII. Justamente, o grande diferencial em relação ao padrão de políticas públicas anteriores. O ofício de assistente social reconfigurava a relação entre coerção e consenso nas políticas públicas, em que forjava uma complexa educação de convencer reprimindo e reprimir convencendo.

Outro lado desta relação coerção e consenso era a diretriz de controlar as associações de moradores, assim como impedir as construções e as reformas das casas nas favelas. A ideia de provisoriedade das moradias ainda era mantida pela entidade, sinalizando o quanto a remoção era um espectro permanente na vida dos moradores, tendo na figura dos assistentes sociais os responsáveis por executar a fiscalização cotidiana e a educação para a naturalização dessa situação de incerteza. Segundo o relatório da SAGMACS,

Hoje, ainda em várias favelas, diz-se que a Fundação vive se metendo na vida íntima dos favelados e, se suas visitadoras virem um prego a mais no barraco obrigarão os favelados a retirá-lo. A Fundação passou a manter severa vigilância sobre a favela. Manda destruir qualquer melhoramento no barraco e deitar por terra todo barraco novo construído sem licença. Dizia-se que a Fundação queria manter o favelado nas piores condições para continuar seu trabalho e pleitear verbas do Governo (Aspectos Humanos da Favela Carioca. Estudo sócio econômico da SAGMACS. O Estado de São Paulo. Suplemento. São Paulo, abril, 1960, p. 8, 24-I).

Esta diretriz de controle já era exercida desde o seu início, mas na medida em que a entidade é chamada a realizar as remoções esta condição se aprofundou. O controle exercido por assistentes sociais era motivo de forte oposição dos moradores, causando



conflitos e desgastando a entidade com o passar dos anos. No relatório SAGMACS moradores mostram sua indignação perante tal controle da entidade:

A Fundação passou a exercer severa vigilância sobre a favela. Ainda ouvimos de uma funcionaria da Fundação que os favelados estavam “perfeitamente controlados” e a favela (no caso o Cantagalo), “inteiramente congelada. Manda destruir qualquer melhoramento no barraco e deitar por terra todo barraco novo construído sem sua licença (1960, p. 24).

O relato de assistentes sociais nos seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) mostra o quanto a mobilização local autônoma dos favelados era temida, principalmente aquela dirigida pelos comunistas. Abertamente, o discurso institucional era que o comunismo era uma ameaça à favela. Num desses TCCs, Maria Luiza Moniz de Aragão, diretora do setor de Serviço Social da FLXIII, apontava o quanto a presença comunista na Barreira do Vasco incomodava:

Outras pessoas e outras Obras, entretanto, sentindo que o advento da Fundação Leão XIII representa para as suas pretensões uma perda de terreno que pretendiam conquistar para fins inconfessáveis, têm buscado por todos os meios e modos sabotar-lhe o trabalho. Destaca-se nesse mister o Partido Comunista do Brasil, que, por meio, de seus jornais, já por 3 ou 4 vezes tem procurado intrigar a FUNDAÇÃO e seus dirigentes com as populações das favelas. Tais tentativas não encontraram ressonância, porém, entre as populações que têm sido atingidas pela atuação sincera leal de nossos centros. Prova disso, foi o insucesso que coroou a pretensão dos comunistas de fundar uma célula (a União Feminina da Barreira do Vasco) nas vizinhanças mesmo do CAS. Realizaram apenas uma única reunião, e assim mesmo sob a capa de obter banha em quantidade por preço barato para a população. Essa célula abortou nessa mesma reunião (ARAGÃO, 1947).

Considerando os comunistas como sabotadores do trabalho da Fundação, a diretora traça um panorama otimista sobre o combate aos comunistas na Barreira do Vasco. Curioso, inclusive, que a frente aberta (ou ao menos tentada) pelo PCB fosse ligada à questão das mulheres, pois este era o segmento social prioritário para a FLXIII no seu intento de estabelecer a noção de família tradicional aos favelados. Havia, portanto, uma disputa tensa entre os comunistas nos seus trabalhos de base nas favelas e os assistentes sociais da instituição, provavelmente, mais acirrada do que o seu afirma, pois diversos são os relatos de mobilizações autônomas de moradores na região. O que explica a ênfase da entidade nesta favela, forjando construções populares, melhorias urbanísticas, apoio midiático e grandes atenção do poder público.

A relação da FLXIII com o governo estadunidense é um indício que este alinhamento ao anticomunismo era parte de uma articulação nacional e internacional, ensejada pelo contexto da Guerra Fria. A diretora da Fundação, Maria Luzia Moniz Aragão participou de um curso nos EUA como parte de um intercâmbio:

Várias representantes de grupos líderes femininos do Brasil, Uruguai e México completaram uma excursão de 3 meses de estudos pelos Estados Unidos. (...) São elas: Maria Luiza Moniz de Aragão, do Rio de Janeiro, Diretora do Departamento de Serviço Social da Fundação Leão XIII; Lucia Armand Urgon Cardiol, do Uruguai, Membro do Conselho do Departamento de Colonia; Orella Rocha de Lozano, de Moterrey, México; Ana Berta Romero de Camps e Carmem de Ricossa, de México City. Todas cinco chegaram a Washington em Abril, a convite do Departamento de Estado Norte-Americano e do Bureau Feminino do Departamento do Trabalho. Durante sua permanência nos Estados Unidos visitaram treze Estados e tiveram a oportunidade de se familiarizar com os programas básicos, métodos das organizações femininas dos Estados Unidos. Essa visita, falou Frida, serviu para que as organizações femininas norte-americanas travassem conhecimento com os métodos e atividades adotados por suas similares latino-americanas. (Diário da Noite, p. 5, 23/07/1949).

A articulação, como se pode observar, o programa de intercâmbio envolvia representantes femininas de países da América Latina, mostrando o quanto a “questão social” era sistematizada numa escala estratégica para os setores dominantes. A influência dos métodos das ciências sociais dos EUA também eram um efeito desta relação diplomática prioritária (VALLADARES, p. 95, 2005).

Como já apresentado, esse trabalho social era fundamentado na conquista de “confiança” pelas assistentes sociais, o que era repleto de tensões, isso porque, a perspectiva de remoção se mantinha em muitos casos. Controle era a outra face deste processo, em que se estabelecia um repertório de obrigações e formalidades para os favelados, que os obrigava a tolerar as ordenações públicas. Era o caso de Oracy e Maria Rosa, da favela Praia do Pinto, que mesmo com os filhos doentes, as assistentes sociais insistiam em formalizar o casamento do casal, como é atestado nas fichas de controle da Fundação:

8-8-1949. (...) Aconselhamos a legalizarem a vida e a compra de um terreno. Aceitaram de coração os conselhos.” “9-6-1951. (...) Tornamos a falar com Maria a respeito do casamento. Maria nos pediu que falássemos a seu marido, de fato é como alega, depende exclusivamente de seu companheiro.” “12-6-1951. Sr. Oracy veio hoje a nossa Agência atendendo ao nosso chamado. Disse-nos que vai a Araruama [uma cidade a 127 km da cidade do Rio de Janeiro] apanhar seu registro depois vem tratar do casamento (SLOB, 2002, p. 73)

A exigência de regularização trabalhista, a foto, a impressão digital, o exame médico, a formalização do casamento, a abertura da vida pessoal aos assistentes sociais era, portanto, uma ação socializadora. Delimitava a cidadania sobre aos marcos rígidos da legalidade subalterna dos favelados.

Além disso, a intromissão na vida cotidiana dos moradores, muitas vezes, era considerada incômoda. Assim, ao mesmo tempo em que forjou um consenso em torno

dos valores ético-políticos defendidos pelos assistentes sociais, também houve resistências. O setor de Serviço Social da FLXIII era, neste sentido, uma nova forma de movimento da relação coerção e consenso nas favelas, em franca disputa contra comunistas, políticos locais assistencialistas e toda forma de resistência autônoma.

(...) o projeto de prática institucional do Serviço Social da Fundação Leão XIII se proporrá – através da administração regular de rudimentos da cultura oficial e de lazeres educativos e edificantes – a regenerá-la, isto é, contrapor-se às diferentes manifestações de inadaptação e rejeição das normas vigentes (Iamamoto, 2014, P. 306).

Uma camada de quadros orientados pelo cientificismo, catolicismo e humanismo deveria educar para este padrão de “cultura oficial”. Uma perspectiva que negava a contradição de classes, afirmando que a cidadania era uma conquista intelectual, formal, moral e espiritual lastreada na educação social. A educação escolar era o desdobramento desta abordagem pedagógica, conformando a ideia de um favelado ordeiro, adequado às normas da família tradicional, religioso e dedicado à cooperação junto à Fundação.

#### **2.4 Urbanização, remocionismo e controle sobre as construções nas favelas**

Transversal a todos os projetos sociais da FXLIII havia um planejamento de cidade muito bem definido, no qual deveria ser executada uma organização espacial de cidade alinhada ao ideal urbano-industrial. As suas intervenções nas favelas deveriam propor a urbanização do Rio de Janeiro em marcos que conduziriam as imensas fileiras de trabalhadores para fora das áreas mais valorizadas no mercado imobiliário e um controle social sobre as regiões que possuíam importância estratégica para o funcionamento capitalista da cidade.

A FLXIII, mesmo tendo traços de um discurso humanista, enfatizando a condição sócio-econômica como origem da situação de penúria dos favelados, sua orientação urbanística eram, prioritariamente, as remoções. Em seus documentos afirmava que havia favelas que deveriam ser urbanizadas e outras que deveriam ser removidas. Como apresentarei, a preponderância eram ações que deveriam culminar com a remoção dos favelados.

Esta abordagem remocionista, aliada a um discurso humanista, tinha considerável reverberação, principalmente entre os setores médios conservadores e da classe dominante, que ansiavam por novas soluções enérgicas e truculentas para extinguir as favelas. É sobre esta base social que a campanha midiática promovida por Carlos

Lacerda, no jornal *Correio da Manhã*, a chamada “Batalha do Rio” (1948)<sup>25</sup> arrebanhou apoiadores. Havia certo grau de acordo entre a FLXIII e as propostas alegóricas de Lacerda, em que se afirmava a remoção como uma necessidade, ainda que sob os marcos de uma abordagem mais humanista, em que se reconhecia a cidadania dos favelados. Segundo Victor Vincent Valla,

Ainda que, como afirma Lacerda, a *Batalha* tenha sido uma atitude retórica e política que nunca pretendeu produzir mudança significativa, o fato é que suas proposições coincidem exatamente com aquelas que inspiraram a criação e atuação da Fundação Leão XIII. É neste sentido que consideramos a *Batalha* como um reforço significativo para a nova tendência que surgia em relação ao tratamento da questão (p. 56, 1986).

A humanidade dos favelados estava condicionada ao fim da favela, excetuando-se onde a remoção era inviável pelo tamanho ou grau de mobilização da população local. A FLXIII era, nesse sentido, a entidade que se propunha a executar ações sociais diversas, mas o seu Departamento de Engenharia tinha como prioridade absoluta a extinção das favelas. Seu discurso afirmava um paradigma urbanístico que superava a ideia de que, contendo o êxodo rural a partir de medidas repressivas seria possível recrudescer o crescimento das favelas. Afirmava a favelização como uma consequência social da miséria, reconhecia, de certa forma, a subjetividade dos favelados e propunha um projeto de educação para este projeto de reestruturação da cidade.

Não adiantam certas soluções simplistas, daqueles que julgam que só se podem acabar com as favelas do Rio de Janeiro, enviando-se todos os favelados para o campo, nem muito menos podem ser levados em consideração as opiniões dos que se referem às famílias que a desgraça levou para a vida miserável dos barracos dos nossos morros, subestimando o seu valor humano e sua condição cristã de irmãos nossos que devemos amar, de saúde, educação, casos sociais, problemas de família (registro dos filhos, casamento, etc.) (FUNDAÇÃO, 1955, p.7).

Sua proposta, portanto, era manter a remoção como um caminho urbanístico necessário para a racionalização da cidade, mas isto deveria ser realizado a partir de ações sociais nos diversos âmbitos, sendo a educação o meio de habilitar para a cidadania e para a *compreensão* deste paradigma. A sua política de urbanização foi implementada, inicialmente, a partir de planejamentos urbanísticos de infraestrutura e de construção de casas, como foi o caso da Barreira do Vasco. Lá a Prefeitura do

---

<sup>25</sup> A Batalha do Rio foi uma campanha organizada por Carlos Lacerda nos jornais, no ano de 1948, conclamando a sociedade para combater a expansão das favelas. Um combate que se apresentava com certo grau de preocupação social e com uma dura crítica aos que defendiam o retorno dos migrantes para o campo, mas que mantinha como perspectiva de urbanização a remoção nas favelas.

Distrito Federal e a Leão XIII iniciaram a construção de um “bairro popular” em contraposição à favela.

(...) construção de novas casas em substituição aos barracos condenados, arruamentos, esgotos, serviço de água etc. obras essas executadas sob a direção do dr. Mario Cabral, engenheiro da Prefeitura e o seu representante junto à Fundação, em cuja diretoria ocupa o posto de secretário (A Manhã, p. 3, 10/05/1949).

No entanto, esta não era uma regra. Havia casos em que a Fundação apenas fiscalizava a vida cotidiana local para que os seus moradores não ampliassem o terreno favelizado, nem permitisse reformas que tornassem as moradias “permanentes”. Também incentivava melhorias locais através do mutirão, isentando-se de gastos, apenas orientando as associações de moradores. Assim como também delimitava a sua intervenção numa forma mais repressiva quando a favela já estava definida enquanto alvo de destruição, executando para isto o cadastramento, triagem, encaminhamento e algumas ações sociais de saúde, educação e auxílio jurídico. Nesse caso, o foco era mais definido em função da remoção eminente.

A partir da segunda metade da década de 1950, vai ganhando expressão a prática de construir conjuntos habitacionais em áreas periféricas para os favelados, utilizando como mecanismo de financiamento entidades parceiras como a Fundação Casa Popular ou entidades civis como os Institutos de Assistência e Pensões (VALLA, 1986).

A definição destas práticas urbanísticas era realizada de acordo com a situação de cada favela e a sua capacidade de influência sobre os moradores, o que, de acordo com o levantamento aqui realizado, teve diferentes resultados devido à pluralidade de condições sociais e políticas de cada território.

Mesmo buscando adequar suas intervenções a cada favela, havia um planejamento geral, que definia como deveria ocorrer a urbanização e as remoções. Organizava uma hierarquia para a remoção de famílias nos seguintes quesitos: 1) habitabilidade da casa e do terreno; 2) situação jurídica do terreno; 3) moralidade e criminalidade dos moradores. Este panorama da favela definiria quem receberia moradias, e até quem seria removido sumariamente, sem que houvesse uma nova moradia. O desdobramento desta medida era manter a favela sem novas moradias até que as políticas urbanísticas se concluíssem, por isso, era comum a expulsão de famílias recém chegadas, demolição de casas e uma severa fiscalização cotidiana sobre os barracos para que não ampliassem o número de cômodos, construíssem novas casas ou reformassem (FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1950, p. 17-18).

Muitos eram os casos de resistência a esta medida, já que causava revolta entre os moradores que ansiavam por ampliar suas casas e fazer melhorias de estrutura. Mas a regra imposta aos moradores era que qualquer melhoria deveria ser previamente consultada junto à FLXIII, caso não seguisse a orientação, o morador poderia ser punido.

Nas favelas onde a Fundação Leão XIII mantém seus serviços, procurou-se, e ainda se procura, com o auxílio da Prefeitura, impedir o crescimento dos barracos. Levou-se mesmo esse rigor ao extremo de impedir não só a construção, mas a melhoria do barraco. Essa proibição tem o destino de todas que se propõem deter um processo orgânico e natural. É impossível impedir que um chefe de família, residindo num barraco que só possui um cômodo, procure alugar melhor sua família de 10 membros, quando a lado da habitação existe um bom pedaço de terreno (SAGMACS, p. 1960, p. 23).

O relatório da SAGMACS mostra o quanto esta medida de restringir a construção e reforma dos barracos não conteve a expansão das favelas. Pois diversas eram as estratégias dos moradores para subverter a imposição da FLXIII. Como é apresentado a seguir:

No Cantagalo, na Barreira do Vasco, na Rocinha, em Jacarezinho, é sempre a mesma história. Quando a autoridade ordena ao favelado ele responde, invariavelmente, que “não tem para onde ir, “não tem dinheiro”, “não têm parentes”. (...) O favelado raro se muda. Procura outro barraco (SAGMACS, 1960, p. 23).

A contradição da FLXIII era defender a melhoria urbanística, contudo, impedindo que os moradores a realizassem fora de suas diretrizes, sempre com promessas que muitas vezes demoravam anos ou mesmo nunca se concretizavam. O planejamento urbanístico era restrito considerando-se o ritmo de crescimento populacional, que era produzido por um padrão de desenvolvimento econômico dependente de um fluxo de força de trabalho de baixo preço e farta disposição nos centros urbanos para as indústrias e setores de serviços. Quem mais sofria com esta condição eram os favelados, que ficavam em permanente tensão, pois a qualquer momento as melhorias no barraco poderiam ser destruídas. Na Barreira do Vasco, Sr. F. afirmou:

Os favelados têm desejo de melhorar seus barracos, porém têm medo de fazer isso sem licença. Muitos têm recursos, mas não melhoram o barraco, nem se atrevem a construir novos. Os melhoramentos, em geral, começam pela cobertura e pela armação. Se o barraco é todo de zinco, põem telha. A primeira preocupação é o telhado. Outra parte importante para o favelado é o piso. Põem o piso logo que

podem, seja cimento, seja simplesmente de tabuas, como acontece nos barracos mais precários (SAGMACS, 1960, p. 23).

A capacidade de efetuar melhoramentos nos barracos, ou mesmo construir novas habitações, era resultado da capacidade da família, ou mesmo de um grupo de moradores de impor as construções à entidade. Aconteciam casos de acordos de moradores com vereadores que lhes garantiam a manutenção de suas moradias, como era o caso da Barreira do Vasco: “(...) o prof. Átila dos Santos Couto, que passou à toponímia da favela dando o seu nome a uma de suas ruas. Na qualidade de secretário de d. Darcy Vargas, dava licença aos favelados para que construíssem casebres” (SAGMACS, 1960, p. 24). Tudo acontecia sob ao acompanhamento da Prefeitura do Distrito Federal, que, inclusive, definia o alinhamento das construções nas ruas. Também havia o caso do Sargento Rubens, que passava por cima da FLXIII e organizava a divisão de lotes e cobrava propina dos moradores, que acabou sendo assassinado (SAGMACS, 1960, p. 24). Os caminhos alternativos para resistir à postura da FLXIII vinham, muitas vezes, da sua própria estrutura administrativa, por exemplo, P. que controlava as construções de barracos, em parceria com a entidade, e, convenientemente, “era cabo eleitoral do vereador Geraldo Moreira” (SAGMACS, 1960, p. 24).

A mercantilização dos terrenos nas favelas também era uma força importante a pressionar as ocupações. A “valorização imobiliária, o custo da construção em material e mão de obra, o valor dos terrenos e o preço dos aluguéis, somados a dificuldade de transporte, vieram a agravar a crise predial, que, em grande parte, explica a formação das favelas” (SAGMACS, 1960, p. 5).

Muitos eram os que vendiam e alugavam terrenos e casas, fazendo parte da estrutura de poder das favelas. “Quando a favela é “controlada”, o guarda ou fiscal representante da autoridade, passa um visto no documento, e, às vezes, cobra uma comissão (SAGMACS, 1960, p. 24).

A pressão poderia vir de movimentos mais ou menos espontâneos, em que moradores pressionavam as autoridades locais e a FLXIII:

O senhor G. conta que, há algum tempo, os moradores foram pedir licença para melhorar os seus barracos e construir casas “a um Coronel da Prefeitura (?)”, encarregado de favelas. No início este negou, terminantemente, a permissão. Mas os moradores insistiram e levaram suas famílias para a porta da repartição do Coronel que, afinal, acabou cedendo ao pedido dos moradores, embora exigisse deles a assinatura do compromisso” (SAGMACS, 1960, p. 24)

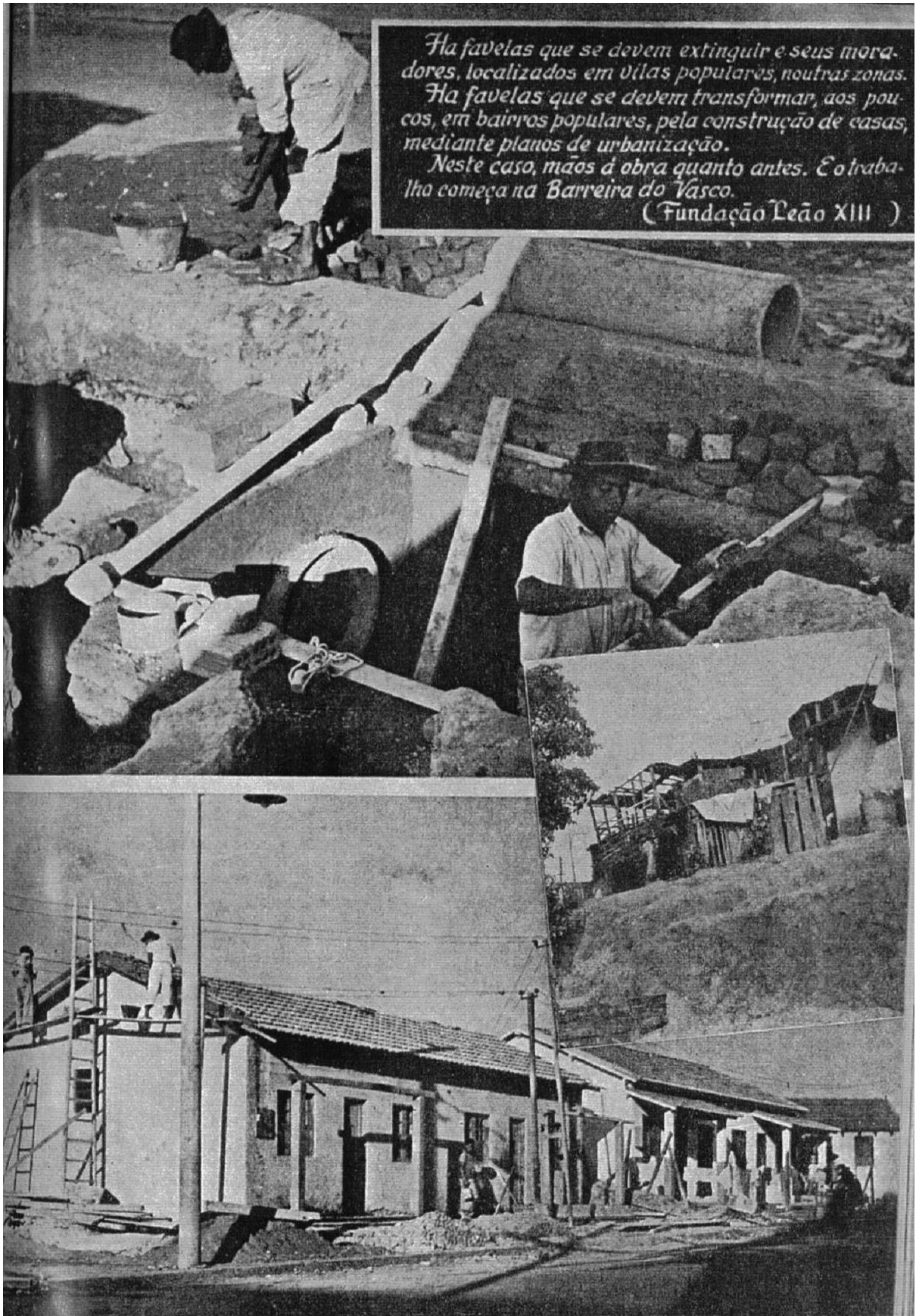
Havia casos em que este constrangimento aos moradores da favela se dava obrigando o morador “a assinar um compromisso, isentando a municipalidade de qualquer responsabilidade, caso a habitação tenha de ser demolida” (SAGMACS, 1960, p. 24). O terror da remoção era permanente. É nesse meio tão adverso que surgiam as associações de moradores. Estas organizações tornavam a luta dos moradores das favelas um mecanismo de pressão política por melhores condições de suas habitações, pelo direito de construir suas moradias, conquistar infraestrutura urbana, saúde e educação e ampliar os meios de representação política.

Estas organizações civis eram uma resposta ao discurso de extinção das favelas como única alternativa para a urbanização e conquista de cidadania. É bem verdade que a Leão XIII considerava que algumas favelas não deveriam ser removidas. Mas quando executava obras de reforma ou mesmo construção de habitações populares, a formulação era, majoritariamente dirigida pela entidade, de maneira a transformar a organização espacial da favela sem que houvesse protagonismo dos moradores. Não por acaso, buscava-se apresentar uma ideia de que a população local apoiava a Fundação incondicionalmente:

(...) o início dos trabalhos promovidos pela Fundação Leão XIII, para a transformar a “Barreira do Vasco” em bairro popular residencial. Recebidos por uma carinhosa manifestação popular, o prefeito Mendes de Moraes e demais autoridades, foi realizada missa campal pelo cônego José Távora, presidente da Fundação. (...) um operário pronunciou um discurso agradecendo ao prefeito. Por último, falou o cardeal Camara. (...) dirigiram-se, então, para o interior da favela ali existente, iniciando-se, nesse momento, a benção da obra iniciada pelo cardeal Camara (Jornal A Manhã 11/05/1949).

A Barreira do Vasco foi o grande mote de propaganda da Leão XIII, em que se apresentava a união entre Igreja, Estado e as lideranças das favelas como caminho para a conversão da favela em bairro popular. A gravura abaixo mostra as transformações realizadas na experiência da Barreira do Vasco:



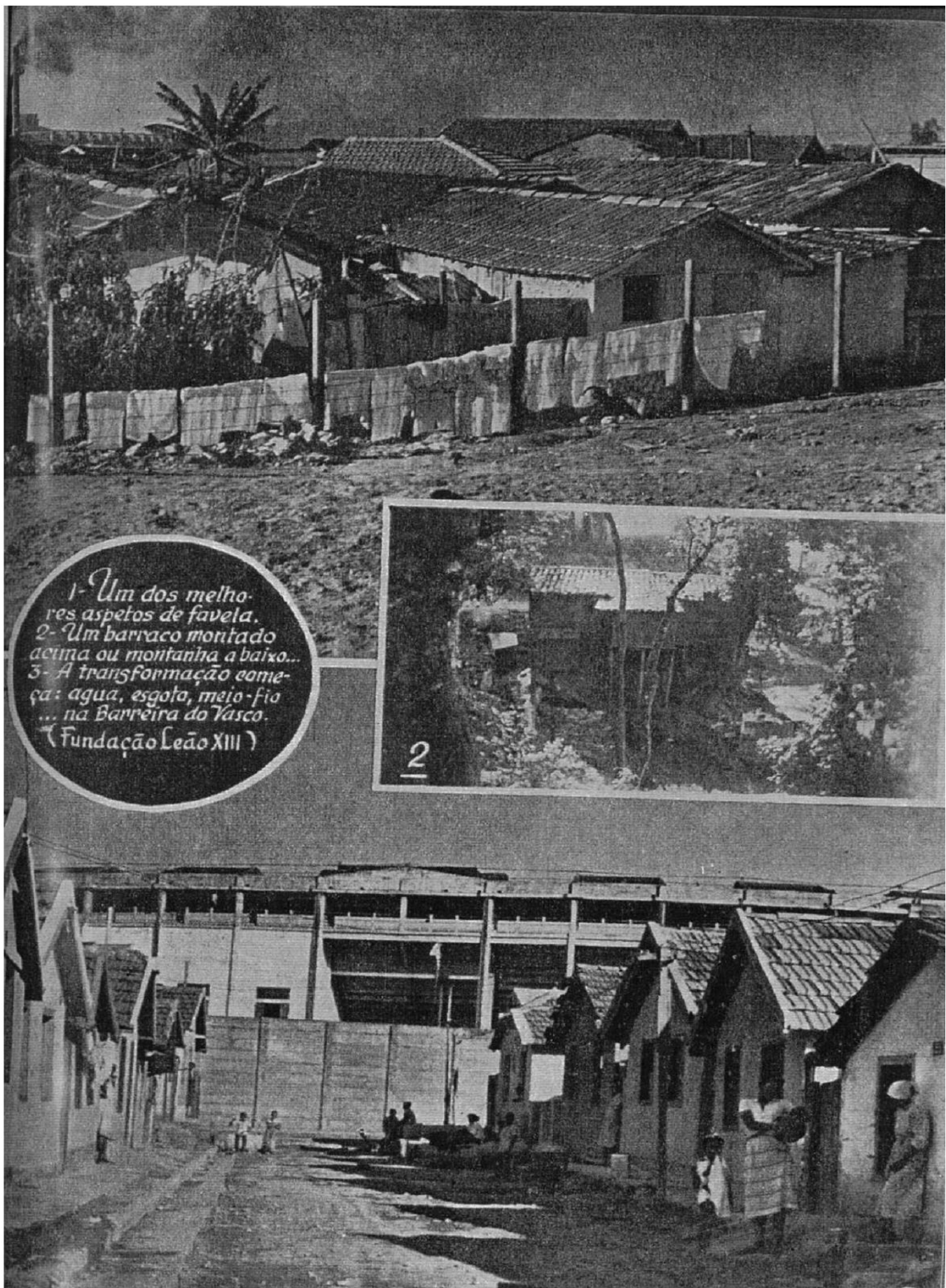


Departamento de Engenharia –  
Secretaria de Serviços de Obras Reparos e Construções.

A conversão da favela em *bairro popular* deveria ser tutelada pela entidade. A Barreira do Vasco era o grande exemplo apresentado pela entidade como mudança urbana modernizadora. A racionalização da urbanização era associada à positividade do trabalho, com destaque para a mobilização da população local via mutirão. O barraco irregular era contraposto às casas simétricas, planejadas de acordo com a lógica urbano-industrial e circunscrita à legalidade da cidade. Saneamento básico, energia elétrica, calçamento e todas as obras de infraestrutura urbana eram apresentados como uma conquista da entidade, que, sob a sua orientação, conseguia levar aos favelados os direitos sociais de habitação.

Interessante observar que a imagem passa uma ideia de que o aspecto rural denotava desorganização, inadequação ao novo período de urbanização que se aprofundava. Uma comparação costumeira nos materiais da FLXIII, que depreciava a lógica de vida camponesa, considerada desordenada e não racional, contraposta ao ideal do concreto das casas ou apartamentos padronizadas.

Ainda sobre a Barreira do Vasco, a gravura abaixo mostra esta contraposição:



1- Um dos melhores aspectos de favela.  
2- Um barraco montado acima ou montanha a baixo...  
3- A transformação começa: água, esgoto, meio-fio... na Barreira do Vasco.  
(Fundação Leão XIII)

2

Departamento de Engenharia – Secretaria de Serviços de Obras Reparos e Construções.

As casas populares construídas pela entidade eram geminadas, como apartamentos de um andar, reduzindo a ocupação do território da favela a áreas bem restritas, limitadas pelos muros dos seus conjuntos habitacionais. Uma maneira de impedir o crescimento do número de moradias. Toda a vegetação era retirada, mostrando essa perspectiva de afirmar a urbanidade como negação dos elementos do campo. As casas possuíam um padrão pré-determinado pela entidade, não abarcando as necessidades da realidade familiar dos moradores da região, de produção de alimentos, locais de convivência etc. Aliás, mesmo os quesitos de infraestrutura urbana como luz, saneamento e calçamento eram promessas que não vingariam, na grande maioria dos casos, de modo que seria pela mão dos próprios moradores, nos seus mutirões, a conquista destes benefícios.

A ênfase da projeção imagética no “antes” (favela) e “depois” (moradia popular) era a alegoria central da FLXIII para representar a diferença causada pela suas ações urbanísticas. Esta assepsia de transformar barracos sujos, frágeis estruturalmente e informais na sua condição jurídica eram redefinidos, não apenas para moradias populares, mas para uma noção de conquista de cidadania.

O critério para a escolha do que deveria ou não ser urbanizado passava longe das decisões da população local, o que acarretava diversos casos de resistência dos moradores contra as remoções. Algumas favelas deveriam ser removidas e conduzida a sua população para conjuntos habitacionais distantes. Uma minoria apenas tinha a urbanização local como uma meta a ser efetivada.

A partir da segunda metade da década de 1950, principalmente no início da década de 1960, a FLXIII, passou a ter uma postura ainda mais remocionista e menos dedicada ao desenvolvimento de obras urbanísticas nas próprias localidades das favelas. Esta segunda fase da entidade assinala um movimento de inserção mais direta na estrutura do Estado, perdendo o seu caráter civil, seguindo as orientações dos governos de maneira mais imediata.

Se antes a FLXIII, apoiada pela prefeitura da DF, deveria assumir grandes obras urbanísticas e políticas sociais de educação, saúde e assistência social de grande porte, como foi o caso da Barreira do Vasco (1948), aos poucos, esta proporção de política pública torna-se mais tópica. Ainda mobilizadora de mutirões, sua perspectiva focaria mais em desonerar a Prefeitura de gastos nas favelas, abrindo espaço para o investimento em conjunto habitacionais, fomento de linhas de crédito e nas remoções como fundamento do projeto urbanístico.

Em diversos momentos de tensão, quando a população enfrentava as ordenações da Fundação, os mutirões também desempenhavam papel de instrumento de pressão política, pois poderia assegurar uma prerrogativa de moradia permanente, além, é claro da melhoria de condições habitacionais em si. Ao Estado e a Fundação caberia viabilizar a construção de conjuntos habitacionais e a viabilização das remoções como plano estratégico, desonerando os gastos com políticas públicas nas favelas e focalizando nas periferias que receberiam os favelados. Nesse sentido, a sua intermediação acabava tensionada pelos interesses da especulação imobiliária, que pressionava a todo custo que ocorressem remoções nas regiões mais valorizadas.

Um caso elucidativo sobre esta segunda fase da FLXIII é a formação da favela da Nova Holanda<sup>26</sup>, Maré. Carlos Lacerda colocava em andamento um complexo plano de remoção dos favelados:

Moradores da Favela do Esqueleto serão removidos para casas construídas pelo governo do estado com auxílio da Fundação Leão XIII, em Bonsucesso, no local conhecido por Favela Nova Holanda. O objetivo é liberar a área para a construção da Av. Radial Oeste (Jornal do Brasil, 1962 – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro sob a identificação: cx. n. 241.1, artigo 375 apud JUNIOR & DINIZ, 2012, P. 84).

No entanto, o projeto era mais amplo do que a reportagem apresentava. A Nova Holanda era parte de um amplo projeto de moradia popular denominado Centro de Habitação Provisória (CHP), semelhante à experiência dos Parques Proletários, que atuou durante os anos 1962 até 1971, no entanto, mais precarizado e de proporções maiores. Era um programa de 3 Centros, que deveriam alocar moradores de favelas das regiões do Centro, Norte e Sul da cidade. Foram transferidos moradores da Favela do Esqueleto, Formiga, Querosene, Praia do Pinto, Macedo Sobrinho e uma pequena favela na Rua Teixeira de Castro, em Bonsucesso (JUNIOR & DINIZ, p. 85, 2012).

Os registros sobre as remoções são bem dramáticos. Muitos foram os casos de pessoas que sequer eram informadas para onde iriam. Tinham seus pertences jogados em caminhões e ônibus, sendo alocadas nestes conjuntos sem qualquer preparação prévia. O depoimento de José Justino Filho, da favela Macedo Sobrinho, relata a violência das remoções e a chegada da sua família e vizinhos à Nova Holanda:

Nós viemos saber que vinha praqui no dia que botaram a muamba em cima do caminhão. Aí que foi que viemos saber pra onde ia. Disseram que ia remover, mas

---

<sup>26</sup> “A Maré é uma região localizada às margens da Baía de Guanabara e atualmente é delimitada pela RJ-071, oficialmente denominada Rodovia Expressa Presidente João Goulart e popularmente conhecida como Linha Vermelha, cortada pela Linha amarela e o trecho da BR-101 denominado Avenida Brasil, três das principais vias de acesso à cidade, na Zona Norte do Rio de Janeiro” (DINIZ, 2012, p. 81).

não sabia pra onde, depois que sabe. A conversa deles era só essa. Aí a gente veio. Chegamos aí, ficamos no albergue. Eu com um garoto pequeno de 40 dias de nascido – hoje tá com 21 anos. (...) Aí ficamos no albergue até três horas da tarde. Três horas é que veio o caminhão trazer a nossa mudança ali na Rua 3, nº 37. Ali ficamos. Não tinha água. Com a vizinha foi que eu arranjei um pouco de água. Aí a gente ficou com aquela vida precária, procurando água, cobrando. Até que... Não sabia que tinha administração, não tinha nada. A gente tudo veio cru. A gente não conhecia (SOUZA SILVA , 1995, p. 75 apud JUNIOR & DINIZ, 2012 p.85).

#### Dona Noca Jurema relembando a chegada dos removidos

Eu me lembro sabe o quê?! Aqui, na Teixeira Ribeiro, nós passamos com o caminhão da gente, da remoção, e era numa pinguela! Aí, tinha uns barraquinhos na água e, quando a gente passou, falaram assim: “Lá vêm os esqueletos humanos! Olha os esqueletos humanos chegando!” Eu me lembro disso até hoje. Hoje em dia, esse pessoal é grande amigo meu (JUNIOR & DINIZ p. 145).

A chegada dos moradores era realizada de maneira que a preocupação maior era muito mais executar a remoção, do que a realização de um projeto de urbanização, que realocasse com o mínimo de dignidade os moradores das diversas favelas. Inclusive, tendo a mediação da Fundação com as associações de moradores, como pode ser visto no depoimento de Genival de Oliveira, que após perder seus bens numa grande enchente, em 1958, foi quando a associação de moradores da favela de Taborari, organizou a retirada de moradores em colaboração com a FLXIII, em 1961: “Muita gente perdeu muita coisa. Aí, Carlos Lacerda começou a construir isso aqui. Aí, logo a associação de lá, uma associaçõzinha lá, avisou que a gente vinha para cá. Começaram a fazer o aterro. Isso aqui tudo era maré” (JUNIOR & DINIZ, 2012, p. 120).

Mesmo havendo casos de truculência, é importante salientar que o convencimento desenvolvido pela FLXIII era importante no processo de remoção. Além da relação com as associações de moradores, o setor de serviço social era fundamental para tornar a remoção uma alternativa abraçada pelo próprio morador. O depoimento de Adevanir de Oliveira mostra que também havia casos de pessoas que optavam por morar na Nova Holanda, apesar das dificuldades:

Mas também foi com muita alegria, porque ninguém foi forçado a vir pra cá. Inclusive, a gente podia escolher: Nova Holanda ou Vila Kennedy? Na ocasião, Vila Kennedy era alvenaria, aqui era madeira, mas o fato de ser mais perto da cidade, a gente achou melhor ficar na Nova Holanda. Mas muita lama, muita lama mesmo e qualquer chuvazinha a gente se atolava na lama. P. 139.

Não por acaso, após a remoção, as habitações provisórias eram ligadas a um programa de educação civilizatória, que funcionaria como uma espécie de quarentena

até a construção de habitações definitivas. Esta educação deveria disseminar valores de higiene, normas de conduta social e orientações políticas, numa perspectiva de aceitar a remoção e a nova moradia como uma circunstância inevitável.

A região da Nova Holanda era bem localizada no que se refere a frentes de trabalho, pois é próxima à Refinaria de Manguinhos (1954), assim como de diversas pequenas e médias indústrias. O CHP da Nova Holanda desenvolvia em parceria com a FLXIII. Suas moradias deveriam ser de caráter provisório. A estrutura habitacional era precária. Mesmo tendo ruas amplas, como se pode observar a seguir, muitas eram as dificuldades impostas aos moradores:

(...) em lotes de cinco metros de largura e dez metros de comprimento. Eram construídas em madeira e obedeciam a dois modelos: uma parte era de casas baixas e outra de dois andares, conhecidas como duplex. Todos os lotes possuíam uma sala, dois quartos, uma cozinha, um banheiro, um quintal e uma varanda. (...) O esgotamento sanitário, projetado para atender a um determinado número de moradias, já que se pretendia um lugar de trânsito, não possuía condições adequadas para plena utilização. As redes foram construídas nos fundos das casas, criando-se becos. A distribuição da rede era feita a partir de caixas, denominadas “fossas” pelos moradores, para recolhimento do esgoto de quatro em quatro “barracos”. Essas fossas interligavam-se e despejavam seu conteúdo em dois canais previamente abertos para esse fim. Os canais, por sua vez, conduziam os detritos à Baía de Guanabara. O abastecimento de água seguiu a mesma lógica: inicialmente foi regular, porém não havia sido projetado para atender uma grande população. Além disso, a precariedade no seu fornecimento em comunidades vizinhas levou seus moradores a buscar solução interceptando as tubulações destinadas à Nova Holanda. Com efeito, a realização dos “gatos” aumentou ainda mais a demanda, fazendo com que a vazão não fosse suficiente (JUNIOR & DINIZ, 2012, p. 87).

O tamanho pequeno, as condições precárias de saneamento básico, o abastecimento de água deficiente, tudo isso, obrigava os moradores a se mobilizar o quanto antes, entrando em conflito com a FLXIII. A melhoria nas moradias, a otimização do abastecimento de água e luz tornaram-se questões a serem equacionadas pelos moradores, pois as promessas não haviam se concretizado. Até mesmo a construção da escola teve a participação ativa do trabalho dos recém chegados moradores, como pode ser atestado no depoimento de Joaquim Severino da Silva:

Eu também trabalhei fazendo essa Escola Nova Holanda, nós trabalhamos lá, onde tem aquele pé de pau [uma árvore que está dentro do pátio da Escola Nova Holanda], que tem a mesma idade dessa escola, 50 anos! Acabei de fazer o muro do outro lado e plantamos aquele pé de árvore na escola. Essa escola foi inaugurada em 61, 62, porque me lembro que eu cheguei aqui e a escola tava terminando ainda (JUNIOR & DINIZ, 2012, p. 125).



O que era provisório se manteve como permanente e realizaram-se estratégias de sobrevivência e resistência ao autoritarismo da FLXIII perante os moradores. Segundo o morador Genivaldo de Oliveira, a sobrevivência dependia mais dos moradores do que da entidade:

(...) Ia buscar água lá do lado de lá da Avenida Brasil no rola-rola... cortava um pneu, tirava aquele aro dele com a borracha e botava no barril; botava dois paus assim, num engate; pegava um vergalhão e saía arrastando ele e ia buscar água lá do outro lado... Quem não podia ter rola-rola, trazia lata na cabeça. Não era muito caro fazer ou comprar um, era 'mixaria', mas ninguém tinha dinheiro pra comprar, entendeu? [...] Antigamente os barris vinham cheios de vinho nos caminhões, quando esvaziavam, eles vendiam. Aí o pessoal comprava, botava borracha, cortava o pneu e a madeira do barril não pegava no chão. Eu trazia ele cheio de lá da Avenida Brasil, de lá do outro lado. Quando nós chegamos aqui tinha água... Foi a própria obra que botou... Tinha uma senhora com o nome de Dona Antônia que ajudava a fornecer essa água... ela vendia. Morava aí na Rua I... Ela já morreu. Ela vendia água. Um barril ela vendia, uma lata ela vendia. A pessoa ia lá com o rola-rola e ela enchia. Ela tinha água na cisterna em casa... Depois teve um senhor com o nome de Seu Juvenal... O Seu Juvenal ali da esquina... Mas ele não vendia, ele dava... Todo mundo ele dava. Morava ali na esquina, ali” (Genival de Oliveira, 2011 – depoimento colhido pela equipe do NUMIM, agosto/2011 apud JUNIOR & DINIZ, 2012, p. 87).

Um comércio local de água se formou, assim como, uma lógica de solidariedade em que moradores ofertavam a água de graça aos seus vizinhos. Havia, portanto, uma mobilização territorializada, que passava pela capitalização rudimentar do fornecimento da água até ações de mutirão. A organização política, mediante a formação de associação de moradores, também foi aprofundada diante destas sequelas produzidas por este planejamento urbanístico precário produzido pelo governo e a FLXIII.

A energia elétrica também era monopolizada pela FLXIII e o seu serviço era precário, ainda que fosse oferecido gratuitamente. Além de ser da péssima qualidade, a distribuição de luz não chegava à totalidade da região, não havendo manutenção eficiente, nem planejamento condizente ao crescente número de moradores.

“(...) Eu até... até trabalhei como... mexendo na instalação de luz todinha, subindo no transformador, arriscando a vida naquela época, né?! E tudo pra poder concertar muito fio remendado... Se você chegasse pro morador pedindo... dinheiro pra comprar fio, ninguém queria dar. Aqui sempre foi isso. Não foi aquela comunidade unida, sabe? Poxa, fulano, isso aqui é pra benfeitoria nossa! (...) Porque a Fundação Leão XIII, chegou uma época que ela abandonou... E tinha uma cabine de luz ali. Essa cabine de luz na época quem tomava conta... era o David e Sr. Ezequiel, né?! O do alto falante. E o João. O João... morador muito antigo... Eram eles que tomavam conta da cabine” (JOSÉ ADRIANO, 2011 – depoimento colhido pela equipe do NUMIM, agosto/2011 apud JUNIOR & DINIZ, 2012, p. 88).



Apesar do incômodo de José Adriano, o resultado foi que, diante da ineficiência do serviço prestado pela FLXIII, moradores formaram uma Comissão de Luz e as bases para a construção de uma Associação de Moradores. O morador Genival de Oliveira explica como era esta relação de controle sobre o equipamento de energia elétrica acontecia na Nova Holanda:

Em 1961, já tinha a Light. Tinha uma associação já, de morador, que a gente pagava um trocado. Não tinha relógio ainda, não tinha nada. Tinha um cara que tomava conta lá da sede, o seu Ezaquiel, e se não pagava aquela taxa, ele ia lá e cortava a luz. Aí, o cara pagava, ele ia lá e ligava de novo. Quando estourava um transformador, queimava um fusível, a gente fazia vaquinha pra comprar outro. A diversão na época era pouca. Não tinha forró naquela época, não P. 120

Mas indignação da população local não se restringia somente às dificuldades urbanísticas da Nova Holanda, muitos questionavam a política de rígido controle sobre a população.

Nos CHPs, o controle sobre os moradores era intenso. Havia normas de conduta e uma série de proibições, como a fixação do horário de entrada e saída na comunidade, a proibição de se fazer qualquer alteração nas casas ou de sua venda e mesmo brigas familiares. O aparato responsável pela administração e fiscalização da convivência sob essas condições contou com a presença constante da Fundação Leão XIII e de um posto policial militar. O governo justificava a ingerência sobre a vida privada com a “desculpa” de que era necessário “manter a ordem e desenvolver hábitos de boa convivência” (JUNIOR & DINIZ, 2012, p. 88).

As normas de controle sobre a vida cotidiana dos favelados apontavam um degrau ético-moral de civilização aos moradores para que pudessem ser alocados para as moradias definitivas. O projeto urbanístico da FLXIII, portanto, definia um padrão ideal de morador merecedor do benefício da casa própria, que era, em última instância a obediência às regras da entidade, desde horário de entrada e saída, até posicionamentos políticos e a conduta moral. A vida privada tinha a regulação das ordenações da FLXIII sob o acompanhamento da polícia a fim de reprimir ações destoantes. As políticas sociais de educação, saúde e aconselhamento ainda existiam, mas a sua efetividade era menos priorizada, forjando a coerção direta e violenta como o seu traço mais marcante, ainda que se postulasse a produção de um consenso pela religiosidade e ação educacional.

A maioria das famílias continuou no “provisório” CHP, mas algumas famílias foram alocadas em conjuntos habitacionais em Vila Kennedy, Vila Aliança, Cordovil e Benfica. A condição jurídica ainda incerta do conjunto da Nova Holanda, sendo

contraposta pelo governo com a promessa de conquista da casa própria, o que mobilizava os removidos a aceitarem as condições de precariedade da habitação. O depoimento de Olizia Correia mostra esta situação:

Eu tinha o papel pra vir. Eu tinha o papel todinho da casa. Eles deram a escritura, mas não era certo de ficarmos aqui, porque isso aqui pertencia à Marinha, aquela coisa toda. Aí, tínhamos, às vezes, de ir ao cartório e levar a escritura do terreno para demonstrarmos se íamos ou não ficar aqui. Na época eles cadastraram da Rua A até essa rua aqui de trás, a Rua I. Mas da Rua I pra cá, até lá embaixo, lá ninguém tinha a escritura. Quando eu cheguei, era barraco, era tudo água isso aqui... Eu entrei dentro dessa casa aqui, era água. Água aqui e terra. Mas no Macedo também teve deslizamento. Aqui na Nova Holanda, graças a Deus, eu comprei a casa. Isso aqui é meu. A minha casa é isso aqui, daqui pra cá (JUNIOR & DINIZ, 2012, p. 143).

Muitos problemas de infraestrutura continuaram nestes conjuntos, acrescido ao problema do transporte público que era extremamente precário nestas localidades. Assim, além das dificuldades cotidianas referentes à luz, fornecimento de água, saneamento básico, os moradores tiveram sérias dificuldades em se adaptar nestes novos bairros populares. A destruição de laços de solidariedade construídos na vizinhança de suas favelas de origem, a dificuldade de transporte, o controle sobre a vida privada executado pela FLXIII, o rompimento com as estratégias de sobrevivência econômica que haviam desenvolvido nas favelas, tornavam a vida após a remoção muito penosa.

De acordo com os traços gerais da FLXIII apresentados, no que se refere ao seu departamento de urbanismo, pode-se concluir as seguintes orientações: *a) remocionismo como prioridade; b) construção de moradias populares como expressão do progresso urbano-industrial, em oposição ao ideal camponês; c) padronização alheia às demandas populares; d) controle e repressão sobre normas de conduta dos moradores como preceito para o assentamento em novas habitações; e) deficiência na prestação de serviços de estrutura urbana.*

Compreender o projeto urbanístico da FLXIII ajuda a explicitar mais nitidamente as intencionalidades do seu projeto educacional. A moradia higiênica, fiscalizada moralmente pela entidade e a ação policial como força repressora seriam o caminho para uma “cidadania”. O que significava retirar os favelados das suas habitações, incrustadas nas regiões mais valorizadas comercialmente e transferi-los para estes conjuntos habitacionais meticulosamente controlados.

Alguns estudiosos do tema apontam que o projeto de Lacerda teria falhado, afinal, sua política urbanística, desenvolvida em parceria com a FLXIII, não conseguiu diminuir as favelas, nem sequer alocá-las para moradias definitivas. Mas a questão fundamental é: será que o objetivo da FLXIII era realmente executar um projeto urbanístico que acabasse com as favelas de maneira a promover a cidadania no seu sentido pleno?

Como já apresentado, a própria estrutura administrativa da FLXIII teve papel importante na ampliação das favelas. Isso porque a demanda por moradias populares era muito maior do que a capacidade de alocar favelados para conjuntos habitacionais. Tendo em vista o rico manancial de informações que a entidade tinha sobre a questão das favelas é extremamente improvável que o seu cálculo não tivesse em conta a inviabilidade de tal empreitada. Por isso, o caráter provisório e precário de suas moradias populares não era fruto de uma ineficiência, mas de um projeto de urbanização definido nos marcos da segregação sócio-espacial, que não se propunha a acabar com as favelas, mas sim controlá-las. Uma maneira de administrar o conflito espacial urbano, de acordo com os parâmetros de redivisão da cidade de acordo com as intencionalidades do capital imobiliário.

Portanto, quando a entidade não consegue estancar por completo as construções e reformas de barracos, mesmo sob a rígida fiscalização de seus funcionários, muitas vezes, inclusive, tendo a participação ativa destes, significa que o seu objetivo na verdade era a contenção e distribuição espacial dos trabalhadores. Era inviável transformar todas as favelas em bairros populares do ponto de vista econômico, já que o ciclo de desenvolvimento era pautado pela exploração de uma força de trabalho abundante, barata e próxima aos centros produtivos urbanos.

Assim como, politicamente, o objetivo fundamental era arrefecer a polarização entre capital e trabalho. Deste modo, não houve ineficiência da Leão XIII, mas a execução de uma mediação político-cultural nas favelas urgente, na qual a cidade deveria ser transformada para este padrão de desenvolvimento.

O projeto de cidade, do qual a FLXIII contribuiu para executar, tinha como delimitador do seu sucesso, não a execução de todas as moradias populares que prometia, ou mesmo apresentar um serviço de qualidade aos favelados, mas sim, remodelar a cidade para uma conformação territorial que arrefecesse os conflitos de

classe e assentasse as necessidades do capital imobiliário. A educação, nesse sentido, deveria cumprir função de “civilizar” os trabalhadores das favelas para esta então nova pactuação territorial, em que a periferia deveria ser ampliada, respeitando a vocação do mercado imobiliário, a distribuição de força de trabalho e a necessidade de atenuar os conflitos de classe no centro urbano.

## **2.5 Mobilização local e resistências**

O acirramento da luta de classes no Brasil no confronto entre as organizações patronais e de trabalhadores influenciou severamente os trabalhos da FLXIII. Não por acaso era recorrente a máxima “é necessário subir o morro antes que dele desçam os comunistas” (SAGMACS, parte I, p. 28). Sobre esta presença comunista nas favelas o relatório da SAGMACS afirma

Na Rocinha, dos 4.300 votos, cerca de 2.300 seriam votos comunistas. As indicações do PC chegam 72 horas antes da eleição. Suas teses: o favelado é dono da terra onde mora. Deve ser dada e não cobrada. É preciso socializar a favela (SAGMACS. 1960, p. 2, I).

Desta forma, criminalizar a militância era afastar os comunistas das favelas e restringir a formação de organizações políticas autônomas dos favelados. A tentativa de educar para os padrões tayloristas-fordistas “sui generis” (conjugando mais-valia absoluta e relativa e intensa precarização das relações de trabalho) não poderia ter êxito com a presença dos comunistas nas favelas, visto que, no período, a luta pelos direitos trabalhistas era axial na agenda do PCB. Mesmo aqueles que não se alinhavam diretamente, ou mesmo distantemente, ao comunismo eram criminalizados por buscar meios mais independentes de participação política.

A democracia ensejada a partir de 1945 impunha a necessidade de métodos mais elaborados para a construção do consenso, em que a educação passava a ter destaque. Assim, a cooperação da população das favelas com a FLXIII era um fator fundamental para o êxito das suas intervenções sociais. Mais do que afastar comunistas, organizações políticas autônomas ou políticos clientelistas, a instituição precisava de apoio para a construção do ideal de cidadania que defendia para os favelados. Propunha assim uma concepção humanista e salvadora aos favelados:

Para enfrentar o problema de cuidar da melhoria humana de nossos irmãos favelados, temos que nos armar de um espírito profundamente cristão, muito

diferente daquele horror burguês que se apossa de certas pessoas bem instaladas na vida que julgam ser as favelas apenas ‘Centros de malandragem’... (Fundação, p. 47, 1955).

Há, portanto, uma visão crítica a um setor expressivo da burguesia que simplesmente considerava a favela um problema policial de ordem repressiva. A proposta seria uma relação de comunhão para que a Fundação pudesse salvar os favelados dos seus desvios morais e da precariedade material. Definia esta cooperação com os moradores das favelas da seguinte forma:

Desde 1946... foi notada a necessidade da criação de um Serviço Social especializado dentro do Departamento de Serviço Social, que arregimentasse o povo, a fim de que seus empreendimentos pudessem ter o êxito almejado, baseado no espírito de ordem e hostilidade... Nessas reuniões inicialmente tumultuadas por elementos desconhecedores das regras mais elementares do convívio social e, bem assim, pela presença de pessoas interessadas na obstrução dos trabalhos, onde, esclarecidas as suas atividades desonestas, foi planejada uma norma de reeducação e adaptação dos assistentes, ambientando-os com a disciplina, com o espírito de solidariedade e com o respeito às opiniões alheias, dentro de um clima nobre de discussões (FUNDAÇÃO, 1955, p. 43).

Neste relato de balanço da FLXIII, esta tarefa de arregimentar o povo para a mobilização local era desenvolvida por assistentes sociais, antes mesmo da sua formalização jurídica e do seu início, no ano de 1947. Isso mostra que a tarefa de estabelecer ações nas favelas não era algo simples, mas sim que exigia muito conhecimento sobre a localidade e planejamento capaz de apresentar uma alternativa real aos moradores abrindo um canal de diálogo e confiança. A polidez do discurso da FLXIII traz implicitamente os conflitos que teve no estabelecimento deste contato inicial com as lideranças populares locais. O que é apresentado como “elementos desconhecedores das regras mais elementares do convívio social”, provavelmente, se refere aqueles que não estavam ambientados e inclinados a aceitar as propostas de cooperação junto à entidade.

Era o setor de Serviço de Comunidade aquele responsável por planejar este árduo processo de aproximação junto aos moradores. Victor Vincent Valla descreve este trabalho como uma atuação que se

(...) dá por intermédio das Associações locais de moradores, espaços estes criados e orientados pela Fundação. São eles que desenvolvem atividades relacionadas com a resolução de questões relativas a melhorias das condições de vida dos favelados, planejando-as a partir do levantamento também realizado pela Instituição (1986, p. 51).

De fato estas associações de moradores eram a articulação necessária à Fundação para estabelecer uma legitimidade local, mas é importante salientar que, já havia um processo de luta local em diversas favelas muito antes, como observado na pesquisa anteriormente. Um acúmulo que, em alguns casos, já tinha resultado em organizações civis relativamente estruturadas, mas em outros estavam num patamar mais frágil, sem coesão organizativa profunda, mas com referências políticas locais bem fortes que poderiam dificultar as ações da FLXIII, caso não houvesse um trabalho metucioso de construção de cooperação local. Na Barreira do Vasco este apoio foi detalhadamente arregimentado, tendo em vista a competição com os comunistas na região, como se pode observar a seguir:

Sr. Valdemar Sigenandro de Carvalho, Presidente da Comissão de Melhoramentos de São Cristóvão, o qual teve palavras elogiosas ao trabalho do Centro D. Jaime de Barros Câmara, sem dúvida, uma realização de grande significado (Jornal A Manhã, 14/12/1947, p. 9)

Havia, nesse sentido, um amplo processo de mobilização local que se expressava nas mais diversas formas, que tinha nas associações de moradores o tipo mais organizado e eficaz de desenvolver um programa de melhorias e reivindicações das favelas. Era resultado de um acúmulo das resistências nas favelas desde o início destas ocupações tais como envio de cartas às autoridades públicas, mobilizações de rua, mutirões que enfrentavam ordenações contra a construção e reforma de barracos. Na década de 1940 ocorreu a sistematização deste acúmulo de experiências de luta na formação de associações de moradores, que passavam a ser alvo das ações de cooperação da FLXIII.

As associações desenvolvem iniciativas capazes de mitigar, se não puder resolvê-los, os problemas que angustiam as famílias da favela, tais como: falta d'água, de esgoto, de habitação higiênica, de energia elétrica, de arruamento e calçamento, higienização do local etc... (FUNDAÇÃO, 1955, p. 35).

A mediação dos problemas das favelas era reconhecida pela entidade como alçada das associações, e, mesmo não resolvendo, poderiam “mitigar”, ou seja, atenuar as circunstâncias adversas de impossibilidade de conquista de direitos sociais plenos. Eis aí a grande preciosidade subjetiva que a FLXIII buscava apropriar e ressignificar de acordo com a sua visão de mundo.

Mesmo considerando o amplo apoio das elites à FLXIII, a sua orientação na resolução do problema das favelas não era uma unanimidade. Havia setores da classe dominante que ainda defendiam a remoção dos favelados por si só e até o retorno destes para o campo como alternativa ao crescimento das favelas. Por exemplo, no dia 18 de maio de 1948, o Ministro da Agricultura apresentou um projeto para a formação de colônias agrícolas destinada aos favelados como forma de viabilizar o retorno desta população para o campo (VALLA, p. 56, 1986).

Ou seja, mesmo considerando a coalizão de poder que sustentava a FLXIII como bem representativa nacionalmente e no Distrito Federal, a entidade era pressionada por representantes das elites a terem posturas ainda mais radicais de extirpação das favelas. Significava não fazer melhorias nas favelas, apenas remover. O caso a seguir mostra este embate entre a política de estímulo aos mutirões da Fundação em choque com a diretriz da Prefeitura do Distrito Federal.

Esta entidade iniciou, na Barreira do Vasco, juntamente com os moradores, um movimento cooperativista, há algum tempo. O povo se reuniu e levantou o dinheiro necessário... Infelizmente, depois de já colocadas mais de 100 metros de manilhas, foi a obra interdita pela Prefeitura, que sustou esse trabalho coletivo feito pelos moradores, sob a infeliz alegação de que a 'Fundação Leão XIII' estava consolidando a favela. Até parece que ao sanear uma favela, dar-lhe água, esgoto, energia elétrica com o dinheiro e o trabalho do povo não fosse a maneira mais acertada e possível de resolver o problema das favelas do Distrito Federal... A solução acertada é, pois, promover-se o saneamento das favelas com o recurso de seus habitantes auxiliados por turmas da limpeza urbana (FUNDAÇÃO, 1955, 26-27).

O trecho revela o quanto a prefeitura estava sujeita a pressões de setores mais conservadores, ainda que sua linha geral fosse de apoio à Leão XIII como principal entidade dedicada às favelas. Não por acaso a Barreira do Vasco foi uma das suas iniciativas de maior vulto, tendo amplo investimento de verba pública, sendo também a primeira a receber as políticas públicas da entidade. Uma favela com grande mobilização política local, antes mesmo do início da atuação da FLXIII. Aliás, com expressiva presença do PCB com o seu Comitê Democrático Popular. No entanto, mesmo tendo apoio da prefeitura e enfrentando um inimigo comum, que era o “comunismo nas favelas”, o mutirão articulado pela Fundação era considerado uma ameaça pelos setores ainda mais conservadores por possibilitar a “permanência” da favela. Assim, a prefeitura, constantemente, embargava as obras nas favelas, mesmo que

a obra fosse mediante o dinheiro e trabalho dos próprios moradores. Daí a crítica da FLXIII, observável também no relatório da SAGMACS (1960).

Importante lembrar que, nem sempre as coisas aconteciam desta forma. Muitas vezes a própria Fundação contrariava permissões da Prefeitura, assim como reiterava ações de demolição de obras executadas a partir de mutirões dos favelados. A postura de incentivar mutirões ocorria nas favelas mais consolidadas e que tinham um alto nível de mobilização política local, em certos casos até com a influência do PCB e PTB. Portanto, ainda que se considerem as rusgas entre prefeitura e FLXIII, não se deve perder de vista que o projeto da instituição era a perspectiva de remoção, a urbanização baseada em segregação especial (excetuando-se casos onde isso era inviável por motivos políticos locais), a partir da construção de conjuntos populares em áreas, normalmente, distantes da favela de origem. A ideia de cidadania, ampliação de direitos aos favelados eram condicionadas a estes princípios.

Outro ponto importante é que o documento da FLXIII a criticar esta postura é de 1955, oito anos posterior do início dos seus trabalhos. Na fase inicial esta orientação de realizar mutirões era importante, mas não era central. Tornava-se central este incentivo aos mutirões como política geral para as favelas a partir de meados da década de 1950, quando as grandes obras de urbanização de favelas, garantidas pelo governo, começavam a perder espaço para uma proposição de remoção para conjunto habitacionais distantes.

Na maioria das favelas, principalmente naquelas onde a remoção era uma realidade mais próxima, o associativismo local era exercido prioritariamente sobre as questões de distribuição de luz e água. Já os que se voltavam sobre questões de construção e reformas de barracos eram duramente perseguidos. Assumia-se que a situação destas favelas seria provisória, tendo em vista a perspectiva de remoção. O fragmento a seguir explica como a concessão de luz e água estaria vinculada à relação de cooperação com a comunidade:

Nesse plano de melhoramentos não pode deixar de ser incentivado o movimento associativo da energia elétrica, que bons resultados já vem proporcionando às famílias e demonstrando que o povo quando bem orientado tem capacidade de resolver seus problemas. Esses movimentos vêm sendo orientados pela Fundação Leão XIII em dezenas de favelas, dentro de um espírito democrático e de responsabilidade pessoal de cada um de seus membros, sendo totalmente banido desse movimento qualquer ideia paternalista ou de protecionismo mal



compreendido e prejudicial à recuperação moral do homem (FUNDAÇÃO, 1955, p. 27).

Através de palestras, acompanhamento de assistentes sociais, através do setor de Serviço de Comunidade da FLXIII, buscava-se educar os moradores para resolver seus dilemas na favela. Contudo, apesar de evocar um “espírito democrático”, na prática, a entidade mantinha um monopólio sobre a concessão de luz e água que estava sujeita às disputas políticas locais, ou seja, o que definia a possibilidade de conquista do direito a um serviço público como luz e água era a aceitação as suas regras de sociabilidade. O que acabava na prática fomentando o fisiologismo, mesmo que retoricamente se contrapusesse ao que chamava de postura “paternalista”, se referindo a comunistas e assistencialistas. Sua educação cooperativista proposta às associações de moradores era permeada por uma postura hierarquizada e ligada à troca de favores.

Segundo o discurso da Fundação teria havido êxito nesta construção de referência sobre a população de diversas favelas:

Em 1947, a Fundação Leão XIII pôde firmar-se no conceito da população dos morros e favelas como organizadora de sociedades de moradores, pois conseguiu inúmeras instalações de bicas, restabelecimento de distribuição de energia elétrica, manilhamento de valas e colaboração técnica na remodelação de várias habitações... (FUNDAÇÃO, 1955, p. 36).

É importante relativizar este testemunho um tanto triunfalista, de fato, a FLXIII gozava de uma representatividade em diversas favelas. Pois isso não a isentava de conflitos com os moradores e suas associações, como já aqui relatado. A negociação política local passava por este tênue equilíbrio entre a concessão de algumas melhorias locais, principalmente na distribuição de água e luz.

O caráter civil de entidade católica a legitimava perante a comunidade, aliviando o peso do Estado que adentrava as favelas com ordens de despejo, ações policiais e todo tipo de proibicionismo sobre os modos de vida dos favelados. Havia uma aproximação com a realidade imediata da favela para além da frieza burocrática do Estado. Contudo, a Fundação vai transformando suas atribuições de acordo com as mudanças na forma de conceber as relações do poder público sobre as favelas.

No decorrer do ano de 1948, foi-nos solicitado pela Prefeitura do Distrito Federal que tomássemos conta da orientação de diversas redes de luz, já existentes nas favelas... Foi dessa determinação um reconhecimento, pela autoridade municipal, dos bons serviços prestados às favelas pelo Serviço Associativo. Cumprindo dessa determinação foram feitos entendimentos com o serviço de Favelas da Prefeitura

do Distrito Federal, Departamento Nacional de Iluminação a Gás do Ministério das Viações e Obras Públicas (Portaria, n. 1, de 4-4-1948) determinando que todas as futuras ligações de luz nos morros e favelas do Distrito Federal deveriam ser previamente aprovadas pela Fundação Leão XIII... (No ano de 1949, a Fundação Leão XIII prosseguiu no trabalho de arregimentação dos moradores dos morros e favelas do Distrito Federal, por intermédio do Serviço Associativo do Departamento de Serviço Social, organizando-os e orientando-os... Com a experiência obtida neste setor (morros e favelas) a Fundação Leão XIII pôde apresentar novas sugestões ao Ministério das Viações e Obras Públicas, que deram ensejo a nova portaria do DNIG, regulamentando, em definitivo, o serviço especial de luz nos morros e favelas... em 1950... foi-lhe facultado solicitar diretamente as ligações de luz para os morros e favelas, quando julgasse conveniente, independente da apresentação da documentação oficial exigida (FUNDAÇÃO, 1955, p. 36).

É neste momento que a FLXIII dá um passo importante na sua institucionalização estatal, ainda que se mantivesse como entidade civil católica. A Portaria nº 1 outorgava ainda mais claramente o monopólio do controle sobre as instalações de luz, de modo que a tornava a entidade mais poderosa no âmbito das favelas, mas, contraditoriamente, mais identificada ao Estado. Cabe lembrar que a Fundação era uma autarquia *sui generis* desde o seu início, mantendo relações ambíguas com o Estado, sendo, inclusive alvo de questionamento de vereadores e da justiça. No entanto, sua apresentação nas favelas no seu primeiro ano era ligada, principalmente, às suas ações sociais, desenvolvendo um discurso humanista que se apresentava como autônomo perante o Estado. Essa mudança sutil na atribuição da entidade e o atrelamento de sua identidade pública fica à de executora direta do Estado, seria um dos vários degraus que iriam tornar a Fundação não mais uma entidade civil híbrida, mas apenas uma instância de Estado, como aconteceria a partir de 1962.

Diante destas mudanças institucionais Valla afirmava que

Orientando e supervisionando a criação de várias associações de Moradores, a Fundação se faz presente na sua gênese, dando-lhes a característica de um espaço criado a partir de um movimento de cima para baixo (p. 54, 1986).

Se é verdade que o movimento de organização de associações de moradores era incentivado pela Fundação, também é verdade de que este ímpeto também respondia a uma pressão organizativa dos subalternos. Por isso, creio que mais do que pensar a formação destas associações de moradores como imposição da Fundação de cima para baixo, é necessário analisá-las pela condição de uma correlação de forças de democracia *restrita*.

A prova de que esta relação é de duas vias, ou melhor, de diversas vias. Uma das orientações da Fundação era que suas ações educacionais e articulações junto às associações de moradores eram parte de uma política de formação de quadros locais. Um dos meios de estabelecer este contato era a partir das suas atividades de recreação e lazer, em que se propunha a “(...) obter a colaboração de todos e proporcionar aos mais capazes oportunidade de direção visando o aparecimento e aproveitamento de *verdadeiros líderes* (grifo meu)” (FUNDAÇÃO, 1955, p. 47). O caldo cultural democrático restrito que se abria a partir de 1945 confirmava a partir desta concepção da FLXIII uma perspectiva de disputa da sociedade civil em que os quadros dirigentes locais deveriam ser arregimentados e formados, não fora da favela, mas ali mesmo, reunindo em si, a legitimidade local e a concepção da Fundação que buscava ser universalizada.

Esta seção apresentou as características da FLXIII no que se refere à mobilização das comunidades e a sua ação institucional. Tendo em vista a orientação de influenciar e fundar associações de moradores como forma de incentivar os mutirões, foi possível observar um padrão de atuação. Sua articulação planejada a partir do setor de Serviço de Comunidade propunha ministrar palestras, cursos para lideranças locais, assim como estabelecer relação com associações de moradores a fim de desenvolver obras em regime de mutirão, disseminando um ideal de sociabilidade que colocava sobre os ombros do favelado a responsabilidade de construir pelas próprias mãos a sua urbanização.

Mostrei duas fases da Fundação. A primeira, de organização de moradias na própria favela, como foi o caso da Barreira do Vasco. Em que desenvolveram ações de melhoramento da estrutura urbana nas favelas, em parceria com moradores, mas com auxílio da verba pública. Já na segunda fase, a partir da segunda metade da década de 1950, a tendência anterior vai decrescendo aos poucos, até o início dos anos 1960, quando se aprofundava a orientação de limitar os melhoramentos locais, fosse por fiscalizações duras contra obras, ou por manter as melhorias, *exclusivamente*, baseadas em mutirões, sem o investimento público. Focando, assim, na remoção para conjuntos habitacionais distantes das favelas.

Esta orientação estava sujeita a uma correlação de forças. Nas favelas mais organizadas politicamente, tal como a Barreira do Vasco, havia uma agenda de serviços

sociais, propostas de parcerias para o estabelecimento de mutirões para obras, tal como o manilhamento de extensas áreas. Contudo, setores conservadores apontavam esta política como forma de manter as favelas, por isso, a prefeitura proibiu uma obra deste tipo. Ou seja, as obras de urbanização deveriam ser canalizadas, claramente, para o fim da favela.

Em favelas com nível médio de mobilização local havia meios de articulação de resistências junto a Fundação para a construção e reforma de barracos, além de concessão de serviços de luz e água, que também eram negociados.

Naquelas favelas em que havia iminência de remoção, a política da FLXIII era mais dedicada a negar qualquer tipo de permissão de construção e reforma, assim como distribuição de água e luz, tendo poucos serviços sociais dispostos aos moradores. A entidade se focava em fazer o cadastro dos moradores, o levantamento de dados, a formalização de casamentos e documentação para que houvesse rápido manejo de moradores para os conjuntos habitacionais.

Neste sentido, o fio central da perspectiva de organização urbana da FLXIII era a remoção, no entanto, estava mediada de acordo com a correlação de forças de cada favela. Cada uma possuía especificidades que deveriam ser analisadas e proposta uma solução específica. As favelas grandes que eram mobilizadas conseguiram produzir uma agenda de melhorias que era impostas à Fundação e muitas vezes passavam por fora da entidade, contrariando o discurso de que seu domínio era absoluto nas favelas. Era justamente nestas favelas que a educação tinha grande importância na dinâmica de intervenções da entidade.

### **Capítulo III – A Educação da FLXIII: consenso e coerção na construção da cidadania dos favelados**

#### **3.1 A escola**

Os Centros de Ação Social (CAS) foram um grande diferencial da FLXIII. As suas intervenções sociais eram produzidas no território dos favelados. Para pensar os seus projetos educacionais é fundamental compreender como o CAS interligava âmbitos institucionais distintos forjando uma articulação pedagógica junto ao Serviço Social e aos clérigos.

Inicialmente, apresentarei como funcionavam as unidades escolares, desde a sua parte estrutural, até formas de funcionamento pedagógico e administrativo, abordando, assim, a dinâmica mais concreta e cotidiana do desenvolvimento do seu trabalho educacional nas favelas.

Cada favela possuía uma dinâmica. Ainda que houvesse centralização de orientações bem definidas, diferentes realidades ocorriam de acordo com as escolas e educadores. O programa escolar era o mesmo praticado pela Prefeitura do Distrito Federal, tendo, inclusive, a participação da FLXIII na sua formulação, contudo, diversas variações curriculares ocorriam no cotidiano, como mostrarei mais a frente.

Em alguns casos, a entidade administrava escolas da municipalidade, em outros, possuía suas próprias escolas. Em geral, os edifícios escolares eram utilizados para vários fins, articulando, educação, serviço social, festividades, reuniões das associações de moradores, atividades do setor de saúde e cerimônias religiosas. Na Barreira do Vasco, por exemplo, o prédio era usado para missa aos domingos, assim como para dar aula cotidianamente (SAGMACS, 1960, p. 29).

Tal multiplicidade de usos do espaço escolar, conforme o relatório, era uma regra nas suas escolas: “o edifício tanto é usado para a missa dominical, para shows, como para dar aula. No começo, os alunos não sabiam muito bem como se portar e agiam na missa como se estivesse em aula. Os novos procedem como se estivessem em suas casas” (SAGMACS, 1960, p. 29).

Cada território, nesse sentido, tinha uma específica realidade escolar. Por isso, para fazer uma análise coerente a esta situação faz-se necessário um olhar qualitativo sobre as características da educação, tomando por base cada favela. O relatório SAGMACS apresenta um interessante estudo que unificou dados do IBGE e da Fundação, acrescentando a estes resultados os levantamentos que realizou. Traçou um panorama detalhado das condições das iniciativas educacionais nas seguintes favelas: Barreira do Vasco, São Carlos, Telégrafos, Parque Proletário da Gávea e Providência. O quadro geral traz diversos dados da situação geral dos equipamentos escolares e da situação do ensino nas favelas estudadas, o que ajudou a contextualizar. Além disso, o relato sobre as Fundação é bem rico, possibilitando um levantamento sobre as escolas da entidade com muitos detalhes, afinal, sua participação educacional nestas favelas era muito importante. Analisarei as 5 favelas, dando maior ênfase à Barreira do Vasco, local sobre o qual foi possível reunir maior número de registros.

A seguir os dados:

		EQUIPAMENTO E NÍVEL ESCOLARES				
		PESOS	BARRERA DO VASCO	SÃO CARLOS	TELEGRAFOS	PARQUE P. DA GÁVEA
						PROVIDÊNCIA
	LOCAIS					
1	EM NÚMERO SUFICIENTE	4				
2	EM MÁU ESTADO	2				
3	DISTANTES DAS RESIDÊNCIAS	2	*			
4	AUSÊNCIA DE PÁTIO OU GALPÃO	2				
	EQUIPAMENTOS					
5	FALTA DE HIGIENE NOS W.C.	2				
6	AUSÊNCIA OU MÁU ESTADO DOS CHUVEIROS	1				
7	AUSÊNCIA OU MÁU ESTADO DAS PIAS	1				
8	AUS MATERIAL RUDIMENTAR PA. MÉTODOS ATMOS	1				
	PROFESSORES					
9	INSUFICIÊNCIA PEDAGÓGICA. Nº E QUALIDADE	4				
10	BRUTALIDADE	1	*	*	*	*
11	SUBSTITUIÇÃO FREQUENTE CAUSAS	3	*			
12	a- FALTA DE ASSIDUIDADE CAUSAS	3				
	ALUNOS					
	b- CONSEQUÊNCIAS NEGATIVAS DA PROMISCUIDADE	2			*	*
13	FREQUÊNCIA IRREGULAR	3				
14	EVASÃO ESCOLAR	3	*			
15	INTERRUPÇÃO DO CURSO PRIMÁRIO	3				
16	ASSISTÊNCIA MÉDICA	3	*	*	*	*
	ATIVIDADES EXTRA CURRICULARES					
17	SOPA OU MERENDA ESCOLAR	4				
18	BIBLIOTECA	2				
19	JORNAL	1				
20	FESTAS E COMEMORAÇÕES	2				
21	HORTA ESCOLAR	2				
22	RECREAÇÃO EM GERAL	3				
23	ATIVIDADES ESPORTIVAS	3				
24	ESCOTISMO	1				
25	EXCURSÕES	2				
26	ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES	3				
27	CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS	4				
28	ESCOLA DE PUERICULTURA, CRECHE, J. INFÂNCIA	4				
29	POSSIB PROSSEGUIR ESTUDOS APÓS C. PRIMÁRIO	4				
	MÉDIA					

(1960, p. 21)

O quadro faz alguns apontamentos, contrariando as impressões do senso comum, de que todas as favelas não tinham escolas o suficiente. De acordo com o relatório, havia um número considerável de escolas nas regiões das favelas pesquisadas,

excetuando-se São Carlos, que tinha menos escolas à disposição nas proximidades. O que não significava a escolarização massiva das crianças como mostrarei a seguir. Além disso, esta tendência não era verificada em todas as favelas, pois muitas sofriam com a falta de escolas. De qualquer forma, surpreende que houvesse uma difusão minimamente regular de escolas nestas favelas citadas. Inclusive, de acordo com o relatório, além das escolas públicas, existiam escolas privadas espíritas, protestantes e até maçons. Era o caso do Jacarezinho, onde “além da escola da Fundação Leão XIII, há três mantidas pela Igreja Batista, uma dos Pentecostais, uma da maçonaria, além de escolas particulares” (SAGMACS, 1960, p. 28).

Quando o assunto é estrutura escolar e condições físicas o resultado já é bem mais desanimador. O quadro mostra problemas na estrutura das escolas e limpeza, principalmente escassez de materiais pedagógicos.

No morro do Querosene, a FLXIII, administrava a Escola Nossa Senhora Salete, que, segundo o jornal Correio da Manhã, de 1947 até o ano de 1949, teria atendido a 700 crianças.

Escola Nossa Senhora da Salete (...) mantida pela Fundação Leão XIII no morro do Querosene com o auxílio de abnegados colaboradores, à frente dos quais se encontra o sr. Altair Gonçalves, completou agora mais um ano de suas atividades, instruindo, educando e assistindo aos moradores daquele abandonado recanto da cidade. Mais de 700 alunos já ali adquiriram as noções indispensáveis a uma vida mais capaz de satisfazer as necessidades de seus entes. As aulas têm sido ministradas com a colaboração direta da Matriz de S. Francisco, Salete e Fátima e o corpo docente, sob a supervisão do seu presidente, o congregado Altair Gonçalves consta dos professores Antonio Batista Soares... (...) Além dessa obra de instrução, foram regularizados registros de nascimentos de mais de 180 e 26 casamentos de pessoas que viviam irregularmente (Correio da Manhã, 26/05/1949).

O relato da SAGMACS sobre esta escola é bem menos encorajador. Mais de dez anos depois do registro do jornal Correio da Manhã, assim era feito o seu balanço institucional:

No morro do Querosene, setor de São Carlos, só existe uma escola que funciona em colaboração com a Fundação Leão XIII e a Congregação de São Francisco de Assis. Atende a 50 crianças e também mantém um curso noturno de alfabetização. As crianças do São Carlos recorrem ainda às escolas públicas do Canadá e Pedro Varela, localizada nas suas proximidades. Com a ajuda de comerciantes, um particular criou uma escola ainda não oficializada, freqüentada por 35 crianças. Recebe diariamente do SIAPS, 30 almoços e 30 jantares. Poucos morros necessitam de escolas como o São Carlos, cuja a população infantil está calculada, pela Fundação Leão XIII, em mais de sete mil crianças, quatro mil de 0 a 6 anos, três mil de 7 a 13 anos (SAGMACS, 1960, p. 28).

Como se observa o número de atingidos pela FLXIII era muito aquém ao necessário. Num universo de cerca de 7 mil crianças se atendia a 50 crianças, além de um curso noturno de alfabetização de exíguo alcance, a ponto de gerar uma mobilização local para o estabelecimento de uma pequena escola particular.

Além da incapacidade de dar conta da demanda, as condições de trabalho da escola eram péssimas. No São Carlos a situação era extrema. A jornada escolar não ultrapassava 4 horas, provavelmente, em função das dificuldades materiais da escola. O curso de Alfabetização tão aclamado pela entidade estava minguando.

O curso de alfabetização teve de ser fechado, devido a exiguidade do espaço. O jardim de infância foi suprimido pelo mesmo motivo. A escola não tem quadros, nem mapas, nem lugar para fixação de cartazes, o que poderia vir a motivar o ensino, despertando o interesse dos meninos. (...) A escola do Centro de Ação Social possui salão amplo, mas foi preciso dividi-lo com lençóis para separar as classes. Funcionam assim 4 classes, duas do primeiro ano, uma do segundo e uma do terceiro, com cerca de 35 alunos em classe. A professora queixou-se da falta de material de ensino, da mudança frequente das colegas (SAGMACS, 1960, p. 30).

A separação dos cômodos por lençóis tão comum nos barracos da época era replicada na estrutura da escola, diante da dificuldade de adquirir construções adequadas. A falta de materiais era uma situação corrente entre as escolas da FLXIII.

Na Rocinha o número de escolas também era insuficiente, considerando-se as suas proporções. Assim, mesmo sendo uma das maiores escolas da FLXIII, ainda era muito pouco: “Na Rocinha a Fundação também mantém uma escola que funciona em três turnos e atende a cerca de 500 crianças, número insignificante para essa população, com a agravante da distância” (SAGMACS, 1960, p. 28).

A Praia do Pinto era uma das favelas mais assediadas pela FLXIII, pois a perspectiva de remocionismo era forte devido a pressão da especulação imobiliária. A oferta de escolas era considerável, embora maior do que em outras favelas, estava aquém da população em idade escolar, ainda que considerando as opções escolares próximas:

Depois da construção dos apartamentos, o número de menores da Praia do Pinto diminuiu de cerca de 2.000 para cerca de 1.000 quase metade, portanto. Encontram assistência escolar próxima na escola da Fundação, com capacidade para 138 alunos, nas escolas municipais “Henrique Dodsworth”, “Manuel Cícero” e “Júlio de Castilho”, e, ainda, na escola do Parque (SAGMACS, 1960, p. 28).

Além da localização geográfica privilegiada na zona sul, o número de habitantes havia diminuído quase pela metade, em função da construção do bairro popular São Sebastião (1955), pela Cruzada São Sebastião. Motivo que tornava a oferta de



matrículas um pouco mais fácil, desafogando a escola da FLXIII, que certamente não daria conta, pois atendia apenas a 138 alunos, num plano de 1.000 crianças.

A escola municipal Humberto de Campos era dirigida pela FLXIII. Este era um dos casos em que a entidade não utilizava a sua estrutura interna, mas o aparato público enquanto administradora. Bem localizada, a cerca de 100 metros da moradia da maioria dos alunos, a escola possuía condições melhores que a média das outras favelas:

No morro dos Telégrafos, o número de escolas parece suficiente. A escola da Fundação está em bom estado de conservação e se acha a menos de 100 m das residências dos alunos. Tem pátio, embora não tenha galpão. A higiene do W.C, chuveiros e pias é boa e são bem utilizados. (...) A escola tem assistência médica. Mantém 1ª e 2ª séries; ensina o programa oficial da Secretaria de Educação. D. T. acha que deveria ainda se ensinar as meninas corte e costura e bordados. Ensina canto e desenho, mas na sua opinião, os pais dos alunos esperam apenas que ela “tome a lição”, ensine a ler. Os principais problemas da escola são a subida íngreme do morro, calor, bancos gradeados, falta de divisões entre as classes. A escola não oferece sopa, simples merenda. Mas as crianças refugam o queijo e o leite, alegando doença, recomendação dos médicos ou objeção dos pais. A escola tem biblioteca, teatrinho, algumas atividades esportivas e comemora datas cívicas.

Apesar disso, ainda havia limitações, pois a dificuldade com a ausência de divisória entre as salas era um forte inconveniente ao bom andamento das aulas. Sinal de que não era realizado o planejamento para a adequação das instalações para as especificidades de uma escola. Havia improviso, mesmo considerando que a FLXIII recebia doações de terreno e repasses de verba da prefeitura. Outro dado curioso é que mesmo em alguns casos, quando tinha instalações para atender a demanda, segundo a SAGMACS, havia um número muito baixo de educandos:

Quanto ao curso de alfabetização de adultos não funciona por falta de alunos, fato que não deixa de causar estranheza. Há pouco contato entre a escola e os pais dos alunos. Segundo a professora, os pais acham que tudo está bom, mas nunca se promoveu uma reunião entre eles e os mestres para apurar a impressão” (SAGMACS, 1960, p. 29).

Nas famílias de melhores condições financeiras e estáveis é possível notar depoimentos que valorizavam a escola enquanto espaço prioritário para a educação dos filhos, tendo em vista a projeção no mercado de trabalho, enquanto uma forma de distinção social. Contudo, no caso apresentado acima, havia a escassez de alunos no curso de alfabetização. A pouca procura poderia estar relacionada à falta de diálogo junto à comunidade, ou mesmo aos conflitos cotidianos relacionados às questões de

moradia em que a FLXIII acabava restringindo a reforma e a construção das habitações. Havia de fato uma desconfiança sobre a entidade, o que poderia afetar a capacidade de manter um público condizente com as suas estruturas, mas também havia a conduta de pais de baixa renda que, de algum modo, percebiam que as escolas não eram destinadas aos seus filhos e às suas necessidades educacionais, principalmente na questão do emprego.

Na Barreira do Vasco o investimento de esforços da FLXIII foi mais intenso, tendo em vista o projeto de urbanização que dirigiu sob o apoio institucional da Prefeitura do Distrito Federal, Mendes de Moraes (FUNDAÇÃO, 1955). O início do programa da FLXIII, emblematicamente, aconteceu no dia 1º de Maio. A inauguração contou com a presença de grandes personalidades do governo e até discurso de operário saudando a iniciativa (A Manhã, 11/05/1949). Aliado ao empreendimento urbanístico a educação era propagandeada como um dos pilares desta transformação cidadã na região e era a educação integral a responsável pela melhoria nas condições de vida das crianças.

A sua escola, a Carmela Dutra, funcionava “nos três turnos tem uma matrícula de 360 crianças, sendo, que à noite, também funcionam cursos para adultos. 120 moças frequentam as aulas de corte, costura e bordado. Muitas delas já podem ser consideradas peritas na arte de fazer vestidos” (Jornal A Manhã, 14/12/1947, p. 9). O edifício da escola cumpria o papel de centro religioso, abrigando shows e missas.

Abaixo se pode observar a planta da escola artesanal da Barreira do Vasco. Um setor fundamental das escolas da Fundação, em que é possível constatar a separação das instalações por gênero. Cabe salientar que, no projeto abaixo, as carteiras não são as usualmente utilizadas nas unidades do ensino fundamental, visto que as crianças ficariam em uma única grande mesa. Eram escolas de reduzido tamanho, o que indica a admissão de turmas multisseriadas, situação que merece investigação mais sistemática.

DISTRITO FEDERAL GRÁFICO B 13  
ESCOLA ARTESANAL FEMININA DO  
CENTRO SOCIAL DA FUNDAÇÃO LEÃO XIII  
ELABORADO POR ECONOMIA E HUMANISMO 1958



EnB 136

(SAGMACS, 1960, p. 30).

A educação profissional era um pilar importante da FLXIII, tendo diversos cursos nas suas escolas artesanais. Sobre as instalações da escola artesanal feminina assim refere-se o relatório SAGMACS:

Acha-se instalada num prédio de sólida construção, onde uma parede separa as duas seções que se comunicam por uma única porta. A escola atende a duas turmas: a da manhã, que funciona das oito às doze horas com um intervalo de meia hora, às dez; e a da tarde, que funciona das 13 horas às 17 horas, com um intervalo às 15. A escola só aceita alunas de 10 à 14 anos e não há seriação. O tempo médio de permanência na Escola é de um a dois anos. A escola só comporta 30 alunas, mas frequentam-na 37, distribuídas entre as duas turmas; isso porque a diretora do Centro acha que deve receber alunas além da capacidade da escola “para que as moças não fiquem na rua”. No princípio aplicava-se um teste de seleção, mas pelos motivos indicados, perdeu a razão de ser (SAGMACS, 1960, p. 30).

A superlotação era uma condição dos seus cursos profissionais, pois a escassez de recursos, gerava a formação de turmas que utilizavam o menos possível de estrutura, não tendo assim capacidade de atender plenamente a comunidade. A rigor, muitos desses cursos poderiam ser considerados como depósito de adolescentes. Afinal, a escola era pensada como espaço de resistência à perversão moral da favela, como instrumento “para que as moças não fiquem na rua”.

Os materiais das aulas eram bem restritos. A seguir uma interessante descrição do que as aulas de artesanato dispunham:

O equipamento da escola consiste em 15 bancos, oito cadeiras, uma máquina de costura, um filtro, um rádio e uma estante com alguns livros. Há também um quadro-negro instalado na parede e uma mesa de trabalho no centro da sala. A biblioteca está numa estante de madeira pintada de azul, coberta por uma cortina de matéria plástica que protege os poucos livros existentes, em geral romances para mocinhas (SAGMACS, 1960, p. 30).

As condições eram limitadas, ainda mais para um contingente de 37 alunas, em geral. Havia rodízio para o uso dos materiais, o que tornava as aulas ainda mais complicadas de serem desenvolvidas, e, provavelmente, desestimulantes para as alunas. A segmentação de gênero é sempre reafirmada, até mesmo na leitura proposta às alunas, onde se considerava os “romances para mocinhas” os mais adequados para formar donas de casa mais conscientes do seu papel social.

O resultado pedagógico, de acordo com o depoimento da professora, era desanimador:

A professora declarou com pesar que “não sente” suas alunas, isto é, não consegue estabelecer com elas um bom relacionamento. Considera este um fator de importância no sucesso da escola. Os pais raramente têm contato com a professora; na sua expressão, “não me honram com suas apreciações” (SAGMACS, 1960, p. 30).

Tamanhas dificuldades materiais e esta relação de encarar a escola enquanto proteção contra a vida indolente da favela, uma espécie de “depósito”, não comovia nem as alunas, nem os seus pais, resultando em apatia e dificuldades para a professora em estabelecer um bom relacionamento. A professora procurou manter relações com os pais via assistência social da Fundação, no entanto, segundo a fala da professora haveria escassez de profissionais para tal intermediação (SAGMACS, 1960, p. 30).

O cotidiano das aulas, pelo que é relatado, era bem penoso, tanto para professores, quanto para as alunas.

Sua maior dificuldade é a falta de espaço que não lhe permite realizar outras atividades. Não há nenhum programa tecnicamente estabelecido. Ensina-se mais bordado, embora também entrem nas diretrizes da escola os trabalhos de madeira, cortiça, tricô, crochê, roupas de crianças. A professora acha que deve ensinar o fabrico de flores artificiais, embora saiba que os pais desejam unicamente que as filhas aprendam costura. A maioria não aproveita bem o ensino. Isso por diversos motivos: desinteresse, falta de atenção, falta de gosto. A freqüência também é irregular, porque muitas meninas têm de ficar em casa para auxiliar a famílias nos misteres domésticos. Qualquer trabalho tem de ser supervisionado muito de perto. “Tenho que ficar ali em cima”. Sabe por experiência que, entregue a si, a aluna raramente consegue repetir um trabalho anteriormente realizado em boas condições (SAGMACS, 1960, p. 30 e 31).

A inadaptação do espaço é um problema recorrentemente apontado nos relatos, que explica, em parte, as dificuldades cotidianas. Também é lembrado pela professora d. A. “que os motivos são a subnutrição e a necessidade de ajuda em casa. Acha que os pais matriculam as filhas na escola para evitar que vagueiem pelas ruas e becos da favela (SAGMACS, 1960, p. 31). Por ventura, o trecho anterior apresenta indícios interessantes para analisar mais detidamente as causas das dificuldades cotidianas da Escola Artesanal Feminina. A falta de uma diretriz para o desenvolvimento dos cursos é surpreendente, considerando-se o caráter centralizado da Fundação e as pressões que sofria do governo. O resultado era que os cursos se desenvolviam de forma improvisada, de modo que a professora era obrigada a pensar um planejamento curricular, sem que houvesse acúmulos, discussões e resoluções que a orientasse. Todo o levantamento de dados e acompanhamentos efetuados por assistentes sociais, pelo que parece, não estavam interligados com o setor educacional de maneira a pensar prioridades pedagógicas de acordo com a demanda local. Estas informações eram mais utilizadas para ações de remoção, controle cotidiano sobre as mobilizações locais do que para os seus projetos educacionais escolares.

Ocorre, inevitavelmente, um conflito entre a expectativa da professora, das suas alunas e de seus pais. Enquanto os pais esperam um ensino que as preparem mais diretamente possível para o mercado de trabalho, as professoras eram mais inclinadas a um referencial educacional abrangente e humanista. Daí, a professora concluiu que as motivações de suas dificuldades cotidianas são produzidas por uma incapacidade de suas alunas. A incompreensão dos seus pais e a desatenção das alunas perante o conhecimento que é apresentado pela professora só pode ser solucionado, ainda que muito restritamente, por um acompanhamento rigoroso, que pressupõe a incapacidade das alunas.

A realidade da Escola Artesanal Masculina tinha dificuldades semelhantes, mas também singularidades em relação aos cursos femininos. Algo profundamente relacionado à posição que cada gênero deveria ter na sociedade, de acordo com o ideal político-pedagógico da Fundação.

Na secção masculina da Escola Artesanal, há sete bancadas individuais, uma mesa com seis lugares, uma serra circular movida por um motor de meio HP; uma serra de fita de fita com motor de 1/3 HP; uma furadeira vertical, com motor de 1/4 HP; uma lixadeira manual; uma máquina e soldar com força de 120 w; um fogareiro elétrico. Presentemente, a escola tem 18 alunos, embora as matrículas continuassem abertas quando visitamos o estabelecimento. Todos os anos a escola encaminha alguns meninos ao SENAI a diversas profissões. Trinta já foram encaminhados até a presente data, e alguns formados, já ganham 11.000 cruzeiros mensais trabalhado em off set (SAGMACS, 1960, p. 31).

O curso masculino era pensado para áreas profissionais bem distintas da feminina, tais como soldador, carpinteiro, marceneiro. A relação com o trabalho industrial era bem mais direta, sendo o encaminhamento de alunos para o SENAI uma marca dos cursos masculinos. Curioso que fosse comum que as mulheres acabassem ocupando postos de emprego nas indústrias próximas às favelas, no entanto, este não era o perfil das escolas artesanais femininas. Aos homens, o trabalho na indústria era apresentado como uma ascensão social, enquanto às mulheres focava-se em formar, principalmente, donas de casa preñadas.

Como na escola feminina, as dificuldades de estrutura do prédio e de materiais eram marcantes.

A escola, como a feminina, tem capacidade apenas para 30 alunos, distribuídos pelas duas turmas. O professor trabalha a cinco anos. A finalidade da escola, que foi inaugurada em 1942, é despertar vocações para o trabalho e produzir bons profissionais. No entanto, ainda é considerada, por muita gente, como passatempo. Geralmente, o menino que considera dessa maneira, não é eficiente. Os alunos, entre 11 e 14 anos, estudam na escola da Fundação. A situação material e disciplinar, entretanto, é bastante precária. As máquinas não agüentam trabalhar

oito horas por dia. A falta de material para o trabalho cria conflitos entre os alunos. Só há um armário para guardar toda a ferramenta, o que trás brigas. O ingresso na escola de um grupo de adolescentes maconheiros prejudicou a disciplina. Como não há água na escola, os alunos pedem para beber em casa, lá ficando mais de uma hora. O banheiro fica afastado da sala de aula e os alunos arranjam todo pretexto para demorar-se nele. É o banheiro do Centro, usado por pessoas de todas as idades. Há ferramentas apenas para seis alunos. Acontece, frequentemente, que todos precisam, a um tempo, da mesma ferramenta e torna-se difícil controlar a aula. Um dos seus problemas é o cuidado com a ferramenta de corte, dada a agressividade latente dos alunos (SAGMACS, 1960, p. 31).

Não havia material suficiente e em qualidade que desse conta do número de alunos, o que tornava difícil o andamento das aulas práticas, assim como acontecia com o curso feminino. Mais uma vez observa-se que ocorria uma assimetria entre a escola e os interesses dos estudantes, que entendiam a aula como um “passatempo”. O desinteresse é notório, de modo que diversas formas de resistências às aulas eram produzidas, mesmo que houvesse a promessa de um bom emprego no futuro. A debilidade material das instalações e a noção de despertar a “vocação para o trabalho” parecem ter sido responsáveis pelas dificuldades mais imediatas do curso masculino.

A falta de orientação curricular também pode ser considerada na análise para se compreender as dificuldades ocorridas na Escola Artesanal Masculina. Segundo o relatório SAGMACS,

A escola não tem programa. O instrutor projeta um trabalho guiado pela sua experiência profissional. Não pode castigá-los porque se o fizer não voltam. Só pode adverti-los de que serão desligados se repetirem a falta. Há grande porcentagem de faltas: têm necessidade de ajudar a família, de trabalhar em casa. Os pequenos ajudam a fazer o almoço. Às vezes, as amigadas, a “pelada” determinam faltas. Quando o pai adoece têm de abandonar a escola para trabalhar (SAGMACS, 1960, p. 31).

Mais uma vez fica explícito que o improvisado era o único meio de desenvolver as aulas diante da ausência de uma reflexão e orientações curriculares mais definidas. Assim, ficava a cargo de cada professor o perfil da aula a ser ministrada, ocasionando uma sobrecarga de trabalho, ainda mais se considerando as dificuldades materiais da escola e as adversidades sociais cotidianas que os alunos enfrentavam, principalmente no que se refere a pressão para que abandonassem o curso e fossem trabalhar.

Do que a Fundação se propunha a fazer com os seus cursos e o que acontecia de fato era um abismo. De acordo com o professor, assim era relatado o cotidiano das aulas:

Na realidade, o instrutor só ensina marcenaria. Diz que as condições da Escola não permitem que ensine outra coisa. Faz objetos que sejam aplicáveis à venda. Do seu

resultado 30% cabem ao aluno. Acha que o trabalho em equipe para os favelados não dá certo, porque “Tem sempre um que não quer fazer força”. O instrutor está sem receber material há mais de dois anos, devido à situação financeira da Fundação. O professor acha que um teste de seleção é indispensável, como se fazia a princípio. A falta de material (madeira), os alunos ficam brincando, jogando damas ou ocupam o tempo limpando a escola. Apesar de inúmeros pedidos, o material não chega. Não estranha, portanto, que nesse ambiente, proliferem vícios, sobretudo a maconha. Por tudo isso, verifica-se que a louvável iniciativa da Fundação está ameaçada de ruína à falta de recursos e boa orientação técnica (SAGMACS, 1960, p. 31).

Devido às inúmeras dificuldades materiais sobrava ao professor apenas tentar ensinar a marcenaria, de modo que houvesse a possibilidade dos estudantes conseguirem alguma renda. No entanto, mesmo restringindo o curso a uma área, a escassez de materiais tornavam as aulas um espaço de informalidade e brincadeira. Compreensível, portanto, o porquê de que os estudantes achassem que as aulas eram apenas um “passatempo”.

No Parque Proletário da Gávea a Escola Artesanal também tinha suas dificuldades cotidianas:

D. já estive na escola de Orientação Profissional do Parque, no setor de estofaria. Já estava sabendo fazer muita coisa e era quem mais ajudava o responsável pelo setor. (...) Saiu porque o novo responsável é muito bruto, bate nos meninos, briga e xinga muito com eles. D. gostaria de fazer o ginásio e ir para o SESI. Ser estofador é serviço de que gosta, pois não é serviço pesado As moças cedo vão trabalhar em fábrica. O casamento ou a simples amigação representa para muitas uma libertação do trabalho da fábrica, uma possibilidade de acesso social (Relatório SAGMACS, 1960, p. 7).

Nesse caso, eram ressaltadas a violência física e simbólica como motivos do afastamento de diversos estudantes. Além disso, o interesse por seguir a carreira profissional na área de estofados é indicado pelo jovem revela que mesmo diante das dificuldades a necessidade de conquista de emprego era uma prioridade para muitos jovens. O prosseguimento, portanto, dependia, em muito, da capacidade de apoio familiar e da compreensão do que aquela educação significaria em curto, médio e longo prazo para o estudante.

As condições físicas da escola Carmela Dutra também eram bem difíceis, causando sérios inconvenientes como calor excessivo durante as aulas e dificuldade com os materiais básicos necessários à escola.

As referências ao calor se explicam pelo tipo de construção da escola. A coberta de amianto concentra calor. Até as carteiras esquentam com o mormaço. D. N. é professora e coordenadora, ensina no jardim de infância pela manhã e no preliminar. O ambiente dessa escola é diferente do habitual. Os alunos são os primeiros a dizer ‘nem parece escola’. A falta de uniforme contribui para isso. Na



roupa com que brincavam o dia todo, não têm noção de aula (SAGMACS, 1960, p. 29).

O não reconhecimento de características escolares na escola da FLXIII parece ser um dado que aponta para a ideia de que a sua estrutura não era preparada para a dinâmica de ensino, sendo na maioria das vezes resultado de improvisações diante da precariedade material. A organização das salas mostra esta situação: “os alunos reclamam das salas de aula todas juntas, tendo apenas cortinas à guisa de separação. Reclamam do calor e dos bancos duros” (SAGMACS, 1960, p. 29).

O material escolar é velho e inadaptado. O salão é um só, dividido por cortinas. Para dar aula as professoras convencionam dar a mesma matéria aas diversas séries. Uma turma não pode receber aula de linguagem, enquanto na outra se aprende matemática – Leia-se tabuada – porque esta é ensinada em voz alta. Os quadros negros são precaríssimos. De vez em quando um deles cai provocando grande tumulto. Para os alunos chegarem à mesa da professora, é preciso que passem por cima dos bancos de seus colegas (SAGMACS, 1960, p. 30).

Aqui também é expressa esta característica de não haver divisórias para as salas de aula, o que tornava inviável a coexistência de turmas concomitantes. Assim como os materiais escolares eram insuficientes e precários, o que estaria relacionado às restrições orçamentárias da prefeitura. A descrição da alimentação das crianças, observada por pesquisadores da SAGMACS, retrata estas dificuldades materiais na escola Carmela Dutra também no âmbito da merenda escolar:

(...) os alunos se aglomeram em torno da professora que segura o bujão. A distribuição é farta. Os recipientes variam de tamanho: copos pequeninos, xícaras maiores, medidas de meio litro e até litro. Encontram-se por perto de algumas mães. Ficam paradas sem dizer nada, assistindo a cena e algumas esperando pela sobra dos bujões. A professora usa uma canequinha de alumínio que serve de medida para poder fazer uma distribuição mais justa. Para cada criança um copo normal, que equivale a 250 grs. Se querem mais, repetem. Quando sobra leite, este é distribuído ente as mães que ficam em torno, olhando o bujão”. Nesse dia retomava a distribuição de leite, interrompida muitos dias antes. Segundo a professora, o número de crianças costuma ser maior. Recebe, também 50 grs. de queijo cada um (SAGMACS, 1960, p. 29).

O momento da merenda é descrito de maneira bem improvisada, sendo ainda muito restrita a alimentação, considerando-se as necessidades nutricionais de uma criança. O fato das mães se alimentarem das sobras também indicaria que tomar leite seria algo difícil cotidianamente, assim, valeria a pena esperar a sobra da turma do filho. Ainda apresenta que, mesmo apesar do leite e o queijo já significarem pouco enquanto

refeição escolar adequada, os alunos haviam ficado dias sem o recebimento. Esta dificuldade também se refletia na oferta de uniformes e materiais didáticos em geral. Uma professora da Barreira da Vasco reclamava que tinha pedido “(...) shorts e calções à Administração da Fundação, mas esta, a pretexto de normas regulamentares, denegou o pedido” (SAGMACS, 1960, p. 29).

Na Barreira do Vasco, não havia vagas suficientes para a população. Na região eram 2.013 menores de idade. Destes, 306 estudavam na Escola Carmela Dutra, da FLXIII, 286 pertenciam a escolas municipais das imediações, 488 outras escolas e 27 não estavam matriculados (SAGMACS, 1960, p. 28). A formação de escolas privadas é um dado interessante para notar o quanto a população procurava a educação formal como um atributo importante, mesmo que a entidade não desse conta desta demanda ou mesmo fosse considerada de qualidade insuficiente.

Depois que a Fundação abriu uma escola, a sua sofreu uma diminuição. Mas decorridos alguns meses, seus alunos começaram a voltar, queixando-se do ambiente que não tinha jeito de escola. Os pais também achavam que as novas professoras não tinham capacidade. Daí em diante, a mestra, valorizada, passou a cobrar dez cruzeiros (SAGMACS, 1960, p. 30).

A concorrência com a educação privada mostra esta questão de como a FLXIII “não tinha jeito de escola”. A precariedade material era a base deste sentimento que unia pais para procurarem maneiras alternativas de educar seus filhos, mesmo que para isso fosse mais custoso ou a distância de sua residência fosse maior. Esta impressão dos pais de que as funcionárias não teriam “capacidade” deveria estar mais relacionada às suas expectativas do que deveria ser ensinado aos seus filhos, pois de acordo com o relatório SAGMACS, a qualificação das professoras era regular considerando-se os padrões da época.

O material didático era escasso, como já foi visto. O livro utilizado nas séries iniciais era o “Meu Tesouro”, o mesmo utilizado na rede pública da capital.



ABRANCHES, Helena Lopes; SALGADO, Esther Pires. Meu Tesouro: 2.ª Série Primária. Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1955.

([http://www.ufrgs.br/faced/extensao/memoria/cartilhas\\_imagens/meu\\_tesouro\\_12.htm](http://www.ufrgs.br/faced/extensao/memoria/cartilhas_imagens/meu_tesouro_12.htm);  
[http://www.ufrgs.br/faced/extensao/memoria/cartilhas\\_imagens/meu\\_tesouro\\_17.htm](http://www.ufrgs.br/faced/extensao/memoria/cartilhas_imagens/meu_tesouro_17.htm) ; Acessado em 12/04/2014)

No relato a seguir o panorama sobre a situação do conteúdo na escola da Barreira do Vasco.

A matéria mais difícil para os alunos é matemática. A mais fácil é conhecimentos gerais. (...) A escola já teve uma professora de economia doméstica, mas, por motivos desconhecidos, esse curso foi interrompido. Os alunos parecem gostar da aula de religião. Uma vez por ano, fazem uma excursão, espécie de prêmio aos mais comportados. A Fundação dá todo o material escolar, o livro “O meu Tesouro”, lápis, papel, etc (SAGMACS, 1960, p. 29).

O material escolar era garantido pela Fundação, enquanto os seus diversos cursos eram de duração instável. Cursos como de economia doméstica, corte e costura e alfabetização eram os mais incertos. A religião sempre aparece como parte importante, fosse como aula propriamente dita, mas também a partir de recreações em datas comemorativas, missas, catecismo etc.

A imagem que a FLXIII construía sobre as suas escolas em suas campanhas publicitárias é um importante indício de seus princípios político-pedagógicos. A primeira gravura que analisarei mostra o cotidiano de uma sala de aula e o otimismo que depositava na educação enquanto solução moral e material para a penúria dos favelados.



Departamento de Serviço Social da Fundação Leão XIII – Serviço de Educação e Cultural.

A imagem mostra uma escola organizada simetricamente, com alunos, aparentemente, bem empenhados e atentos à professora, passando uma imagem de

padronização, dedicação e limpeza. Um dado curioso é que a maioria dos alunos destas turmas é de brancos. Sabendo que, majoritariamente, a população das favelas era negra ou parda, as turmas parecem não condizer com a regra da favela por algum motivo. A aparência das salas de aula faz jus aos relatos que apontam a falta de “jeito de escola”. As salas são amplas, mas sem qualquer caracterização típica de uma sala de aula de crianças, reforçando a ideia de que as instalações das escolas eram improvisadas. Aliás, a ambientação é bem semelhante a uma igreja, dispondo o professor num plano mais alto e os alunos em bancos coletivos.

Os dizeres “escolas, escolas, escolas” reafirmam o conceito central de que o que os favelados mais precisavam era de educação para superar a miséria. Seria a promessa de civilidade futura, que garantiria que os filhos destas crianças não nascessem um dia em barracos.

Na gravura a seguir o termo “cidadania” é evocado enquanto princípio educacional da FLXIII, mostrando a entrada da Escola Carmela Dutra.





Departamento de Serviço Social da Fundação Leão XIII – Serviço de Educação e Cultura.

A imagem é bem convidativa passando a sensação de comunhão entre moradores e a entidade. Uma descontração, ainda que, possivelmente, planejada para a fotografia. A turma também é padronizada com os alunos simetricamente dispostos, semelhante à gravura anterior, denotando organização, atenção dos alunos e disciplina. A sala tem a

mesma característica de espaço genérico, sem identificação pedagógica com o seu público de crianças. Outra característica importante é que todos os funcionários são mulheres, provavelmente as professoras, mostrando o corte gênero prioritário da entidade quando o trabalho é educar crianças. Uma identificação profissional com a maternidade, semelhante ao que era projetado ideologicamente sobre as assistentes sociais do período.

Nesta gravura a educação também é apresentada como solução da condição dos favelados. Sendo não apenas a superação da condição de favelado, mas também um ato de civilidade, de inserção na condição de *cidadania*. A frase do título “os cidadãos de amanhã”, mostra que a cidadania era considerada ainda inexistente para os favelados até o êxito da formação educacional. Assim, a cidadania haveria ainda de ser conquistada mediante a educação promovida pela FLXIII. A ideia de “salvar” os favelados também remete a uma noção religiosa, de catequese, que poderia ser entendida enquanto conquista de direitos sociais, mas também da redenção de uma vida de pecados, de degeneração moral a que, comumente os favelados eram associados. A ideia de futuro era associada ao cristianismo, mas também ao patriotismo, afinal, a formação de cidadãos, a partir das “sementes de bondade”, seria o caminho para a edificação de uma pátria identificada com o progresso.

Há, portanto, a noção constante no discurso da FLXIII de que as crianças seriam o setor social da favela menos pervertido, aquele que ainda não foi tomado por completo pelos desvios morais da favela, o que poderia garantir, quem sabe, um futuro cidadão. Sobre esta visão a respeito da criança favelada a Fundação afirmava:

A criança favelada é um retrato fiel desse binômio trágico de miséria e ignorância em que vive ou sucumbe a infância brasileira nos diversos recantos do país. No ambiente sórdido das favelas, a vida das crianças é um milagre que a Ciência não explica. Porque lá se reúnem e se acentuam todas as condições desfavoráveis à vida. A fome, a imundice, a promiscuidade, o vício, a tara, o abandono, todas essas formas de miséria e de sofrimento anulam as resistências orgânicas e transformam essas pobres e infelizes crianças em farrapos humanos que se arrastam nas sombras desconfortantes da doença e da dor, do vício e da perdição, numa vida brutal e sem encantos (FUNDAÇÃO LEÃOXIII, 1955, p. 91).

Pobreza e falta de educação eram as causas do problema favela. Não havia qualquer noção de que haveria uma cultura local a ser compreendida e incorporada a produção de saberes. Todo o conhecimento das escolas da FLXIII deveriam ser ministrados enquanto salvação, a partir do horizonte eurocêntrico, enfatizando o cristianismo católico e o cientificismo, sendo qualquer tipo de conhecimento popular reconhecido como místico e imoral. A sobrevivência das crianças nas favelas era fruto

de um acidente maldito, que, por obra da ação social da entidade, poderiam ser salvas dos problemas da miséria, dos hábitos imorais, da falta de conhecimento formal e de uma “alta” cultura.

A disciplina sobre o corpo também era um atributo pedagógico importante nos trabalhos da FLXIII. Muitos são os registros de eventos esportivos que reuniam diversas favelas, assim como aula de educação física. Eram diversas as iniciativas de recreação e de esporte:

De 1956 a 1957 funcionaram duas professoras de recreação na Barreira. Organizaram festas e comemorações, teatrinho e bandinha. Embora se queixe de falta de equipamento, quadra, bolas etc., procura multiplicar os jogos. As aulas começam com um número aproximado de 10 meninas, com jogos de quebra cabeça etc. Depois à medida que o grupo vai aumentando passa-se a jogos dirigidos, dois cachorros-e-um-osso, chicote queimado etc. Entre 3,45 e 4,10 horas serve-se a merenda, composta de queijo e leite (SAGMACS, 1960, p. 29).

O relato mostra que havia uma preocupação lúdica, mas é sempre destacado pelas funcionárias o quanto é difícil trabalhar mediante a carência de materiais pedagógicos e em instalações precárias. A educação física é mostrada como o momento de integração entre meninos e meninas.

Passam então à educação física e a brincadeiras de roda. Conforme a atividade recreativa, faz-se o entrosamento de meninos e meninas, sendo que as representações no palco não são aceitas pelos meninos. “É brincadeira de menina”. A recreação é estendida a alunos de outras escolas até aqueles que não fazem parte de nenhuma escola, que atingem a cerca de vinte e cinco por cento (SAGMACS, 1960, p. 29).

A integração de gênero era realizada a partir do teatro, mas era alvo de resistência dos próprios alunos, pois seria “brincadeira de menina”, ou seja, esportes e brincadeiras eram separadas por gênero e o momento da integração, até o início do teatro. A participação da comunidade nas atividades recreativas era grande, cerca 25% das crianças do total de participantes. O que leva a pergunta: porque um número tão alto de crianças não estavam matriculadas na escola da FLXIII, se participavam tão constantemente das recreações? É provável que houvesse dificuldade por motivos de trabalho, ou mesmo uma resistência por parte das crianças por participar das atividades de sala de aula. A falta de vagas da escola também poderia ser uma explicação plausível, tendo em vista que a demanda era muito maior, como já apresentado.

Sobre o impacto inicial na Barreira, o Jornal A Manhã afirmava com otimismo:

Transformando mentalidades... (...) a parte de recreação se lucumbe de proporcionar às crianças divertimento sadio e útil. Em horas próprias são feitos jogos de salão, cantos instrutivos, etc. A princípio, as crianças de origem pobre e



humilde nem sabiam brincar. Retraiam-se como se estivessem vendo coisa do outro mundo. Mas, aos poucos, foram tendo melhor compreensão e hoje já é possível a realização de interessantes festas infantis, torneios esportivos, etc”. (Jornal A Manhã, 14/12/1947, p. 9)

Este discurso explicita a noção de que as crianças não “sabiam brincar”. Tiveram que aprender com a Fundação, como se civilizassem aos poucos a partir da educação. Implicitamente negava-se a cultura local, desmerecendo as práticas das crianças, em favor de uma cultura superior sadia e ordeira.

As festividades também aprofundavam os laços de socialização, celebrando um ideal de comunhão entre instituição e comunidade. As professoras eram as principais mobilizadoras. Abaixo é relatado como aconteciam estas festas:

Uma vez por mês a professora organiza uma festa que consiste em uma parte de educação física, ginástica sueca e acrobacia. Sempre contam com a presença dos pais dos garotos nas festas de comemoração cívica ou nos dias santos, no dia das mães. Sobressaem nessas festas a bandinha, o grupo de baile folclórico e o grupo de teatro. Vencendo resistências, a professora vai conseguindo a participação dos meninos nas atividades teatrais. As aulas são dadas ao ar livre, mas tanto a professora, quanto os pais dos alunos, se queixam das instalações. Nos dias de recreação, muitas pessoas ficam paradas na rua vendo os garotos. Isto não os inibe, ao contrário. Mas a falta de acomodações prejudica seriamente as atividades esportivas. Ao contrário das salas de aula, onde o comportamento, muitas vezes assume formas antisociais, nas aulas de recreação ao ar livre é muito raro esse tipo de conduta, nem surge qualquer problema relativo ao contato de meninos e meninas. Já as outras professoras acham que as aulas de recreação representam perda de tempo (SAGMACS, 1960, p. 29).

O caráter cívico era valorizado, sendo importante a presença dos pais, participando de diversas atividades culturais. Mais uma vez, aparece a recorrente reclamação das instalações para atender à atividade pedagógica, tanto dos pais, quanto dos professores. Interessante a colocação de que nas salas de aula o comportamento das crianças assumiria “formas antisociais”, enquanto que nas aulas ao ar livre isto não ocorreria. Mostra o quanto a resistência das crianças ao modelo de aula tradicional era um problema cotidiano para as professoras, o que, contraditoriamente era expresso pelas professoras é que estas aulas de recreação e educação física eram “perda de tempo”. Não havia para estas profissionais, portanto, um sentido pedagógico nessas atividades, afinal, não estavam convencidas da relação que aquele momento poderia ter com a dinâmica de suas aulas.

O desdobramento das aulas de recreação e de esportes nas escolas eram as Olimpíadas da Fundação Leão XIII. Era o evento mais público e importante da instituição. Uma grande confraternização esportiva que celebrava a saúde, a juventude,

a disciplina e o nacionalismo. A FLXIII descrevia com grande entusiasmo a participação dos favelados nos jogos:

A Olimpíada Esportiva é uma festa eminentemente popular que congrega, numa convivência sadia, dirigentes e assistidos da Fundação Leão XIII. A esta festa, que geralmente se tem realizado em campo esportivo cedido amigavelmente (já utilizamos o campo do Fluminense, do Vasco da Gama, o do Corpo de Obuses e o da Light) têm comparecido todos os Centros Sociais e Agências, com Flâmulas, estandartes, bandeiras, numa demonstração pública do alto nível cívico e educacional já atingido pelos moradores de favelas assistidas pela Fundação Leão XIII. Todo o conjunto desfila, garbosamente, ao som de uma marcha, sob os aplausos calorosos dos que assistem, inclusive o Sr. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. (FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1955, p.49).

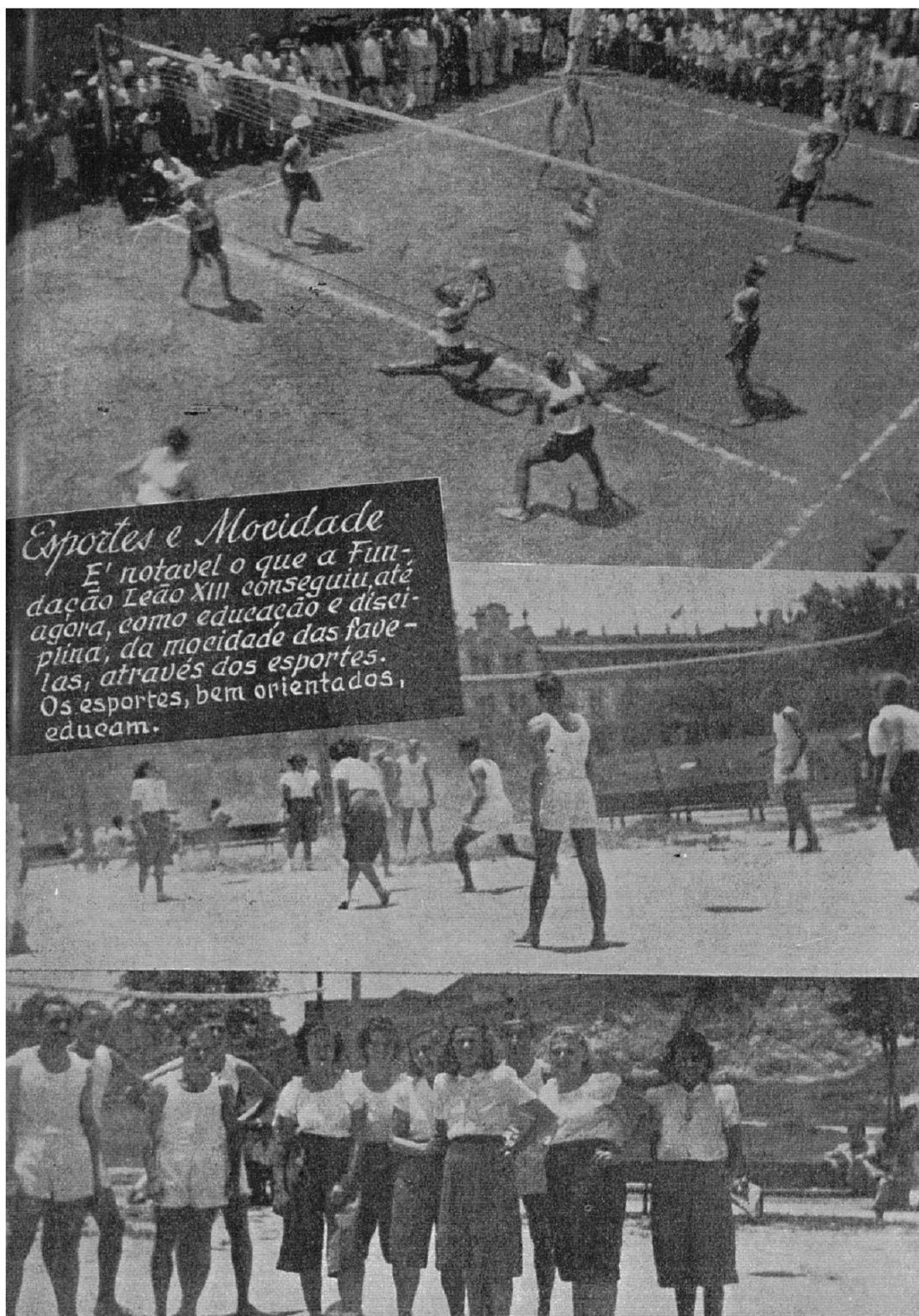
Nesse fragmento o caráter “popular” da festa é reivindicado, o que na maioria dos registros não aparece. No entanto, ser popular é muito mais unir muitos moradores e confraternizar, do que realmente valorizar as práticas esportivas e culturais dos favelados. Mostrava-se como uma celebração da união entre a entidade e os moradores, uma irmandade que fortalecia os laços e, provavelmente, contribuía para a conquista da “confiança”, tão falada nos seus documentos como um elemento central no sucesso de seus trabalhos sociais.

I Olimpíada da Fundação Leão XIII, com a participação dos moradores das Favelas da Barreira do Vasco, São Carlos, Jacarezinho, Telégrafo, Salgueiro, Praia do Pinto e Cantagalo. A solenidade constará de jogos e Brinquedos cantados, pelas crianças e um Torneio Iníthum de Futebol entre as equipes das referidas favelas em disputa da “Taça Cônego Távora”. Será homenageado o Cardeal D. Jayme Camara, patrono da Olimpíada (Jornal A Manhã, 3/12/1948, p. 10).

Como se pode observar eram grandes eventos, mobilizando estádios e gastos consideráveis da entidade, sendo amplamente divulgados e apoiados pela grande mídia. Havia um caráter cívico, de valorização da cultura nacional, assim como um momento de exaltar aqueles que apoiavam a entidade, setores do governo, da Igreja Católica e do empresariado (aqueles que concediam apoios materiais).

Era também um evento para levar ao plano da cidade formal os resultados da ação da FLXIII nas favelas do Rio de Janeiro. Como se fosse uma espécie de retorno da entidade para a sociedade, em que se mostravam os favelados cantando o hino nacional, marchando, jogando “pacificamente”, uma demonstração alegórica de civilidade conquistada pela educação.

Na propaganda a seguir a FLXIII exalta os seus resultados mostrando como os favelados haviam se mobilizado em torno dos esportes e não mais da vida desregrada das favelas.



Departamento de Serviço Social da Fundação Leão XIII

– Serviço de Recreação e Esporte.

A juventude era associada à prática dos esportes. As mulheres eram incluídas, mas a segregação de gênero nas modalidades de esporte e no contato era muito bem

definida. Educação e disciplina eram atributos também conquistados a partir da prática de esportes devidamente orientada, ou seja, não era a “pelada” na rua ou a pipa, mas sim aquela prática esportiva definida pela entidade.

Outro ponto educacional importante eram as palestras de educação moral, dedicadas a esclarecimento da população das favelas. Diversos temas eram escolhidos de modo a priorizar as principais questões da localidade. Assistentes sociais faziam esta sondagem e organizavam estas palestras, algumas vezes com a participação de professores ou médicos. O morador da Barreira do Vasco, José do Oliveira Lima, afirmava com entusiasmo os benefícios causados pelo curso contra o alcoolismo:

Entusiasmado com os benefícios do Centro tem proporcionado a toda aquela zona disse-nos ele, entretanto, que na sua “modesta opinião” a campanha contra o alcoolismo foi o maior bem até agora realizado... (...) ‘O senhor não avalia como melhorou a vida aqui depois que todos ficaram conhecendo os malefícios causados pelo álcool. Muita gente deixou de beber e a favela que antes era um verdadeiro inferno hoje não é nem uma sombra do que foi até pouco tempo’. (Jornal A Manhã, 14/12/1947, p. 9)

O jornal A Manhã, nitidamente um defensor da entidade, mostra que a educação social seria o caminho para resolver o problema dos vícios e todo tipo de degeneração moral. Estes instrumentos de ensino não eram escolares, complementavam o andamento das campanhas e projetos sociais da Fundação, conquistando apoiadores e formando quadros locais.

A partir do panorama apresentado é possível inferir que as unidades escolares da FLXIII eram complexas, divididas pela área pedagógica da educação formal escolar, mas em parceria com a religiosidade cristã e o Serviço Social. O espaço escolar reproduzia isso. Quando observadas as salas de aula da Escola Carmela Dutra esta característica de multiuso fica bem explícita. Aliado a isso havia o improvisado nas instalações, o que estava ligado à precariedade estrutural da entidade, com dificuldade de conseguir materiais pedagógicos, merenda e um espaço físico adequado. Algo apontado por professores e pais constantemente no relatório das SAGMACS. Esta condição de escola sem “jeito de escola” teria sido um elemento de afastamento do público, chegando ao ponto de procurarem até pequenas escolas particulares.

A exiguidade de vagas para os estudantes jovens e adultos é outro ponto importante. A proposta inicial da entidade, quando fundada, era de dar conta da totalidade das favelas, mas pelo que foi levantado nesta tese, gradativamente, esta meta vai sendo deixada de lado, e, cada vez mais, busca-se administrar a precariedade.

Ao mesmo tempo, que, em alguns casos, havia sobra de vagas por falta de referência da população local na entidade, havia, majoritariamente, uma inviabilidade estrutural para se atender a totalidade da comunidade referente a cada CAS.

O custeio dessas escolas não era exclusivamente da prefeitura, mas a dependência financeira era, em grande medida, ligada ao governo do Distrito Federal. Os relatos dos funcionários mostram que a falta de materiais e as condições ruins dos prédios eram repasses de verba não realizados pela prefeitura. Sobre a escola Carmela Dutra o relatório afirma:

De fato é uma escola *sui generis*. Os apertos financeiros a que é submetida a Fundação pela Administração Municipal que lhe nega verbas necessárias, criam condições penosas para o ensino. (SAGMACS, 1960, p. 30).

A posição institucional de prioridade nacional para resolver o problema social nas favelas não era suficiente diante das demandas, ocasionando este quadro adverso. Apesar disso, é possível afirmar que a proposta político-pedagógica da Fundação teve considerável amplitude nas favelas, tendo importância enquanto política pública, na constituição da ideia de cidadania para os favelados e na conformação de um projeto de educação popular para as favelas. Segundo afirma Yamamoto e Carvalho:

A educação popular constará de educação sanitária, educação alimentar, educação sexual, educação religiosa, profilaxia das doenças venéreas, cursos de imunização contra doenças infecciosas etc. E de uma novidade no arsenal da “educação popular”, a *educação democrática* (p. 301 e 302).

Havia de fato uma perspectiva de socializar a educação como alternativa de conquista da cidadania, especificamente, a superação da condição de favelado. No entanto, discordando da conclusão de Yamamoto e Carvalho, o seu caráter democrático era aparente, visto seus traços autoritários, na medida em que negava a cultura local, os costumes e os sujeitava a uma condição de subalternidade cultural. O referencial cultural eurocêntrico se impunha pedagogicamente e, se por um lado viabilizava minimamente o acesso a conhecimentos importantes da humanidade, por outro, negava o conhecimento popular e os modos de vida da localidade como no caso das brincadeiras das crianças nas atividades recreativas ou da prática de tradições medicinais populares, aqui antes apresentadas.

Algumas professoras acham que a diferença há diferença entre o “nível mental” dos alunos da favela e dos outros. “Muitos se mostram mais espertos, mas sempre têm mais dificuldades de assimilação”. Mas não falta quem atribua essa dificuldade ao estado de subnutrição. Não há dúvida, porém, que o meio da favela influi bastante em certas reações das crianças. Assim, quando falam errado as professoras as corrigem e respondem que sua mãe fala assim (SAGMACS, 1960, p. 29).

De forma geral, entre os funcionários, se atribuía dificuldades no processo de ensino e aprendizagem como consequência desta condição cultural adversa e das dificuldades materiais cotidianas, tais como a subnutrição.

Outro caráter não universalista da ação pedagógica da FLXIII era que a precariedade e a aceitação de que a entidade não deveria mais dar conta da totalidade de cada favela, assumia para si que não deveria ter uma orientação de política pública universal, mas sim de ação tópica, logo, excludente por essência. O que explica o enfraquecimento das iniciativas escolares como o curso de alfabetização, a escola primária e os cursos profissionalizantes.

A educação proposta pela FLXIII era repleta de singularidades, mesmo que em diversos casos administrasse aparelhos escolares públicos ou usasse o mesmo programa geral da rede pública. Iamamoto, no entanto, afirma o oposto sobre o projeto educacional da Fundação:

(...) suas características não diferem da escola municipal ou estadual. Seus programas, suas formas de aferição do aproveitamento, suas normas de controle disciplinar e suas atividades com pais e responsáveis, são exatamente aquelas propostas pelas escolas do Distrito Federal (IAMAMOTO, 2014, p. 55).

De acordo com o levantamento realizado por esta pesquisa é possível apontar para o oposto. O fato de serem escolas localizadas dentro das favelas já trazia características específicas. Primeiro referente ao público, que era mais concentradamente de favelados, o que, de acordo com a fala dos professores acarretaria conflitos de violência, desestímulo causado por desnutrição e necessidade de trabalhar para ajudar financeiramente em casa. O que obrigava os docentes a estratégias de ação semelhantes a assistentes sociais, tal como o acompanhamento domiciliar dos alunos quando ocorriam sucessivas faltas. Em outras escolas fora do território das favelas, esta condição era mais diluída. Não por acaso há registros de professoras que apresentavam angústia em trabalhar na favela, tendo casos até de desistência motivados pelo medo da violência dos estudantes e as dificuldades materiais.

Outro ponto importante é que não havia uma preparação curricular devida para atender este público específico, como já apresentado. O que tornava as aulas um apanhado de improvisações pedagógicas, causando grandes dificuldades aos professores, que tinham que adaptar suas aulas de acordo com as demandas dos estudantes, mas também a aguda precariedade de estrutura da escola.

A educação proposta pelas escolas da FLXIII era, neste sentido, uma versão sucateada das escolas dos setores formais da cidade, tendo como agravante ter demandas da ordem social, tais como pobreza, violência desnutrição etc. De qualquer forma, acabavam sendo resolvidas improvisadamente pelos professores, o que resultava em evasão e desestímulo da parte do professor e dos alunos.

A abordagem pedagógica específica aos favelados também ensejou uma relação difícil, em que os modos de vida de professores e alunos entravam em conflito. O professor muitas vezes era encarado como o agente externo, enquanto o aluno era tido como refém de uma cultura da favela degenerada. O medo, a violência, os desentendimentos sobre os objetivos da escola eram o resultado desta situação. Tal relação pedagógica acabou dificultando a comunicação entre estes “mundos” distintos, o que gerou resistências cotidianas ao salvacionismo cristão e científico da proposta educacional da Fundação, assim como o cansaço e *stress* entre os professores, gerando, em muitos casos, o desejo de deixar a unidade escolar.

### **3.2 Os professores, alunos e a comunidade**

Mesmo considerando a inovação para a época de estabelecer escolas específicas para os favelados nas próprias comunidades, havia um conflito em andamento: a relação entre professores e alunos. Como afirmado anteriormente, os professores não vivenciavam a favela como uma experiência cultural legítima, afinal a favela era o reduto da “imoralidade” da “ausência de cultura”. Aliado a isso, professores e alunos tinham origens territoriais e experiências de vida bem diferentes, o que conferia características singulares para a realidade das escolas da FLXIII.

De forma geral, os professores tinham o curso normal, o que para os padrões da época era uma formação aceitável. No entanto, de acordo com o levantamento que realizei esta formação não os preparava para os dilemas que enfrentavam cotidianamente nas escolas da Leão XIII. O relatório SAGMACS mostra como se dava o cotidiano dos professores no morro dos Telégrafos:

A professora leciona duas turmas, a da manhã, com 38 alunos, a da tarde, com 34, todos da 1ª série. Visita as casas dos alunos a fim de saber o motivo de suas faltas. Este trabalho incumbe às visitadoras da Fundação, mas toma a si esta tarefa, porque sabe que o aluno tendo mais de 20 faltas no mês, sem a devida justificção, é eliminado da escola (SAGMACS, 1960, p. 28).

A figura da professora se confundia com a da visitadora. Parece que havia um comprometimento da sua parte para que se evitasse que o aluno fosse eliminado da escola. A perda de alunos parece que era uma preocupação cotidiana das professoras.

A professora tem o curso normal. Às vezes, há substituições motivadas por casamentos, doenças, férias. A falta de assiduidade das mestras é unicamente devida à moléstia. Quanto aos alunos têm uma média de 5 faltas no mês. O trabalho dos menores é uma das causas por estas faltas. Há também interrupções de curso, uma por mês, em média, motivadas por mudanças ou internações. Essas internações em escolas da Prefeitura ou da rede do SAM são obtidas pela própria professora (SAGMACS, 1960, p. 29).

Este é, em geral, o padrão das professoras da FLXIII. Eram assíduas. Enquanto os alunos em geral faltavam por motivo de trabalho, muitas vezes, pressionados por condição de perda de emprego de alguém da família, ou mesmo por ter atingido uma idade na qual os pais achassem que já era hora de trabalhar.

D. L. confirma de um modo geral, as impressões de sua colega sobre o morro dos Telégrafos. Tem o 3º ano do Instituto de Educação é também visitadora social. Seus alunos faltam em média de 3 vezes por mês. Nos sábados, principalmente, porque têm de ajudar os pais na feira. Conhece casos de abandono da escola, cerca de oito por ano, devido, principalmente, à mudança do local (SAGMACS, 1960, p. 29).

Sobre os métodos das professoras, ainda no morro dos Telégrafos:

(...) quando a professora verifica que um aluno comparece sujo à aula, obriga-o a tomar banho. As provas são realizadas mensalmente. Aos três primeiros colocados, a escola dá um prêmio, em material escolar, lápis de cores, cadernos etc. ou qualquer artigo de que o aluno necessite. Às vezes, o prêmio consiste num par de tamancos (SAGMACS, 1960, p. 29).

Mais uma vez a questão da higiene é citada, mostrando que era um problema também muito comentado entre as professoras. Já a competição era um traço muito incentivado entre as professoras. Mesmo não havendo orientações centralizadas pela Fundação nesse sentido, vários são os registros em que tal prática acontecia com maneira de estimular as crianças aos estudos. É importante frisar que havia uma flexibilidade considerável entre as práticas das professoras, não havendo uma proposta curricular específica para a unidade escolar, nem para a rede da Fundação. Há relatos de



professoras, inclusive, que tinham como prática pedagógica a punição física, enquanto outras buscavam o diálogo para resolver os problemas diários em sala de aula.

Ainda sobre as professoras do morro dos Telégrafos é possível averiguar seus métodos e dilemas cotidianos, assim como as condições de vida de seus alunos.

(...) Como castigo costuma prender depois da aula e pôr os alunos de pé. Muitas crianças não agüentam devido a má nutrição. Há crianças que aceitam a merenda, de leite e queijo. (...) a escola não encontra nenhum apoio da família, que dificulta a ação do professor. Apesar disso, não se convocam reuniões de pais e mestres para discutir esse e outros problemas semelhantes. (...) Os meninos de um modo geral, se comportam bem; apenas fazem gestos obscenos e usam palavras que aprendem em casa na rua, mas d. I. acha que “não têm consciência de maldade”. A fim de minorar os efeitos da promiscuidade, mantém as meninas separadas dos meninos. Há falta de material para ensino ativo e o tempo destinado à recreação é insuficiente. Os alunos gostam da professora porque “não bate nem tem maneiras brutas” (SAGMACS, 1960, p. 29).

A desnutrição das crianças era algo muito citado, tanto como causa da condição econômica das famílias, mas também pela falta de alimento que muitas unidades da FLXIII sofriam. A rigidez da disciplina de alguns professores parece não considerar esta situação, mantendo os castigos, independente da condição física das crianças.

A dificuldade de diálogo com os pais também era mostrada como um potencializador dos problemas da escola, mas a não realização de reunião com os responsáveis das crianças mostra o quanto a entidade tinha dificuldades de estabelecer a relação com a comunidade. A “promiscuidade” era atribuída às crianças, sendo motivo para a separação de gênero nas aulas, traço observável de maneira transversal a todas as ações pedagógicas da entidade. O relato das crianças parece mostrar que era corrente o uso da agressão física como mecanismo pedagógico, pois valorizam aquelas professoras que não o faziam. O que confirma que não havia uma orientação institucional centralizada sobre a conduta docente.

Sobre a situação profissional das professoras do morro dos Telégrafos afirmavam que “acham ruim ensinar no morro, outras julgam insuficiente o ordenado de Cr\$ 2.650,00 mensais” (SAGMACS, 1960, p. 30). Reiteradas vezes aparece reclamação das professoras diante das dificuldades de trabalhar nas favelas, casos, inclusive, de desistência por causa das dificuldades de se “dominar” turma. Mas uma professora afirmou que “(...) as crianças se comportam melhor que seus antigos alunos de Copacabana, onde lecionava antes de vir para a Fundação” (SAGMACS, 1960, p. 30).

Já na Barreira do Vasco o critério de sucesso de uma professora é assinalado nos seguintes termos:

Se gostam da professora, vai tudo bem; não gostando, torna-se difícil o aproveitamento'. Quando gostam da professora, reclama até quando falta. Os pais, no entanto, reclamam falta de cuidado com as crianças, pois voltam para a casa, frequentemente, com a roupa suja (SAGMACS, 1960, p. 29).

Reafirma a experiência relatada no morro dos Telégrafos, em que a capacidade individual de cada professora contava mais, variando assim as abordagens pedagógicas desenvolvidas em cada sala de aula e escola.

Na Barreira do Vasco, pelo relato da SAGMACS, a relação com a comunidade parece ter sido mais efetiva do que no morro dos Telégrafos: “Nessa escola, já há um princípio de organização do círculo de pais e mestres (...). Uma vez por mês realiza-se uma reunião com os pais; estes acham que está tudo bem, não apresentam nenhuma sugestão ou reclamação (SAGMACS, 1960, p. 29). A relação parece ser muito mais de apresentação do que acontece durante as atividades pedagógicas, do que realmente uma formulação conjunta com os moradores sobre os destinos da escola.

A relação que se estabelecia entre os pais e a escola era marcada pela necessidade de deixar o filho na escola enquanto trabalhavam. Nas famílias de maior renda, o relatório SAGMACS, observa que há interesse também no conhecimento enquanto plataforma para ascensão social na conquista de bons empregos e, em poucos casos, até de procura da universidade. Essa relação, portanto, era bem pragmática como pode ser observado a seguir:

Os pais não gostam muito de ver os filhos de castigo, poucos pedem que os filhos sejam castigados. Pedem trabalho para essa casa, ao que as professoras respondem que não têm tempo para passar trabalho dessa natureza (...) Os pais pedem à professora que os filhos em contas de venda (SAGMACS, 1960, p. 29-30).

A relação com a escola é bem objetiva para os pais. Distante do ideal humanista que as professoras buscavam desenvolver em suas aulas. Mas, de maneira geral, a ligação da educação com o trabalho deveria ser bem clara, afinal, este era um dos maiores dilemas das famílias, a inserção no mercado de trabalho para ajudar a renda familiar.

Sobre a relação dos estudantes com a escola e a evasão escolar o relato da SAGMACS sobre a escola da Barreira é bem elucidativo:

O número que abandona a escola é pequeno, mas sempre há alguns casos, quatro no ano passado, no jardim de infância, três de curso primário, que se mudaram para a roça, onde passaram muito tempo. Depois dos nove e dez anos, começam a aparecer nos cadernos desenhos obscenos e os alunos adotam gestos e atitudes maliciosos. Costumam faltar em média dois dias por mês. Por ano deixam a escola uns 5 alunos. Outros deixam o curso, trocando pelo trabalho, ou são internados. A escola ensina o programa oficial, mas os pais acham que o importante é ensinar as crianças a ler, assinar o nome e fazer as quatro operações (SAGMACS, 1960, p. 29).

No caso da Barreira a evasão não parece ser o maior dos problemas, segundo esta professora, ainda que acontecesse em algum grau por motivos de trabalho ou internação. Os jovens eram pressionados a ajudar na renda familiar, desempenhando empregos de baixa qualificação e abandonavam a escola. O dia mais propenso a falta dos alunos era o sábado, justamente o dia em que trabalhavam “(...) engraxando sapatos, encerando apartamentos e limpando vidraças nas ruas adjacentes” (SAGMACS, 1960, p. 29). É certo, portanto, que a evasão não era o pior neste caso, mas sim a baixa procura da comunidade para matricular seus filhos nas escolas da Fundação e a escassez de vagas.

Dos casos de evasão, havia aqueles que cometiam delitos e eram enviados aos reformatórios do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) à espera do julgamento no Juizado de Menores. Apesar de não ser relatado como o principal problema desta escola, de acordo com o gráfico a seguir é possível observar um crescimento expressivo do número de internações de menores, o que afetava de forma geral a educação nas favelas:

**TABELA XIII**

**MOVIMENTO GERAL DE  
INTERNAÇÕES DE MENORES**

Anos	N.º de Internações
1924 .....	306
1925 .....	382
1926 .....	613
1927 .....	927
1928 .....	869
1929 .....	1.107
1930 .....	1.182
1931 .....	739
1932 .....	627
1933 .....	449
1934 .....	472
1935 .....	135
1936 .....	678
1937 .....	978
1938 .....	1.107
1939 .....	1.229
1940 .....	1.254
1941 .....	1.790
1942 .....	988
1943 .....	1.254
1944 .....	2.278
1945 .....	3.351
1946 .....	1.937
1947 .....	1.463
1948 .....	2.006
1949 .....	1.104
1950 .....	707
1951 .....	1.068
1952 .....	999
1953 .....	947

**FONTE:** Arquivos do Juízo de Menores do D. Federal, Vol. VIII, anos de 1952-1953 — Rio de Janeiro, 1957

(SAGMACS, 1960, p. 23)

O número de internações no ano de 1945 teve o seu pico com 3.351 casos, se estabilizando em torno de mil casos a partir de 1949. O que sugere que os casos de crianças que cometiam delitos não se resumiam mais a casos de internação da SAM. A educação das entidades civis, o Serviço Social e a ampliação da educação podem ter diluído o alto índice de internações, mediante o acompanhamento destes menores nas favelas.

O relatório SAGMACS afirma mais uma vez que, apesar de haver pouca evasão, o anseio dos pais seria por uma dinâmica de aula em que o conteúdo escolar fosse mais próximo do conhecimento básico para a preparação para o trabalho de nível técnico, ou mesmo de baixa qualificação. Considerando-se a pouca inclinação da FLXIII em desenvolver diálogo aberto sobre a sua formulação pedagógica, assim como sobre qualquer definição mais geral, é possível que esta tendência de que os pais questionassem as aulas de fato existisse. No entanto, a relação pragmática dos pais em relação à escola pode estar relacionada também às dificuldades materiais, ao caráter impositivo da FLXIII e a experiência cultural ainda muito recente sobre as possibilidades abertas pelo ensino escolar.

Este abismo entre objetivos curriculares diferentes também pode ser a explicação para o desinteresse das crianças como é relatado a seguir numa escola da FLXIII no morro dos Telégrafos:

Os alunos não estudam em casa, não fazem seus deveres, o que atribui à falta de compreensão dos pais, que não tem nenhuma orientação a esse respeito. Impressiona às professoras a violência dos alunos. Uma delas, d. N. já foi ferida numa briga. “Quando eles brigam até parece gente grande, tal a fúria e a violência. Brigam pra valer”. Há uma turma, os alunos d. C., que são temidos. Só chegam na hora, quando a professora os chama” (SAGMACS, 1960, p. 29).

É provável que houvesse de fato este afastamento dos pais em relação ao acompanhamento de seus filhos nas escolas no que se refere às expectativas dos professores. No entanto, afirmar que não houvesse orientação alguma é uma visão estereotipada destes moradores. Havia orientações dos pais como a afirmação da importância da escola, de quanto poderia ser possível conquistar emprego ou condições de vida melhor. Há relatos, na própria SAGMACS, nesse sentido.

Mas as orientações que os professores ansiavam não poderiam acontecer. Afinal, esperavam que os pais das crianças negassem as práticas culturais da favela em favor de uma alta cultura, da qual eles sequer conheciam. Este conflito de visões de mundo pode ser um caminho explicativo para entender os casos de resistência dos estudantes e a baixa participação da comunidade nas discussões escolares. Quando os professores afirmavam não entender a falta de participação da comunidade, não conseguiam perceber que era também uma ação de resistência a uma postura pedagógica que os subalternizava culturalmente.

Os pais não orientavam seus filhos de acordo com os ditames das escolas, em função de uma subalternização do seu modo de vida na favela, mas também por não entenderem porque aquilo que era ensinado aos seus filhos, e mais que isso, não encontravam relação entre o papel da escola e as aspirações que tinham para os seus filhos. Sobre a visão dos pais na escola da Barreira :

Quanto aos pais, acham que os filhos só devem aprender a ler e escrever. Principalmente saber contar, para poder trabalhar. Gostam de ouvir elogios aos filhos, mas não gostam de ser chamados para tomar conhecimento de faltas que pratiquem. De um modo geral, poucos são os pais que procuram saber do progresso dos alunos. Os pais dos rebeldes atribuem sua conduta à escola. Não só à contaminação dos maus hábitos da favela, mas a própria estrutura material da escola (SAGMACS, 1960, p. 29).

Os relatos mostram que as famílias culpavam a escola, enquanto as professoras culpavam a família. O único ponto de acordo era que a escola não possuía condições materiais de atender com qualidade aos estudantes. O que esperavam era uma formação rápida para o trabalho, que garantisse seus filhos na escola enquanto trabalhassem, longe dos perigos da *má influência* das ruas das favelas.

Excetuando-se as aulas de religião, o conteúdo apresentado aos seus filhos passava longe do que poderiam compreender, afinal, a grande maioria dos pais era analfabeta e não teve qualquer experiência escolar. A conexão entre realidade e escola ainda eram nebulosas, assim era compreensível que os trabalhos de casa não fossem realizados, como afirmavam diversos professores. No âmbito da sala de aula a violência também acabava sendo uma forma de resposta ao que não era compreendido, o que deixava as professoras preocupadas e até inclinadas a desistir do magistério na favela, em alguns casos.

Na Barreira do Vasco esta tendência também é observada:

Os alunos que não gostam de estudar são os mais desnutridos. Em casa não recebem apoio dos pais, como informam as visitadoras da Fundação, em contato permanente com as famílias. São os mais desatentos e irreverentes. “Chegam-se a cortar-se para dizer em casa que foi a professora” (SAGMACS, 1960, p. 29).

Mesmo diante de tamanhas adversidades, em alguns casos, o “carinho” é evocado como um método de trabalho.

‘Gostam de ser tratados com carinho’ e contam à professora tudo que se passa nas casas. Quanto à possibilidade de continuação do curso, são poucas, dada a necessidade de trabalhar. As professoras pedem bolsas de estudos em outras escolas ou no SENAI. As mães procuram pôr as crianças nas escolas para se verem livres

delas. Às vezes, a proximidade da Quinta da Boa Vista faz com que as crianças escapem a aula para ir brincar (SAGMACS, 1960, p. 29).

Esta professora aponta que algumas crianças têm dificuldades de prosseguir nos estudos por causa da pressão de terem que trabalhar. O que faria com que algumas professoras se organizassem para encaminhá-las para escolas profissionalizantes, sendo a última estratégia para manter a criança na escola. Mais uma vez a escola é lembrada pelos pais como um refúgio para conseguirem trabalhar e para as crianças uma perda de tempo diante da possibilidade de brincar. A proximidade da Quinta da Boa Vista é apontada como um incentivo pra a fuga da escola, mas, provavelmente, a razão é muito mais profunda, ligada ao significado que a escola tinha para a vida destes jovens.

O caso narrado pela SAGMACS revela estas múltiplas resistências produzidas pelos alunos e como teria superado tal adversidade.

No início era difícil conseguir qualquer obediência por parte dos alunos. Os garotos não estavam habituados a respeitar ninguém. Escreviam palavras imorais no quadro-negro, punham bilhetes obscenos na mesa da professora”. A coisa ficou tão grave que a professora quase se demitiu. Esses hábitos são contraídos na própria favela, nos contatos com os vizinhos, muitas vezes com os próprios pais, na vida solta do morro. Já no ano seguinte, porém, os efeitos da escola começaram a se fazer sentir: a turma melhorou com a saída de certos elementos para o curso noturno. Os cadernos hoje são limpos, trazem desenhos decorativos, já reproduzem mapas, já se dedicam a trabalhos manuais e desenho. Essa modificação foi obtida “através de maneiras delicadas e palestras”. (...) Anos atrás, os alunos compareciam às aulas mal trajados e pouco asseados. Depois de várias tentativas, as professoras procuraram reunir os pais e orientá-los. No ano passado, fizeram-se duas reuniões com os pais, orientadas pelo técnico de educação. Este ano os garotos vêm mais cuidados e a maioria uniformizados. E os pais já pedem às professoras que os ensinem a portar-se em casa (SAGMACS, 1960, p. 29).

Mais uma vez fica evidente o quanto havia diferenças entre as professoras. Algumas optavam pela repressão aberta e punições físicas, enquanto outras se dedicam mais ao convencimento. É difícil mensurar de acordo com os relatos apresentados pelo SAGMACS, mas é possível considerar que havia uma pluralidade de metodologias didáticas, que poderia definir o perfil da escola, de acordo com o seu território e as estratégias produzidas pelo seu respectivo corpo docente.

O caso mencionado acima coloca o sucesso de sua aula como uma conquista das palestras e da retirada de “certos elementos do curso noturno”. Uma professora mais nova da Barreira afirmava assim a sua conturbada experiência na Escola Carmela Dutra:

Para uma das professoras mais novas, o problema da disciplina é ter energia. Ensina há pouco tempo na Fundação. Quando começou teve vontade desistir, tal o comportamento dos alunos. Atribui essa conduta ao fato de ser nova. Os alunos não lhe tinham medo. Começou a falar-lhes energicamente, mas ainda assim foram poucos, os que melhoraram logo. “Hoje ainda é preciso ter muita energia para controlar a turma” (SAGMACS, 1960, p. 29).

O aspecto da dureza disciplinar e do “domínio de turma” eram ressaltados como último recurso pedagógico, que, aliás, também não foi suficiente para estabelecer um contexto de aula realmente eficaz, como a própria professora afirma. Assim, a proposta de uma educação social que fosse capaz de produzir civilidade aos favelados, o que era o discurso oficial da FLXIII, era muito dependente da postura individual de cada professora. Outras professoras já seguiam uma conduta diferente: “(...) para prender a atenção dos alunos, as aulas têm de ser motivadas. A professora tem de ensinar mais trabalhos manuais (SAGMACS, 1960, p. 29).

Mostrei o quanto a estrutura escolar, falta de materiais pedagógicos básicos e até de merenda eram empecilhos para o bom andamento das aulas. Para além da questão física das escolas, havia um impasse contido na relação professor-aluno que marcava as dificuldades cotidianas das escolas da FLXIII: o conflito de experiências culturais bem distintas. As crianças faveladas viviam num cotidiano considerado, em geral, pervertido pelas professoras, negavam assim, a experiência de vida na favela, trazendo para o plano pedagógico um modo de vida estranho às crianças e muitas vezes opressor.

Não por acaso, as queixas das professoras eram sobre a incapacidade da comunidade e, especificamente dos estudantes, compreenderem qual deveria ser a verdadeira função da escola. O pragmatismo dos pais perante a escola, ou mesmo o completo desinteresse, era assimilado pelas professoras como a confirmação de uma inferioridade dos favelados para lidar com uma cultura superior que era trazida pelas escolas da FLXIII. A resposta para a indisciplina e a dificuldade de aprendizado, portanto, era a desnutrição, problemas mentais e falta de cultura. A professora da Barreira afirmava: que “gostaria de organizar palestras sobre civismo e civilidade” (SAGMACS, 1960, p. 29) como forma de solucionar a dificuldade de disciplinar as crianças. Uma professora da Barreira do Vasco não consegue, por exemplo, compreender posturas como desvalorizar datas que ela própria considerava sagradas: “há sempre alunos desajustados nas turmas. Esses, no Dia das Mães, não querem preparar trabalhos para levar às mães. Dizem que os pais “não vão querer isso deles” (SAGMACS, 1960, p. 29).



De acordo com a fala de diversos professores foi possível observar um conflito pedagógico operado nas salas de aula. Como é mostrado a seguir:

A maioria dos alunos chega à escola trazendo os livros embrulhados em jornal. Empregam muitos termos em gírias, dentro e fora das aulas. Havia um grupo de faltosos que provocava brincadeiras e algazarra durante as aulas. Apesar de separados, na turma, ainda continuam sendo provocadores. As professoras notam caso de conduta obscena durante as aulas. Logo que os meninos apanham um giz ou um pedaço de papel fazem desenhos relativos a sexo (SAGMACS, 1960, p. 29).

Este e outros depoimentos mostram os conflitos ocorridos no chão da escola, que parece que não eram debatidos e contornados a partir de uma preparação curricular, mas mediante a individualização do trabalho docente. A educação era garantida com distintas estratégias de “domínio de turma”, fosse pelo diálogo, pela violência física ou por uma postura enérgica. Assim, como se pleiteava constantemente ajuda ao setor de Serviço Social para aqueles considerados mais desajustados ou faltosos. Desta forma, muitos professores temiam a violência de alunos, não conseguiam desenvolver suas propostas pedagógicas e, em alguns casos, até atribuíam esta situação a uma negatividade endêmica da condição de ser favelado.

A diretriz institucional de salvar os favelados pela fé e ciência pode ter sido alvo de resistências tanto dos pais, quanto dos alunos. Mas como apresentado, havia uma precariedade material extrema e a ausência curricular específica aos favelados, em particular para as demandas de cada favela, o que pode ter causado ainda mais dificuldades a estes professores levando ao improviso pedagógico. Estes professores acabaram desempenhando a tarefa de educadores, administradores e assistentes sociais, diante das dificuldades da entidade dar conta de tamanha demanda.

As falas dos professores mostram um cansaço perante tamanhas adversidades o baixo salário, a escassez de funcionários para auxiliá-los e o sucateamento das escolas. A Fundação tinha incumbido seus educadores de executar o *fardo civilizador*, contudo, como apresentado, o objetivo enfrentou resistências alunos. Além disso, os professores também sofriam com as dificuldades cotidianas da escola e se incomodavam com a falta de uma ação pedagógica mais coordenada que os orientasse.

### **3.3 A religião católica**

A religiosidade católica é um traço marcante do aporte político-pedagógico da Fundação. Sua proposta trazia, assumidamente, o cristianismo católico como uma referência de visão de mundo para as suas escolas. No entanto, a Igreja Católica é uma

instituição vasta, permeada por nuances a respeito desse cristianismo, ainda que orientada, no seu plano geral, pelas ordenações do Vaticano. Assim, antes de qualquer definição é necessário compreender quais eram os princípios católicos evocados pela FXIII e quais métodos deveriam orientar tais concepções. Devidamente situado, aí sim, creio que seja possível compreender as experiências educacionais da FLXIII, tendo em vista uma a sua específica perspectiva cristã católica.

Desta maneira, apresento nesta parte um panorama breve sobre as orientações teológicas que norteariam a entidade e a aplicação prática destes princípios à pedagogia da FLXIII. *O objetivo, portanto, é avaliar o quanto a religiosidade católica foi um eixo importante de uma educação para os favelados e de uma refundação do ideal de cidadania.*

A questão social já era uma prioridade para a Igreja Católica desde o século XIX. Como já apresentado, as lutas sociais dos trabalhadores na Europa haviam pressionado não apenas os governos e o patronato, mas também a cúpula do Vaticano. O catolicismo buscava a partir desse período uma reorientação teológica e política, de modo que aproximasse o trabalhador dos princípios cristãos. O comunismo e o liberalismo tornavam-se os impulsionadores de modos de vida que havia abandonado os valores tradicionais do catolicismo, em favor de perspectivas que relativizavam a família tradicional, a propriedade privada, a hierarquia social e até a importância institucional da Igreja.

Estes traços chegaram ao Brasil com mais força a partir do início do século XX. A chamada “primeira fase da reação católica” teria acontecido durante a década de 1920, instigada já, desde o século XIX, quando a Igreja Católica havia perdido espaço institucional com o fim do Império. É nesse contexto que surgia o PCB, as ideias progressistas dos modernistas, o movimento tenentista e a crise do bloco de poder dominante, a elite cafeeira. Aliado a isso, crescia todo um clamor em torno do ideal de progresso atrelado ao mundo urbano-industrial.

Padre Julio Maria, seguindo as diretrizes de Leão XIII, foi um fiel defensor desta ideia de aproximação da Igreja Católica dos trabalhadores, a chamada valorização da “questão social”. Apontava o quanto era urgente a “recatolização” da nação brasileira e o empenho no desenvolvimento de ações sociais focadas nos trabalhadores pobres. Contudo, sua pregação não teve eco perante o alto escalão católico brasileiro (IAMAMOTO, 2014, p. 151).

No entanto, é a partir de Dom Sebastião Leme, responsável pela Diocese de Olinda, em 1916, que a ideia de recolocar o catolicismo como protagonista do cenário político-cultural nacional toma corpo. Durante a década de 1920 suas postulações focavam na defesa de uma *Nação Católica*, em que o Estado repactuasse a sua relação com a Igreja Católica, de maneira que voltasse a ter o destaque, em particular, no ensino público, mas também em todas as esferas públicas (IAMAMOTO, 2014, p. 151).

Internacionalmente, a Igreja Católica também mudava sua forma de organização, acentuando a centralização política e administrativa e instaurando a chamada “romanização”, ou seja, a padronização da instituição de acordo com a experiência católica européia, principalmente a italiana e a francesa.

A Primeira República surgiu com apoio da Igreja Católica, mas sua atuação no âmbito do poder público era restrita, se considerado o período imperial. A articulação para reconquistar o espaço institucional dos católicos teria se dado, principalmente, a partir de uma investida para aglutinar quadros leigos e construir um programa de “recatolicização” nacional. Segundo Iamamoto (2014), a Revista Ordem (1921) e o Centro Dom Vital tiveram destaque na coesão de uma intelectualidade leiga disposta a reposicionar os católicos, combatendo o laicismo, o positivismo e o anticlericalismo. Como se pode observar, ainda neste momento, o foco não eram os movimentos de trabalhadores, mas as questões mais relacionadas à concepção de uma elite que buscavam atrair.

A Revista Ordem, juntamente com a Confederação Católica (1922), promoveu a articulação de organizações nacionalmente, que tinham dois princípios norteadores: a hierarquia e o restabelecimento da influência católica sobre o Estado. Nessa perspectiva defendiam “combater toda forma de rebelião”, fosse tenentista, ou de qualquer outra matiz. Colocavam os modernistas como um atentado à moral e os bons costumes católicos sendo necessária a censura para coibir tal atentado ordem.

Neste primeiro momento, até os anos 1930, a “questão social” não era uma prioridade, buscavam combater, principalmente, o que consideravam os desvios liberais responsáveis por desestabilizar a família tradicional. Será a partir de 1931, tendo a frente do Centro Dom Vital, Alceu Amoroso Lima, que a “questão social” terá cada vez mais expressão dentro da Igreja Católica brasileira. Uma tentativa de “deixar de confundir liberalismo com capitalismo”, de acordo com as palavras de Amoroso Lima (apud Iamamoto, 2014, p. 156). Tal distinção era fundamental para realizar um novo

pacto entre os católicos e o Estado, que, a partir de 1930, aprofundariam a lógica de ampliação de políticas sociais.

O corporativismo exercido sobre a estrutura sindical e trabalhista também se faria presente no desenvolvimento das políticas sociais, nas quais a Igreja Católica teria papel de destaque. O Estado, grande garantidor da reprodução ampliada do capital, interviria na questão social, de maneira a possibilitar não mais apenas os interesses da elite cafeeira, mas também dos setores industrialistas, assim como das camadas trabalhadoras e estratos médios. A incorporação de algumas demandas da classe trabalhadora, durante o Estado Novo, tais como a ampliação da legislação trabalhista, mesmo considerando o seu papel de regulação da força de trabalho para um padrão capitalista, que nivelava por baixo os salários (MENDONÇA, 1986). Eram sinais deste processo de incorporação da questão social à dinâmica do Estado. Em complementação, a legislação sindical surgia como um instrumento de controle sobre as organizações sindicais. O acirramento da luta de classes havia imposto uma agenda de demandas das classes sociais de forma mais ampla, o que trazia o conflito de interesses para mais próximo do Estado, na sua rede corporativista. Uma ofensiva que tinha como mote a defesa da pacificação entre classes pela via da força.

A relação com a Igreja Católica e o governo Vargas foi sendo construída como uma parceria tensa. Ao mesmo tempo em que permitia o ensino religioso facultativo nas escolas, proibia a catequese nos sindicatos. A Igreja Católica assumia cada vez mais um papel mais ativo na mobilização da sociedade civil, mediante a organização de seus intelectuais orgânicos leigos para a reconquista de espaço no aparelho estatal. Dom Leme afirmava durante a inauguração do Cristo Redentor: “(...) ou o Estado (...) reconhece o Deus do povo ou o povo não reconhece o Estado” (apud Iamamoto, 2014, p. 167). Assim, a Igreja escolheu priorizar durante os primeiros anos do Governo Provisório a via liberal, justamente aquela que era alvo de suas críticas. Apoiou o constitucionalismo da elite paulista, em 1932, apostando na mobilização da sociedade civil como meio de obter o reconhecimento do seu peso social no Brasil. Assim Carvalho e Iamamoto afirmam,

(...) surgirão a Ação Universitária Católica, o Instituto de Estudos Superiores, a Associação de Bibliotecas Católicas, os Círculos Operários, e, posteriormente, a Confederação Nacional Operários Católicos, e a Liga Eleitoral Católica, além de uma série de instituições centralizadoras do apostolado social, que se firmarão através da Ação Católica Brasileira, criada em 1935 (2014, p. 168).

Centro Dom Vital<sup>27</sup> organizava na sociedade civil uma grande articulação nacional leiga a fim de colocar em prática os princípios da *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, as chamadas encíclicas sociais. O cristianismo era apontado neste viés como o responsável pela justiça social, por ser garantidor de uma harmonização das classes sociais. A moral católica deveria ser incorporada à lógica do Estado reorientando a sociedade para os valores da família tradicional, da hierarquia e do nacionalismo. A questão social era alavancada pela força da mobilização dos leigos católicos na sociedade civil, sem deixar de aspirar a universalização, via Estado, desta concepção de cristianizar a sociedade burguesa. O comunitarismo cristão seria o caminho para a superação dos males da sociedade moderna, sendo o comunismo o principal inimigo e o liberalismo a sua semente.

Já a Liga Eleitoral Católica propunha a “indissociabilidade do casamento, ensino religioso facultativo nas escolas públicas e assistência religiosa facultativa às classes armadas, hospitais e prisões” (CARVALHO & IAMAMOTO, 2014, p. 170). Esta entidade teria influência na indicação de voto aos candidatos católicos, sem se prender a determinado partido político.

A Constituição de 1934 confirmava a *maioria* católica: reconhecendo-a como religião oficial; garantindo “a indissolubilidade da família, com o reconhecimento do casamento religioso pela lei civil e a proibição do divórcio” e “(...) o acesso da Igreja à educação pública e a todas as instituições de “interesse coletivo” (Iamamoto, 2014, p. 2014). A autonomia sindical resguardou uma falsa noção de liberdade e permitiu a formação do sindicalismo católico.

Durante a década de 1930 a Igreja Católica polarizou contra os comunistas e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), tendo como parceira a Ação Integralista Brasileira (AIB). Os movimentos populares ganhavam força até que a Lei de Segurança Nacional implantou aberta perseguição contra os movimentos sociais autônomos e aos comunistas. O Estado Novo, portanto, surgia como coesionador dos setores dominantes, em franco apoio ao sindicalismo católico. Mas aos poucos a orientação católica passou a ser a construção de Círculos Operários, com amplo apoio do empresariado e do governo. O posicionamento conservador católico alinhava-se ao integralismo em diversos pontos. Mesmo antes da AIB, a Igreja Católica já mostrava sua simpatia ao

---

<sup>27</sup> Cf. capítulo II.

fascismo. A ideia de defesa da Família, Deus, Pátria, propriedade privada uniam tais movimentos. Algo que só seria mudado após a tentativa de golpe da AIB.

Este ideal de retomar o terreno da Igreja Católica na sociedade civil deve ser considerado na instituição da Fundação Leão XIII. Sua criação remetia à necessidade da burguesia estabelecer formas mais efetivas de hegemonia nas favelas, mas também a ambição dos católicos de recobrar sua importância nos rumos da sociedade brasileira. A religiosidade tornava-se um atributo pedagógico permitido pelo Estado a ser ministrado pela Fundação nos seus trabalhos sociais. Diante disso, apresentarei a situação religiosa nas favelas e a consequente resposta pedagógica da Leão XIII.

A realização de festividades católicas era uma parte importante de suas intervenções junto aos favelados. No jornal A Cruz é possível ver uma destas cerimônias pouco depois do nascimento da entidade, em que reunia diversos favelados para a comemoração da Páscoa numa missa campal, no dia 9 de julho, de 1947. Quando, no Campo de São Cristóvão, teria reunido cerca de 5 mil pessoas (A CRUZ, 1947). Estas celebrações afirmavam preceitos religiosos, a comunhão entre entidade e comunidade, reforçando a ideia de família tradicional.

A religiosidade perpassava os diversos trabalhos sociais da Fundação. Como apresentado, a escola também era igreja, tanto no sentido físico, quanto no pedagógico. A perspectiva moral da religiosidade era parte do discurso das assistentes sociais, mas também era dos seus professores, complementado e gerenciado por freiras e padres como pode ser visto a seguir:

Diversos grupos de professores se incumbem de ministrar as aulas, sendo que a parte religiosa está a cargo de bondosas freiras. (...) tivemos, mesmo, a oportunidade de observar várias Irmãs preparando a garotada para a cerimônia da 1ª Comunhão que será realizada hoje. (Jornal A Manhã, 14/12/1947, p. 9)

A reafirmação de valores católicos tinha uma função também de restabelecer um terreno para a religião católica, que parecia estar sendo ameaçado, principalmente pelo sincretismo e a proliferação de um catolicismo cada vez menos praticante. O que tornava cada vez mais comum a relativização dos preceitos morais católicos.

As favelas, pela procedência de seus habitantes, pelo seu nível de instrução e pela maneira como se integraram na vida urbana, constituem, do ponto de vista religioso, grandes áreas de sincretismo. Na sua população convivem e se entrelaçam várias formas de comportamento religioso, desde a prática dos católicos até os ritos afro-brasileiros da macumba. (...) Católicos frequentam centros espíritas e aderem à Legião da Boa Vontade. Muitos não vêem inconveniente em frequentar o terreiro (SAGMACS, 1960, p. 36).

A mobilização educacional passava pela mobilização militante católica, assim, muitos moradores eram convocados a se organizar para estabelecer organizações locais leigas. Formavam-se quadros locais, identificados com a população local, dispostos a defender a moralidade católica, mas também as orientações da Fundação a respeito das políticas públicas para as favelas. O sincretismo religioso era implicitamente combatido, na medida em que fazia um chamado aos fiéis para fortalecerem seus vínculos com a Fundação e a Igreja Católica como um todo.

Na Rocinha, a igreja católica orienta a formação de grupos e organizações, como a legião de Maria e a Liga Operária Católica. Há vários centros espíritas e é grande a penetração da Legião da Boa Vontade. Os protestantes batistas, adventistas e testemunhas de Jeová, também integram a vida religiosa da favela (SAGMACS, 1960, p. 36).

Esta mobilização também pode ser no morro São Carlos:

O morro de São Carlos é um dos que apresentam mais intensa atividade religiosa. Possui duas capelas uma pertencente à Fundação Leão XIII, na rua São Carlos e outra na rua União, em terreno da Penitenciária. As Irmãzinhas do Padre Foulcoud trabalham na favela e também as Legionárias de Maria. (...) Os trabalhos dos Pes. C. e P. no São Carlos, é ao mesmo tempo de assistência religiosa e educativa. Construíram uma capela ajudados pelos moradores a favela, em sua maioria do morro do Querosene e com algum auxílio de pessoas de fora” (SAGMACS, 1960, p. 36).

A figura dos padres era importante também na realização da educação desenvolvida pela FLXIII, pois mesmo não desempenhando a função de professores, recorrentemente participavam das formulações pedagógicas e orientavam jovens e adultos de acordo com a moralidade católica. Era o padre e a freira, em conjunto com os assistentes sociais e as lideranças locais que tornavam a ação da Fundação viável, tanto na execução dos mutirões, quanto na capacidade de influenciar politicamente e aprofundar a educação moral. No morro do Esqueleto era assim descrita esta mobilização local católica:

No Esqueleto existe um trabalho notável de apostolado católico centralizado na capela do 2º andar e no Centro Social Nossa Senhora das Graças. A capela foi fundada em 1954 e, em 1955, o PE. Tapajós fundava esse centro. Desde a sua fundação vem sendo dirigida pela Irmã Helena, da Irmandade São Vicente de Paulo que é também assistente social e vem procurando realizar um trabalho profundo na coletividade, começando por atrair crianças para atingir as famílias. Em 1955, Irmã Helena procurou lançar a J.O.C. (Juventude Operária Católica) no Esqueleto e, no mesmo ano, fundou o Centro Catequista, para crianças entre 3 e 16 anos. Em 1956, continuando o seu trabalho intenso, irmã Helena fundou a Cruzada, que conta com crianças de 10 a 15 anos. Em 1957, fundou um Jardim de Infância, que funciona na própria capela, com 40 alunos, e abriu um curso de Corte e Costura, com aulas

diárias à tarde, exceto às segundas e sábados. (...) a Festa do apóstolo que consiste na escolha de uma criança que recrutou maior número de companheiros para o catecismo e a quem é conferido o título de “apóstolo do mês”, recebendo, do seu antecessor, uma medalha, e a inscrição do seu nome no quadro de honra” (SAGMACS, 1960, p. 37).

Esta iniciativa mostra o quanto a assistência social, a religiosidade e a educação se confundiam na dinâmica cotidiana da favela. Nesse caso específico, a Fundação colaborava com as ações, apesar de não ser a responsável por liderar a intervenção nesta favela. A formação de quadros dirigentes mais uma vez é ressaltada, pois estes jovens formados nos valores católicos poderiam cumprir a mediação entre moradores e Igreja Católica, assim como com a Fundação. Era também na sua ação educacional que este processo acontecia, de maneira que a entidade mantivesse legitimidade perante a comunidade, ainda que não fosse uma diretriz institucional formar grupos de base.

A ação catequista buscava chegar às famílias através das crianças e restabelecer a identidade aos preceitos católicos, afastando práticas de um sincretismo que há muito incomodava a Igreja. O curso de corte e costura, o jardim de infância e a captação de católicos mirins pelas crianças, acabavam sendo parte do cotidiano da Fundação, ainda que em seus documentos oficiais não houvesse menção a uma tentativa de definida de aumentar os seus fies, em contraposição a outras religiões.

No morro do Querosene também pode ser observado esta relação de continuidade entre escola e igreja:

No morro do Querosene, só existe uma escola que funciona em colaboração com a Fundação Leão XIII e a Congregação de São Francisco de Assis. Atende a 50 crianças e também mantém um curso noturno de alfabetização de adultos (SAGMACS, 1960, p. 28).

A estrutura física era preparada e improvisada de modo que servisse de igreja e sala de aula. Além disso, padres e freiras participavam do cotidiano dessas escolas, apresentando aos alunos a necessidade da mobilização católica em seus territórios. A orientação da Fundação era o completo respeito sobre as diversas formas religiosas, como já mostrado nos seus documentos. Contudo, a dinâmica cotidiana das suas escolas e do setor de Serviço Social aponta para uma relação pedagógica em que o catolicismo era apresentado como a única religião a ser aprendida.

O ideal de cidadania era, portanto, parte de um atributo da cristianização católica. Uma forma de moralizar as relações dos favelados, que estariam supostamente imersos em práticas sociais degenerantes e na flexibilização dos dogmas e práticas religiosas



católicas. Havia a arregimentação de favelados de diversas religiões, mas a catequese se mantinha como um princípio.

### **3.4 A família tradicional**

A proposta político-pedagógica da FLXIII tida como um de seus pilares fundamentais a valorização da família tradicional católica. Como já apresentado, “salvar” os favelados tinha um significado material, mas também ético-moral. A condição de barbárie nas favelas não era atribuída apenas às dificuldades econômicas, mas às perversões morais da cultura dos favelados, por isso, a educação era um elemento tão central. Abordarei nesta seção, portanto, os seguintes pontos: *qual era a situação familiar das favelas atingidas pela FLXIII; quais eram os valores morais que encarnavam a família tradicional ideal para a FLXIII; quais eram os projetos sociais e como buscavam educar moralmente para este paradigma familiar específico.*

Neste esforço de compreender a situação familiar dos favelados, o relatório da SAGMACS apresenta um vasto estudo com amplo levantamento sobre as suas formas de organização, suas dificuldades, aspirações e relações produzidas com as entidades que buscavam educar os favelados. Apresentarei alguns dados preliminares sobre a realidade das famílias faveladas, destacando o aspecto cotidiano a partir das falas dos favelados, no que se refere às condições de vida. Ao final desta seção farei a análise sobre a educação produzida pela FLXIII e o trato pedagógico desenvolvido a respeito do tópico família tradicional.

Cabe aqui lembrar a metodologia que utilizarei para utilizar o relatório SAGMACS, fonte principal desta parte da tese. Primeiramente é importante ressaltar que, mesmo com todo caráter pioneiro desta pesquisa, o uso das suas informações segue algumas precauções metodológicas, no intuito de compreender o seu lugar histórico, ou seja, de uma entidade dirigida por um influente padre de uma corrente humanista da Igreja Católica, Louis-Joseph Lebret. Isso significa que, de alguma forma, a pesquisa da SAGMACS apresenta noções ético-morais sobre os favelados alinhadas ao pensamento desta corrente católica, em especial sobre o tema família. A proposta da tese, por conseguinte, buscou atentar a este fato, problematizando a apresentação dos dados apresentados pela SAGMACS, considerando as informações produzidas pela sua pesquisa, sem perder de vista as intenções políticas da SAGMACS. Neste sentido, apresento algumas questões referentes à metodologia, às conclusões e prescrições

produzidas pela entidade no seu relatório, mas também colhendo as informações essenciais sobre a vida familiar dos favelados que balizaram esta parte da tese.

Para estabelecer a definição das famílias das favelas, a SAGMACS apresentou uma classificação considerando diversos elementos da vida cotidiana dos favelados, de modo a classificá-las em cinco níveis (1, 2, 3, 4, 5). Assim apresenta os parâmetros de classificação das famílias das favelas:

(...) buscamos conciliar um conjunto de critérios de natureza econômica, sociológica e psicológica. Tomando por base a família, indagamos das condições materiais, do barraco, da alimentação, do vestuário, dos objetos de uso doméstico, do tempo de lazer, procuramos avaliar o grau de estabilidade e permanência do grupo familiar; da segurança das atitudes; do nível das aspirações e perspectivas de vida (SAGMACS, 1960, p. 3).

Dois parâmetros básicos são considerados na classificação proposta: no estrato superior seria o desejo ou a possibilidade de sair da favela, conjugado à condição de estabilidade financeira. No estrato inferior seria a presença do que denomina de “forças de desintegração” da família, que seriam as condições culturais, sociais e econômicas impostas pela miséria, que seriam responsáveis por desestabilizar a ordem familiar.

Dentro destes parâmetros, assim são definidos os níveis das famílias faveladas, resumidamente:

*5: situação viável para sair da favela; família integrada; orçamento equilibrado; satisfazem mais do que as necessidades básicas; modo de vida pequeno burguês;*

*4: suprem as necessidades básicas e conseguem um nível de consumo a mais em certas ocasiões; melhorias no barraco; mais tempo para o lazer; melhorias no equipamento doméstico; não têm condições de sair da favela.*

*3: conseguem manter a subsistência, mas sob certa insegurança. Para garantir a estabilidade são obrigadas a exercer trabalhos extraordinários.*

*2: as necessidades básicas nem sempre são garantidas; famílias no limiar da desagregação.*

*1: sem qualquer possibilidade de atender as condições básicas de vida; constante desagregação familiar.*

O mérito desta metodologia é poder caracterizar a heterogeneidade das famílias das favelas cariocas, mostrando as diferentes condições econômicas, a instabilidade cotidiana, as práticas e aspirações culturais, as formas de sobrevivência e as distintas configurações das famílias de acordo com a sua realidade local e tradição cultural. Por outro lado, algumas questões devem ser salientadas sobre esta metodologia.

Primeiramente, a SAGMACS considera que o favelado tem uma vontade imanente de sair da favela, caso ele tenha condições econômicas para tal. Algo discutível quando observamos a própria configuração das famílias e as suas estratégias de sobrevivência, que, em muitos casos, é orgânica à lógica informal das favelas e à rede de relações locais. Ou seja, sair da favela poderia significar deixar de usufruir do nicho econômico da informalidade local; separar a família; perder o status de “elite” local; destruir a rede de relações de solidariedade entre amigos, vizinhos e familiares; ver sua identidade de morador da favela perdida, em troca de um anonimato em alguma região formal da cidade.

Ressalto aqui, portanto, que a favela nem sempre era considerada como um problema para os moradores, como algo a ser abandonado, caso houvesse condições financeiras para tal, pois, na realidade, existia uma *identidade territorial* construída nas favelas que mantinham as pessoas nestas localidades. É claro que havia casos de pessoas que buscavam sair das favelas à procura de melhores condições de vida, mas a questão central aqui a ser considerada é que esta não era uma força natural, nem predominante.

Outro ponto importante é que a pesquisa possui uma noção de família estritamente ligada ao parâmetro católico, por isso, desconsidera ou diminui a identificação familiar de grupos que fogem ao padrão clássico: monogamia entre homem e mulher; moradia comum entre casal e filhos; rituais cotidianos como almoço, festividades e encontros em família. Estar fora deste padrão, para a SAGMCAS, seria estar em movimento de “desagregação”, ou na completa ausência familiar, dependendo do caso. Considera-se pouco a noção do próprio favelado sobre a sua condição de ter família ou não. É nesta característica que se observa, implicitamente, os tons da corrente humanista católica de Lebrecht. Mesmo situado num setor progressista da Igreja Católica, a SAGMACS não abre mão da noção clássica de família tradicional, que em diversos momentos é apresentada como a normal e aquela a ser atingida inexoravelmente.

No entanto, apesar destas limitações do estudo das SAGMACS, sua relevância não é diminuída. O pioneirismo de desenvolver farto manancial de informações sobre as favelas do Rio de Janeiro, qualitativamente e quantitativamente, seguindo um rígido rigor metodológico, reafirma a importância desta pesquisa. Por isso, feito o devido alerta, proponho apreender deste *corpus* documental o modo de vida familiar dos favelados e a perspectiva educacional da FLXIII.

Uma análise interessante desenvolvida pela SAGMACS se refere aos costumes cotidianos das famílias faveladas. Os ritos, os hábitos festivos, a rotina no barraco, todos os detalhes do cotidiano são considerados para se compreender como a família se “agrega” ou “desagrega”, como estabelece seu modo de vida e estratégias de sobrevivência diante da pobreza.

Parte importante destes costumes dos favelados são os ritos cotidianos de família. Festividades, encontros familiares, redes de solidariedade, os mutirões eram momentos importantes que mobilizavam e, em parte, definiam a vida familiar. O encontro familiar nas refeições, por exemplo, era apresentado como um elemento importante pela SAGMACS, por isso, era avaliado até que ponto as famílias se reuniam durante as refeições e como isso ocorria. Sobre uma família assim relata o SAGMACS:

Não comem todos juntos, nem têm hora certa para as refeições, porque a sala é pequena demais para caberem todos (Relatório SAGMACS, 1960, p. 3). (...) Em famílias desse tipo nunca há horas certas para as refeições porque todos trabalham e chegam em horas desencontradas; ou então porque o barraco é pequeno demais, não dá para todos (Idem, p. 4).

As dificuldades materiais do barraco e o horário limitado imposto pelo trabalho reduziam os encontros familiares. Este momento tão rotineiro é realçado, pois, seria neste momento que a unidade familiar era solidificada, as relações se aprofundariam, inclusive, no que se refere ao ato de devoção religiosa. Era na refeição que a família se unia para trocar suas experiências, desventuras diárias e fazer a reflexão espiritual de rezar.

A forma de resolução de conflitos familiares também é apresentada como um problema para a estabilidade familiar. O vício seria um elemento que aprofundaria tal distúrbio, afetando, inclusive, a renda familiar, como apresentarei a seguir. E a sexualidade dos pais era uma possível forma de perversão da família, quando ocorriam relações consideradas promíscuas no âmbito do lar. No trecho a seguir estas três questões são apresentadas:

Há muitas brigas entre “marido” e “mulher”. Dão-se pauladas, facadas, navalhadas. As crianças assistem a tudo isso. Desde cedo, avançam para a mãe, brigam com os pais. Muitas mães são encontradas pelas visitadoras em estado de embriaguez. É comum o uso da bebida pelas mulheres. Os pais falam tudo diante dos filhos. Discutem suas “taras”. Têm relações sexuais na presença dos filhos (Relatório SAGMACS, 1960, p. 7).

A violência parece ser uma realidade corriqueira na forma de lidar com os filhos, mas também entre os pais. De fato muitos eram os relatos de abusos que acarretavam expulsões de casa e fugas. Assim como as visitadoras relatavam diversos casos de

alcoolismo, principalmente entre os homens, em alguns casos, praticantes de violência contra a esposa e os filhos. Além disso, a denominada promiscuidade sexual era um elemento também muito recorrente no relatório para atestar a desagregação familiar, responsável por degenerar moralmente as crianças que presenciavam seus pais na intimidade. O quadro de conturbações familiares nas favelas, portanto, são atribuídos ao vício, a uma cultura da violência domiciliar e a perversão sexual.

As camadas 1 e 2 das famílias enfrentam os mais diversos problemas cotidianos para manter-se enquanto família de fato, segundo os parâmetros da SAGMACS. O seu relatório afirma que foi difícil definir estas famílias, tamanho o grau de desagregação. O caso de D. N. da Barreira do Vasco era exemplo desta situação:

Meu marido abandonou-me. Fiquei sozinha com seis filhos. Muitos passam fome, porque eu não tenho dinheiro nem para comprar comida. O pai de vez em quando manda duzentos, quinhentos cruzeiros. Isso quando quer” (Relatório SAGMACS, 1960, p. 3).

Este caso, bastante comum nas favelas, revela uma forma de separação familiar, que tem como motivo principal o abandono de lar por parte do marido, tendo repercussões na criação dos filhos, na renda familiar, na proteção sobre a família e nas formas de sobrevivência.

Outro exemplo de desagregação seria o do Sr. S. e d. A. do Parque Proletário da Gávea:

Ele é bombeiro hidráulico, ela trabalha fora. Só compram carne aos domingos, quando têm dinheiro. Ela não dispõe de dinheiro para tratamento médico. Ele faz as compras da casa. A comida do casal se resume em arroz, feijão às vezes carne, quando tem dinheiro, mais raramente ovos e pão (Relatório das SAGMACS, 1960, p. 3).

A precariedade nas condições de alimentação, de saúde, de ausência do lar eram também motivos de desagregação que afetavam as famílias. Os filhos acabavam mais sujeitos a falta de acompanhamento dos pais, à precariedade da vida cotidiana impunha dificuldades para o acesso a educação, saúde e qualquer tipo de política pública, pois os princípios mais básicos de sobrevivência não estavam garantidos. Assim, os elos familiares tornavam-se mais frágeis para o padrão ideal considerado pela SAGMACS.

A situação do barraco era um elucidativo sintoma das condições de vida das famílias das favelas. Sua condição material, organização interna e a referência que produzia sobre a dinâmica familiar eram expressas no modo de vida destas famílias. Sobre o barraco o relatório SAGMACS afirma:

Nesse limiar de miséria e desintegração, o barraco ocupa um espaço mínimo, às vezes, mais ou menos 10 m<sup>2</sup>, possui um só cômodo e, conforme o número de pessoas que aí se acumulam, divide-se o seu interior com um pano, para separar o espaço que desempenha funções de sala e quarto da cozinha-banheiro (Relatório SAGMACS, 1960, p. 3).

Como já apresentado as refeições diárias entre a família muitas vezes eram impossibilitadas pelo tamanho do barraco, que não comportava toda a família ao mesmo tempo. Aqui pode-se observar que este não era o único inconveniente. Separar os cômodos com panos implicava em menos intimidade aos membros da família, algo que explica, por exemplo, a situação descrita anteriormente de pais que praticavam relações sexuais e conversavam sobre suas “taras” na frente de seus filhos. Não só a unidade familiar estaria comprometida, mas as práticas cotidianas “sadias” eram dificultadas pela exiguidade do barraco.

O caso a seguir é bem eloquente nesse sentido:

D. H. do Parque, mora com a mãe, um filho e seis irmãos em casa de sala, quarto e cozinha. Não tem o filho mais velho em sua companhia por que a casa é muito pequena. O companheiro também não mora com ela por falta de lugar” (Relatório SAGMACS, 1960, p. 3).

Casos como este eram comuns. Algum membro da família não habitar o barraco do núcleo familiar em função do tamanho do barraco. Esta condição remeteria, segundo a SAGMACS, ao afrouxamento dos elos familiares fundamentais. O caso a seguir também reforça esta tendência entre as famílias mais pobres das favelas:

No barraco de d. V., na Favela de parada de Lucas, mora o seu filho sr. S. Este com uma companheira, mas mora com a mãe enquanto que a mulher também mora com a mãe dela num barraco vizinho. O “casal” já tem um filho, mas não se juntam por falta de acomodação. O sr. S já fez o serviço militar, mas está desempregado (Relatório SAGMACS, 1960, p. 3).

Este talvez seja a situação mais incômoda à Igreja Católica, e por consequência à FLXIII. A formação de casais que não moravam juntos afrontava a noção de unidade familiar lastreada no convívio conjugal e na formalização perante deus e o Estado. De forma sutil a SAGMACS também mostra sua insatisfação perante esta situação quando coloca aspas para designar os casais que viviam nesta situação. Não seriam casais de fato, afinal, moravam separados, quebrando um princípio básico família tradicional.

Outra consequência da precariedade do barraco seria a exposição à violência que muitas crianças eram vítimas. Como já apresentado, quartos separados por panos, ausência de acomodações específicas para as crianças e a presença de estranhos nas

pensões das favelas formavam uma situação crítica. Crianças, principalmente do sexo feminino eram as que mais sofriam, como é mostrado a seguir:

O aluguel de cômodos é um recurso de que os favelados lançam mão amiúde. Por si só, esse fato já cria situações promíscuas. Da. R., professora, conta-nos que uma de suas alunas M. H., de 8 anos, veio um dia chorando à sua casa pedir para morar com ela, pois não podia voltar para casa do pai, que vive cheia de homens. O pai aluga a casa para dormida e vai dormir na casa da amante, deixando a filha sozinha com os inquilinos e outro filho, tarado que persegue a própria irmã. “Durante a noite, os homens vão à cama dela. Ela se enrola nos lençóis e grita. Eles desistem”. Da. R. acolheu a menina em sua casa. O pai não se importou (Relatório SAGMACS, 1960, p. 6).

A necessidade de complementar a renda com a sublocação de quartos, ameaçava a estabilidade familiar e mais que isso a própria integridade física e psicológica das crianças. A ação de uma professora e a indiferença do pai perante a situação de violência parecem mostrar mais do que uma família desregrada, mas a presença de instituições educacionais cada vez mais próximas à intimidade familiar. Se havia tamanha violência contra crianças, também chegava às favelas um arsenal de instituições promovendo ações educacionais e fiscalizatórias sobre o cotidiano familiar.

As limitações financeiras para pagar o aluguel da moradia também eram um fator de desestabilização familiar. As famílias do nível 3, por exemplo, ainda no limiar da instabilidade, recorriam a trabalhos extraordinários para suprir dificuldades inesperadas tais como “(...) doença do chefe da família, a partida dos filhos, que se casam e vão morar longe, rompem o precário equilíbrio do orçamento familiar, rebaixam o nível de vida e precipitam a família numa camada inferior” (Relatório SAGMACS, 1960, p. 6). Um exemplo é o de d. H. do Parque Proletário da Gávea, que, após uma doença e gastos com médico, sua família ficou em estado de aguda pobreza e sob a ameaça de não conseguir pagar o aluguel do barraco (Relatório SAGMACS, 1960, p. 6).

Outro fator importante na dinâmica das famílias eram as condições trabalhistas no período. Isso porque era rara a estabilidade no emprego e, por consequência, a garantia de um salário fixo mensalmente. A cada emprego um valor de ordenado e uma forma de pagamento. O relatório SAGMACS aponta que d. D., da Barreira do Vasco, por exemplo, ganhou como pagamento por um trabalho uma máquina de costura. Nas famílias do nível 3 pessoas buscavam mais de um trabalho como forma de complementar a renda, diante da iminência de uma demissão ou pressão inflacionária. Eram comuns casos de mulheres que formavam quitandas e pensões como forma de complementar a renda familiar. Este era o caso de D. M. da Barreira do Vasco. Até

mesmo o Jogo do Bicho era citado como uma alternativa para aliviar a pressão orçamentária sobre a família.

Enquanto nas famílias de nível 4 e 5 buscavam empregos estáveis em estabelecimentos burocráticos, nos níveis familiares mais baixos, 1, 2 e 3, o trabalho temporário era a regra. As famílias que tinham empregos estáveis sofriam com a pressão inflacionária sobre os seus salários, já as famílias que viviam se alternando entre empregos temporários, além da inflação, tinham que suportar longos períodos sem emprego, precarização do trabalho e demissões repentinas (Relatório SAGMACS, 1960, p. 4).

Muitas vezes uma família poderia ter sua renda subitamente diminuída e ser obrigada a perder o barraco. A informalidade da favela tinha suas normas de conduta bem rígidas, de modo que atrasos não eram tolerados. O relatório afirma:

Todo um sistema judiciário se estabelece à margem da lei, com despejos, emissões e manutenções de posse, esbulhos e reintegrações. A prima de D. M.R., por exemplo, veio para a Barreira, depois que uma inundação levou tudo que tinha no barraco da favela de Manginhos (Relatório SAGMACS, 1960, p. 4).

Esta condição instável, comumente, abalava os laços familiares, tornando as famílias em condições bem mais adversas. A perda permanente ou temporária de um arrimo de família, muitas vezes, poderia significar a depreciação de condições de vida de determinada família. A perda do barraco era uma ameaça permanente diante destas dificuldades cotidianas, afirmadas, inclusive, pela própria ação da Fundação Leão XIII. O desenvolvimento do mercado imobiliário nas favelas aprofundou esta ameaça constante. Sr. M. A., por exemplo, afirmava que quando chegou à região da Barreira do Vasco não havia compra ou aluguel de barracos. Cada um montava sua moradia de acordo com as normas locais de divisão de lotes, mas sem que houvesse relações comerciais com as terras. No entanto, M. A. conta que pouco tempo depois de sua chegada na região passou a ser necessária a permissão do vereador G. M., o que, provavelmente, envolvia troca de interesses eleitorais ou mesmo a compra do direito de construir um barraco. Esta situação é evidente também no parque Proletário da Gávea, que tinha o “político” Sr. M. A. como responsável por conceder casas às famílias. É relatado, inclusive, que este era padrinho de casamento de D. Z. (Relatório SAGMACS, 1960, p. 4).

Um intenso mercado imobiliário se estabeleceu nas favelas, permeado por relações de poder com autoridades locais, principalmente os vereadores, mas também um comércio complexo que reunia pequenos, médios e grandes proprietários de



barracos e terrenos. A prefeitura e a Fundação Leão XIII tinham participação ativa neste processo já que eram responsáveis por conceder permissões de moradia, reforma ou concessão de luz e água. Nesse esquema ocorria uma rede de troca de favores com as lideranças locais, o que, certamente, teve impacto na formação dos loteamentos, construção de casas, fomentação de um mercado de aluguel e venda de imóveis. O relatório SAGMACS afirma: “É enorme a quantidade de cômodos alugados em barracos e, ao que tudo indica, o índice de alugueres aumenta com a exigüidade da habitação, o que parece revelar a conexão que estabelecemos” (p. 6). O desenvolvimento do comércio imobiliário aprofundava as dificuldades de moradia entre os favelados, na medida em que encarecia o preço dos aluguéis.

Apesar desta pressão constante sobre os favelados, o relatório SAGMACS apresenta práticas agregadoras, principalmente entre as famílias de nível 3, 4 e 5. Atribui uma condição de estabilidade econômica maior que ajudaria a coesionar a família. Nesse estrato é relatado que, mesmo diante das adversidades da favela, estas famílias conseguiam garantir o ritual do encontro diário nas refeições, fortalecendo os laços familiares. As festividades também são consideradas como elemento agregador. Assim são descritos os ritos agregadores dessas famílias das favelas:

Cada um chega faz seu prato na cozinha e leva-o para a mesa. As crianças comem de talher, os adultos de garfo e faca e já têm lugar marcado na mesa. Comemoram-se certas datas festivas como o Natal, com uma dieta especial, rabanada, manjar, bolinho de bacalhau. As vezes o dinheiro não dá para os presentes (Relatório SAGMACS, 1960, p. 4).

Este cotidiano tão organizado se mostra como uma resistência ao fato de todos trabalharem em horários diferentes e mesmo assim manterem a preocupação de se reunirem à mesa. Além disso, as datas festivas, muitas vezes ligadas à religiosidade católica, também eram mantidas, mesmo quando no Natal não era possível garantir “os presentes”. Os rituais, portanto, se mesclavam à própria liturgia católica, estruturando a família sob determinados valores ético-morais.

O exercício dessa união familiar era muito forte, por isso, muitos entes se sentiam desprestigiados quando não ocorria a reciprocidade nos encontros familiares, festas e cerimônias importantes. Surgiam, inclusive, relações entre pessoas de melhor situação econômica e famílias da favela, em que se observa uma espécie de apadrinhamento:

A necessidade de auxílio cria muitas vezes, laços fora da favela e com pessoas de categoria social mais elevada. Ora são protetores, que dão presentes, ajudam a criar os filhos, ora é um político que ajuda, mas pede também o favor do voto: ora são antigos patrões, no caso da mulher, patrões atuais no caso do homem (Relatório SAGMACS, 1960, p. 8).

Estes “protetores” poderiam ser patrões, ex-patrões, políticos atuantes naquela favela, e mantinham tais benfeitorias sob um manto de relação familiar, mas também de troca de interesses, de um favor correspondido ou uma relação de confiança estabelecida. De certa forma, a família se alargava, superando mais uma vez a visão de senso comum de que a família do favelado fosse restrita ao âmbito da sua comunidade.

Nas famílias de nível 5 isto fica muito evidente. A sociabilidade familiar enfatizada na educação cotidiana, não apenas como maneira pragmática de forjar redes de solidariedade para superar as dificuldades sociais, mas como um traço cultural que identifica e fortalece cada indivíduo, tornando-o pertencente a um grupo e reconhecido por isso. Assim o relatório afirma:

Nas famílias mais bem situadas, há a preocupação de educar os filhos nessa sociabilidade. Da. A., do Parque, manda o filho visitar um tio doente no hospital. O marido de D. A. aconselha sempre a procurar parentes. Os casos de repulsa à convivência familiar são sentidos e criticados. Os parentes queixam-se quando não os visitam (Relatório SAGMACS, 1960, p. 6).

Interessante que “educar” seja um preceito necessário para entender a importância da família. Não é algo natural, ainda que em muitos momentos a família seja apresentada como algo intrínseco ao ser humano. Há críticas, restrições e uma educação para evitar que a família se desagregasse. Para muitos moradores, mais do que uma rede de sociabilidade de interesses, a família era um dogma social amparada pela religiosidade.

A mobilização familiar também era sentida na forma de ocupação de seu território. Segundo a SAGMACS, nas famílias de nível 3, 4, e 5 seria mais recorrente relações de solidariedade na execuções de mutirões. Estes mutirões, responsáveis pela maioria das obras de casas, saneamento básico, luz, instalações de água, calçamento, que originaram as ocupações em favelas eram resultado desta solidariedade territorial. O relatório afirma: “os vizinhos já se unem para obras de benefício comum, rompendo o *habitual* individualismo. Fazem esgoto, rachando as despesas” (Relatório SAGMACS, 1960, p. 4).

Mesmo reconhecendo as práticas dos mutirões, o relatório contraria a própria empiria que desenvolve quando delimita esta solidariedade apenas às famílias mais abastadas. Na realidade, inúmeras formas de solidariedade eram desenvolvidas entre as famílias mais pobres, passando, inclusive, por melhorias nos barracos, mas também por

adoções de crianças abandonadas, ajuda com alimentação, remédios, com o cuidado com as crianças etc. O que implica que dizer que a rede de solidariedade nas favelas podia se realizar de diversas formas, sendo os mutirões uma das modalidades.

As maiores obras de mutirão, aquelas que desenvolviam ações que tornavam as favelas mais próximas do padrão formal de cidade, eram, muitas vezes, amparadas legalmente pelas relações com políticos locais, a Prefeitura, ou mesmo pela própria FLXIII. Esta aproximação acabou tornando estas mobilizações mais visíveis nas narrativas, obscurecendo os outros tipos de solidariedade, algo expresso na grande imprensa e até na fala das lideranças locais. Por isso, muitas pesquisas, inclusive a SAGMACS, acabam reduzindo aos “mutirões” como únicos momentos de mobilização coletiva dos favelados. É questionável, nesse sentido, o que denomina de “habitual individualismo”. Neste outro trecho é possível observar que a diversidade das formas de ajuda mútua entre as famílias das favelas, contrariando esta ideia de individualismo das famílias mais pobres:

Muito nos impressionou a distinção entre ajuda mútua e amizade. O auxílio não cria elos permanentes de amizade. Consertam-se os barracos uns dos outros, tomam conta dos filhos, prestam-se auxílios de toda ordem, mas isso não acarreta nenhuma relação mais profunda. “Não tenho amigos, diz o Sr. G. , da Barreira, tenho colegas. Meus amigos são meu pai, minha mãe, meus parentes”. Tudo gira em torno da família que parece absorver toda afetividade (Relatório SAGMACS, 1960, p. 8).

É mostrado o quando há um ethos de solidariedade na favela, que não é, necessariamente, movido por relações de amizade. Cada obstáculo cotidiano é partilhado coletivamente, de acordo com as possibilidades de ajuda de cada família vizinha. Significa que a expressão da solidariedade local é diversa, não podendo ser restringida ao padrão dos mutirões urbanísticos nas favelas.

A migração também era um fator decisivo na vida das famílias das favelas, tanto para unir, quanto para separar seus entes. As dificuldades econômicas da população rural empurraram famílias inteiras para o Rio de Janeiro, nas décadas de 1940 e 1950. Este processo, em diversos casos, se deu de maneira fragmentada, de modo que os parentes vinham chegando às favelas aos poucos, graças a um forte regime de solidariedade entre as famílias. O caso de D. A. é assim descrito:

(...) nasceu em Terezópolis, no Estado do Rio, onde casou e teve três filhos do marido (...). Trabalhava na lavoura, seus pais trabalhavam muito também. Ficou viúva em Terezópolis. O marido segundo conta, morreu de tanto beber. “Já amanhecia com a garrafa na mão.” Veio para o Rio porque em Terezópolis pagavam muito pouco. Veio primeiro sozinha, depois foi mandando buscar os

filhos, ainda pequenos, quando o marido morreu. Depois de certo tempo no Rio veio morar na Rocinha. Trabalhava como doméstica até que o filho piorou e teve que ficar em casa cuidando dele” (Relatório SAGMACS, 1960, p. 3).

Neste caso pode-se observar que o falecimento do marido, o que provavelmente deve ter impactado a renda familiar, gerou a busca por uma nova oportunidade em outra cidade. Os filhos eram trazidos aos poucos, provavelmente, de acordo com as possibilidades materiais do barraco e da capacidade financeira de manter uma família maior. Havia casos também de parentes que buscavam oportunidades no Rio de Janeiro e a casa de um parente seria a primeira etapa até constituir a sua própria família e morar em outro lugar. Mesmo sob grandes dificuldades esta relação de solidariedade era muito marcante. D. M. N., moradora da Rocinha, com o marido desempregado, e sem recursos para reconstruir o barraco, foi acolhida pelo primo do cunhado e ainda receberia a mãe de D. M. N. que chegaria de Alagoas (Relatório SAGMACS, 1960, p. 4).

Mesmo as famílias do nível 5 tinham esta dificuldade de recompor a família neste árduo processo de migração. D. M., por exemplo, não esperou a autorização da Administração do Parque Proletário da Gávea para trazer sua filha. Ansiosa por recompor sua família passou por cima até mesmo da rígida burocracia local e trouxe sua filha o quanto antes (Relatório SAGMACS, 1960, p. 4).

Um elemento fundamental para a estabilização das famílias era a figura da mulher. Sobre as mulheres residia a tarefa de organizar a família. Mesmo nas famílias com a presença do chefe de família masculino, recaía sobre a mulher o peso da dupla jornada de trabalho, as consequências do parto ou mesmo do aborto e o peso do patriarcalismo. Era comum, por exemplo, as famílias chefiadas por mulheres, quando devido a situação do marido eram obrigadas a assumir tal condição, fosse em função do desemprego, morte, doença ou abandono de lar. D. D., da Barreira do Vasco, que era separada, tinha um relacionamento estável com Sr. W. Ela afirmava “mas cada um em sua casa”, mesmo tendo filhos com ele (Relatório SAGMACS, 1960, p. 4).

A separação poderia alterar a configuração das famílias, remodelada em função de ações de solidariedade entre vizinhos e parentes dispostos a ajudar a mãe a criar seus filhos. Segundo a SAGMACS,

As mulheres ao se separar dos companheiros, quase sempre levam as crianças. Ou então, quando têm de se empregar e trabalham todo o dia fora, deixam-nas com parentes. Muito frequente é deixarem nas com os avós por parte de pai. Essa instabilidade conjugal, além da exigüidade dos barracos, explica o número de crianças soltas na favela, entregues a parentes ou vizinhos, que exercem sobre elas

uma fiscalização desatenta e uma autoridade discutível (Relatório SAGMACS, 1960, p. 7).

A SAGMACS associa esta situação de perda de marido à situação de crianças nas ruas sem o devido acompanhamento familiar. Um elemento, portanto, desagregador da família, mesmo se considerando o esforço dos parentes e vizinhos em ajudar a mãe que foi abandonada por seu marido.

O patriarcalismo assentava a desigualdade de condições entre mulheres e homens na formação das famílias nas favelas. Mesmo considerando as formas alternativas de constituição de famílias, ainda é possível observar fortes traços de tradicionalismo no que se refere à vida das mulheres. Sobre a posição dos homens enquanto arrimo de família assim descreve a SAGMACS:

O “homem”, nesse caso, chega a ser um valor econômico, altamente disputado. É o arrimo, a segurança, a manutenção. D. N. da Barreira, que é própria virtude, suspira: “As vezes tenho vontade mesmo de arranjar outro homem que trabalhe para dar de comer a meus filhos. São muitas as brigas entre mulheres por causa de homens. Preferem sustentar um “homem” a ficar sozinhas (Relatório SAGMACS, 1960, p. 7; 8).

Um homem, portanto, representava uma forma de estabilidade social e econômica. Uma forma de proteção e legitimação perante a comunidade. Ser mulher e mãe solteira acarretava incertezas materiais, mas também situações de constrangimento social devido ao preconceito assentado na tradição patriarcal. O casamento, ainda que com todas as variações matrimoniais decorrentes da informalidade, ainda era considerado uma forte referência cultural. Contudo, a opressão sobre a mulher se revelava, portanto, quando ela possuía e não possuía um marido.

Mas em muitos casos, o homem desaparece e a mulher fica sustentando os filhos. Ou então, os papéis se invertem e a mulher é que passa a sustentar o companheiro. É o caso de D. A. do Parque. “Ele não me ajuda em nada, é mau para mim e as crianças. Tenho que cozinhar para ele e é muito enjoado para comer. Não me dá um tostão, nem roupa, nem calçados para mim e os filhos. Bebe muito todos os dias (Relatório SAGMACS, 1960, p. 8).

Mesmo com a presença masculina, cabia à mulher sustentar a casa, e complementar a renda diante do que o seu marido deixou de ganhar. Observa-se que mesmo diante de um marido tão negligente, D. A. não cogitava separar-se. Resigna-se à sua condição. Mesmo quando o alcoolismo era uma realidade constante da vida destas mulheres. Neste caso, o alcoolismo mais uma vez é citado como um problema doméstico, que, em muitos casos, acarretava a violência contra a família. Sobre a relação violência e alcoolismo o trecho abaixo é bem elucidativo:

A bebida agrava a situação entre os cônjuges. Sr. B., do Parque , quando chega em casa embriagado “quer malhar todo mundo”. Sua mulher a princípio apanhava quieta, tinha vergonha dos vizinhos. “Agora, vou para a porta da cozinha, dou escândalo ele se acalma. Agora sou esperta” (Relatório SAGMACS, 1960, p. 8).

Mais uma vez é possível perceber que a rede relações da favela estabelece solidariedades e formas de convivência com regras muito claras. A esposa do Sr. B. utiliza como meio de resistência o socorro da violência pela vizinhança, como mecanismo de constrangimento ao seu marido. Quando afirma “sou esperta”, está reconhecendo sua condição de membro desta territorialidade, dotada de direitos e uma rede de solidariedade local. Claro que esta não é a solução final contra violência doméstica, mas é importante considerar este repertório de resistências informais que forjam a condição da mulher e a situação das famílias nas favelas.

A situação empregatícia das mulheres teria um peso importante na configuração de suas famílias. “As moças cedo vão trabalhar em fábrica. O casamento ou a simples amigação representa para muitas uma libertação do trabalho da fábrica, uma possibilidade de acesso social” (Relatório SAGMACS, 1960, p. 7). A formação de uma nova família poderia ser uma estratégia de libertação das amarras da própria família de origem ou mesmo do trabalho fabril.

Os trabalhos extraordinários para complementar a renda recaíam comumente sobre as mulheres, como já mostrado. Da. J., do Parque Proletário, relatava com pesar o alcoolismo do marido, o que a obrigava a trabalhar como lavadeira e passadeira. Além disso, a hierarquização de gênero nas relações era forte, principalmente quando o assunto era maternidade. Muitas sofriam sequelas de abortos, principalmente aquelas que trabalhavam em fábricas e havia o risco de perder o emprego caso houvesse gravidez. Havia também alto índice de abortos naturais motivados por excesso de trabalho. Era comum atribuir exclusivamente às mulheres os percalços da maternidade, de modo que eram raros os maridos que ajudavam cotidianamente nos afazeres domésticos, no cuidado dos filhos recém nascidos e na recuperação física da mulher. O patriarcalismo, portanto, se acentuava diante da pobreza, que jogava as piores condições de vida, trabalho e de saúde sobre os ombros das mulheres. O relatório da SAGMACS aponta que até mesmo andar com a esposa representaria uma “perda de status” perante a

comunidade. Quando ocorriam expulsões da família, a maioria dos casos era de mulheres (Relatório SAGMACS, 1960, p. 8).

A informalidade das relações matrimoniais talvez fosse um dos maiores incômodos causados à Igreja Católica, que buscava na FLXIII um meio de moralizar e formalizar as relações familiares. De acordo com o relatório SAGMACS, as mulheres eram mais expostas a atos de violência e muitas cumpriam dupla jornada de trabalho. O quadro traçado era de que as mulheres possuíam maior capacidade de coesionar algum núcleo familiar do que os homens, afinal, na maioria das vezes, eram elas que ficavam com as crianças após as separações e até desempenhavam a condição de chefe do lar. Por isso, é compreensível que a pedagogia da FLXIII fosse tão focada nas mulheres e crianças, aparentemente os elos mais viáveis para refundar a ideia de família tradicional nas favelas.

Os cursos de corte e costura, as palestras e todo o aconselhamento de assistentes sociais eram focados, prioritariamente, sobre as mulheres. Deveriam, aos olhos da Fundação, garantir a estabilidade matrimonial aos moldes católicos e os princípios da família tradicional. Para isso, teriam que se “formar” enquanto donas de casa qualificadas pela moralidade e o conhecimento básico para manter casas higiênicas, devidamente preparadas para criar filhos e manter seus maridos felizes.

O panorama sobre as uniões conjugais nas favelas era alarmante para os parâmetros católicos. Segundo a SAGMACS,

As uniões ilegais na favela são inúmeras. Nessa camada, porém, além de numerosas, são extremamente precárias. Na favela as uniões sem a sanção civil, as relações de amasiamento, são inúmeras, mas o quem maior significação e gravidade, é o número de uniões ilícitas e efêmeras. (...) As mulheres casadas vivem em companheiro certo e tem filhos de vários homens. Às vezes no mesmo barrão convivem filhos de pais e mães diversos, enquanto filhos havidos anteriormente, por um cônjuge podem morar com parentes de um ou de outro, em local muito diverso. Os homens trocam muito de mulher. As uniões se fazem e desfazem (Relatório SAGMACS, 1960, p. 6).

Como se pode observar, o tom do estudo remete a um dito caos familiar. A instabilidade das relações conjugais, os filhos de diferentes parceiros, a não formalização das uniões seriam características de uma formação familiar deficiente. O caso do Sr. A. também é mostrado em tom de confusão pela SAGMACS:

O Sr. A., da Barreira, era separado da mulher. Vivia com outra que tinha um filho dele e dois filhos do companheiro anterior. Este não fora, porém, o primeiro homem que vivera com ela. Por sua vez, o Sr. A tinha duas filhas de sua primeira mulher. Uma das moças veio morar com o pai. A amante de A. levou-a um baile e apresentou-a ao seu primeiro amante, J. que seduziu a

moça. O pai quis casá-los, mas só conseguiu que passassem a viver juntos. Quando já tinham nascido dois filhos, uma irmã da moça veio morar com o casal. O companheiro fez mal à segunda. As irmãs brigaram, mas acabaram se conformando com a situação e hoje, J. vive com as duas e as sustenta (Relatório SAGMACS, 1960, p. 6).

Tamanhos encontros e desencontros conjugais seriam a prática corrente nas favelas que deveriam ser corrigidas pelas instituições, em particular pela FLXIII. A SAGMACS desenvolve a narrativa de que a família estaria ameaçada, pois a referência marital seria cada vez mais distante da realidade cotidiana dos favelados, uma condição adquirida de acordo com as limitações da pobreza. Assim afirma:

O próprio princípio da família e da autoridade marital é desconhecido ou repellido. É comum ouvir-se que fulana deixou o companheiro “porque não quis se sujeitar”. A forçosa independência econômica de cada um por si na luta feroz contra a miséria estabelece uma atitude igualitarista e independente da mulher em face do companheiro (Relatório SAGMACS, 1960, p. 6).

A “atitude igualitarista” da mulher seria fruto da miséria, da luta pela sobrevivência, resultando no esgarçamento da família tradicional. A chegada das mulheres ao mercado de trabalho, a exigência por direitos civis iguais para as mulheres parece serem empecilhos para a o bom andamento da família tradicional. A noção de família seria desconhecida ou negada, justamente, por estar sujeita a tamanhas privações ocasionadas pela miséria nas favelas, que teria levado as mulheres a negligenciarem a sua função de donas de casa. A informalidade, também nos relacionamentos conjugais, seria parte desta situação de relativização da noção de família tradicional. Sobre a formalização dos casamentos a SAGMACS assim descreve:

Essas uniões ou separações não parecem, pelo menos nas camadas inferiores da favela, depender muito do casamento civil ou religioso. As vezes a mulher e o homem casam-se em idade muito baixa, aos 15, aos 17 anos. No Parque, o número de pessoas que se casam no civil e no religioso tem aumentado, mas ainda há muitas uniões ilegais (Relatório SAGMACS, 1960, p. 6; 7).

A informalidade das uniões conjugais era uma realidade e explicada pela SAGMACS como expressão da inexperiência, falta de informação e da pobreza.

Quando se observam as famílias de melhores condições de vida, principalmente aquelas de nível 4 e 5, a preocupação com o casamento formal na Igreja e cartório tornam-se mais comuns.

O “vestido de noiva” atua nas imaginações como um símbolo importante. Nas famílias mais organizadas, o noivado é etapa indispensável antes do casamento, com namoro na porta, chaperon, enxoval, alianças, pedido na mão da noiva pelo



candidato, ou interposta pessoa, amiga ou parente (Relatório SAGMACS, 1960, p. 7).

Todos os ritos relacionados à formalização da união conjugal passam a ter destaque, passando a fazer parte do imaginário das famílias. Algo bem menos presente nas famílias mais pobres. Tais ritos não possuíam tanta importância no cotidiano destas famílias, mesmo em situações trágicas, como se pode observar neste relato:

As famílias desorganizadas não dão nenhum valor à virgindade das filhas. D. E. da Barreira, contanos o caso de uma menina de 10 anos, deflorada pelo zelador de uma garagem quando ia levar um recado da mãe, mas esta não denunciou o sedutor porque é de vida desregrada e “não dá muita importância a essas coisas”. Em geral, esses casos são logo conhecidos, as meninas ficam marcadas e os malandros logo põem os olhos nelas (Relatório SAGMACS, 1960, p. 7).

O depoimento é de teor de difícil comprovação e, possivelmente, carregado de uma noção que responsabiliza muito mais a mulher (a mãe) do que o próprio agressor. Isso porque denunciar um ataque de estupro não era uma tarefa fácil, tanto pelo preconceito da própria comunidade, quanto da própria polícia. Mesmo considerando esta orientação do discurso, é notório que a expectativa sobre a salvaguarda da virgindade era reconhecida nas famílias faveladas de alto estrato, o que não comprova que as famílias de baixo estrato não o fizessem. É possível que tivessem apenas formas distintas de lidar com esta sexualidade. O relatório descreve um caso de zelo pela virgindade de uma moça de família de um estrato alto:

Nas famílias organizadas há um grande zelo pela virgindade das filhas. Na casa de D. M., a filha nunca fica sozinha com o namorado. A mãe sai sempre com eles e mesmo quando estão conversando na varanda, nunca sai de perto. “Se quiser assim está bem”, diz D. M ao futuro genro (Relatório SAGMACS, 1960, p. 7).

Ser “organizada” é desfrutar de condições materiais estáveis e uma estrutura familiar mais tradicional. Nestas famílias, pelo que é apresentado, a preocupação com a virgindade é um fator de agregação da família, que une as famílias em torno de valores ético-morais agregadores. Mais um momento em que a SAGMACS deixa claro que sua noção de família tem características demarcadamente ligadas aos costumes católicos.

A informalidade dos registros de crianças, por outro lado, era contraposta por uma preocupação em batizar os filhos. Em geral, a maioria das crianças era batizada nas Igrejas próximas à favela sob orientação da Fundação (Relatório SAGMACS, 1960, p. 7). O que mostra que a institucionalização familiar era ressignificada pelas pessoas, de maneira que atribuíam importância diferente àquelas dedicadas ao tradicionalismo.

Outro fator importante que sustentaria a “estabilidade” das famílias das favelas muitas vezes eram vítimas da precariedade do sistema de saúde público. Assim, diversas doenças e as mortes não eram incomuns.

O número de paralíticos, entevados, surdo-mudos, débeis mentais, cardíacos, tuberculosos, cegos, diabéticos, sífilíticos, é considerável. As crianças passam pela caxumba, a coqueluche, o sarampo, a difteria, a diarreia. Os acidentes pré e pós-parto são freqüentes. Deixam muitas mulheres arcadas, inutilizadas por toda a vida (Relatório SAGMACS, 1960, p. 6).

A falta de acesso à políticas públicas de saúde e à informação sobre ações preventivas eram pontos que aprofundavam tal situação. Mas o relatório SAGMACS mostra que havia também uma prática corrente entre as famílias de nível 1, 2 e 3 de recusar a medicina tradicional e praticar uma medicina baseada em costumes populares. Assim afirma:

Impera a ignorância que tem dois aspectos principais: um é a repulsa à medicina científica, outro a crença nos remédios populares. Existem, por toda parte, curiosas, e, além do grande número de mortes por aborto, causam vários acidentes no parto. A maioria das mulheres embora viva em favelas próximas a serviços médicos e hospitais, ainda que tenham recursos para tratar-se com o médico, só o procuram em caso extremo (Relatório SAGMACS, 1960, p. 4).

Mesmo considerando-se o tom pejorativo sobre a cultura popular, o que certamente deve ser relativizado, um dado interessante é que nas favelas ainda se praticava uma medicina baseada na experiência popular, ligada aos hábitos rurais. Uma experiência de práticas populares que aos olhos da Igreja Católica pareciam um misticismo eclético que competia com o seu monopólio da fé e a ciência.

A figura das parteiras talvez seja o mais marcante traço desta cultura tradicional nas favelas do Rio de Janeiro. Chamadas de “curiosas” eram responsáveis pelos partos e abortos nas favelas, semelhante ao que ocorria no meio rural. Tamanha era a credibilidade destas mulheres entre a comunidade, que existem diversos registros de mulheres que preferiam ser tratadas por estas curiosas. D., da Barreira do Vasco, afirmava: “Eu não queria deixar minha casa abandonada e meu filho aos cuidados de estranhos. A curiosa era uma pessoa amiga e era quem fazia os partos da família” (SAGMACS, 1960, p. 4).

Pelo que parece, além da desinformação sobre as medidas de saúde pública, também havia uma resistência à impessoalidade da medicina tradicional, assim como é provável que pesasse sobre a escolha das mulheres o desconforto diante do tratamento que as mulheres faveladas sofriam nos estabelecimentos públicos e privados. A opção destas mulheres mesclava um apreço aos métodos antigos da medicina popular, certo

grau de desinformação, mas também uma resistência à opressão simbólica que as mulheres faveladas comumente sofriam (Relatório SAGMACS, 1960, p. 4).

O grau de procura por serviço público de saúde aumenta, na medida em que aumenta a renda da família, ou seja, é a partir das famílias de nível 3 que mais mulheres procuram hospitais e maternidades. É provável que a maior circulação destas mulheres nas áreas formais da cidade e o maior acesso à informação relacionada à saúde teriam papel importante na conformação de proximidade maior da medicina tradicional e das políticas públicas de saúde (Relatório SAGMACS, 1960, p. 4).

Os dilemas da infância na favela eram parte importante para se pensar um projeto educacional e até o estabelecimento da família tradicional. A SAGMACS conclui que a infância tem um tempo específico na dinâmica das famílias das favelas. O trabalho, os estudos, o contato com o crime, a descoberta da sexualidade são partes da vida que se sucedem num ritmo mais veloz, do que aquele referenciado nas famílias de outros segmentos sociais. Segundo o relatório SAGMACS,

A infância termina propriamente aos 5 anos. Aos 6 já dão recados aos vizinhos. Já carregam alguma coisa. Aos 7 e 8 anos começam a escola. Levam marmita para o pai, fazem compras, carregam latas d'água, pedem esmola (há mães que levam e induzem os filhos a esmolar). A menina lava pratos, enxuga, espana. Aos 10, 11 e 12 anos, fazem alguma comida, catam feijão, aprendem a fazer arroz. Empenham-se no trabalho doméstico: bordar, lavar roupa, passar, cuidar dos irmãos e da casa. (...) Aos 15 e 16 anos já trabalham em fábricas. Mas muitas vezes, ao contrário do que os pais imaginam, adquirem um grande sentimento de independência. As crianças começam cedo a trabalhar. (...) Cuidam do almoço, tratam dos irmãos menores, arrumam em casa, fazem as camas, vão à feira. Isso desde os 9 e 10 anos. Quando a mãe de M. de G. sai ela fica tomando conta dos irmãos. Diariamente ela é quem arruma a casa e compra o leite. Os meninos também, José C. lava a mamadeira da irmã, compra leite e lava os pratos. (...) Ainda meninos, descobrem meios de arranjar um trabalho autônomo. Arranjam um carrinho para transportar compras, vendem peixe, escondido do rapa, levam marmitas ou vendem o “raspa-raspa”. É um refresco que tem muita saída na favela (Relatório SAGMACS, 1960, p. 7).

A lógica do trabalho se impõe desde muito cedo, seja na informalidade do lar, no trabalho autônomo, ou na formalidade do trabalho da fábrica. A pressão pelo enquadramento profissional, portanto, acompanha a vida de criança de maneira rígida, abreviando a sua infância. Assim, em muitos casos, a escola acabava sendo um fardo difícil de ser carregado diante de tantas obrigações no lar e em trabalhos formais ou informais.

O espectro do crime sobre as crianças também aparecia em diversos relatos e também acontece desde muito cedo como pode se observar abaixo:

A idade perigosa na favela começa aos 10 anos. Os meninos nessa idade já são valentes, já brigam. Soltos pela favela, vão aprendendo a viver de expedientes ou adquirem hábitos da malandragem. Chegam em casa de madrugada. Vão formando grupos, “gangs” e fogem à família e à escola. Nessa idade são presa fácil dos malandros que os utilizam como informantes para avisá-los das batidas policiais. As meninas começam enamorando de um malandro. Vivem com ele algum tempo, depois integram as quadrilhas e são usadas para os mais diversos fins (Relatório SAGMACS, 1960, p. 6).

Assim como podiam desempenhar tarefas domésticas e trabalhar fora desde cedo, o aliciamento pelo crime, por exemplo, era uma presença constante na vida de parte destas crianças. É importante salientar que não era regra ser criminoso e pertencer a estas famílias mais pobres, como pode parecer no enfoque dado neste trecho do relatório, mas, essa questão muitas vezes rondava as famílias, principalmente as mais “desestruturadas”. Assim é apresentada a preocupação das famílias sobre esta situação:

Um índice seguro de integração social, que aumenta à medida que subimos na escala social, de tipo em tipo de família, aumenta o cuidado com os filhos a preocupação com as “más companhias”; o marido bate nos filhos, mas tem a desaprovação da mulher. O marido ajuda mais em casa, vai fazer comprar na feira, só não acompanha a mulher nas visitas, ou porque fiquem tomando conta da casa para evitar roubos ou porque precisa descansar. (...) Os esposos se tratam e aos filhos com carinho. Permitem-se brincadeiras. As mulheres exploram os bolsos dos maridos à procura de troco. Há maior cooperação financeira. As mulheres costumam para reforçar o orçamento familiar (Relatório SAGMACS, 1960, p. 8).

A vigilância permanente contra as “más companhias”, a violência paterna como meio de coibir desvios que levassem ao mundo do crime, eram parte do cotidiano de famílias que buscavam proteger seus filhos. Ao mesmo tempo, as relações entre os membros familiares eram mais cooperativas e amorosas, na medida em que as condições financeiras e a estabilidade de vida eram mais consolidadas. Ou seja, se por um lado o “(...) método universal de disciplina neste tipo de família é a surra, o espancamento” (Relatório SAGMACS, 1960, p. 8), por outro, há relações fraternais intra-familiares para educar seus filhos. Esta contradição é bem expressa na situação de abusos contra crianças: “(...) criança de favela apanha igual a cachorro. Esta é a razão de muitas fugas. São também comuns as expulsões. Quando a criança fica só, não falta quem queira ficar com ela. Mas isso não melhora sua situação” (SAGMACS, 1960, p. 8). Ou seja, se por um lado são muitos os casos de abusos contra as crianças, a solidariedade de vizinhos e parentes distantes na favela não deixa de ser uma força importante na formação de novas famílias, quando estas crianças são acolhidas por

outros lares quase que imediatamente após o caso de violência (SAGMACS, 1960, p. 9).

As famílias mais estruturadas, segundo o relatório SAGMACS, desenvolviam a disciplina familiar sob raízes culturais da tradição rural. Seria um *habitus* camponês. Esta herança cultural segundo Pierre Bourdieu seria

(...) um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (...) (1983, p. 65).

Esta gama de “esquemas” culturais seria responsável por valores ético-morais como a disciplinarização para os estudos e o trabalho, o controle moral, a prevenção contra a influência do crime sobre as crianças. Algo observável, principalmente, nas famílias de nível 4 e 5.

Nas famílias mais organizadas, surpreendem-se métodos de disciplina e controle social apreendidos e trazidos do meio rural. As filhas d. A. do Parque, conversam em frente à casa dela com colegas da escola sob as vistas da mãe. Quando saem para passear tem de voltar às 10 horas. “Quero que elas sejam criadas no mesmo sistema em que fui criada na roça, acostumada a obedecer aos pais e respeitar os mais velhos” (Relatório SAGMACS, 1960, p. 8).

A referência à “roça” como experiência disciplinadora eficiente mostra o quanto a realidade rural ainda imbuía os costumes dos favelados, em particular, sobre a criação dos filhos. As filhas eram vigiadas e seus horários duramente controlados, afinal, deveriam manter pura a virgindade e terem edificadas a educação para serem futuras donas de casas.

É neste âmbito da disciplina moral que a educação escolar se misturava como grande solução para as famílias das favelas. A ideia de que estas famílias não se preocupavam com a educação formal, de acordo com a empiria, se mostrou um completo mito. Muitos eram os casos de famílias extremamente dedicadas à garantir a educação formal de seus filhos, principalmente as famílias de nível 3, 4 e 5. Havia casos de famílias, por exemplo, que gastavam parte expressiva de seu orçamento com gastos escolares, inclusive em colégios particulares. O entendimento de que a educação era um meio de ascensão social e conquista de conhecimentos essenciais à vida em sociedade crescia nas favelas do Rio de Janeiro. A pesquisa da SAGMACAS faz o seguinte relato sobre uma família de nível 4:

Quando visitamos a família, as meninas que estudam – algumas preparando-se para o ginásio, outra já estudando comércio à noite – estavam preparando vestidos caipiras para participar de uma festa no Dispensário da Penha”. (...) O Sr. A.

preocupa-se bastante com a educação dos filhos: “Os moradores aqui já contam com recursos para se educar. Não aprendem aqueles que não querem. Tem pessoas que não têm recursos para comprar um caderno para o filho, mas tem dinheiro para comprar maconha e cachaça. Não tem comida, mas tem dinheiro para o vício. (Relatório SAGMACS, 1960, p. 5).

Haveria, portanto, uma relação entre as famílias mais estruturadas e a busca pela educação como meio de ascender socialmente. Torna-se, inclusive, um meio de distinção social entre as famílias nas favelas, pois como afirmado acima pelo Sr. A., “não aprendem aqueles que não querem”, aqueles que acabam priorizando o vício, em detrimento da educação de seus filhos.

O ethos individualista, que deposita todas as expectativas na mobilização individual para a melhoria das condições de vida, revela-se enfaticamente na fala de Sr. A. Ironicamente, sua indignação, é semelhante à visão do senso comum da elite e classe média conservadora, que reduz os favelados a indolentes, viciados ou criminosos; presos à condição de penúria na favela graças à própria incompetência individual. A educação, portanto, tinha uma conotação de solução moral e material para os pais:

A preocupação com o “comportamento” é um índice seguro de ascensão social. Aparece em família que classificamos como do tipo III. Nesse estrato, os pais já se preocupam com as notas que os filhos tiram na escola em comportamento. Há também uma preocupação com o encaminhamento dos filhos para o colégio interno, para o SENAI, ou para uma colocação (Relatório SAGMACS, 1960, p. 8).

Além de ser um caminho efetivo para postos de trabalho de melhores salários, a educação também era um meio de afastar as más influências. Assim, a participação dos familiares na vida educacional e no planejamento de futuro destas crianças era criterioso e mobilizava toda a família. Assim como havia aqueles casos em que os pais reconheciam a escola como um espaço para deixar seus filhos enquanto trabalhavam, importando pouco para eles o que de fato era ensinado.

De acordo com o apresentado, a família nas favelas do Rio de Janeiro era heterogênea, permeada pela informalidade das relações sociais, morais e jurídicas do que se esperava de uma família tradicional. Um vasto caminho de perdição que deveria ser desbravado pela FLXIII, a fim de educar os favelados para um determinado padrão de civilidade familiar. Assim afirmava uma assistente social da FLXIII do Jacarezinho:

“As mães estão mudando de homem com facilidade. Há famílias em que, cada dia de visita, há um homem diferente”. As separações são freqüentes, mas nem sempre são acompanhadas por uma vida dissoluta. Muitos casados, depois de separados, juntam-se com mulheres na mesma situação, mas vivem honestamente (Relatório SAGMACS, 1960, p. 6).

A assistente social coloca sob as mulheres a responsabilidade da corriqueira falta de durabilidade das uniões conjugais. Mesmo que fosse mais que notório os incontáveis casos de alcoolismo, violência doméstica, abandono de lar dos maridos das favelas. A funcionária espera não apenas um grau de tolerância maior das mulheres perante a negligência dos seus maridos, mas que também não buscassem relações que não fossem devidamente formalizadas.

Um papel muito importante da FLXIII era formalizar as uniões dos casais das favelas, realizar batizados e registro de crianças. Tal tarefa significava moralizar as relações familiares e formar uma base familiar perante deus e o Estado. Sobre esse trabalho das visitadoras o SAGMACS afirma:

As visitadoras da Fundação Leão XIII procuram dar forma legal às uniões, legalizar a situação dos filhos. Essa tarefa é hoje facilitada pelas pensões dos Institutos, pelo auxílio-natalidade e pelo salário-família. São agora as próprias mulheres que procuram a organização para exigir o registro dos filhos, a legalização das uniões, a Previdência Social na favela tem efeito de consolidar as uniões. As famílias se garantem no caso de uma separação, com o salário-família, e, em de morte com a aposentadoria. O conhecimento desses auxílios já se acha bastante difundido em todas as favelas que pesquisamos (Relatório SAGMACS, 1960, p. 6).

Formalizar a união do casal, como se pode observar, significava instaurar uma rede de sociabilidade para a cidadania e a salvação religiosa. Em termos católicos a união matrimonial referendada pela Igreja seria um meio de incorporar as famílias às suas postulações dogmáticas, a uma cultura de repartir os dilemas familiares e conjugais com a Igreja e acatar as indicações morais do pároco. Por outro lado, o aspecto leigo da formalização do matrimônio e do registro dos filhos incorporava os favelados à lógica da política pública, dos direitos sociais, a uma cidadania, ainda que restrita.

Os direitos trabalhistas e previdenciários tais como auxílio-natalidade, salário-família e pensões motivavam as famílias a legalizar sua situação matrimonial e o registro dos filhos. Tarefa esta, na maioria das vezes, realizada por mulheres, que buscavam, ao contrário do que as visitadoras muitas vezes afirmavam, estabilizar e unir suas famílias mediante tais registros familiares. A FLXIII unificava, portanto, intencionalidades leigas e religiosas, na medida em que inseria as famílias na liturgia católica dos casamentos e na lógica organizativa do Estado.

São inúmeros os casos em que casais já velhos, até com netos, procuram os postos da Fundação para legalizar o casamento, a fim de obter certas vantagens. Da. Z. dos Telégrafos, quer que o marido (leia-se companheiro) registre os filhos porque ele é funcionário da Prefeitura e assim receberão o salário-família (Relatório SAGMACS, 1960, p. 6).

Mesmo as funcionárias da FLXIII afirmando constantemente o desinteresse dos favelados pelas regras da cidadania e do comportamento moral adequado, de acordo com o relatório SAGMACS, era comum a busca pela legalização de seus registros. Nesse caso, uma estratégia de sobrevivência, que, através da FLXIII, conquistavam o status formal da cidadania, mas também os direitos sociais a ele vinculados. A entidade abria esta possibilidade com o trabalho das suas visitadoras, explicando de casa em casa as vantagens da formalização matrimonial, mas também a partir das suas ações escolares que reafirmavam a importância da cidadania e a família como parte central disso.

A seguir mais um caso de relação entre a legalização das relações familiares e o acesso às políticas públicas.

Certas mães choram quando o companheiro se recusa a registrar os filhos. Achar que o registro só no nome delas não interessa. Procuram internar as crianças, colocá-las em casas de família, evitar que fiquem vadiando na favela. A Fundação Leão XIII recebe diariamente inúmeros pedidos de internamento. “Pensam que a Fundação faz milagres – diz-nos uma funcionária. Só nos procuram depois de tentar os canais competentes e os políticos” (Relatório SAGMACS, 1960, p. 8).

Este depoimento reforça mais uma vez o papel central da mulher na constituição da família na favela. Quando “choram” revelam que não querem carregar o peso de serem mães solteiras, pois sabem bem as implicações que isto causa a sua vida e a de seu filho. O preconceito, as dificuldades econômicas e ausência do pai eram motivações fortes para aquelas mães que buscavam, justamente, uma família. As dificuldades cotidianas de mães solteiras faziam com que buscassem alternativas para a criação de seus filhos, recorrendo a todos os meios possíveis para garantir educação ou ao menos um local digno para ficarem enquanto elas trabalhavam. O registro dos filhos também poderia, neste caso, ser uma porta de acesso aos serviços educacionais da Fundação.

Quando a funcionária da FLXIII, em tom de rancor, afirma: “só nos procuram depois de tentar os canais competentes e os políticos” (SAGMACS, 1960, 14) fica nítido que, mesmo considerando importante o registro do filho, a FLXIII não gozava de boa fama entre os favelados. Nas favelas era sabido o grau de ingerência que as visitadoras buscavam ter sobre as famílias, assim como o direcionamento no sentido de restringir, em muitos casos, melhorias nos barracos e ter uma postura muito autoritária perante a comunidade.

Como já dito, a visão predominante das visitadoras era de que as famílias faveladas eram negligentes: promíscuas, indolentes, sem higiene etc. O interessante é



que pela própria fala destas visitadoras é possível observar esforços das famílias em se engajar num modelo de família, ainda que nem sempre exatamente aquele aspirado pelas visitadoras. O seguinte depoimento mostra esta inconformidade perante tal situação:

“Os pais não ligam aos filhos” – disse-nos uma visitadora da Mangueira. De fato, as histórias que recolhemos, nesse tipo de família desorganizada ou imatura, refletem uma certa indiferença pelo destino dos filhos. Veja-se o seguinte caso: uma moça de 17 anos foi passear com duas companheiras na Avenida Getúlio Vargas. A moça já tinha um filho de dois meses. Foi atropelada com a criança e ambas morreram. Os pais de nada sabiam. Embora morassem juntos, não sabiam o que ela tinha ido fazer. Ignoraram por muito tempo a sua morte. Ao ter conhecimento da morte a mãe disse simplesmente: “Ela não me obedeceu” (Relatório SAGMACS, 1960, p. 7).

O caso relatado seria indício da “indiferença” e parece ser o único elemento a ser considerado pelas visitadoras para estabelecer sua visão sobre as famílias das favelas. Esperam reações e posturas de famílias de classe média, por isso, não entendem a lógica de sociabilidade das famílias das favelas. O que consideram como “indiferença” perante o abandono de lar, não reflete sobre as motivações, os anseios, todas as questões objetivas e subjetivas que levam a uma configuração familiar bem específica à realidade das favelas. O enquadramento das famílias faveladas em padrões de convivência rígidos e tradicionais é sempre o elemento mais importante, por isso, o discurso das visitadoras sobre elas é sempre de desajuste, precariedade, anormalidade e negatividade.

Desta forma, mesmo com os esforços institucionais da FLXIII, registrando crianças e matrimônios em grande quantidade, isso não garantiu a formação de famílias tradicionais. Na verdade, muitos resignificavam dogmas católicos e regras de civilidade para a lógica informal da favela. Em contrapartida, o acesso às famílias, os cadastros e espaços educacionais voltados para estas famílias permitiu um canal de diálogo entre as políticas públicas e as favelas, que antes da Leão XIII era muito mais escasso. Em muitos casos, esta relação foi conflituosa, revelando a resistência dos favelados à entidade, mas é relevante observar que a Fundação desempenhou um papel de capilarização de uma forma de sociabilidade, que influenciava o cotidiano das famílias locais e aprofundava a noção de naturalização dos ideais da família tradicional burguesa.

Esta intencionalidade da FLXIII de formalização das relações familiares se ligava ao acesso a direitos sociais, inserindo uma noção de cidadania. O fragmento do relatório

SAGMACS mostra em que grau o acesso a outras políticas públicas se ampliava com a formalização das relações sociais:

(...) já penetra a ideia de necessidade do registro para a escola, o colégio, o SENAI, o emprego. É o primeiro passo de acesso a esse mundo fechado por muralhas de papel e onde se encontram o salário, a estabilidade e a segurança (Relatório SAGMACS, 1960, p. 6).

O registro nas entidades educacionais e de acesso a postos de emprego é o desdobramento desta política de formalização da família. Se a lei de deus e dos homens deveriam reger os matrimônios e o nascimento dos seus filhos, a educação, o emprego e os direitos sociais também poderiam ser desbravados pela FLXIII, educando os favelados para os códigos da burocracia, de maneira a aproximar o favelado do exercício de seus direitos, mas também da sua incorporação subalterna ao plano do capitalismo urbano-industrial. Assim, o otimismo da SAGMACS perante este processo corrobora com a própria função da FLXIII e as intenções do governo do Distrito Federal de formalizar as relações sociais nas favelas, sendo as famílias o seu nó fundamental.

Educar estas famílias nas suas relações familiares mais íntimas era habilitá-las também à regularização dos diversos âmbitos da existência humana, com destaque para as regras da relação capital-trabalho, que se assentavam sob o modelo urbano-industrial. A informalidade da favela era um obstáculo à internalização subjetiva dos valores éticos do capital e à possibilidade de controle efetiva dos trabalhadores, desta forma, educar as famílias, coadunava com a formalização do modo de vida familiar para um padrão urbano-industrial.

Na Barreira do Vasco há o relato de um médico que organizou um curso de Orientação para Mães pela FLXIII, visando educar as mulheres de acordo com estes padrões de civilidade. Assim era dito:

Na Barreira, um médico da Fundação teve a ideia de organizar um curso de Orientação para as mães. É nítida a mudança de atitudes nas mulheres que seguiram esse curso. D. D. acha uma tolice esse quebranto e o mau olhado. “O que serve é uma medalha milagrosa, uma oração. O que defende a criança é o cálcio, a vitamina, os fortificantes e a boa alimentação. A criança precisa de cuidados. Não é de figas e amuletos”. E confessa que foi no curso que aprendeu a cuidar da criança, a alimentá-la, a fazer roupas etc. Infelizmente, falta-nos dados sobre a frequência do curso e pairam dúvidas sobre a possibilidade de acesso a esses ensinamentos para a maioria das mães, principalmente aquelas que trabalham fora, que se dedicam ao serviço doméstico etc” (p. 5).

Mais uma vez as mulheres são o foco da ação educacional da FLXIII. Esta “orientação” voltada às mães reafirma a responsabilidade que lhes é atribuída na

constituição da família tradicional. O curso partia da perspectiva de que esta responsabilidade de dona de casa, também tinha grande capacidade de difundir os saberes propostos pela FXIII. A mulher que dirigia os afazeres domésticos também era a que educava a família, o que explica esta recorrente ênfase sobre as mulheres nos cursos da entidade e no acompanhamento das visitadoras.

É curioso observar que o discurso da senhora D. D., que participou do curso de orientação para mães, ministrado pela FLXIII, reafirmava sua repulsa às práticas místicas das mães das favelas e, contraditoriamente, reivindicava os avanços da ciência como meio de prevenir doenças nas crianças. Quando reivindicava a “oração” em resposta às “figas e amuletos” expressava a luta cruzadística da Igreja Católica contra as outras religiões. Depreciava as práticas populares de medicina reproduzidas nas favelas e afirmava o catolicismo como verdade absoluta. Mas, D. D. lembrava que a medicina tradicional, a ciência Ocidental, deveria estar conjugada às orações, assim, a forma correta de alimentação, práticas profiláticas, o acompanhamento médico eram práticas que deveriam estar inseridas no cotidiano das mulheres.

Práticas cotidianas quase invisíveis, muitas vezes consideradas banais, carregavam em si um vasto acúmulo histórico, que acabam por dizer muito sobre estas famílias. Um traço já brevemente apresentado é aquele de matriz camponesa. Ainda que a lógica urbana regesse a favela, já que estava em andamento a consolidação de um modo de vida eminentemente urbano e industrial, é possível observar uma série de práticas culturais trazidas do campo.

A postura da FLXIII buscava um equilíbrio entre as exigências culturais da lógica urbana da fábrica e aquelas rurais que coadunassem com os preceitos morais da Igreja Católica. Da parte urbana a entidade reafirmava como essencial os valores de disciplina, tal como o controle rígido do tempo, devoção à ciência como neutralidade e positivação do trabalho; por outro lado, como parte de uma tradição mais camponesa os valores ético-políticos mais exaltados pela entidade era o respeito ao casamento como instituição indissolúvel, a disciplina religiosa, a valorização da virgindade etc.

Eis o caminho político-pedagógico da Fundação, que muitas vezes esbarrava no pragmatismo das políticas públicas. As ordenações do Estado estavam mais preocupadas em instaurar o quanto antes um controle mais efetivo sobre os favelados, do que restabelecer valores tradicionais de família. Ainda que não fossem objetivos excludentes, não eram objetivos pedagógicos iguais para a ânsia de expansão das normas do capital nas favelas.

Em alguns momentos essa simbiose era natural e aclamada, mas em outros a FLXIII era cobrada em seus resultados de controle sobre o aumento das favelas, ampliação de uma agenda de remoções e domínio sobre as formas de organização política nas favelas. Como seus resultados eram cada vez mais questionados pelos setores dominantes como insuficientes, o clamor moralista católico da entidade, paulatinamente, foi perdendo espaço nos altos escalões de poder em fins dos anos 1950. Perdeu assim, o monopólio sobre a mediação das políticas públicas nas favelas, ainda que desempenhasse papel importante nas remoções e realocação de moradores para conjuntos habitacionais, no início da década de 1960.

Concluindo esta seção, busquei evidenciar as características mais fundamentais das famílias das favelas, no período em questão. A partir deste diagnóstico, compreender as propostas educacionais da FLXIII e suas intencionalidades ético-políticas, tendo em vista o contexto geral de inserção da família à lógica urbano-industrial. A formalização da família, a promoção de uma educação forjada nos valores da monogamia, da religiosidade católica, da infância enquanto idade da pureza em contraposição à perversão da favela, a mulher enquanto dona de casa tolerante e temente ao marido foram alguns pontos observados na discussão.

Outro ponto importante foi que, de acordo com as fontes apresentadas, a pluralidade dos modos de organizar a família era grande, o que era alvo de grande insatisfação da FLXIII. Não significava que ritos, leis e noções gerais de família tradicionais não estivessem na realidade das favelas, no entanto, se realizavam de maneira particular, eram ressignificadas, mediante as singularidades do modo de vida dos favelados.

A precariedade da vida não pode ser tomada como único parâmetro para entender estas famílias, pois as maneiras de lidar com os dogmas católicos da família tradicional e as estratégias de sobrevivência cotidianas eram muito mais complexas devido ao acúmulo cultural, as especificidades de determinada territorialidade, os diferentes níveis de acesso à informação etc. Em diversos momentos o relatório SAGMACS parece atribuir uma linearidade em que quanto mais condições materiais, mais estável é a família. Creio que este não deva ser o caminho mais fértil de reflexão, afinal, os fatores culturais são fundamentais para entender a dinâmica das famílias das favelas.

Contudo, mesmo considerando essas limitações metodológicas, foi possível estabelecer um panorama da heterogeneidade das famílias, tanto no âmbito cultural, quanto econômico e social. As falas dos moradores e dos funcionários da FLXIII foram

úteis para compreender as contradições entre o que era a família na favela e o que deveria ser nas intenções pedagógicas da FLXIII.

O curso de Orientação de Mães talvez seja o ápice desta expectativa da entidade em refundar a moralidade familiar na favela. Como mostrado, as mulheres, devido à lógica patriarcal, acabaram por desempenhar papel central na conformação da família, sempre de maneira subalterna. Educá-las para o padrão familiar católico, portanto, erigia um ideal de cidadania que amalgamava a indissociabilidade do matrimônio monogâmico, práticas sanitaristas, afirmação do catolicismo como verdade absoluta, aceitação das políticas públicas e educação como prática de civilidade. Algo que se complementava às palestras contra o alcoolismo que a Fundação realizava, em que buscava restabelecer o papel do homem provedor do lar e livre dos vícios.

A família tradicional proposta pela FLXIII era um preceito pedagógico que ligava-se ao projeto industrialista que então se consolidava, mas também reafirmava alguns traços de sociabilidade camponeses que estavam sendo esgarçados pela liberalismo urbano-industrial. A Igreja Católica, através da FLXIII, em seus projetos educacionais, não apenas afirmava os valores ético-políticos da família apenas para a lógica da indústria, na realidade, forjava um ethos conservador que, assimilava a disciplina urbano-industrial, mas também buscava afastar o liberalismo de costumes. Buscava restaurar uma concepção de mulher restrita à condição de dona de casa, de modo que a família tradicional relativizasse, ou mesmo, negasse a mulher enquanto participante ativa do mercado de trabalho. Assim como deveria conter a participação civil da mulher, fundamentalmente, enquanto administradora do lar.

De acordo com o observado, seria simplista afirmar que havia escassos parâmetros familiares entre os favelados. A narrativa do relatório SAGMACS transparece sua base católica, em alguns detalhes, quando desconsidera o repertório de rituais que denotam específicas formas de configuração familiar, em muitos casos, inspiradas nos padrões tradicionais. O ideal do casamento, de virgindade, monogamia, do patriarcalismo eram orientações morais que em muito influenciavam a vida nas favelas, o que não significava que era único ou que ocorresse aos moldes tradicionais, como nos territórios formais da cidade. O espanto dos pesquisadores perante as práticas consideradas pervertidas dos favelados como a poligamia e a iniciação sexual precoce, remete mais aos valores morais do que consideram o “padrão”, do que realmente uma escassez de regras familiares.

Creio que seja mais apropriado considerar que havia um constrangimento, principalmente, sobre as mulheres para que assumissem a posição de garantidoras da família, principalmente da parte dos assistentes sociais. Além disso, havia sim uma dinâmica de valorização dos aspectos tradicionais da família por parte dos favelados, no entanto, se realizavam de acordo com a realidade local das favelas. A partir de relações de parentesco amplas, instáveis devido à distância e a pobreza, pois as famílias eram erguidas em condições materiais e subjetivas adversas. Assim, forjaram-se formas de realização da família diferentes da tradicional, ainda que a inspiração fosse esta. A FLXIII buscava enquadrar o modo de realização das famílias das favelas ao seu ideal de família tradicional, formalizando juridicamente as relações matrimoniais e familiares para assim efetivar esta transformação, apresentando condições legais e orientação moral para tornar o referencial cultural familiar católico uma prática social naturalizada.

Apesar da sua forte presença institucional, contudo, esta ação foi cercada de resistências, mostrando o quanto havia uma pluralidade de expressões culturais na favela, ainda que os dogmas católicos tivessem grande expressão.

## **Capítulo IV – A Fundação Leão XIII na Disputa de Hegemonia**

### **4.1 A Fundação Leão XIII e suas mudanças institucionais**

De acordo com o panorama apresentado sobre a Fundação é possível notar que sua função civil e pública foi alterada pelas mudanças na correlação de forças na sociedade civil. Uma conjuntura de abertura democrática, iniciada no ano de 1945, mesmo considerando as suas limitações institucionais, engendrou no cenário de disputa de hegemonia a urgência do desenvolvimento da educação enquanto instrumento de construção de consenso nas favelas.

A introdução mais sistemática de ações educacionais no plano de ações sociais da FLXIII não significou o abandono do seu papel coercitivo nas favelas, pelo contrário, sua rigidez foi intensa sobre ao cotidiano dos favelados, como já relatado anteriormente, desde o seu início. A característica seminal da Fundação era a sua estrutura administrativa civil católica (mesmo considerando sua relação íntima com o Estado, por sua condição de autarquia *sui generis*<sup>28</sup>), em que suas intervenções sociais mesclavam ações coercitivas e de produção de consenso tais como: palestras de educação moral, cursos profissionalizantes e de alfabetização, ensino regular escolar, acompanhamento

---

<sup>28</sup> Ver Capítulo II.

de assistentes sociais sobre a vida cotidiana, educação religiosa, controle sobre as associações de moradores, monopólio sobre as bicas d'água e concessão de energia elétrica, o uso da força policial para resolução de problemas locais e a remoção como prática urbanística.

No final da década de 1950 o acirramento das lutas sociais nas favelas tomavam proporções mais polarizadas com a unificação das lutas e formação de um programa político para os favelados efetuados pela UTF (1954-1964). Mesmo com a sua perseguição e extinção, as lutas não cessaram e a coerção mais direta foi adotada como uma forma de arrefecer os conflitos. De modo *sui generis*, a Fundação vai mudando suas atribuições nas favelas, combinando o que aparentemente é consenso (a educação que desenvolvia) com múltiplas formas de coerção, inclusive, por meio de práticas educativas.

As transformações envolviam as suas questões administrativas internas, mas também foram concebidas pelas tensões que se produziam no calor das lutas sociais urbanas e pela mudança na forma de lidar com as favelas. Os registros mostram que nesta segunda fase da FLXIII as resistências dos moradores aumentavam, de modo que os atos de rua, a formação de novas associações de moradores, o apoio de políticos do PTB, que encampavam as demandas dos favelados e as ações clandestinas do PCB deflagravam a resistência dos favelados às ações da entidade.

As mudanças que se operavam na entidade atendiam ao fato de que a sua promessa de controlar a proliferação das favelas não havia se efetivado, assim como a urbanização e ampliação de direitos aos favelados. A Fundação perdia credibilidade entre parte da burguesia, ainda com mais motivos, entre os trabalhadores, em comum, havia a insatisfação em relação ao monopólio civil da FLXIII na mediação das relações políticas nas favelas. A análise empírica desse período confirma a sua reconfiguração jurídica, administrativa e de executora de políticas públicas nesse contexto.

No relatório das SAGMACS é apresentado um balanço negativo de algumas de suas intervenções nesse sentido:

Em abril de 1958, uma comissão de técnicos estudou e debateu novas perspectivas e diretrizes para o Serviço Social em face da realidade brasileira e as conclusões [vieram] apoiar nosso ponto de vista [dos técnicos da SAGMACS] de que é necessário se definir um programa e enriquecer o Serviço Social com o emprego de técnicas modernas de comunicação com o público, interpretação de programas e sobretudo treinamento democrático (SAGMACS, 15/04/1960, p. 26).

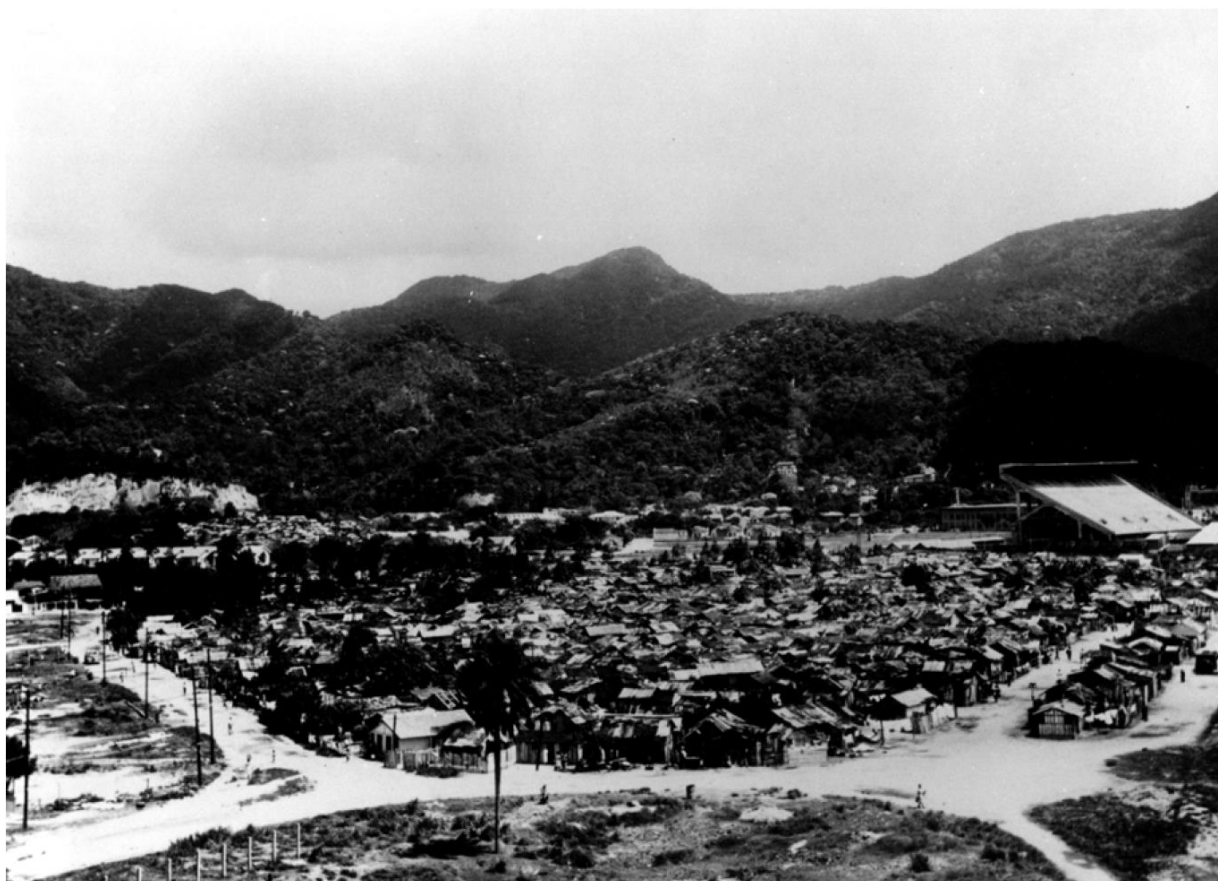
O tom do relatório é que as práticas da FLXIII estavam antiquadas. O crescimento dos conflitos locais contra a entidade, a perda do controle em muitas favelas e a avassaladora multiplicação de moradias nas regiões onde atuava comprovariam a falência de seus métodos. Os embates advindos do caráter autoritário da Fundação era um elemento ressaltado pela SAGMACS como responsável pelo fracasso nas favelas. Influenciada pelos ideais humanistas de Lebrecht, a democracia *sui generis* era enfatizada como alternativa para resolver o problema de crescimento das favelas, garantindo participação maior dos favelados nas decisões, como a SAGMACS defendia em seu relatório. Por outro lado, setores conservadores, tais como a ala antiliberal da UDN, refutavam ferozmente a possibilidade de ampliação de democracia no processo de urbanização das favelas. A credibilidade da entidade ficava cada vez mais debilitada, o que enfraquecia a sua capacidade de mediar as políticas públicas, pressionando para que se tornasse mais remocionista e menos dedicada a promoção de cidadania, no sentido de desenvolvimento de intervenções sociais e urbanísticas nas favelas.

Resistências individuais, acordos com políticos, corrupção junto aos funcionários da Fundação e de outras instâncias do Estado e a organização de associações de moradores autônomas colocavam obstáculos ao planejamento e efetivação de projetos sociais. Em alguns locais, como a Barreira do Vasco e o Borel, por exemplo, o nível de organização dos favelados preocupava a elite, que ansiava por remoções como resolução final para estas favelas. A pressão remocionista não conseguia ser executada no ritmo exigido pelo governo, assim como a capacidade de controlar as associações de moradores, afinal, a Fundação não tinha mais a mesma legitimidade política que desfrutava no seu início. A proposta de que a FLXIII fosse a grande gestora e mediadora de políticas públicas já não era uma realidade desde meados da década de 1950, período em que as instâncias de Estado (SERFHA) e a Cruzada de São Sebastião passavam a ter cada vez mais espaço.

A Cruzada São Sebastião não era uma opositora à Fundação, pelo contrário, muitas foram as parcerias entre as duas entidades católicas no desenvolvimento de políticas públicas para as favelas. Entre 1956 e 1960 chegaram a atingir 12 favelas do Rio de Janeiro. A Cruzada realizou ainda 51 projetos de rede de luz, urbanizou a favela Parque Alegria, construiu um conjunto habitacional popular no Leblon (chamado de Cruzada), contando com 4747 moradores (BURGOS, 2006, p. 30). Sua diferença era uma inclinação ainda maior para a mediação pelo consenso (comparada à FLXIII) e a perspectiva de urbanizar a favela ou construir conjuntos habitacionais próximos às



favelas, como foi o caso do conjunto Cruzada. No entanto, cabe lembrar que esta entidade também mantinha a perspectiva autoritária e remocionista nos seus planos, afinal, dos 7.000 moradores da Praia do Pinto, apenas 4.747 foram agraciados com os apartamentos do conjunto Cruzada, no Leblon.



Favela Praia do Pinto (Foto © Ag. O Globo s.d. apud SLOB, 2002, p. 58).

Assim, abria-se a perspectiva ainda mais plural de entidades civis dedicadas aos dilemas das favelas. A Cruzada incentivava um método de administração baseado num Conselho de Moradores, em que cada apartamento teria direito a um voto, contudo, ainda se mantinha a proibição de reuniões *políticas*, ou seja, iniciativas que postulassem autonomia em relação aos desmandos da entidade, principalmente aquelas influenciadas pelos comunistas (SLOB, 2002, p. 79-80). A FLXIII, por outro lado, cumpriu uma relação de cooperação junto à Cruzada São Sebastião, dentre diversas iniciativas, se encarregou do cadastramento dos 900 moradores da Praia do Pinto, visando a remoção para o conjunto Cruzada (SLOB, 2002, p. 45). Também auxiliava nas ações de saúde,

assistência social, educação em função da sua experiência institucional, mas o destaque de sua ação neste caso era a sua capacidade de organizar as remoções.

As dificuldades de exercer controle social e desenvolver seus projetos educacionais acentuavam-se na proporção em que crescia a capacidade de organização dos moradores na busca por alternativas políticas independentes para exigir melhores condições de vida nas favelas.

De acordo com o relatório da SAGMACS, o crescimento das favelas não estava sendo sanado. O relatório propunha otimizar a intervenção, cortando ainda mais gastos e aprofundando a concepção de que deveria ser o próprio favelado a desempenhar o papel de urbanizar seu local de moradia.

Sentiu-se necessidade de estabelecer prioridades, evitar dualidade de serviços da mesma natureza e com os mesmos objetivos numa mesma área sem que se tenha conhecimento prévio das necessidades locais. Foram feitas recomendações para o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais e para o combate à ação isolada das diferentes categorias profissionais atuando no campo social. As principais normas desse plano são [foram]:

- a) evitar serviços gratuitos e assistenciais;
- b) utilizar técnicas modernas de Serviço Social e reabilitação;
- c) adotar, de preferência, medidas preventivas;
- d) utilizar as organizações espontâneas (cooperativas, ajuda mútua etc.) como colaboradores em programas que venham trazer-lhes benefícios;
- e) evitar a improvisação (SAGMACS, 15/04/1960, p. 26).

A proposta da SAGMACS já era aplicada em algum grau pela FLXIII. Já na segunda metade da década de 1950, a entidade não se dedicava mais a grandes projetos de urbanização nas favelas, como aquele projetado para a Barreira do Vasco, em 1948. A entidade estava mais dedicada a incentivar ações de cooperação local, controle sobre mobilização política dos favelados e projetos educacionais isolados, cada vez mais sucateados. Os conceitos de direito social, universalidade, gratuidade, tornaram-se cada vez mais distantes do léxico da FLXIII e reiterados pela SAGMACS. No entanto, o relatório ainda apontava a insuficiência desta revisão da FLXIII, que deveria ser aprofundada. O seu aparato institucional deveria ser desmontado como uma solução para o crescente sucateamento das suas escolas, postos de saúde e assistência social. Talvez o que mais a FLXIII estivesse fazendo era “improvisar”, administrando um gigante equipamento de promoção de ações sociais, mas que já não era considerado como antes um meio eficaz para a resolução dos problemas das favelas, sofrendo cortes de verbas nos setores destinados a educação e saúde, em especial naqueles que deveriam ocorrer no próprio território.

O estudo de Cíntia Aparecida Almeida Ramos apresenta essa transformação institucional da Leão XIII, observando o caso ocorrido na Rocinha, quando em 1958 havia sido extinto o convênio entre a igreja Nossa Senhora da Boa Viagem e o seu Centro de Ação Social São José. A desarticulação completa ocorreu em 1962, quando a entidade tornava-se parte do Estado, após a sua reforma estatutária. Algo que abalou a amplitude dos trabalhos sociais que foram sucateados (RAMOS, 2007b). Esta característica já pode ser observada antes, como já apresentado, quando se observa as condições das escolas da entidade.

A SAGMACS, liderada por Lebret, trazia uma concepção de urbanização mais ligada a um tipo de protagonismo dos moradores locais, algo, inclusive, que seria explorado pela Cruzada São Sebastião na construção dos seus conjuntos habitacionais. No entanto, a FLXIII se inclinava cada vez mais às ações de controle sobre os favelados, tais como a proibição de construção e reforma de barracos, o monopólio sobre a distribuição de luz e água e o autoritarismo sobre as formas de organização política autônoma dos favelados. É possível afirmar que a crescente coerção expressava a perspectiva do governo do estado da Guanabara que se preocupava com a crescente mobilização dos favelados.

Como se pode notar projetava-se uma proposta de inflexão para a entidade, enfraquecendo sua missão assistencialista. A proposta de “evitar serviços gratuitos e assistenciais” significava não apenas interditar direitos sociais públicos (no seu sentido pleno) aos favelados, mas educá-los para uma perspectiva de buscar estratégias de sobrevivência a partir da mobilização civil local. O que significa uma reformulação da ideia de cidadania propagandeada no início da FLXIII, que estaria ligada à ampliação de direitos sociais, principalmente mediante proliferação da educação como uma projeção de cidadania para o futuro. Passaria a ser muito mais a inserção dos favelados na lógica de formalidade da cidade: documentação civil e das habitações, consequente taxação das moradias e todo um aparato jurídico que deveria ser inserido nas favelas sob a lógica da cidade capitalista. Formalizar a favela, portanto, significava recolocá-la na reprodução ampliada do capital de forma mais estratégica, submetendo cada vez mais diretamente os diferentes âmbitos da vida à produção de mercadorias, ao controle econômico, jurídico, político e cultural burguês.

O peculiar caráter civil da FLXIII vai se perdendo, dando espaço para uma entidade mais estritamente estatal, que respondia celeremente às pressões que o governo demandava. O fato de tornar-se mais repressiva não apagava a sua função pedagógica,

mas a circunscrevia dentro de um projeto mais autoritário, menos aberto a disputas francas na sociedade civil. A pedagogia da FLXIII tornava-se um braço mais direto dos governos que atuaram no período, principalmente a partir de 1960.

Em maio de 1962, o Governo do Estado da Guanabara assim estabelecia as funções da FLXIII:

- 1 – Completar a urbanização da Vila da Penha;
- 2 – A construção de 2.250 casas de baixo custo em Bangu e 1.500 em Botafogo;
- 3 – Melhorias em 35 favelas do Rio de Janeiro;
- 4 – A construção de uma unidade médico-sanitária em Madureira, onde se situam inúmeras favelas (FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1962, p. 29).

A função da entidade tornava-se mais enfaticamente ligada às ações de remoção, ao acompanhamento das famílias removidas para as novas habitações populares e controle sobre a vida cotidiana destas habitações no que se referia à luz, água, pavimentação, resolução de problemas locais e moralidade. O projeto urbanístico, portanto, era que os favelados deveriam ser removidos para o subúrbio carioca. Sendo assim, a entidade tornava-se a executora desta espinhosa tarefa institucional de impor pela força e pelo convencimento o deslocamento dos favelados para conjuntos habitacionais na periferia. Utilizando o seu aporte de assistentes sociais e educadores, a FLXIII dedicou-se a esta intermediação junto à população das favelas. Contudo, o objetivo fundamental era realizar as remoções o quanto antes, de acordo com a agenda política do governo de Carlos Lacerda, que estabelecia uma grande reforma urbana que era iniciada, justamente, no ano de 1962. Assim, as políticas públicas de médio e longo prazo nas favelas, salvo exceções, eram desmontadas.

A partir desta reforma estatutária de 1962, a perseguição aos favelados combativos cresceu e a truculência remocionista também, tornando-se os eixos centrais da FLXIII. Esta mudança de aparelho privado de hegemonia (autarquia *sui generis*) para uma instância de Estado, remetia também a uma nova configuração da sociedade civil, demarcada pela crescente coerção contra as lutas e mobilizações populares, como ficaria evidente dois anos mais tarde por ocasião da ditadura empresarial-militar.

No plano da sociedade civil, durante a década de 1960, ocorria uma mudança na forma de operar o consenso. Se antes a mediação entre Estado e sociedade civil nas favelas era executada, prioritariamente, pela FLXIII, a partir de então, mediante a força das lutas sociais, esta relação dar-se-ia diretamente por meio das associações de moradores as entidades, em que o Estado as incorporava numa lógica fisiológica. O desgaste institucional da FLXIII já não permitia que cumprisse esta mediação na

negociação, que antes realizava, tornando-se um agente fiscalizador e reconhecedor do caráter “oficial” de cada associação. Assim, condicionava o reconhecimento burocrático de cada associação ao alinhamento político às suas orientações, de modo que as associações contribuíssem com o projeto de cidade em andamento. O controle político deveria ser estabelecido, na medida em que a Fundação controlasse as regras eleitorais, a legalização das associações e mantivesse relação de controle político sobre as lideranças locais da favela.

A lógica do mutirão foi apoiada pela Fundação nos momentos em que seguissem as indicações do governo. Mas, por outro lado, quando ocorriam por fora da Leão XIII ou das associações ligadas a ela, acabavam tendo um caráter de resistência, pois significava que, na prática, estavam se insurgindo contra a ideia de provisoriedade da favela, ou seja, à possibilidade de remoção.

De 1947 a 1964 foram fundadas cerca de 75 associações de moradores. Tal proliferação de entidades civis não pode ser entendida como se fosse resultante exclusivamente da ação da FLXIII. A criação de associações foi um processo que já se desenhava desde as primeiras ocupações. Aos poucos, a cada luta, as organizações civis dos favelados foram sendo aperfeiçoadas e fortalecidas. No período da virada dos anos 1950 para os anos 1960, no entanto, as mobilizações ganhavam cada vez mais caráter classista, como já apresentado na experiência da UTF. Os setores subalternos estavam ampliando a sua representação política autônoma, com crescente unidade, e em torno de pautas que afrontavam o capital imobiliário e as ações de coerção política sobre os favelados.

O Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA) surgiu em 28 de agosto de 1956, através do Decreto nº 13.304, assinado pelo prefeito do Distrito Federal, Francisco Negrão de Lima. O serviço funcionou como uma forma de interlocução entre os governos e as entidades civis da Igreja Católica, a FLXIII e a Cruzada São Sebastião e, acima de tudo, uma válvula de escape diante da ampliação dos conflitos nas favelas. Parte dos setores dominantes, sem abrir mão da repressão aos favelados, defendia que a resolução da questão das favelas só poderia ser alcançada com uma perspectiva mais flexível e democrática, garantindo maior espaço de atuação política às associações de moradores.

As propostas de urbanização eram acompanhadas de alguma tentativa de diálogo com os moradores, mesmo que tal esforço fosse mais no plano do discurso do que na prática. Era uma demonstração de que para parte dos setores dominantes era necessária

a construção de um consenso por meios mais democráticos. Um exemplo disso é relatado pelo líder comunitário Tupan Bento, do Morro da Coroa:

A remoção era até certo ponto desumana, era remoção desumana que desagregava o indivíduo totalmente e não solucionava o problema. Ela transferia, como eu diria, o lixo que estava na sala da frente para o quartinho dos fundos. Então eles transferiam os favelados para um lugarejo qualquer bem afastado. 16 no subúrbio, daquele subúrbio bem sem condições, sem meio, aí arranjavam um Ônibusinho e botava por ali e tornava a vida do favelado um suplício, porque eles ficavam afastados do seu meio, do seu mercado de trabalho, afastado de tudo, não tinham mercado (onde fazer compras), não tinha uma infra-estrutura que pudesse manter aquele pessoal ... (apud SOUZA, 2003, p. 50)

Quando a SERFHA é extinta, em 30 de agosto de 1962, pelo Decreto 1.162 do governo estadual e Sandra Cavalcanti, deputada da UDN, assumia a chefia da Coordenação de Serviços Sociais, a fase mais autoritária da FLXIII ganhava maior expressão.

A relação com a favela internacionalizava-se de acordo com o aprofundamento das tensões da Guerra Fria. O governo do Estado da Guanabara, sinalizando seu alinhamento pleno aos EUA, desenvolveu uma série de políticas públicas para as favelas com ampla participação do capital estadunidense, tendo, inclusive, participação nas formulações das políticas junto ao governo brasileiro. Logo no início do seu governo apresentou um pedido de crédito ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Desde 1955, o Fundo do Trigo já distribuía recursos advindos da compra de trigo pelo Brasil. Parte dos recursos da compra do trigo era repatriado pelo Eximbank para que o governo brasileiro pudesse desenvolver ações de desenvolvimento. Este repasse tornou-se parte da agenda de políticas para as favelas e, a partir de 1961, a FLXIII passou a executar o programa Aliança para o Progresso, reciclando e revitalizando o seu anticomunismo. A entidade chegou a atender 37 favelas, em que destacava a construção de habitações populares como Vila Nova Holanda; Vila da Reforma (Botafogo); urbanização da Vila do Vintém; 15 blocos em Botafogo; conjunto Santo Amaro; Jardim América (Vigário Geral); Jacarepaguá e Vila Aliança (CORREIO DA MANHÃ, 30/08/1962).

A Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) também era um órgão que desenvolvia pesquisa e projetos de ação comunitária que enfatizavam os mutirões e tinham a FLXIII como executora (VALLA, p. 95, 1986). Também foi realizada a parceria denominada Projeto Estados Unidos-Brasil (EUBRA),

em que doações estadunidenses de alimentos eram direcionadas às escolas da FLXIII, mostrando que, para os setores dominantes vinculados ao capitalismo monopolista, outras formas de controle social sobre os favelados deveriam ser buscadas. O Estado da Guanabara também complementava com 3% dos seus impostos anuais (VALLA, 1986, p. 90). As disputas intraburguesas acabaram dificultando parte do projeto de Carlos Lacerda que teve vários pedidos de orçamento negados pela Câmara (FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1989, p. 33).

As ordenações de verbas eram negadas pela Câmara. Alegava-se que o impeditivo para tal era a sua condição jurídica de entidade privada. A alegação do governo remetia à ambiguidade jurídica, já aqui analisada, já que o decreto que a criou não definia a Leão XIII claramente enquanto autarquia<sup>29</sup>. O motivo alegado, contudo, não era verossímil, afinal, durante os seus primeiros anos o seu regime jurídico não impediu que chegassem altas quantias e concessões de terrenos e materiais diversos à Fundação. Na realidade era um argumento jurídico e administrativo para que a FLXIII se localizasse de modo mais diretamente submetido ao Estado, na figura de “administração descentralizada”. A partir de então, a entidade estaria mais estritamente subordinada ao governo do estado da Guanabara, superando assim, possíveis entraves de verbas ocasionado por opositores, mas acima de tudo, seguindo mais definidamente as indicações do Estado. O Decreto nº 1.041, em 07/07/1962, afirmava as novas atribuições da FLXIII:

[...] a Fundação adota três tipos programáticos:

- A) Construção de núcleos residenciais para as famílias das favelas erradicadas;
- B) Urbanização completa da favela, para sua transformação em Vila Operária, com os serviços públicos essenciais, como sejam água, luz, esgoto e arruamento;
- C) Melhorias indispensáveis, assim compreendidas as que atinjam vias de acesso, construção de rede de abastecimento de água, lixeiras, luz, valas, galerias pluviais, etc (FUNDAÇÃO, 1962, p. 18).

A instituição deveria, como o relatório SAGMACS propunha, apenas desenvolver ações sociais de prevenção, reconsiderando assim a ideia de promoção de direitos sociais aos favelados como caminho para a efetivação da cidadania. A orientação seria de controlar o contingente de favelados e a efetivação das remoções para os conjuntos habitacionais e não mais a *efetivação de assistência social aos favelados* (PERLMAN, 2002, p. 126).

---

<sup>29</sup> Ver capítulo II.

No novo estatuto, na parte referente à saúde, por exemplo, se afirmava a dedicação exclusiva a políticas de *prevenção*, não sendo mais objetivo da instituição a formulação de programas sociais que envolvessem grandes gastos financeiros, em que houvesse tratamento médico, acompanhamento etc. A postura deveria ser de ações tópicas (FUNDAÇÃO LEÃOXIII, 1962, p. 48) e não uma concepção de política pública universalista. Em conformidade com as novas possibilidades a administração pública foi remodelada de maneira que 13 secretarias organizariam as políticas públicas no primeiro escalão, enquanto a “administração descentralizada”, dividida por diversas entidades, seriam responsáveis por executar os planejamentos do governo do Estado da Guanabara (VALLA, 1986).

Ficava a cargo da COHAB a criação de habitações populares com verbas do governo da Guanabara e da USAID, enquanto que a FLXIII orientava os moradores para estes conjuntos. Assim, a Fundação teve participação na construção do conjunto habitacional Vila Aliança (1963 – 2.187 unidades), mas nos outros casos era responsável somente pela condução dos moradores aos conjuntos habitacionais, reunindo moradores de 12 favelas demolidas para Vila Kennedy (Senador Camará – 5.509 unidades) e Vila Esperança (Vigário Geral – 464 unidades) (VALLA, 1986, p. 91).

Os deslocamentos aconteceram muitas vezes de forma autoritária, sem que houvesse uma política de preparação social que garantisse condições humanas para aqueles que iriam mudar para lugares tão distantes, sem as relações de solidariedade que haviam estabelecido na favela de origem. “O balanço final do governo Lacerda nessa área foi a remoção de cerca de cerca de 42 mil pessoas, a demolição de 8.078 barracos e a erradicação total ou parcial de 27 favelas, entre 1962 e 1965” (GONÇALVES, 2013, p. 218). Curiosamente, era mais barato urbanizar do que remover e construir habitações populares. Assim Rafael Soares Gonçalves afirma:

A Aliança para o Progresso chegou a declarar, em março de 1966, que era imperativo reconsiderar a tese segundo a qual a construção intensiva de habitações de baixo custo era necessariamente a melhor solução para os problemas habitacionais na América Latina. A USAID, por sua vez, declarou, um pouco depois, que do ponto de vista financeiro a solução da urbanização parecia mais indicada, pois o custo da habitação reabilitada *in loco* estava estimado em 500 dólares, ao passo que o custo de cada habitação nova construída no âmbito da política de remoção estava estimado, em época, em 1.000 dólares. O relatório Wagner, elaborado em 1966, por três especialistas internacionais (Wagner, Macoy e Edwards), havia insistentemente mudanças na política da USAID e do governo do



Estado da Guanabara, no que tange ao reassentamento de favelas (GOLÇALVES, 2013, p. 218).

Ou seja, havia muito mais em jogo na reforma urbana de Lacerda. A reorganização urbana, a hierarquização de poder e o próprio esquema fisiológico com o capital imobiliário local eram fatores importantes na promoção de sua campanha remocionista.

Um dos grandes movimentos desta reforma urbana foi garantir a remoção de um grande contingente de favelados para o conjunto habitacional de Vila Aliança (nome em alusão ao programa Aliança para o Progresso), em 1963. A FLXIII fez todo o cadastramento e convencimento sobre os supostos benefícios do realocamento dos moradores, assim como medidas de coerção. A FLXIII sofre outra mudança institucional, o Decreto nº 25, de 15/07/1963, restringindo ainda mais a sua finalidade, resumindo-se a executora direta das políticas urbanísticas projetadas pela Secretaria de Serviços Sociais. O depoimento da Secretária de Serviços Sociais do governo Lacerda, Sandra Cavalcante, afirmava:

(...) a Fundação serviu de apoio para que eu pudesse atuar mais rapidamente na área social, sem entraves burocráticos. A Fundação Leão XIII foi, também, o instrumento que usei, inicialmente, para amenizar um pouco o problema da moradia nas favelas (CAPÍTULOS, 2002, p. 88).

A estrutura estatal forjada pela ditadura empresarial-militar aprofundava a nacionalização deste modelo centralizado e autoritário de política pública para as favelas, do qual a FLXIII era parte importante. A lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, criava o Banco Nacional de Habitação (BNH), deixando em âmbito federal a realização das obras. Idealizado por Roberto Campos, esta nova estrutura deixava a FLXIII ainda mais restrita a condição de executora de políticas públicas habitacionais, sendo a educação cada vez mais secundarizada.

No ano de 1964, o programa Brasil Estados Unidos-Movimento para o Desenvolvimento e Organização de Comunidade (BEMDOC) tornava-se parceiro da FLXIII, que deveria pesquisar e propor ações nas favelas Borel, Nova Brasília e Morro da Liberdade (FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1989, p. 39). No entanto, este programa era residual, comparado aos trabalhos que a entidade desenvolvia no seu início.

Essa internacionalização institucional da Fundação pode ser também observada na articulação junto aos Peace Corps. Uma organização criada pelo governo dos Estados

Unidos, no bojo do acirramento da Guerra Fria, durante o governo de John Kennedy, que visava realizar ações humanitárias a partir do trabalho voluntário de jovens universitários<sup>30</sup>. Segundo Licia do Prado Valladares,

O Peace Corps, uma das iniciativas mais importantes da administração Kennedy durante a Guerra Fria, simbolizou uma nova forma de relação entre os Estados Unidos e o Terceiro Mundo. Seu objetivo declarado era permitir uma melhor compreensão entre os americanos e o resto do mundo. Programa oficial da política externa americana, apregoava um ideal humanitário, sem esconder seu objetivo de oferecer uma imagem melhor dos Estados Unidos e sua diplomacia, imagem que havia se deteriorado durante a Guerra Fria (2005, p. 104).

A Fundação chegou a supervisionar os jovens universitários voluntários, nos seus trabalhos cotidianos nas favelas (FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1989, p. 37-38). Especificamente sobre a intervenção nas favelas:

O Peace Corps, como organização de ajuda internacional, mantinha laços oficiais com a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Existiam também acordos intergovernamentais como o USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) destinado a ajudar o financiamento da habitação popular através da Companhia da Habitação do Estado da Guanabara (COHAB-GB). Os primeiros voluntários se instalaram nas favelas com apoio da prefeitura. Mas suas escolhas recaíram apenas sobre algumas das 147 favelas então recenseadas: Morro do Borel, Tuiuti, Salgueiro, Morro Azul, Ruth Ferreira, Vigário Geral, Roquete Pinto, Morro do Estado, Rocinha e, sobretudo, Jacarezinho (VALLADARES, 2005, p. 107)

Esta escolha das frentes de trabalho do Peace Corps, nitidamente, está relacionada aos locais onde a FLXIII possuía atuação, e, por consequência, onde os conflitos entre os favelados e a entidade estavam mais dramáticos. Por exemplo, no Jacarezinho, onde a FAFEG (Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara) ampliava seu trabalho de base, se opondo às ações de remoção e defendendo a urbanização das favelas. (VALLADARES, 2005, p. 109). O que evidencia, portanto, um alinhamento considerável entre um projeto local educacional, de assistência social e urbanístico da Leão XIII para as favelas e as proposições de iniciativas político-sociais orientadas pelo governo estadunidense.

Este segundo momento da FLXIII, a partir das suas reformas estatutárias, mostra o quanto a instituição foi perdendo o seu caráter civil e foi tornando-se instância de Estado, responsável por ações de cooperação e execução de intervenções nas favelas.

---

<sup>30</sup> Foram 94.023 voluntários universitários atuando entre 1961 e 1979. O período de trabalho era de 27 meses, havendo uma preparação nos EUA e o candidato não poderia escolher o local. Chegaram a atingir 46 países que sofriam agudos problemas sociais. Evocavam um apelo missionário, ainda que sob a ação de leigos (VALLADARES, 2005 105-107).

Tal processo teria se dado pelo fato de que a Fundação não mais era reconhecida como a organização única para resolver o problema das favelas, como o foi no final da década de 1940, principalmente como meio de estabelecer políticas sociais e estabelecer consenso. Além disso, havia pressões para uma lógica mais democrática, que desse atenção institucional para as reivindicações dos favelados expressos, principalmente, nas associações de moradores, como era a Cruzada São Sebastião, assim como havia pressão para uma postura mais autoritária e remocionista. Mas também havia uma tendência por buscar resolver os problemas da favela com a instituição de um modelo de planejamento urbano baseado em construção de conjuntos habitacionais precários nas periferias e remoções sumárias, projeto este que deveria ser executado pela FLXIII com apoio dos setores mais conservadores.

A derrota eleitoral do sucessor de Carlos Lacerda, Flexa Ribeiro, para o governo do estado, em 1965, era resultado deste processo, assinalando os traços complexos de um momento histórico em que as favelas tornavam-se mais decisivas para a democracia.

As menores votações de Flexa Ribeiro, candidato de Lacerda, foram exatamente nas áreas que concentravam o maior número de favelados e também nas seções eleitorais localizadas nos conjuntos habitacionais (ou próximas) que agora abrigavam os removidos, as de Vila Esperança, Vila Aliança e Vila Kennedy. Nestas duas últimas, o número de votos para Negrão de Lima era 11 vezes maior do que para Flexa Ribeiro, conforme noticiado na imprensa (BRUM, 2011, p. 87).

A FLXIII sintetizava, portanto, o acirramento das condições da democracia, que mesmo comprometida com o avanço do autoritarismo da ditadura empresarial-militar, ainda expressava os conflitos no âmbito do voto, das lutas dos movimentos sociais e as resistências cotidianas.

#### **4.2 A Educando os favelados: a pedagogia da hegemonia**

Apresentei dois momentos da atuação da FLXIII: o primeiro, em que a entidade desempenhava ações sociais em diversas áreas, aliada a uma ação repressiva sobre os favelados. Percorrido do seu início, em 1947 até 1955. O segundo momento demarca a ampliação do caráter de entidade controladora das relações sociais nas favelas, prioritariamente pela execução de remoção dos moradores das favelas que então estavam sendo derrubadas. Este período vai de 1955 até 1964. A sua inflexão fundamental aconteceu em 1962, quando de fato tornava-se parte do Estado, abandonando a sua ambiguidade jurídica. Creio que estas mudanças institucionais representavam momentos distintos da *pedagogia* da Fundação.

No primeiro momento, a pedagogia acentuava a preocupação com a hegemonia. A proposta da FLXIII era mais aberta ao jogo democrático, em que a sociedade civil deveria ser a arena de disputa de visões mundo. Significava que a educação escolar e a religiosidade se irmanavam num projeto político-pedagógico que afirmava a promoção da cidadania pela lógica do capital humano ainda híbrido, juntando cientificidade e religião. Complementavam-se a isso as ações autoritárias das assistentes sociais que negavam o direito de construção ou mesmo reforma de casas, empreendiam fiscalização moral sobre as famílias e controle sobre a estrutura de luz e água. Havia algum reconhecimento do favelado na sua humanidade e a perspectiva de que, após serem devidamente educados, poderiam ser cidadãos. Algo que estava associado ao fim da favela, ou seja, se educar era sair da favela e ter um modo de vida tradicional dos territórios formais da cidade. Esta foi a primeira fase da Leão XIII.

A pedagogia da hegemonia em questão afirmava um ideal urbano-industrial de vida, em que a cidade deveria ser usufruída por aqueles que estivessem inseridos nas suas regras. O consenso produzido assinalava a consonância com um projeto de sociedade que se definia por uma democracia, ainda que restrita, que caminhasse para o progresso através da pacificação entre classes, num plano de desenvolvimento capitalista que deveria ser erguido sobre a exploração do trabalhador urbano, principalmente os favelados. Aceitar, portanto, a condição de controle num regime formalmente democrático era a contradição a ser ensinada e aprendida nas favelas onde a FLXIII atuava. A disputa contra os comunistas e as mobilizações de trabalhadores acontecia ainda como caso de polícia, mas também se dava no âmbito da negociação e da educação. Esse primeiro período da Fundação seria, portanto, uma *pedagogia da hegemonia restringida*.

O segundo momento, já esquadrihado a partir da segunda metade da década de 1950, revela o lado mais rígido da FLXIII. Quando sua função vai se desgastando perante os favelados, não conseguindo estabelecer um consenso efetivo, nem conter, minimamente, o crescimento das favelas. Acabou, assim, sendo fagocitada pelo Estado, justamente, para assumir uma função mais repressiva, de modo que suas ações educacionais fossem perdendo centralidade, e, o pouco que existia, era sucateado e dedicado a animar uma concepção de que o único caminho para a cidadania, não era mais a ampliação de direitos sociais nas próprias favelas, mas sim, a realocação para um conjunto habitacional distante do Centro e da Zona Sul. A ênfase era a remoção, enquanto que as políticas públicas localizadas nas favelas foram diminuindo, sendo

retiradas para ações cada vez mais tópicas e restritas, chamadas eufemisticamente de “preventivas”. Significava que o que já era restrito em termos de direitos sociais aos favelados, tornava-se ainda mais. A ideia de universalidade de direitos que se esboçava, na década de 1940, de maneira limitada, passava a ser assumida como algo inviável, restando somente a remoção como alternativa.

A educação da FLXIII, nessa segunda fase, passava a se definir enquanto uma contraditória e paradoxal *pedagogia da hegemonia autoritária*, melhor denominada de uma pedagogia embebida de coerção. A hegemonia cede lugar, prioritariamente, à coerção, visto que a Fundação se converte em veículo legitimador de ações violentas de remoção. Isso não significa que o convencimento tivesse desaparecido. Este era executado como parte do processo de aprofundamento da segregação espacial. A flexibilidade da entidade, em desenvolver níveis de intervenção nas favelas mais ou menos sociais, de acordo com a correlação de forças local, era substituída por uma postura mais definitivamente de executora de remoções. A expectativa de cidadania que apontava para o futuro, de acordo com a ampliação da educação e direitos na própria favela, dava lugar à ideia de que não havia mais cidadania possível nestes territórios, mas apenas nos conjuntos habitacionais.

O anticomunismo já existente no período inicial da entidade ganhava apoio direto dos EUA, criando uma rede de intervenções nas favelas que se caracterizava pela contenção violenta, executada, prioritariamente, pela coerção aberta. Ou seja, a associação de moradores deveriam executar as orientações da FLXIII ou seriam fechadas, sob a acusação de que seriam comunistas, como foi o caso do fechamento da UTF.

O limite da negociação tornava-se menor, alavancando a base para um regime ditatorial. A pedagogia da hegemonia autoritária da FLXIII preparava os favelados para uma ordenação da cidade ainda mais segregadora espacialmente, sob um controle ainda mais efetivo sobre a força de trabalho, que garantisse o sucesso de um padrão de extração de sobretrabalho ainda mais violento.

Nesse sentido, a educação da FLXIII teve destaque na disputa do ideal de cidadania. Mesmo considerando as nuances institucionais presentes no período aqui estudado, a educação desempenhou uma função de destaque na “oficialização” de um parâmetro geral do que deveriam ser os direitos dos favelados. Temas como saúde, moradia, educação, participação política entraram no vocabulário das políticas públicas sob a ideia de cidadania, a partir da FLXIII.

No seu início, uma cidadania mais ligada à promoção de direitos sociais, enquanto que na segunda fase, mais definida pela redistribuição do contingente de trabalhadores favelados pela urbe. Mas tanto em um, quanto em outro, a cidadania que se esperava construir aos favelados era subalterna, definidamente inferior àquela projetada aos setores da sociedade que habitavam as áreas formais da cidade. As favelas sendo redutos de um fabuloso exército de força de trabalho deveriam ser inscritos num modelo de cidadania que abarcasse esta condição histórica.

Mais do que um conceito de cidadania abstrato e naturalizado, a pedagogia da hegemonia da FLXIII, em suas diferentes fases, tinha, portanto, a concepção de cidadania que deveria educar para a condição de força de trabalho urbano-industrial precarizada, disposta a níveis de sobreexploração condizentes com o caráter dependente do modelo brasileiro de desenvolvimento, característico dos anos 1940-1960.

Assim, se os mutirões tinham um caráter de afrontamento às ordenações públicas de não ocupação das áreas valorizadas pelo mercado imobiliário, esta mobilização territorial foi apropriada pela Leão XIII, tornando-se um mecanismo de realização da hegemonia. Seguindo a contribuição teórica de Florestan Fernandes, afirmo que seria a realização da sobreapropriação e sobreexpropriação (1972, p. 45) no plano da ocupação urbana, ou seja, o trabalhador da favela urbanizaria sua região com o seu trabalho e o seu dinheiro, devendo submeter-se à negação de sua agência política mediante a submissão à Fundação.

A FLXIII respondia a uma demanda de ampliação da influência da Igreja Católica e do Estado nas favelas, de acordo com uma nova feição do bloco histórico brasileiro cada vez mais ocidentalizado. O acirramento da luta de classes nas favelas com a formação de associações de moradores, escolas de samba, times de futebol, frentes de favelados, o PTB e PCB, em resistência às organizações civis sistêmicas, mostram que a sociedade civil brasileira estava mais dinâmica e o Estado cada vez mais reconfigurado por sua influência, a exemplo da institucionalização da assistência social no escopo mesmo do Estado.

Mais do que áreas de miséria, estes territórios entravam na correlação de forças formadora da hegemonia, não sendo mais suficiente ao Estado apenas silenciar, negar ou meramente reprimir. As favelas deveriam ser educadas. O morador deveria ser atingido por políticas sociais organizadas por agências civis muito bem alinhadas aos valores ético-políticos dominantes, ainda que fosse permeada e viabilizada pela força da repressão.

A Igreja Católica era a entidade civil mais forte naquele momento para desenvolver executar esta parceria com o Estado. No entanto, a necessidade de garantir intervenções mais condizentes com as demandas do capital, em processo de transformação, ainda que carregadas de moralismo cristão, deveriam ser desenvolvidas por um corpo de funcionários técnicos e, cada vez mais, imbuídos de valores e ações compatíveis com a lógica do capital. A FLXIII ensejava de forma pioneira uma metodologia de intervenção civil-estatal; leigo-clerical; democrático-repressiva; urbanizadora-remocionista, que denota esta condição de ocidentalização *sui generis*, que ainda consolidava as instituições democráticas e o reconhecimento dos favelados enquanto cidadãos. Assim, a Fundação Leão XIII se sustentava nessa contradição: ações técnicas sob uma moralidade cristã, alinhadas a um projeto urbanístico que deveria expulsar paulatinamente os favelados das áreas consideradas mais valorizadas economicamente, controlando suas entidades de auto-organização e forjar o *novo homem* urbano-industrial (expresso na sua noção de cidadania).

Há, portanto, uma pedagogia da hegemonia da Fundação Leão XIII que reúne os seguintes tópicos: comunitarismo na resolução de problemas sociais; combate aos comunistas; moralidade cristã (valores da família tradicional e devoção católica); nacionalismo, civismo; participação política entendida como cooperação com o governo e a entidade; paz entre classes. A educação, portanto, seria o meio positivo de estabelecer o contato com os favelados e torná-los aptos ao padrão de sociabilidade taylorista-fordista, afastando perspectivas políticas potencialmente antissistêmicas.

A FLXIII pode ser pensada, portanto, como uma entidade que nasceu enquanto entidade civil híbrida, uma autarquia *sui generis*, surgida sob a parceria com o Estado no intuito de dirigir as políticas públicas nas favelas. Mantinha assim, um caráter civil, enquanto entidade católica, exercendo autonomia relativa nos seus trabalhos sociais, mas desempenhava a tarefa de executar as políticas públicas.

Desempenhou, portanto, uma ação educacional que não era nem a Igreja Católica atuando diretamente, nem Estado, na figura de suas instâncias administrativas, intervindo enquanto poder público. O que mostra que o Estado não havia se laicizado de fato após o fim do Império, mas também que a Igreja Católica não gozava das mesmas prerrogativas que antes. Esta contraditória condição parece ser um elo perdido das entidades civis brasileiras das favelas, que ajudam a remontar a genealogia da democracia brasileira e compreender as transformações do capitalismo contemporâneo,

expondo o processo de ocidentalização da sociedade civil brasileira no movimento da luta de classes no período.

### **Conclusão**

O estudo da Fundação Leão XIII buscou mostrar as contradições de uma entidade, que sintetizou emblematicamente as contradições de seu tempo. O período de seu auge, 1947-1964, assinalou o momento histórico de transformações na forma de lidar com as favelas. Indo mais a fundo significa dizer que houve mudanças nas formas de mobilização da sociedade civil, em que se “ampliou” o Estado, dentro da perspectiva democrática que se abriu com a queda de Vargas, em 1945, mas sem perder os traços oligárquicos. Ensejando, assim, formas complexas para a realização da hegemonia, em que as favelas passavam a ter cada vez mais centralidade.

Mostrei o quanto as lutas sociais se ampliavam nas favelas, assim como a forma de organização em movimentos autônomos tais como a União dos Trabalhadores Favelados, os Comitês Populares Democráticos e a proliferação de associações de moradores. Assim como a importância da educação enquanto parte fundamental da produção hegemônica, em particular nas favelas. A produção de entidades civis das favelas remete, portanto, ao acirramento da luta de classes no contexto de ampliação das regras democráticas.

Este arranjo político ensejado pela FLXIII estava relacionado a um modelo de acumulação capitalista em vias de consolidação no período. Aliava as orientações de governo à legitimidade religiosa que a Igreja Católica tinha nas favelas. Sobre este modelo de reprodução do capital sobre as favelas:

Nessas aglomerações habitacionais se concentra uma parcela importante da *superpopulação relativa*, isto é, segmentos da Força de trabalho que ultrapassam as necessidades médias de expansão do capital; ao mesmo tempo produto e condição necessária da acumulação – vegetando na indigência. As grandes favelas serão um dos pontos de encontro e aglutinação, nos grandes centros urbanos industriais, dessa multidão de miseráveis mantidos na ociosidade forçada em contrapartida ao trabalho excessivo de outras parcelas da população trabalhadora: desempregados, subempregados, vítimas da indústria – mutilados, viúvas, órfãos, crianças, abandonadas etc. – aposentados, elementos refugados pelo mercado de trabalho, seja pela idade, incapacidade de adaptar-se às novas situações e, ainda, vagabundos, criminosos, prostitutas etc., segmentos que caem no banditismo ou lumpensinato; conjunto onde é marcante a presença de populações recentemente expulsas do campo” (CARVALHO & IAMAMOTO p. 305 e 306).



O crescimento das favelas, conseqüentemente, alavancava a situação da classe trabalhadora às contradições do processo de ocupação da cidade, em resumo, da realização da vida na lógica industrialista. Concordando com Yamamoto, é certo que esse contingente de força de trabalho avassalador tornava-se condição básica para a realização do modelo capitalista da época. Por outro lado, não seria correto afirmar que as favelas representassem um setor da sociedade que se encontrava “vegetando na indigência” ou numa “ociosidade forçada”. De acordo com o que aqui foi apresentado, os favelados eram trabalhadores no setor formal e informal, aliás, muitos do setor industrial. Significa que mais do que controlar mão-de-obra excedente, controlar os favelados, ou melhor, educá-los, era contribuir centralmente para (re)pactuação da relação capital-trabalho num plano que garantiria a ampliação da extração de sobretrabalho numa escala monumental.

Inserir os favelados na formalização do capital nas favelas, desta maneira, passava por reconhecer a favela enquanto parte da sociedade. A legalização de casamentos e nascimentos, a divisão e organização dos lotes, a cobrança de taxas de luz e água, a regularização do comércio local, a “legalização” das associações de moradores, a monetarização de todas as relações humanas nas favelas significava adequá-la ao modelo de sociedade urbano-industrial capitalista.

Por outro lado, esta formalização tem como contradição a expressão do reconhecimento da humanidade dos favelados, os inserindo no âmbito da cidadania. É o resultando das lutas sociais nas favelas, que arrancaram, a custo de muito sangue, o reconhecimento político, cultural e econômico dos favelados, ainda que de forma ainda subalterna. Mais do que circunscrever os favelados a uma multidão de miseráveis, a configuração da favela enquanto território de disputa de hegemonia coloca a questão do processo de formação da classe trabalhadora brasileira para muito além do chão da fábrica. É a tentativa de uma síntese que eleva a classe trabalhadora à sua totalidade, quando é pensada na luta de classes, nos seus modos de vida e em toda a sua expressão cultural e política.

A cidadania, portanto, é uma categoria que denota este acúmulo histórico sobre a capacidade de conquistar direitos sociais, civis e políticos. Reporta-se a uma correlação de forças em que as mudanças do capitalismo brasileiro não vinham do “alto”, do Estado, ou seja, como imposição burguesa, mas como síntese da luta de classes. A

Fundação Leão XIII era a concretização da relação de ocidentalização *sui generis* porque foi construída sob a força da caneta do governo federal e distrital, mas imbuída das pressões populares das favelas, enquanto reposta política na sociedade civil. Sua contradição era forjar uma cidadania aos favelados sob o autoritarismo, mas fazendo uso da educação enquanto elemento mediador positivo fundamental.

A ampliação de serviços sociais estava condicionada a perspectiva da remoção, ou, dependendo da capacidade de resistência dos favelados, a melhorias locais que mantivessem a segregação espacial. A cidadania estava implicitamente delimitada, portanto, pela condição de acabar com as favelas. A educação social moralizadora se embarçava a esta sinuosa perspectiva. Ampliava-se a educação aos favelados como conquista da cidadania e se educava para a subalternização desta cidadania. É por isso que a ocidentalização *sui generis* da sociedade civil brasileira aconteceu, quando a democracia foi organizada sob as amarras da tradição oligárquica, mas também como produto da amplificação dos mecanismos de representação política da classe trabalhadora. A FLXIII restabeleceu a relação coerção-consenso no plano da educação para as favelas.

A formação de quadros locais através do seu projeto educacional combinou-se com ações coercitivas, na medida em que detinha o monopólio oficial sobre a distribuição de água e luz, para a autorização de reformas de barracos e construções novas e até para participação política. A mediação política não era feita diretamente pelo Estado, mas a partir da FLXIII, em parceria com as lideranças locais. Esta relação não era estável, nem imune às críticas da população local, mas cumpriu o papel de disputar influência contra movimentos autônomos, que apresentavam uma concepção de cidadania diferenciada, em que colocavam a luta política no plano da luta de classes e não da moralidade cristã católica.

A Leão XIII sistematizou e executou uma proposta educacional alinhado a uma perspectiva urbano-industrial, que então se consolidava, mas que trazia os traços da sua singularidade católica, de renegar os aspectos considerados imorais da vida urbana. Mesmo mantendo o anticomunismo, em franca sintonia com os setores dominantes nacionais e internacionais, a entidade não havia se adaptado por completo para aquela modalidade de sociedade que encarava a mulher, a família e a infância como atributos da cidade capitalista sob valores ético-morais diversos do seu conservadorismo.

O contexto de ocidentalização *sui generis* forjou uma entidade educadora, mas também afeita ao uso constante da força policial, da fiscalização cotidiana executada pelas visitadoras e todo tipo de coerção sobre os favelados. Revelava, portanto, um contraditório processo de realização e refinamento da hegemonia, em que as favelas tomavam centralidade na lógica urbana, a educação tornava-se o instrumento essencial desta disputa, mas se mantinha a repressão como complemento de sua estratégia de ação.

Se por um lado a Fundação inaugurou uma ação sistemática de concessão de direitos sociais, por outro, instituiu uma educação alinhada a uma noção geral de cidadania urbano-industrial subalterna aos favelados. Em que restringia estes mesmos direitos à condição de ilegalidade da favela, por consequência, a eminência da remoção e todo tipo de privações sobre a vida cotidiana dos moradores. Assim, como tornava esta cidadania condicionada pela capacidade de alinhamento aos ditames da entidade, o que teria forjado inúmeras resistências dos favelados. A educação promovida pela Fundação, ao mesmo tempo em que fortaleceu a ideia de direitos sociais, foi responsável por conter esta pauta dentro de marcos políticos que colocavam a condição de favelado ainda como uma situação de superexploração e estigmatização. Sua postura civilizatória incorporou os favelados à lógica urbano-industrial enquanto flanco da força de trabalho central para a produção de altos níveis de sobretrabalho, responsáveis por um padrão de acumulação dependente, que urgia por assegurar a expansão do capital industrial.

## **Bibliografia**

ABREU, M. Reconstruindo uma história esquecida: Origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro Publicação: ESPACO & DEBATES, v. 14, n. 37, p. 34-46, 1994.

ARGUETA, Lourdes Brazil dos Santos. A criança da favela e a representação social de favela e favelado. Dissertação de Mestrado – Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente Desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64 in Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX. Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (orgs). São Paulo, Cortez, 2003.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão e Editoração, 1990.

BITTENCOURT, Danielle Lopes. “O morro é do povo”: memórias e experiências de mobilização em favelas cariocas. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2012.

BOABAID, Jeani Martha. Contribuição para o estudo das escolas de serviço social do antigo Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro (1937-1947). Dissertação (Mestrado em editoração) - Escola de Serviço Social, PUC-Rio de Janeiro, 1979.

BOURDIEU, Pierre. Sociologia. Renato Ortiz (org.) São Paulo: Ática, 1983.

BRUM, Mario Sergio Ignácio. Cidade Alta: histórias, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2011.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro in Um Século de Favela. Alba Zaluar e Marcos Alvito (orgs.). Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

CAMPOS, Adrelino. Do Quilombo à Favela: a produção do ‘espaço criminalizado’. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida. A ovelha perdida e o bom pastor: o reverso das parábolas. (Igreja, Estado e camadas populares na cidade do Rio de Janeiro, 1921-1945). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao Estudo das Habitações Populares*. Rio de Janeiro: 1886-1906. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.

CHALHOUB, de Sidney. *Cidade febril – Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CIAVATTA, M. A Cultura do Trabalho e a Educação Plena Negada. *Revista Labor* n.5, v.1, 2011.

Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (Fundação Heinrich Böll, Fundo Brasil de Direitos Humanos, ETTERN IPPUR UFRJ, Observatório das Metrôpoles, PACS). *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro*. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Reginaldo Scheuermann. *O Centro de Ações Solidárias na Maré (CEASM) e a Nova Pedagogia da Hegemonia: tensões entre a militância e o ethos empresarial*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010. Orientador: Roberto Leher

COUTINHO, C. N. *Notas Sobre Cidadania e Modernidade*. In *Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. Gramsci e o Sul do Mundo: entre Oriente e Ocidente. Comunicação apresentada no Seminário “Immaginare l’Europa nel mondo post-coloniale. Gramsci e i Sud Del pianeta, patrocinado pela Università di Napoli l’Orientale, Nápoles, 8-10 de maio de 2003.

\_\_\_\_\_. Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia. In: TEIXEIRA, S. F. (Org.). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo. Cortez Ed., 1995.

\_\_\_\_\_.COUTINHO, Carlos Nelson. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. In: *Crítica Marxista*, Roma, Editori Riuniti, n. 5, ano 23, 1985, pp.35- 55.

\_\_\_\_\_. *A Democracia como Valor Universal in Encontros com a Civilização Brasileira*. Civilização Brasileira, 1979.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo, Boitempo, 2006.

DECCA, E. S. a Ciência da Produção: fábrica despolitizada in *Revista Brasileira de História*. Marco Zero, 1984.

DINIZ, E; BELFORT, M.; RIBEIRO, P. Memória e Identidade dos Moradores de Nova Holanda. Rio de Janeiro, Redes Maré, 2012.

DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. 2ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ENGEL, Magali Gouveia. Onde moram os pobres? Representações literárias das habitações populares (Rio de Janeiro, fins do XIX e inícios do XX) - Magali Gouveia Engel - Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - n.7, 2013, p.89-103.

\_\_\_\_. , CORRÊA, Letícia Maria, SANTOS, Ricardo Augusto. Os Intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2012.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FONTES, Virginia Maria. Reflexões Im-Pertinentes: História e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (orgs.). Teoria e Educação no Labirinto do Capital. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. “A centralidade da UTF na reconstrução da memória dos movimentos associativos de moradores nas favelas cariocas”. In: Anais do XI Encontro Nacional de História Oral. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. p.3.

Disponível em

<http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares#M>. Acesso em 10/02/2013.

GRASMCI, A. “Americanismo e fordismo”. In: Antonio Gramsci, Maquiavel, a política e o Estado moderno. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

\_\_\_\_. , 2000-2001a. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1.

\_\_\_\_. 2000b. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2.

\_\_\_\_. 2000c. Cadernos do Cárcere 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v.3.

HOBSBAWN, Eric. “Introdução: A Invenção das Tradições”. In: HOBSBAWN, E. e RANGER, T. (org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

HONORATO, C. O Assistente Social e as favelas (1945/64) in Favelas Cariocas: ontem e hoje. Org. Marco Antonio da Silva Mello. Rio de Janeiro, Garamond, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 2014.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. A Sociologia do Brasil Urbano. Rio de Janeiro; Zahar, 1978.

LESSA, Renato. As cidades e as oligarquias do antiurbanismo da elite política da Primeira República brasileira. Revista USP, n.59, p. 86-95, setembro/novembro 2003.

\_\_\_\_\_. A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Formulando projetos para a cidade: o conselho municipal do Rio de Janeiro discutindo a questão da habitação popular (1892-1902). Revista de história regional 5(1):111-151, verão 2000.

MATTOS, Romulo Costa. “Tentativas de remoção e resistência dos moradores de favelas na Primeira República: a atualidade de uma história”. In: Anais do VII Colóquio Internacional MarxEngels. Campinas: UNICAMP, 2012. p.2-6. Disponível em [http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/index.php?texto=mesa](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/index.php?texto=mesa). Acesso em 10/02/2013.

\_\_\_\_\_. Carlos Lacerda X Leonel Brizola: A Volta Da Campanha Pela Remoção De Favelas Na Imprensa Carioca Do Século XXI in <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT9/GT9-ROMULO.pdf>

\_\_\_\_\_. Samba, habitação popular e resistência: uma reflexão sobre A Favela vai abaixo, de Sinhô. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). Livros vermelhos. Literatura, militância e trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2010.

\_\_\_\_\_. Higienismo e Habitação popular nas primeiras décadas republicanas (1891-1906) in Os Intelectuais e a Nação: Educação, Saúde e Construção de um Brasil Moderno. (Org.) Karoline Carula, Magali Gouveia Engel, Maria Letícia Corrêa. Rio de Janeiro. Contra Capa. 2013.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classes Sociais e Status. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 94-125.

\_\_\_\_. Estado e Sociedade: a consolidação da república oligárquica. In.: LINHARES, Maria Yeda (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

\_\_\_\_. Estado Brasileiro: Agências e Agentes, Eduff, 2005.

\_\_\_\_. Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana no Brasil (1930-1961).

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República e o Sonho in Varia Hist. vol.27 no. 45 Belo Horizonte jan./jun. 2011.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. O Aprofundamento do Regionalismo e a Crise do Modelo Liberal in História Geral Do Brasil (da colonização portuguesa à modernização autoritária). Maria Yedda Linhares & Ciro Flamarion Santana Cardoso. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

MONTEIRO, M. Os Verdadeiros Donos.

[http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from\\_info\\_index=11&sid=4&infoid=16](http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=11&sid=4&infoid=16) acessado em 01/01/ 2014.

MOTTA, Vânia C. Ideologias do Capital Humano e do capital Social: da integração à

inserção e ao conformismo in Trabalho Educação e saúde, v. 6n. 3, p.549-571, Nov. 2008/fev. 2009.

NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NASCIMENTO, F. B. Lar e Família: o discurso assistencialista sobre habitação popular nos anos 40 e 50 in Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, 2006.

NEVES, Lúcia Maria W. (org). A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital pra educar o consenso. São Paulo, Editora Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão Dualista: o ornitorrinco. São Paulo, Boitempo, 2003.

PANDOLF, D. C. & GRZYNSZPAN, M. A Favela Fala: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

PECHMAN, Robert Moses; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro – contribuição à história da formação do capital imobiliário. Revista do Rio de Janeiro, Niterói, v. I, n. I, p. 105-113, 1985.



PESTANA, Marco M. A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

PERLMAN, Janice. O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2002.

PINHEIRO, M. Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964): uma história comparada / Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro. – Rio de Janeiro: UFRJ/IH/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2014.

\_\_\_\_\_. Os Comitês Populares Democráticos na cidade do Rio de Janeiro / Marcos César de Oliveira Pinheiro. – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007.

POCHMANN, M. Nova Classe Média: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo, Boitempo, 2012.

QUEIROZ, Eneida Quadros. Justiça Sanitária – Cidadãos e Judiciário nas reformas urbana e sanitária – Rio de Janeiro (1904-1914). Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

RAMOS, Cíntia Aparecida Almeida. Vigilância, controle e correção: análise dos discursos e práticas da assistência prestada pela Fundação Leão XIII a favelas cariocas entre 1947 e 1982. Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007.

\_\_\_\_\_. RAMOS, Cíntia Aparecida Almeida. Por uma intervenção heteronômica na Rocinha. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, ano 2, n. 17, 2007b.[ISSN 1981-3384].

RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal in Tempo vol.13 no.26, Niterói, 2009.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. Diferentes Conflitos, Poderes e Disputas Territoriais: o papel da igreja católica no espaço das favelas na cidade do rio de janeiro (1947-1962) in Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. XVI, núm. 418 (52), 1 de noviembre de 2012.

SACK, R. *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SLOB, Bart. *Do Barraco para o apartamento - A “humanização” e a “urbanização” de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro*. Universidade de Leiden, Holanda. Departamento de Estudos Latino-americanos. Trabalho de Conclusão de Curso, Niterói, dezembro de 2002

SOUZA, José Nilton de. *A Exclusão Pela Urbanização: Favela - Governo e Conflito na Cidade do Rio de Janeiro*; *GEOgraphia - Ano V - No 10 – 2003*.

VAINER, Carlos. *Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano* In ARANTES, Otília; VAINER, Carlos. *A cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos*, Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

VALLA, Vicent. *Educação e Favela*. Rio de Janeiro, Vozes, 1986.

\_\_\_\_. *Cadernos de Saúde Pública*, RJ. 1 (3): 282-296, jul/set, 1985.

VALLADARES, Licia. *A Invenção da Favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_. *A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais* in *RBCS* Vol. 15 nº 44 outubro, 2000.

\_\_\_\_. FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *Olhares Sociológicos Sobre O Brasil Urbano: Uma Visão A Partir Do Urbandata-Brasil* in *CIDADE: história e desafios / Lúcia Lippi Oliveira (org)*. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002.

\_\_\_\_. COELHO, Magda Prates. 1995. “Urban research in Brazil and Venezuela: towards an agenda for the 1990s”. In: STREN, Richard (ed.). *Urban research in developing world*. Toronto, Centre for Urban and Community Studies University of Toronto. p. 45-142.

VAZ, Lilian Fessler. *Notas sobre o Cabeça de Porco*. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, vol. 1, n. 2, jan./ abr. 1986.

\_\_\_\_. *Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas no Rio Antigo*. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado em planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1985.

VIANA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro. Zahar, 2010.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O Teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WENDEL, T.; CURTIS, Ric. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 267-278, dezembro de 2002.

### Fontes

Abrigo do Cristo Redentor. <http://www.abrigodocristoredentor.com.br/> - acessado em 25/01/2014.

ARAGÃO, Maria Luiza Moniz de. Informe sobre as Atividades da Fundação Leão XIII. Teses Apresentadas ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social. São Paulo: Centro de Estudos e Ação Social, 1947. p. 260-276.

CAPÍTULOS da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV/ Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira, organizadores. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

Decreto nº 22.498, de 22 de Janeiro de 1947. Câmara Federal dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-22498-22-janeiro-1947-341184-publicacaooriginal-1-pe.html> - acessado em 21/01/2014.

Encíclica Rerum Novarum. 15 de Maio de 1891, [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_1-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_1-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html) , acessado em 07/02/2014.

Fundação Leão XIII. Estatutos da Fundação Leão XIII. Rio de Janeiro, 1947.

\_\_\_\_\_. Como trabalha a Fundação Leão XIII. Notas e relatórios de 1947 e 1954. Rio de Janeiro, 1955.

\_\_\_\_\_. Uma visão sócio-histórica. Documentos base do XIX Seminário de estagiários e supervisores da Fundação Leão XIII. Novembro, 1995.

\_\_\_\_\_. Relatório de atividades – 1975/1978. Rio de Janeiro, s/d, mimeo.

\_\_\_\_\_. Morros e favelas: como trabalha a Fundação leão XIII -notas e relatórios de 1949. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1950. p. 9.

Fundação leão XIII. “Uma visão sócio-histórica”. Documentos base do XIX Seminário de estagiários e supervisores da Fundação Leão XIII. Novembro, 1995.

\_\_\_\_\_. Relatório de atividades – 1975/1978. Rio de Janeiro, s/d, mimeo.

Jornal A Cruz. 29 de janeiro, 1947.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Censo de Favelas: aspectos gerais. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal/Secretaria Geral do Interior e Segurança/Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA, 1945 SIQUEIRA – Allocução: Círculos Operários, 312-315) apud, CARVALHO FILHO, 1983, p. 192).

SAGMACS – Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais. Aspectos humanos da favela carioca. O Estado de São Paulo, São Paulo, 13 e 15 abr. 1960. Suplemento especial.

ANEXO I – Parecer da Procuradoria sobre a Prestação de Constatas da FLXIII (29

de novembro de 1949 -

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/11781/10715> - acessado

em 22/08/2014)

**AUTARQUIAS — TOMADA DE CONTAS — FUNDAÇÃO LEÃO XIII**

*— Ao Tribunal de Contas da Prefeitura do Distrito Federal cabe tomar contas da Fundação Leão XIII, criada pelo Decreto Federal n.º 22.498, de 22-1-47.*

**TRIBUNAL DE CONTAS DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL**

**PROCESSO N.º 122.392-49**

**DECISÃO**

Ofício n.º 834, de 10-9-49, da S. do Prefeito, tomada de contas da Fundação Leão XIII, exercício de 1948. — O Tribunal decidiu que se proceda de acôrdo com a informação e nos termos do parecer da Procuradoria.

**PARECER**

Preliminarmente:  
É um fato a tendência moderna para a descentralização dos Serviços Públicos. Ampliando os setores de suas atividades, o Estado, seja qual fôr a ideologia política por onde se o encare,

necessita dar personalidade a alguns desses Serviços, aos quais atribui direção e patrimônio próprios. Ainda que com a característica dessa personalidade, organização e funcionamento, sob a tutela da lei, não perderam êles a feição que lhes é inerente, como bem acentuou o professor Francisco Campos, na 2.<sup>a</sup> série de seus *Pareceres*, fls. 205 *usque*, 224: "A personificação e a patrimonialização de um serviço público não têm por fim desnaturar sua administração, transformando-a de pública em privada." E mais adiante: "A autarquia é uma forma específica da capacidade de direito público." Isto é, "o ente autárquico age em lugar do Estado, no sentido de interesses revestidos de caráter público, a sua vontade valendo como vontade do Estado." É o pensamento do aludido professor, apoiado nas teses de Santi Romano, *Corso di Diritto Amministrativo*, vol. 2, ed. 1932, pág. 80 n.º 5, e de Ugo Forti, *Diritto Amministrativo*, Napoli, vol. 1, págs. 195 e seguintes.

O professor Rafael Bielsa mestre na Faculdade de Direito de Buenos Aires, em estudo divulgado em *La Prensa* de 12 de julho de 1937, edição da referida cidade, sustentou, de seu lado, que "as entidades autárquicas são pessoas de direito público, formando parte da administração pública. Acrescentou que, como consequência disso é que elas devem ser criadas diretamente por lei e não por ato executivo. As entidades autárquicas realizam serviços públicos sujeitos a um regime administrativo que se estende não só aos serviços, como aos próprios funcionários empregados, que são empregados públicos". Vale entender que ainda que lhes atribuindo serviços descentralizados, direção própria e patrimônio peculiar, o Estado não outorga emancipação a essas entidades. Tanto isso é verdade que o douto Tito Prates, na sua erudita monografia sobre *Autarquias Administrativas*, afirma que "autarquia não é uma simples colaboração de particulares: é a própria administração em função, serviço especial personali-

zado". Claro que elas são também pessoas de direito público.

2. A Fundação Leão XIII foi criada pelo decreto federal n.º 22.498, de 22 de janeiro de 1947, ficando o Prefeito autorizado a instituí-la com essa denominação, com o fim — art. 1.º — "de prestar ampla assistência social aos moradores dos morros, das favelas e de locais semelhantes da cidade do Rio de Janeiro". Deu-lhe a Prefeitura imóveis e todo o aparelhamento dos Centros de Ação Social já instalados e a instalar — art. 2.º. A Prefeitura consignaria em seus orçamentos verba destinada à manutenção dessa Fundação, também custeada por subvenções da União, contribuições e donativos particulares — art. 3.º. A Prefeitura regulamentaria sua administração — art. 4.º. Na hipótese de não corresponder a Fundação a seus fins, todos os seus bens reverteriam à Prefeitura — art. 5.º.

3. Por decreto n.º 8.797, de 8 de fevereiro de 1947, o Prefeito assim cumpriu, compondo — art. 4.º — a primeira Junta Administrativa dessa Fundação. Mesmo na conformidade de seus Estatutos, o Conselho Fiscal de 3 membros — art. 8.º — é designado pelo Prefeito, o que prova que embora pessoa jurídica de direito privado, ela o é, para certos efeitos, de direito público. A Fundação — letra *k* do art. 12 desses Estatutos — dá competência ao seu presidente para encaminhar ao Prefeito as contas e o relatório de sua gestão acompanhados do parecer do Conselho Fiscal. E esses Estatutos — art. 38, *in fine* — só poderão ser reformados mediante aprovação do Prefeito.

4. Nos termos do art. 77, n.º 2 da Constituição, compete ao Tribunal de Contas da União julgar as dos administradores das entidades autárquicas. E a Lei Orgânica do Distrito Federal — art. 20 n.º 1 — dá ao Tribunal do Distrito Federal competência para processar e julgar as contas dos administradores das entidades autárquicas locais. A lei n.º 830, de 23 de setembro de 1949, que reorganizou o Tri-

bunal de Contas da União, no seu art. 139 declarou o que eram essas entidades. Na letra *b* dêsse artigo enquadra-se a Fundação, que assim pode ser examinada e julgada por êste Tribunal com a competência indiscutível.

#### MERECIMENTO

5. Vencida a preliminar, esta Procuradoria opina para que o expediente trazido pelo Sr. Prefeito seja enviado ao Serviço de Tomada de Contas, como elemento-base para formação do respectivo processo, condicionado êste a posterior julgamento.

É o que nos parece, salvo melhor juízo.

Procuradoria, 11-10-949. — *Manuel Paulo Teles de Matos Filho.*

Ofício n.º 78 de 9 de novembro de 1949, da Fundação Leão XIII:

O Tribunal resolveu baixar o processo ao Serviço de Tomada de Contas, de acôrdo com as informações (fls. 2 e 2-v.) e nos têrmos do Parecer da Procuradoria.

Neste processo a Procuradoria deu o seguinte parecer:

"A Fundação Leão XIII — Serviço social dos morros e favelas da cidade do Rio de Janeiro — vem dizer, por officio, que, dentro de seu expediente normal, poderão os contadores dêste Tribunal comparecer à sua sede e proceder tomada de contas na forma do que foi resolvido pelo mesmo Tribunal. Acrescenta que é com especial agrado que recebe a oportunidade de prestá-las, sendo que as despesas por ela realizadas, até agora, em sua totalidade, foram por conta da subvenção oficial que lhe deu a Prefeitura. E declara textualmente:

"Ao mesmo passo que nos apraz poder demonstrar como vêm sendo aplicadas verbas a nós entregues com destinação especial, permitam-nos declarar, na qualidade de representantes de uma instituição de natureza privada, que a aquiescência à verificação de contas originárias de dinheiros subvencionados não envolve, de nossa parte, o esquecimento da natureza jurídica da

Fundação, nem das linhas do direito comum que nos asseguram os Estatutos e os decretos de autorização baixados pelo Poder Executivo."

2. São muito atenciosos os têrmos do officio. Não importa a *natureza privada* da Fundação. Ela é uma autarquia o que estabelece relações de direito com o Tribunal. Por outro lado, o Tribunal está certo de que a Fundação não esquecerá a sua *natureza jurídica*, nem as linhas do direito que lhe asseguram as leis e os atos do Executivo. Não disse, nem dirá o contrário. A aquiescência da Fundação à verificação de contas originárias de dinheiros subvencionados, entretanto, não é, de sua parte, nenhum favor. Resulta de imperativos legais. Verificar tais contas é um direito do Tribunal. Não o excede, senão, dentro de suas atribuições constitucionais.

3. Não é nenhuma inovação no país o regime de autarquias. Encontramo-lo já em 1808 e 1831, respectivamente, com o Banco do Brasil, criado por D. João VI, e com as Caixas Econômicas, inicialmente instituições privadas. De 1930 para cá é que as autarquias se multiplicaram. Há-as de quase tudo, para as mais variadas finalidades: — cooperativas, de cultura, de assistência, de previdência de fiscalização e controle da produção, de exploração industrial e de execução de grandes obras públicas. A Fundação deve estar incluída numa dessas categorias. E ainda existe outras de fisionomia mais singular, que são as do tipo de empresas incorporadas ao patrimônio nacional.

4. A Fundação não ignora, talvez, que é de 1896 a competência privativa atribuída ao Tribunal de Contas da União para julgar as contas dos responsáveis pelos bens ou dinheiros públicos. Em 1934, 1937 e 1946, — três Constituições da República, que se sucederam, deram maior amplitude a essa competência, que não vinha na de 1891. Definiram-na quanto às autarquias. A Carta Política vigente declara categoricamente — art. 77, n.º II — que compete ao mencionado Tribunal:

...“Julgar as contas dos responsáveis por dinheiros e outros bens públicos, e as dos administradores das entidades autárquicas.”

Como se vê, um dispositivo perfeitamente auto-executável.

5. No que toca, em especial, à Fundação, a Lei Orgânica do Distrito Federal é clara e iniludível. Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal — art. 20, n.º II, *in fine*, compete processar e julgar as contas dos administradores das entidades autárquicas locais. No uso desta atribuição o Tribunal não faz mais do que o seu dever. Exerce um direito. A Fundação, como foi criada e é mantida — por coincidência até agora vive exclusivamente às custas da Prefeitura — é uma au-

tarquia típica, definida na lei n.º 830, de 23 de setembro de 1949. Basta ver o art. 139 dessa lei, para que ela seja enquadrada na letra *k*. Se o Tribunal exerce um direito e cumpre um dever, a Fundação nada tem a agradecer-lhe. Também ao Tribunal não interessa indagar do juízo que de si mesma porventura faça a Fundação. O que lhe interessa, antes de tudo, é a obediência aos preceitos da lei, contra a qual não se dita o direito.

6. É o que, *data venia*, entende a Procuradoria, que aqui se reporta ao seu Parecer anterior junto ao processo.”

Procuradoria, 29 de novembro de 1949. — *Manuel Paulo Teles de Matos Filho*.